



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

# **A POLÍTICA EXTERNA DA TURQUIA E A UNIÃO EUROPEIA**

## **O CASO DA SEGURANÇA ENERGÉTICA**

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa  
para obtenção do grau de mestre em  
Ciência Política e Relações Internacionais

por

**Graça Patrícia de Azevedo Ermida**

INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS

JANEIRO 2012



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

# **A POLÍTICA EXTERNA DA TURQUIA E A UNIÃO EUROPEIA**

## **O CASO DA SEGURANÇA ENERGÉTICA**

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa  
para obtenção do grau de mestre em  
Ciência Política e Relações Internacionais

Por Graça Patrícia de Azevedo Ermida

Sob Orientação de Prof. Doutor J. P. Teixeira Fernandes

INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS

JANEIRO 2012

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer ao meu orientador, o Professor Doutor Teixeira Fernandes, por todas as horas que dedicou a discutir temas e pontos de vista sobre a Turquia, transferindo importante conhecimento, precioso para a elaboração e finalização desta dissertação.

Contactei o professor Teixeira Fernandes por indicação do Embaixador Cutileiro, que conheci no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica. Ter conhecido o Embaixador acabou por conduzir ao meu interesse pela história dos Balcãs, que culminou em várias leituras sobre o Império Otomano e na escolha do tema da Turquia para esta dissertação. Para esta escolha, também contribuiu o antigo embaixador do Reino Unido em Portugal, Alex Ellis, que amavelmente se disponibilizou para conversar sobre a Turquia e Balcãs, numa altura em que ainda existiam em mim algumas dúvidas sobre o tema a eleger.

Finalmente, o meu maior e especial agradecimento é para o Joaquim Jorge, que ao longo de todos estes anos sempre me incentivou e encorajou a prosseguir os meus sonhos e aventuras.

## ÍNDICE

<b>Resumo</b> .....	<b>V</b>
<b>Abstract</b> .....	<b>V</b>
<b>1 Introdução</b> .....	<b>1</b>
<b>2 O Relacionamento Otomano/Turco com o Ocidente - Perspectiva</b>	
<b>Histórica</b> .....	<b>7</b>
2.1 O Império Otomano e as Potências Europeias nos Séculos XIV a XVII .....	8
2.2 O Império Otomano e as Potências Europeias nos Séculos XVIII a XX .....	15
2.3 A Política Externa entre 1923 e 1945 – O Período da Neutralidade .....	24
2.4 A Política Externa entre 1945 e 1990 – Aproximação ao Ocidente .....	28
2.5 A Política Externa no Pós Guerra Fria .....	31
2.6 Reflexões sobre o Relacionamento Otomano/Turco e Ocidente .....	35
<b>3 O Processo de Adesão da Turquia à UE</b> .....	<b>41</b>
3.1 A Perspectiva Histórica do Processo de Adesão .....	41
3.2 As Questões Controversas no Processo de Adesão Turco à UE .....	45
3.3 As Questões de Política Externa por Resolver .....	72
3.4 Reflexões sobre as Questões Controversas na Relação Turquia – UE .....	80
<b>4 A Política Externa Turca e a UE: Convergência ou Divergência de</b>	
<b>Interesses?</b> .....	<b>93</b>
4.1 A Política Externa do AKP: Ruptura ou Continuidade? .....	95
4.2 Aproximação ao Médio Oriente .....	98
4.3 Ponte com o Ocidente ou “Jogo Duplo”? .....	108
4.4 Reflexões sobre a Turquia e o Médio Oriente – Uma Mais Valia para a UE? .....	119
<b>5 O Caso da Segurança Energética</b> .....	<b>125</b>
5.1 O Conceito de Segurança Energética .....	127
5.2 As Necessidades Energéticas da UE .....	129
5.3 A Política Energética Europeia .....	145
5.4 O “Quarto Corredor” Energético .....	148
5.5 A UE e a Rússia – Razões para o “Quarto Corredor” .....	155
5.6 Os Potenciais Fornecedores de Gás à UE .....	158
5.7 A Turquia e as Regiões Produtoras – Implicações na Segurança Energética .....	168
5.8 Reflexões sobre a Dimensão Energética no Relacionamento Turquia e UE .....	177
<b>6 Conclusões</b> .....	<b>185</b>
<b>Bibliografia</b> .....	<b>193</b>

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 3-1 Dados Demográficos da UE .....	49
Quadro 3-2 Dados Comparativos do PIB .....	51
Quadro 3-3 Sectores da Economia turca e UE .....	52
Quadro 3-4 Distribuição dos Fundos da UE, 2014-2020 .....	53
Quadro 3-5 PNB e Despesas por País, UE, 2010 .....	54
Quadro 3-6 Distribuição de Deputados no Parlamento Europeu .....	58
Quadro 5-1 Consumo e Produção de Gás na UE-27 .....	130
Quadro 5-2 Consumo e Produção de Gás de várias Regiões .....	131
Quadro 5-3 Excedente e Défice de Gás 2009-2019 .....	131
Quadro 5-4 Excedente e Défice de Gás, África e Médio Oriente .....	132
Quadro 5-5 UE - Quantidade Gás Importado e Origem, 2010 .....	135
Quadro 5-6 Outros países Europa – Quantidade Gás Importado e Origem, 2010 .....	136
Quadro 5-7 Número de Ataques a Navios .....	139
Quadro 5-8 <i>Shale Gas</i> na Europa .....	143
Quadro 5-9 <i>Pipelines</i> na Turquia .....	149

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 5-1 Produção e Consumo nas várias Regiões do Mundo .....	133
Figura 5-2 Gás Natural Importado via <i>Pipeline</i> , 2010 .....	134
Figura 5-3 Procura e Oferta de Gás na Europa, GNL vs <i>Pipelines</i> .....	138
Figura 5-4 Capacidades de Importação da UE .....	140
Figura 5-5 Reservas Estimadas de <i>Shale Gas</i> .....	142

## Resumo<sup>1</sup>

Este trabalho tem como principal objectivo analisar a política externa da Turquia e o relacionamento deste país com a União Europeia, o qual tem uma longa tradição histórica. Pela sua relevância para este relacionamento, é dada uma especial ênfase aos aspectos de política externa ligados com a segurança energética europeia. Desta forma, os particularismos da posição geoestratégica da Turquia e as suas relações com as regiões do Médio Oriente, Cáucaso e Ásia Central ocupam um lugar significativo na análise. Por último, procura-se ainda avaliar os eventuais benefícios que poderão resultar de uma adesão da Turquia à União Europeia, em especial no caso da segurança energética.

**Palavras-chave:** Turquia, União Europeia, Segurança Energética, Política Externa

## Abstract

Our main objective is to study Turkey's foreign policy and its historical relationship with the European Union. Throughout this work, we emphasize aspects of foreign policy related to energy security. Thus, the special nature of Turkey's geostrategic position and its relations with the regions of the Middle East, Caucasus and Central Asia occupies a central place in this analysis. Finally, we seek to evaluate possible benefits that may result from Turkey's accession to the European Union, especially regarding energy security.

**Keywords:** Turkey, European Union, Energy Security, Foreign Policy

---

<sup>1</sup> Esta dissertação tem a dimensão aproximada de 60.000 palavras.

## Lista de Siglas e Acrónimos

- ACG – *Azeri-Chirag-Gunashli*.
- IEA/AIE – *International Energy Agency* / Agência Internacional de Energia.
- AKEL – *Anorthotikon Komma Ergazemenou Laou* / Partido Progressista do Povo Trabalhador.
- AKP – *Adalet ve Kalkinma Partisi* / Partido da Justiça e do Desenvolvimento.
- BCM – *Billion Cubic Meters* / Mil Milhões de Metros Cúbicos.
- BEI – Banco Europeu para o Investimento.
- BERD – Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento.
- BP – *British Petroleum*.
- BSEC – *Black Sea Economic Cooperation* / Organização para a Cooperação no Mar Negro.
- BTC – Baku-Tblissi-Ceyhan.
- BTE – Baku-Tblissi-Erzurum.
- CAC – *Central Asia Centre* / Centro da Ásia Central.
- CDU – *Christlich-Demokratische Union* / União Democrata-Cristã.
- CEE – Comunidade Económica Europeia.
- CENTO – *Central Treaty Organization* / Organização do Tratado Central.
- CHP – *Cumhuriyet Halk Partisi* / Partido Republicano do Povo.
- CIA – *Central Intelligence Agency* / Agência Central de Informação.
- CIS - *Commonwealth of Independent States* / Comunidade de Estados Independentes.
- DEIK – *Dis Ekonomik Iliskiler Kurulu* / Conselho para as Relações Económicas Externas da Turquia.
- DTP– *Demokratik Toplum Partisi* / Partido da Sociedade Democrática.
- ECT – *Energy Charter Treaty* / Tratado da Carta de Energia.
- EDF – *Électricité de France* / Companhia de Electricidade Francesa.
- EIA – *Energy Information Administration* / Agência de Informação de Energia.
- ENI – *Ente Nazionale Idrocarburi S.p.A* / Multinacional Italiana de Petróleos.
- EUA – Estados Unidos da América.
- EU-TEN – *European Union Trans European Network* / Rede Transeuropeia.
- FP – *Fazilet Partisi* / Partido da Virtude.
- FRR – Força de Reacção Rápida.
- FSU – *Former Soviet Union* / Antigos países da União Soviética.
- GAP – *Guneydogu Anadolu Project* / Projecto das Barragens da Anatólia.

GNC – Gás Natural Comprimido.

GNL – Gás Natural Liquefeito.

HAMAS – *Harakat al-Muqawamat al-Islamiyyah* / Movimento de Resistência Islâmica.

ICC – *International Chamber of Commerce* / Câmara de Comércio Internacional.

IDE – Investimento Directo Estrangeiro.

IFOR – *Implementation Force* / Força da NATO na Bósnia Herzegovina.

IGI – Interconector Grécia – Itália.

IMB – *International Maritime Bureau* / Delegação Marítima Internacional.

IMO – *International Maritime Organization* / Organização Marítima Internacional.

IOC – *International Oil Company* / Companhia de Petróleo Internacional.

ISAF – *International Security Assistance Force* / Força Internacional de Segurança.

ITG – Interconector Turquia – Grécia.

ITGI – Interconector Turquia - Grécia – Itália.

KFOR – *Kosovo Force* / Força do Kosovo.

MHP – *Milliyetci Hareket Partisi* / Partido da Acção Nacionalista.

MSP – *Milli Selamet Partisi* / Partido de Salvação Nacional.

MOL – *Magyar Olaj* / Companhia de Gás da Hungria.

MOU – *Memorandum of Understanding* / Memorando de Entendimento.

MUSIAD – *Mustakil Sanayici ve İşadamları Dernegi* / Associação dos Empresários e Industriais Independentes.

NATO – *North Atlantic Treaty Organization* / Organização do Tratado do Atlântico Norte.

OEEC – *Organization for Economic European Cooperation* / Organização para a Cooperação da Economia Europeia.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

OLP – Organização para a Libertação da Palestina.

OMV – *Österreichische Mineralölverwaltung* / Autoridade Austríaca para o Petróleo e Minerais.

ONU – Organização das Nações Unidas.

PAC – Política Agrícola Comum.

PECO – Países da Europa Central e Oriental.

PESC – Política Externa e de Segurança Comum.

PCSD – Política Comum de Segurança e Defesa.

PIB – Produto Interno Bruto.

PKK – *Partiya Karkeran Kurdistan* / Partido dos Trabalhadores do Curdistão.

PMEs – Pequenas e Médias Empresas.

PNB – Produto Nacional Bruto.

PPP – *Purchasing Power Parity* / Paridade em Poder de Compra.

PSA – *Production Sharing Agreement* / Acordo de Partilha na Produção.

RP – *Refah Partisi* / Partido da Prosperidade.

RWE – *Rheinisch-Westfälisches Elektrizitätswerk AG* / Companhia de Gás e Electricidade Alemã.

SFOR – *Stabilization Force* / Força de Estabilização.

TAP – *Trans-Adriatic-Pipeline* / Gasoduto que atravessa o Adriático.

TCM – *Trillion Cubic Meters* / Mil Biliões de Metros Cúbicos.

TESEV – *Turkiye Ekonomik ve Sosyal Etudler Vakfı* / Fundação para os Estudos Sociais e da Economia Turca.

TIKA – *Turkish International Cooperation and Development Agency* / Agência Internacional Turca para a Cooperação e o Desenvolvimento.

TOBB – *Turkye Odalar ve Borsalar Birligi* / União das Câmaras e Trocas de Mercadorias da Turquia.

TUSIAD – *Turk Sanayicileri ve İşadamları Dernegi* / Associação dos Industriais e Empresários Turcos.

TUSKON – *Turkiye İşadamları ve Sanayiciler Konfederasyonu* / Confederação dos Industriais e Empresários da Turquia.

UE – União Europeia.

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

# **1 Introdução**

---

Qualquer debate sobre a adesão da Turquia à União Europeia (UE) reveste-se sempre de grande intensidade e controvérsia. Foi precisamente a vontade e curiosidade de melhor perceber as raízes e motivos que originam pontos de vista tão distintos, que despertou o interesse em aprofundar o tema do relacionamento da Turquia com a UE. Para além disso, a questão da segurança energética despertou ainda maior curiosidade, dado ser um assunto que, embora consensualmente importante, normalmente é objecto de análises relativamente superficiais nos estudos políticos sobre esta temática.

Para efeitos desta análise, a metodologia adoptada assentou em larga medida numa pesquisa bibliográfica e documental, onde se procurou levantar e confrontar as diferentes fontes primárias e/ou secundárias e linhas de argumentação. Assim, a opção principal foi uma metodologia de tipo qualitativo assente em técnicas de interpretação documental e na intuição e avaliação do investigador. Complementarmente, recorreu-se, também, a técnicas quantitativas, sobretudo para a parte relativa ao caso da segurança energética. Importa ainda acrescentar que, pela própria natureza do objecto de estudo, a abordagem é também de tipo pluridisciplinar (histórica, política, geopolítica e de relações internacionais).

País de grande dimensão e herança histórica, a Turquia situa-se numa região de grande interesse geoestratégico e geopolítico, o que a levou ao longo dos séculos e até aos nossos dias, a ser parte integrante de grandes questões da história e da política europeia. O contrapeso dos Habsburgos, a paz de Vestefália, o Congresso de Viena, a defesa dos Estreitos e do Mediterrâneo, a Guerra Fria e a segurança energética europeia, são apenas alguns exemplos da história antiga ou mais recente

da Europa, que, em maior ou menor grau, envolveram ou envolvem o Império Otomano/Turquia e as potências europeias.

O facto de o Império Otomano/Turquia estar bastante ligada à história da Europa, não a torna aos olhos de muitos necessariamente parte desta. A demonstrá-lo está o processo de aproximação e de negociações de adesão à UE (cujas origens mais remotas podem ser datadas a 1959, sendo muito anteriores a outros Estados que são actuais membros), não se encontrar concluído. Depois de muitas vicissitudes, só em 2005 foram formalmente iniciadas negociações de adesão. Todavia, e pelas múltiplas razões que analisaremos ao longo deste trabalho, os progressos têm sido escassos. A ausência de progressos na adesão não significa, necessariamente, que não possa existir convergência de interesses entre a UE e a Turquia. Para avaliar a convergência, ou eventual divergência, serão analisadas as questões económicas e de estabilidade política nas regiões do Médio Oriente, Cáucaso e Ásia Central, bem como os aspectos relativos à segurança energética europeia. Centraremos uma parte significativa da abordagem na discussão sobre os possíveis interesses comuns, bem como na análise das questões que dividem os europeus. Daremos ainda maior ênfase à análise dos aspectos de política externa que poderão beneficiar de uma abordagem conjunta, trazendo benefícios tanto à UE como à Turquia. O nosso objectivo é no fundo procurar responder à questão de que em que medida será possível delinear políticas comuns entre a Turquia e a UE e quais os ganhos que daí resultariam para ambas.

Assim, o trabalho inicia-se com um capítulo dedicado à análise da história da política externa otomana e turca e ao relacionamento com os países europeus ao longo dos séculos. Serão passadas em revista as origens, o apogeu e o declínio do Império Otomano focando-se o modo como este se relacionou com as grandes potências da época: França, Grã-Bretanha, Áustria-Hungria, Alemanha e Rússia. A história da política externa da República da Turquia (iniciada com a assinatura do tratado de

Lausana e com a subida ao poder de Atatürk<sup>2</sup>, em 1923), será em seguida passada em revista. A análise abrangerá todo o século XX e inícios do século XXI até aos nossos dias, marcado pela subida ao poder do *Adalet ve Kalkınma Partisi* (AKP). Um outro aspecto abordado neste capítulo, mas debatido com maior profundidade mais à frente, é a relação da Turquia com o mundo árabe e muçulmano. Sendo este um ponto controverso da actual política externa do AKP, procuraremos também averiguar se este é um dado recente ou se porventura existem paralelismos em períodos históricos anteriores.

O conturbado processo de adesão da Turquia à UE reveste-se de múltiplas vicissitudes que serão analisadas no capítulo seguinte. Sempre que se levanta a questão da adesão turca, surge um conjunto de temas que são normalmente objecto de discussão e para os quais encontramos quase sempre defensores e opositores. Procurámos, por isso, lançar um olhar crítico sobre estas questões, tentando distinguir entre aquelas que poderão constituir um obstáculo efectivo e outras que são, pela sua natureza, mais facilmente ultrapassáveis. Serão assim analisados os aspectos económicos, como a dimensão do país, a economia e a demografia turca. Estes revelam-se importantes pelas implicações que poderão vir a ter nas necessidades de reformular as instituições e políticas europeias. De seguida, será analisada a raiz cultural, religiosa e política islâmica da Turquia e do impacto que esta poderá ter na condução da política externa. A ideia é avaliar até que ponto uma elite imbuída dos tradicionais valores islâmicos e de forte proximidade com o AKP poderá constituir obstáculo ao processo de integração da Turquia na UE.

Algumas das principais razões da grande complexidade do processo de adesão da Turquia surgem da questão curda e dos conflitos que opõem a Turquia à Grécia e ao Chipre. Por motivos que serão avançados nesse capítulo, a ausência de

---

<sup>2</sup> Sempre que forem mencionados neste trabalho nomes de origem turca, estes serão escritos, por motivos de simplificação, utilizando os caracteres do alfabeto português.

soluções para qualquer uma destas questões tem impacto na segurança europeia e no desenvolver de políticas conjuntas. Constituem, por isso, aspectos fundamentais do processo de adesão tanto no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) como da Política Externa e de Segurança Comum (PESC).

Um outro aspecto não menos controverso é a actual política externa do governo do AKP relativamente ao mundo árabe e muçulmano, que será objecto de discussão no capítulo IV. Partiremos de uma análise comparativa entre a política externa kemalista e a do AKP, de modo a detectarmos aspectos de ruptura ou continuidade. Esta análise é relevante, pois o governo do AKP é muitas vezes acusado de estar a seguir uma política externa de proximidade com o Médio Oriente. Ao mesmo tempo, esta actuação é, frequentemente, vista como uma divergência em relação ao Ocidente e aos seus interesses, podendo assim constituir uma ameaça ao processo de adesão europeia. Serão assim estudadas as razões que aproximam a Turquia do Médio Oriente, colocando em confronto os motivos religiosos por oposição aos motivos económicos e da segurança territorial. Perceber até que ponto este relacionamento poderia beneficiar as relações turco-europeias no âmbito de uma política externa comum para a região, é um dos objectivos deste capítulo, usando um exemplo concreto, que é o do Irão. Esta dimensão da análise vai assumir especial relevo no capítulo seguinte, onde aprofundaremos as questões da segurança energética.

Por último e em maior detalhe, será debatido no capítulo V a segurança energética europeia. O conceito de segurança energética é vasto e tem evoluído desde a sua origem até aos dias de hoje, pelo que será feita uma reflexão prévia sobre o seu significado actual. Embora a segurança energética abranja o abastecimento de todo o tipo de hidrocarbonetos (e com especial relevo o petróleo e o gás), este trabalho irá focar-se no abastecimento do gás aos países da UE, por representar um maior desafio do que o abastecimento do petróleo. A Turquia tem procurado constituir-se

como actor importante nesta questão e hoje grande parte das *pipelines* que constituem o “quarto corredor” energético, no qual a UE tem feito grandes apostas, passam pelo seu território. Não sendo totalmente claro quem poderão ser os principais fornecedores de gás à UE, existe, no entanto, apenas um conjunto restrito de países que o poderá fazer, quer pelas suas reservas, quer pela sua proximidade geográfica. A UE tem hoje uma forte dependência do gás russo mas os acontecimentos políticos e de interrupção de fornecimentos em 2006, 2008 e 2009, bem como a crescente procura da necessidade de gás que se antecipa no futuro, aceleraram as necessidades de diversificação dos fornecedores que possui. Sendo os países do Cáucaso, Médio Oriente e Ásia Central potenciais fornecedores alternativos à Rússia e às crescentes reduções no gás produzido na Europa, pareceu-nos pertinente analisar o relacionamento da Turquia com os países destas regiões e as implicações que este poderá ter para a UE. Existem vários aspectos que podem ameaçar o abastecimento vindo destes países, desde os problemas legais no Mar Cáspio, que impedem a construção de *pipelines* importantes para o abastecimento europeu, até à crescente procura de gás por parte da China e o seu ascendente sobre os países da região. A relevância da Turquia na “diplomacia das *pipelines*” e o seu interesse estratégico para a UE será discutido neste capítulo.

Resta ainda referir que, na parte final de cada capítulo, serão apresentadas algumas reflexões sobre os diferentes aspectos analisados, as quais, de alguma maneira, antecipam conclusões que referiremos no final do trabalho. Após esta breve apresentação, vamos, em seguida, aprofundar as questões aqui enunciadas.



## **2 O Relacionamento Otomano/Turco com o Ocidente - Perspectiva Histórica**

---

Nos dias de hoje assistimos a um amplo debate sobre o papel que a Turquia tem procurado assumir num mundo cada vez mais global bem como a sua apetência para líder regional. Qualquer discussão sobre a actual política externa turca deve ter em conta o relacionamento existente no passado (otomano e turco), com o Ocidente, bem como com as regiões vizinhas do Médio Oriente, Cáucaso e Ásia Central.

Parece-nos por isso adequado iniciar a nossa análise com uma síntese histórica sobre o Império Otomano e a Turquia, direccionada para os seus aspectos de relacionamento (ou seja, de política externa) com o Ocidente. Com isto, pretendemos passar em revista alguns dos principais acontecimentos históricos que marcaram a vida do Estado otomano/turco ao longo dos séculos. O intuito é o de tentar perceber se, na sua política externa, está enraizada uma “vocação Ocidental”, ou se, pelo contrário, predominou uma orientação para outras regiões, como o Médio Oriente e o mundo islâmico.

A importância desta análise histórica resulta do facto de poder permitir encontrar as razões mais profundas que levam a Turquia a prosseguir com o seu esforço de adesão à UE. Isto quando têm surgido múltiplos obstáculos nesse processo, incluindo vários Estados-membros da UE que, de uma ou de outra forma, se opõem, na prática, a essa mesma adesão plena. Analisemos então, nas suas grandes linhas, a forma como decorreu esse relacionamento, desde o Império Otomano até aos nossos dias.

## 2.1 O Império Otomano e as Potências Europeias nos Séculos XIV a XVII

Em termos gerais, pode-se afirmar que nesse período histórico de cerca de três séculos, o relacionamento do Império Otomano com o Ocidente europeu se caracterizou por uma espécie de *realpolitik* ofensiva, virada para a expansão e consolidação territorial. Esta decorreu, em grande, parte no reinado de dois grandes Sultões - Mehmed II e Solimão - embora, até Mehmed II, seis Sultões tivessem já conquistado importantes territórios em solo europeu: Bursa (1326), Niceia (1331) e Adrianópolis (1361), o Sul da Bulgária e Trácia (1363-65), Sófia (1385) e a Sérvia (1439).

Mehmed II (1446-1481), conquistou Constantinopla (1453) – facto que simbolicamente representou o fim do Império Bizantino ou Império Romano do Oriente –, tendo-se esta cidade tornado (de novo) o centro de comércio entre a Ásia/Médio Oriente e a Europa. Sob a sua liderança o Império Otomano, estendeu-se e consolidou-se em solo europeu, na vizinha península Balcânica, através da conquista e/ou domínio da Sérvia, Bósnia, Albânia, Rodes, Valáquia e Moldávia<sup>3</sup>.

Com Solimão (1520-1566), o Império atingiu o seu apogeu. Instigado por Francisco José I, que perdera a batalha de Pavia para Carlos V (1525), Solimão invadiu a Hungria (batalha de Mohács). Esta só foi no entanto conquistada definitivamente para o Império Otomano em 1543. Para o Oriente, as conquistas de Solimão estenderam-se a Tabriz e região circundante no Irão, e Bagdade, na baixa Mesopotâmia, Eufrates e Tigre, abrangendo, também, uma parte do golfo Pérsico. Lutou ainda contra o Império Persa, campanhas nas quais ele próprio se envolveu, enquanto as campanhas no Mar Mediterrâneo dirigidas por Barbarossa, auxiliavam os franceses contra Carlos V. O Império detinha nesta época importantes terras em África: Argélia (1516), Tripoli (1551), tendo conquistado Marrocos em 1578.

---

<sup>3</sup> Lord Kinross, *The Ottoman Centuries: The Rise and Fall of the Turkish Empire*, New York, Perennial, 2002, p.142.

O facto de grande parte deste período ser marcado por um forte poderio militar e pela expansão territorial bem sucedida, levou a que a diplomacia otomana fosse feita de um modo *ad-hoc*, e pouco baseada nos princípios europeus. A diplomacia otomana nesta época é marcada por: 1) capitulações; 2) ausência de uma estrutura diplomática de embaixadores residentes; 3) alianças para a contenção dos Habsburgos.

As capitulações<sup>4</sup> eram a única forma permanente de diplomacia entre os otomanos e as potências europeias. As primeiras capitulações foram estabelecidas com os franceses<sup>5</sup> e posteriormente com ingleses e holandeses. Para nos apercebermos da sua importância, as mesmas só terminaram em 1923, na assinatura do tratado de Lausana (que marcou o fim formal do Império Otomano e o surgimento da República da Turquia), pois os europeus consideravam-nas um direito adquirido e uma obrigação otomana<sup>6</sup>. Estas eram, assim, uma forma de estabelecer relações com os países que os otomanos consideravam estrategicamente importantes e também um modo de impedirem que o Império ficasse dependente de uma só potência nas suas

---

<sup>4</sup> As capitulações originadas no Médio Oriente derivam do latim “Capitula”, os capítulos dos tratados. De acordo com Lewis, tratam de uma época em que os muçulmanos estavam no auge do poder e impunham as suas regras aos comerciantes europeus. O conceito moderno é mais de “rendição”, quando a hegemonia europeia passou a impor condições e privilégios que eram abusivos e desfavoráveis ao muçulmanos. Segundo o princípio das capitulações francesas, os estrangeiros regiam-se pelas suas próprias leis no Império Otomano, não estando sujeitos às leis turcas. Pagavam impostos ao sultão, iguais, ou pouco superiores aqueles pagos pelos súbditos otomanos. Só podiam ser presos ou deportados pelos embaixadores dos seus países. As disputas entre cidadãos de um país que usufruísse das capitulações só poderiam ser resolvidas pelas autoridades desse país. Enquanto que as comunidades eram pequenas, não ocorriam muitas questões, mas no século XIX estas passaram a ser importantes. Bernard Lewis, *A Linguagem Política do Islão*, Edições Colibri, 2001, pp. 120-121; Timur Kuran, “Islam and Economic Underdevelopment Legal Roots of Organizational Stagnation in the Middle East”, Chapter 10, *The Logic of the Ottoman Capitulations*, May 2005, pp. 8-9; Lord Kinross, *The Ottoman Centuries: The Rise and Fall of the Turkish Empire*, New York, Perennial, 2002, pp. 204, 321 e 329.

<sup>5</sup> As capitulações francesas detinham alguns princípios que também existiam nos acordos e privilégios comerciais concedidos pelos mamelucos a Veneza (1442) e Florença (1497). Daí poderem surgir algumas dúvidas sobre a quem foram concedidas as primeiras capitulações. Tomaremos como fonte Timur kuran. Timur Kuran, “Islam and Economic Underdevelopment Legal Roots of Organizational Stagnation in the Middle East”, Chapter 10, *The Logic of the Ottoman Capitulations*, May 2005, p. 8.

<sup>6</sup> Esta visão mostra como as capitulações evoluíram ao longo dos séculos. Inicialmente concedidas às potências estrangeiras pelos sultões como privilégios unilaterais, que teriam que ser renovadas com o início do reinado de um novo sultão, adquiriram um carácter distinto a partir de 1683, quando o império entrou em declínio. Para uma história sobre a evolução das capitulações, ver Feroz Ahmad, *From Empire to Republic, Essays on the Late Ottoman Empire and Modern Turkey*, Vol. 2, Istanbul, Istanbul Bilgi University Press, 2008, pp. 19-44.

relações comerciais<sup>7</sup>.

As capitulações com a França<sup>8</sup> foram estabelecidas em 1535, no período de Solimão, o que permitiu aos franceses e comerciantes de outras nações que navegavam sobre bandeira francesa, obterem uma supremacia sobre o comércio no Mediterrâneo. Este tratado teve especial relevo ao conceder a uma potência estrangeira um conjunto de privilégios que marcaram as relações e o predomínio da França em território otomano por vários anos. Concedeu aos embaixadores franceses precedência sobre os dos outros países<sup>9</sup>, embora esta pudesse mudar de acordo com a vontade do Grão-vizir e da preferência que mostrava no momento pelos Estados<sup>10</sup>. Este tipo de acordo foi mais tarde estendido a outras potências. A rainha Isabel da Inglaterra também procurou aproximar-se da Sublime Porta, (com Murad III) requerendo que os navios ingleses navegassem com a sua bandeira e não com a bandeira francesa<sup>11</sup>. Os motivos subjacentes a esta aproximação eram comerciais mas também políticos. Em 1580 os ingleses obtiveram dos otomanos capitulações semelhantes às dos franceses, pois o sultão Murad III via nos ingleses um potencial aliado contra a coligação Veneza, Espanha e Papado, e um fornecedor de material bélico.

---

<sup>7</sup> Contra o domínio veneziano apoiaram os genoveses e florentinos no século XV; os franceses lideraram no século XVI, tendo sido seguidos pelos ingleses e holandeses no século XVII. Yuri Yurdusev, "The Ottoman Attitude Toward Diplomacy", in Yuri Yurdusev (ed), *Ottoman Diplomacy, Conventional or Unconventional?*, Houndmills-Hampshire, Palgrave Macmillan, 2004, pp. 23.

<sup>8</sup> Kuran defende que as capitulações francesas eram revogáveis visto o sultão deter um forte poderio militar que lhe permitia supremacia sobre as potências europeias. Normalmente estas eram concedidas por um sultão, mas tinham que obrigatoriamente ser renovadas pelo sultão seguinte. Existiam no entanto obrigações recíprocas entre a França e os otomanos. Dos 16 artigos que compunham o tratado, 5 impunham reciprocidade e 2 endereçavam preocupações de cada um dos lados. Os restantes 9 davam privilégios à França sem reciprocidade. Timur Kuran, "Islam and Economic Underdevelopment Legal Roots of Organizational Stagnation in the Middle East", Chapter 10, *The Logic of the Ottoman Capitulations*, May 2005, p. 8.

<sup>9</sup> Segundo Kinross, e ao contrário de Kuran, as capitulações eram bilaterais e não unilaterais, não podendo por isso ser revogadas pelo sultão, o que deu aos franceses grandes privilégios como a precedência dos embaixadores franceses. Lord Kinross, *The Ottoman Centuries: The Rise and Fall of the Turkish Empire*, New York, Perennial, 2002, pp. 320-321.

<sup>10</sup> Bulent Ari, "Early Ottoman Diplomacy", in Yuri Yurdusev (ed), *Ottoman Diplomacy, Conventional or Unconventional?*, Houndmills-Hampshire, Palgrave Macmillan, 2004, p. 47.

<sup>11</sup> A liberdade de livre comércio que se obtinha com as capitulações eram estendidas a outras nações que não detinham capitulações, desde que ficassem a navegar sobre a bandeira do país que detinha a capitulação e desde que fosse pago uma taxa ao cônsul deste país. Bulent Ari, "Early Ottoman Diplomacy", in Yuri Yurdusev (ed), *Ottoman Diplomacy, Conventional or Unconventional?*, Houndmills-Hampshire, Palgrave Macmillan, 2004, p. 41; Lord Kinross, *The Ottoman Centuries: The Rise and Fall of the Turkish Empire*, New York, Perennial, 2002, pp. 321-325.

Nos períodos de Murad III e Mehmed III assistimos assim a uma rivalidade entre franceses e ingleses na influência que tentavam exercer sobre o Império Otomano. Os holandeses também obtiveram capitulações em 1612, ficando a navegar sob bandeira britânica. Para os otomanos, o relacionamento com estes países era importante dado o seu poderio naval.

A ausência de uma estrutura diplomática de embaixadores residentes - característica que só surgiu com o moderno sistema de diplomacia, tendo origem nas cidades-estado Italianas (meados do século XV) -, marcava também a diplomacia turca<sup>12</sup>. A principal função dos embaixadores residentes era obter informações para o seu rei, mas os otomanos repudiaram durante bastante tempo as embaixadas residentes tendo enviado o seu primeiro embaixador apenas em 1793. Existem teorias distintas que procuram explicar esta política. Para alguns autores<sup>13</sup> este comportamento é explicado pela religião. Esta não permitia o envio de embaixadores turcos residentes, pois representava a aceitação de um princípio de reciprocidade e igualdade, condenado pelo Islão. Outra possível explicação era o facto de o Império não pertencer ao Sistema de Estados Europeus, não partilhando por isso nem as regras nem as instituições que dele emanavam. Só no século XIX com a assinatura do tratado de Paris (1856) é que os otomanos passaram a pertencer ao Concerto Europeu<sup>14</sup>.

No entanto, a Sublime Porta recebia as embaixadas ou enviados estrangeiros, sendo mesmo tolerante em relação a países com os quais as relações não fossem as melhores, como por exemplo a Áustria. A primeira representação diplomática foi estabelecida pela França em 1535, mas no final do século XVI muitas das potências

---

<sup>12</sup> M. S. Anderson, *The Rise of Modern Diplomacy, 1450-1919*, Harlow, Essex, Longman Group UK, 1993, pp. 71-72.

<sup>13</sup> Yuri Yurdusev, "The Ottoman Attitude Toward Diplomacy", in Yuri Yurdusev (ed), *Ottoman Diplomacy, Conventional or Unconventional?*, Houndmills-Hampshire, Palgrave Macmillan, 2004, pp. 5-35.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 13.

europeias já possuíam embaixadas permanentes em Istambul<sup>15</sup>.

O facto de não possuírem embaixadores permanentes não significava que os otomanos não estivessem informados sobre os acontecimentos na Europa. Os sultões tinham estabelecido uma rede de informação que lhes permitia compensar a ausência de embaixadores residentes. Por outro lado também enviavam ocasionalmente delegações temporárias com fins diversos, como demarcações de fronteiras, estabelecimento de acordos de paz ou envio de cartas do sultão, que lhes permitia obter informação sobre os desenvolvimentos nas capitais europeias<sup>16</sup>.

O terceiro e último ponto é marcado pela contenção expansionista dos Habsburgos. Acontecimentos históricos parecem demonstrar o envolvimento dos otomanos já nas primeiras Guerras Italianas, em 1494, mantendo relações com as cortes italianas, e auxiliando Nápoles e o Papado no combate a Carlos VIII, rei da França. Mas as alianças nesta época eram muito pontuais. Aconteciam com a França, de modo a conter a expansão do Império Habsburgo, que em 1500 e durante quase século e meio ameaçava ser a força política e religiosa dominante na Europa. Em 1532, Francisco I da França admitiu ao embaixador veneziano que a Sublime Porta era um garante contra as tendências unificadoras de Carlos V. As alianças aconteciam também com ingleses e holandeses, que beneficiaram do apoio otomano contra as tentativas hegemónicas da Casa dos Habsburgos, contrariando assim a criação de um sistema Cristão Europeu, e defendendo as outras religiões vigentes, Calvinismo e Protestantismo. Assim, a pressão dos otomanos sobre os Habsburgos foi decisiva na manutenção do equilíbrio entre Estados Europeus e na criação do sistema de Estados-Nação (1648)<sup>17</sup>.

---

<sup>15</sup> G. R. Berridge, "Diplomatic Integration with Europe before Selim III", in Yuri Yurdusev (ed), *Ottoman Diplomacy, Conventional or Unconventional?*, Houndmills-Hampshire, Palgrave Macmillan, 2004, p. 117.

<sup>16</sup> Bulent Ari, "Early Ottoman Diplomacy", in Yuri Yurdusev (ed), *Ottoman Diplomacy, Conventional or Unconventional?*, Houndmills-Hampshire, Palgrave Macmillan, 2004, pp. 48-55.

<sup>17</sup> Yuri Yurdusev "The Ottoman Attitude Toward Diplomacy", in Yuri Yurdusev (ed), *Ottoman Diplomacy*,

Os avanços territoriais dos otomanos tinham mostrado aos europeus um exército bem organizado e moderno. Durante séculos, estiveram bem à frente da Europa tanto nos aspectos militares, como nos culturais e tecnológicos. A política de *Devshirme*<sup>18</sup> originava tropas leais e dedicadas, e a tolerância de diferentes raças e religiões também atraía talentos gregos e judeus para servirem o sultão. No reino de Solimão, existiam 14 milhões de súbditos (comparados com 5 milhões em Espanha e 2.5 milhões em Inglaterra). Constantinopla era em 1600, maior do que qualquer cidade europeia (500 mil habitantes)<sup>19</sup>.

Os otomanos foram no entanto vítimas do seu próprio sucesso. Durante algum tempo conseguiram defender os territórios conquistados mas a expansão obrigava a investimentos e despesas que o Império não conseguia suportar. Na segunda metade do século XVI este já mostrava sinais de sobrecarga<sup>20</sup>: um largo exército na Europa Central, uma operação naval extensa no Mediterrâneo, tropas no Norte de África, Mar Egeu, Chipre e Mar Vermelho. Como refere Lewis<sup>21</sup>, no século XVI, os otomanos não conseguiam passar os limites dos territórios que tinham alcançado até então. No Oriente encontraram uma Pérsia bem organizada. Nas águas orientais foram travados pelos portugueses e na Crimeia pelos russos.

Para Lewis, existem quatro razões que marcaram o início do declínio otomano<sup>22</sup>: 1) o fim da expansão territorial na direcção da Europa 2) as exigências das guerras do século XVI e XVII; 3) as descobertas de outros caminhos marítimos que tornaram o Mediterrâneo secundário e 4) o aumento do preço dos metais preciosos vindos da América.

---

*Conventional or Unconventional?*, Houndmills-Hampshire, Palgrave Macmillan, 2004, pp. 21-25.

<sup>18</sup> Recrutamento dos cristãos dos Balcãs para ingressarem nas elites políticas e militares do Império Otomano. Bernard Lewis, *The Emergence of Modern Turkey*, Oxford, Oxford University Press, 2002, p. 5.

<sup>19</sup> Paul Kennedy, *The Rise and Fall of the Great Powers*, London, Fontana Press, 1989, p. 13.

<sup>20</sup> Bernard Lewis, *The Emergence of Modern Turkey*, Oxford, Oxford University Press, 2002, pp. 24-25.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p. 24.

<sup>22</sup> *Ibid.*, pp. 26-34.

Toda a organização do Império (militar, administrativa, impostos e posse de terras) estava baseada na expansão territorial, tendo sido esta a forma do Império crescer e de os súbditos receberem recompensa e trabalho. Com o fim da capacidade deste se expandir, a estrutura desmoronou.

As guerras do século XVI e XVII exigiam armas de fogo e artilharia, o que requeria soldados profissionais pagos, e menos *Sipahis*<sup>23</sup>. Segundo Lewis<sup>24</sup> o número de soldados pagos aumentou de 48 mil (1567) para 100 mil (1620). Com dificuldades em pagar ao Exército, o Império estabeleceu novos impostos, muitas vezes arbitrários e abusivos, que recaíam sobretudo sobre os homens do campo<sup>25</sup>. Os *Sipahis* eram o garante do sistema agrário: com o seu fim, também este declinou.

A descoberta de outros caminhos via oceanos tinha tornado o Mediterrâneo num mar secundário. Embora o desastre não tivesse sido total, a realidade é que o comércio diminuía drasticamente. A partir do século XVII, o estabelecimento de concessões da Holanda e Grã-Bretanha na Ásia, e da transferência das rotas para o oceano, privou o Império Otomano do seu comércio e da troca de informação resultante da vinda de estrangeiros.

Por último, a descoberta dos caminhos marítimos trouxeram um aumento dos metais preciosos vindos da América, que originou uma depreciação da moeda de prata otomana face ao ouro e um aumento da inflação. Os otomanos não conseguiram controlar este fluxo excessivo, que tornou baratos os produtos base da sua economia, aumentando as importações de produtos manufacturados de outros países, destruindo as indústrias locais.

---

<sup>23</sup> Cavaleiros feudais que não recebiam salário mas sim terras. A mudança nas necessidades da guerra levou a que se aumentassem os soldados pagos, reduzindo a importância da cavalaria feudal, e portanto dos *Sipahi*, que recebiam as terras herdadas e que tinham por isso interesse em mantê-las. Quando estas passaram a ser dadas aos favoritos do palácio, mas com pouco interesse no sistema agrário, este colapsou. Bernard Lewis, *The Emergence of Modern Turkey*, Oxford, Oxford University Press, 2002, p. 30.

<sup>24</sup> Ibid.

<sup>25</sup> Lord Kinross, *The Ottoman Centuries: The Rise and Fall of the Turkish Empire*, New York, Perennial, 2002, p. 284.

Com o fim do século XVII, os otomanos deixaram a sua atitude expansionista e de conquista que os europeus temeram por quase três séculos. Iniciou-se uma retracção na Europa, consagrada num conjunto de tratados que levaram a perdas sucessivas de territórios. Dois tratados marcaram as relações diplomáticas dos otomanos neste período, o de Sitva-Torok<sup>26</sup> e o de Carlowitz<sup>27</sup>, ambos firmados com os Habsburgos.

## 2.2 O Império Otomano e as Potências Europeias nos Séculos XVIII a XX

Embora não sendo possível definir com exactidão o acontecimento que marcou o declínio do Império Otomano, podemos com toda a certeza afirmar que este ocorreu muito próximo do século XVIII. Uns consideram o tratado de Carlowitz (1699) outros o tratado de Kucuk Kaynarca<sup>28</sup>(1774), como o momento que marca o início do declínio<sup>29</sup>. Mas a questão importante é que a perda de territórios e o consequente início do desmembramento do Império originam uma viragem na política externa, adoptando uma estratégia mais defensiva, iniciando a reciprocidade diplomática e procurando a integração com o Sistema de Estados Europeus.

---

<sup>26</sup> O tratado de Sitva-Torok foi o reconhecimento do enfraquecimento do poder político dos otomanos. Existiu nesta fase um reconhecimento por parte dos otomanos da igualdade entre sultão e o imperador Habsburgo. Terminou a vassalagem e a Áustria deixou de pagar o tributo anual ao sultão, um reconhecimento da igualdade entre imperador e sultão. O tratado duraria 20 anos. Bernard Lewis, *The Emergence of Modern Turkey*, Oxford, Oxford University Press, 2002, p. 36.

<sup>27</sup> A conferência da paz aconteceu em 1698 em Carlowitz (Croácia). Tratado selado entre a Áustria e o Império Otomano. Os Habsburgos acederam a um tratado de paz por 25 anos, tendo ficado com a Eslavónia, Transilvânia e uma parte da Hungria. Os turcos ficaram com um terço da Hungria que possuíam anteriormente, passando a estar às portas dos Balcãs. A Polónia ficou com parte da Ucrânia e Podólia, Veneza ficou com Moreia e a maior parte das conquistas da Dalmácia e Albânia. O tratado foi assinado em 1699. Lord Kinross, *The Ottoman Centuries: The Rise and Fall of the Turkish Empire*, New York, Perennial, 2002, pp. 356-357.

<sup>28</sup> Tratado selado entre a Rússia e os otomanos. Nenhuma das potências deteria o Canato da Crimeia, mas ficaria reconhecida a independência dos tártaros, tanto na Crimeia como na Bessarábia. Seria governada por um príncipe nativo. A grande ameaça não resultava da independência, mas sim de uma futura anexação por parte dos russos, concretizada em 1783. Em termos religiosos, ficariam súbditos do sultão. Os russos ficariam com os fortes de Kertch e Yenikale, e com as cidades de Azov e Kinburn. Ficariam também com acesso ao Mar Negro, perdendo os turcos a supremacia que detinham. Os russos passariam a ter o direito de defender as minorias ortodoxas em território otomano, e estas o acesso aos lugares sagrados da Palestina. Os turcos readquiriram os territórios de Valáquia e Moldávia. Ibid., p. 405.

<sup>29</sup> D. Jung e W. Piccoli, *Turkey at the Crossroads: Ottoman Legacies and a Greater Middle East*, London, Zed Books, 2001, p. 32.

### 2.2.1 O Império Otomano e as Potências Europeias no Século XVIII

O século XVIII foi marcado por uma contracção do Império Habsburgo e pela expansão russa no próximo Oriente. A Áustria e a Rússia foram neste século os maiores inimigos do Império Otomano. O tratado de Passarovitz<sup>30</sup> (1718) assinado entre otomanos e austríacos levou a grandes cedências de território por parte dos otomanos. As guerras entre a Rússia e os otomanos neste século terminaram com a derrota destes últimos e com a assinatura dos tratados de Kucuk Kaynarca (1776) e de Jassy<sup>31</sup> (1792).

Este período trouxe também alterações na diplomacia e na atitude face à política externa. Com uma força militar em declínio, a manutenção do Império passou a ter uma componente importante na diplomacia de embaixadores residentes. Selim III enviou pela primeira vez representações diplomáticas permanentes em 1793 para as principais capitais europeias de então. Iniciou reformas em aspectos tão importantes como a forma de recrutar diplomatas, a atribuição de salários, as precedências e o modo de condução da política externa<sup>32</sup>. Mas existiram vários aspectos que levaram ao insucesso da diplomacia otomana neste século, dos quais destacamos três: o facto de o Império já não ser forte do ponto de vista militar, a ausência de uma diplomacia coordenada por um ministério com a conseqüente falta de comunicação entre os diplomatas e o Grão-vizir e a inexistência de um corpo diplomático educado em questões internacionais<sup>33</sup>. A diplomacia otomana mais sofisticada só viria a acontecer no século XIX com a criação do Ministério dos

---

<sup>30</sup> Cedência do resto da Hungria, grande parte da Sérvia, uma parte importante da Bósnia e uma parte considerável da Valáquia. Lord Kinross, *The Ottoman Centuries: The Rise and Fall of the Turkish Empire*, New York, Perennial, 2002, p. 376.

<sup>31</sup> Anthony Pagden, *Worlds at War*, Oxford, Oxford University Press, 2008, p. 381.

<sup>32</sup> As reformas encetadas estão detalhadamente descritas no paper de T. Naff, "Ottoman Diplomacy in the Reign of Selim III", *Journal of the American Oriental Society*, Vol. 83 N: 3, Aug./Sep., 1963, pp. 295-315.

<sup>33</sup> T. Naff, "Ottoman Diplomacy in the Reign of Selim III", *Journal of the American Oriental Society*, Vol. 83 N: 3, Aug./Sep., 1963, pp. 295-315; Omer Kurkcuoglu, "The Adoption and Use of Permanent Diplomacy", in Yuri Yurdusev (ed), *Ottoman Diplomacy, Conventional or Unconventional?*, Houndmills-Hampshire, Palgrave Macmillan, 2004, pp. 134-136.

Negócios Estrangeiros<sup>34</sup>.

A França continuava a ser o principal aliado otomano neste século, até à invasão do Egipto. A sua presença fazia-se sentir em especial no treino às forças armadas e navais turcas, tendo sido criadas escolas militares onde os professores eram maioritariamente franceses. Selim III mantinha contacto com Luís XVI, e mostrava desejos de reformar aspectos do Império com o auxílio da França. No entanto, a situação política e financeira não permitia uma participação mais activa deste país nas questões do Oriente. Não concordava com a expansão russa, mas pouco podia fazer e não encontrava aliados<sup>35</sup>.

As guerras napoleónicas e a invasão do Egipto em 1798 foram as razões pelas quais otomanos e franceses se tornaram pela primeira vez na história fortes inimigos, originando assim uma inversão de alianças. Como os otomanos não tinham condições de se defenderem dos franceses na invasão do Egipto, e como os ingleses tão pouco queriam uma França forte na região por receio de uma expansão no Oriente, cooperaram com os turcos. Os otomanos receberam também o apoio dos russos, tendo-se mesmo estabelecido tratados entre russos e otomanos (1798), de curta duração, e entre otomanos e britânicos (1799). Estes últimos tornar-se-iam numa forte aliança no século seguinte.

### **2.2.2 O Império Otomano e as Potências Europeias no Século XIX**

O século XIX ficou marcado por um conjunto de acontecimentos que pouco a pouco

---

<sup>34</sup> Omer Kurkcuoglu, "The Adoption and Use of Permanent Diplomacy", in Yuri Yurdusev (ed), *Ottoman Diplomacy, Conventional or Unconventional?*, Houndmills-Hampshire, Palgrave Macmillan, 2004, pp. 136-138.

<sup>35</sup> Como não tinha as melhores relações com os ingleses, uma aliança anglo francesa estava fora de questão. Os ingleses por seu lado, ainda não tinham desenvolvido nesta época, um interesse político na região. A Prússia não mostrava qualquer interesse pois Frederico II queria evitar uma guerra com a Rússia a todo o custo. Os Habsburgos, embora aliados dos franceses nesta época, não queriam envolver-se numa guerra contra a Rússia, embora José II mostrasse alguma preocupação com a conquista de terra nos Balcãs por parte dos russos. A Áustria, embora começasse a temer a Rússia nas suas vizinhanças, não queria também ela guerrear com a Rússia, temendo ainda que o seu envolvimento em defender os Balcãs pudesse originar irritação por parte da Prússia. M. S. Anderson, *The Eastern Question*, London, MacMillan Press, 1972, p. 10.

conduziram à desintegração do Império Otomano<sup>36</sup>. O fim dos otomanos não era desejado por nenhuma das potências europeias, nem tão pouco pela Rússia, apesar das guerras sucessivas que enfrentou com o Império. A divisão do território otomano terminaria com o equilíbrio de poderes das potências do Concerto Europeu e conduziria por certo a uma guerra de consequências imprevisíveis.<sup>37</sup>

Embora os russos partilhassem que o equilíbrio de poderes entre as potências europeias era importante para a paz na Europa, agiram em várias ocasiões de um modo unilateral. Em muitas ocasiões em guerra com os otomanos, noutras em seu apoio. Como refere Kissinger:

In European forums Russia would listen to the arguments on behalf of the balance of power but did not always abide by its maxims. Whereas the nations of Europe had always maintained that the fate of Turkey and the Balkans had to be settled by the Concert of Europe, Russia on the other hand invariably sought to deal with this question unilaterally and by the force<sup>38</sup>.

E é na primeira grande questão do próximo Oriente que se colocou às potências europeias, a guerra de independência da Grécia, que a Rússia se coloca ao lado dos gregos<sup>39</sup>. No que se refere à questão grega, as outras potências europeias tinham interesses e posições divergentes, não intervindo por isso ao lado dos otomanos<sup>40</sup>.

Se na questão grega, os russos estavam ao lado dos gregos, a invasão da Síria aproximou russos e otomanos. Os egípcios avançaram derrotando os turcos, que

---

<sup>36</sup> Ibid., pp. 53-259.

<sup>37</sup> Ibid., p. 111.

<sup>38</sup> H. Kissinger, *Diplomacy*, New York, Simon & Schuster, 1994, p. 173.

<sup>39</sup> A Rússia no entanto não apoiou a revolta iniciada por Ipsilantis, membro de uma das famílias gregas e ele próprio um general da armada russa. M. S. Anderson, *The Eastern Question*, London, MacMillan Press, 1972, p. 52.

<sup>40</sup> Nesta crise, os otomanos foram auxiliados por Muhamed Ali, vassalo e líder do Egipto. Com a derrota grega, Rússia, Grã-Bretanha e França assinaram o tratado de Londres, em 1827, que previa o estabelecimento de relações com a Grécia e o bloqueio da armada turco egípcia. A batalha de Navarino viu egípcios e otomanos lutarem contra a Rússia, França e Grã-Bretanha, tendo egípcios e otomanos sido derrotados. Franceses, russos e britânicos recomendaram a criação de um Estado autónomo governado por um príncipe herdeiro. O Estado grego evoluiu no entanto rapidamente para a independência, tendo Otto da Bavária sido nomeado governante da Grécia, em 1832, por todas as potências interessadas: França, Grã-Bretanha e Rússia. Ibid., pp. 53-87.

sem apoio da França e da Grã-Bretanha, pediram auxílio à Rússia. Esta concedeu, mas exigiu que os turcos combatessem a influência francesa e britânica no Império Otomano, tendo assinado o tratado de Unkiar-Skelessi<sup>41</sup>.

Este tratado traz preocupação aos britânicos que começando a sentir uma forte influência da Rússia sobre os otomanos, iniciarão uma aliança anglo-turca que durará próximo de trinta e sete anos. Os britânicos conseguiram uma posição importante no comércio do Império Otomano<sup>42</sup>, assinando o tratado de Balta Liman (1838), que levou ao domínio britânico no Império até 1880. Os britânicos foram ainda nesta época fortes impulsionadores das reformas *Tanzimat*<sup>43</sup>, pois viam nestas a única forma de o Império se modernizar a garantir a sua sobrevivência<sup>44</sup>.

Dois acontecimentos neste século mostram o apoio britânico: a Guerra da Crimeia e o Congresso de Berlim. O tratado de Paris (1856) que pôs fim à Guerra da Crimeia teve consequências para o Império Otomano. Uma vez que esta tinha colocado em confronto potências europeias para defesa dos otomanos, estes passariam a pertencer ao Concerto Europeu<sup>45</sup>. Todas as potências teriam que zelar pela

---

<sup>41</sup> Uma aliança defensiva que se prolongava por oito anos, entre russos e otomanos, e que consistia em seis artigos públicos e um secreto. O artigo secreto, que preocupava os britânicos, absolvía os otomanos de darem apoio aos russos em caso de guerra da Rússia com qualquer outra potência, desde que os otomanos fechassem os Estreitos a qualquer navio que não os russos. Erik Zürcher, *Turkey a Modern History*, London, I.B. Tauris & Co, 2009, p. 37; M. S. Anderson, *The Eastern Question*, London, MacMillan Press, 1972, pp. 88-109.

<sup>42</sup> W. Hale, *Turkish Foreign Policy*, London, Frank Cass Publishers, 2009, p. 25.

<sup>43</sup> As reformas *Tanzimat* que Zucker refere como tendo durado entre 1839 e 1871, trouxeram modificações a vários níveis. Um primeiro foram as mudanças a nível das minorias que habitavam o território otomano, para as quais se passou a prever um estatuto de igualdade em relação aos muçulmanos. Outras reformas abrangeram os militares, passando o exército a deter moderno equipamento europeu, a burocracia central tendo o poder central passado para um conjunto de burocratas descentralizados, modificações no sistema judicial, passando este a ter uma forte influência do sistema francês, e mudanças culturais. Erik Zürcher, *Turkey a Modern History*, London, I.B. Tauris & Co, 2009, pp. 56-66.

<sup>44</sup> Palmerston sentia que o a única maneira do império Otomano sobreviver como Estado era iniciar reformas administrativas e fiscais que o modernizassem. As forças armadas também necessitavam de uma reorganização, tendo os britânicos enviado oficiais que treinaram os otomanos. W. Hale, *Turkish Foreign Policy*, London, Frank Cass Publishers, 2009, pp. 25-26.

<sup>45</sup> A ordem política que emergiu do Congresso de Viena, restaurou e restringiu o equilíbrio de poderes entre os Estados europeus. As fronteiras definidas no Congresso não poderiam ser alteradas sem a assinatura dos principais signatários. A relação de equilíbrio foi elaborada em dois documentos: a Quadrupla Aliança e a Santa Aliança. O Concerto Europeu que daí resultou implicava que as Nações resolveriam os conflitos por via do consenso, e de um processo de consulta que iria gerir questões de segurança. Como refere Kissinger, o Congresso de Viena permitiu que a Europa conhecesse o maior período de paz, entre 1815 e 1914. As guerras neste período não envolveram as grandes potências com excepção da Guerra da Crimeia (1853). H. Kissinger, *Diplomacy*, New York, Simon & Schuster,

integridade do Império e qualquer conflito entre otomanos e qualquer outra potência europeia teria que ser mediado por uma terceira. Os princípios delineados no tratado de Paris serviam assim os interesses das potências europeias. Para os britânicos, o Império dava uma segurança contra possíveis incursões russas no Mediterrâneo. Aos austro-húngaros, dava-lhes garantias de não se estabelecerem nos Balcãs Estados nacionalistas que disputariam territórios à monarquia. E para os russos, constituíam um impedimento a incursões no Mar Negro.

A crise do Oriente em 1875<sup>46</sup> mostrou novamente divergências entre a Rússia e as outras potências europeias relativamente ao Império Otomano culminando a obtenção da paz entre russos e otomanos com o tratado de São Stefano<sup>47</sup>. Os britânicos estavam como em crises anteriores interessados em defender os otomanos, pois não queriam uma Rússia no Mediterrâneo. Embora já não estivesse em condições de defender os otomanos como no passado - as divergências entre Disraeli e Gladstone, e a publicação por parte deste último dum nota contra o esmagar da revolta da Bulgária, fez crescer internamente o sentimento anti-turco - manter o Império Otomano continuava a ser um objectivo da política externa britânica. O Congresso de Berlim, de 1878<sup>48</sup>, alterou em grande parte o tratado de São Stefano. Os britânicos conseguiram uma vez mais assegurar a sobrevivência do Império Otomano, que era para eles uma forma de eliminar a ameaça russa e

---

1994, pp. 78-102; John Ikenberry, *After Victory*, Princeton – New Jersey, Princeton University Press, 2001, pp. 80-116.

<sup>46</sup> A crise de 1875 iniciou-se com uma revolta na Bósnia-Herzegovina pelos cristãos ortodoxos, que se revoltavam contra o domínio muçulmano. A Rússia embora não querendo abertamente destruir o império, favorecia a criação de Estados autónomos nos Balcãs liderados por cristãos. A Áustria no entanto, favorecia o Império Otomano tal como se encontrava, pois já tinham problemas suficientes em dominar os eslavos pertencentes ao seu Império. Os britânicos continuavam a favorecer a existência do Império Otomano como garante da sua comunicação com a Índia. Uma nova revolta na Bulgária em 1876, com uma forte destruição e massacre gerou no entanto um sentimento anti-turco nos ingleses. Uma nova guerra estalou entre russos e otomanos cujo paz foi selada pelo tratado de São Stefano. M. S. Anderson, *The Eastern Question*, London, MacMillan Press, 1972, pp. 178-219.

<sup>47</sup> Neste estabelecia-se uma Bulgária com um grande território, Roménia, Sérvia e Montenegro obtinham a independência, Bósnia e Herzegovina seriam autónomas, e um novo tratado entre russos e otomanos iria regular os Estreitos. *Ibid.*, pp. 203-204.

<sup>48</sup> Reduziu o tamanho da Bulgária, uma exigência britânica suportada pelos austríacos, que em troca, receberam a Bósnia e a Herzegovina. A Bulgária passaria a Estado autónomo governado por um príncipe cristão. Sérvia, Roménia e Montenegro mantiveram a independência. A Rumélia do leste continuaria sobre domínio otomano, mas com um governador cristão. Os britânicos ocupariam ainda Chipre, que continuaria debaixo da soberania turca. *Ibid.*, pp. 210-219.

assegurar o poder britânico na Ásia. Mas o Império tinha perdido grande parte do seu território e cerca de 5 milhões de habitantes.

Do ponto de vista económico, as reformas que os otomanos encetaram neste período não foram bem sucedidas. Os esforços de modernização contribuíram para grandes dificuldades financeiras, e as capitulações, que impediam os otomanos de aumentar as tarifas alfandegárias sem o consentimento das potências europeias, privava-os de receitas importantes<sup>49</sup>. Mas as potências europeias tinham agora um interesse no Império que ia para além do equilíbrio de poderes. França e Grã-Bretanha tinham cedido grandes empréstimos ao governo otomano, resultado da crise financeira em que este se encontrava, o que lhes originava um interesse na sua estabilidade<sup>50</sup>. Os grandes investimentos proliferavam, tendo a construção do canal do Suez (inaugurado em 1869), sido financiada em grande parte pelos franceses.

Embora o interesse em salvaguardar o Império Otomano tivesse ficado patente desde logo no tratado de Paris, foi no entanto o comportamento das potências europeias, juntamente com a incapacidade deste se reformar e modernizar, que serviu para alimentar a instabilidade que o Império sofreu nos séculos XIX e XX. Como refere Hale, "...Through careful diplomacy, they had been able to slow down the decline, but they had never been able to create a long enough breathing space to reconstruct and modernise the empire effectively..."<sup>51</sup>.

A posição das potências europeias neste século foi quase sempre ambígua. Se por um lado lhes interessava defender o Império e a sua integridade territorial, acabaram em muitas ocasiões por assumir atitudes que contribuíram para o seu desmembramento. Novamente Hale refere:

---

<sup>49</sup> F. R. Bridge e Roger Bullen, *The Great Powers and the European State Systems 1814-1914*, Edinburgh Gate, Harlow, Pearson Education, 2005, p. 190.

<sup>50</sup> O Império Otomano tinha decretado falência em 1875, D. Jung e W. Piccoli, *Turkey at the Crossroads: Ottoman Legacies and a Greater Middle East*, London, Zed Books, 2001, p. 42.

<sup>51</sup> W. Hale, *Turkish Foreign Policy*, London, Frank Cass Publishers, 2009, p. 37.

The European powers had paid lip services to the principle of Ottoman sovereignty, and had frequently repeated the claim that they respected the empire's territorial integrity, but in reality this respect was usually a fiction, and not always a polite one. The process of dismemberment of the empire had been a long and gradual one, rather than a single and cataclysm collapse, as many had predicted. Most commonly, a subject community would rise in revolt, would be defeated by the Ottomans, but would then win autonomy within the empire thanks to support by one or more of the European powers<sup>52</sup>.

E se por um lado os otomanos sempre tiraram partido das rivalidades entre as potências europeias para explorar o equilíbrio de poderes a seu favor, na visão de Robbins<sup>53</sup>, as alianças com franceses e britânicos serviam os interesses destas últimas na contenção da expansão russa. Os otomanos garantiram assim o prolongamento do Império, mas em algumas ocasiões, à custa de um sentimento de desconfiança em relação ao Ocidente.

### **2.2.3 O Império Otomano e as Potências Europeias, fim Século XIX, Século XX**

A política externa no reinado de Abdul Hamid II (1876-1909) viu mudanças significativas no relacionamento otomano com as potências europeias. Por um lado, iniciou-se o afastamento em relação aos britânicos. A subida ao poder de Gladstone, e o crescente interesse deste pelo Egito, alteraram a política externa britânica. Até à aquisição do canal de Suez, os britânicos tinham todo o interesse em manter a integridade do Império Otomano, pois era por terra que asseguravam a passagem para o Mar Vermelho. Deste modo, não queriam que a ameaça russa se estendesse ao Mediterrâneo, pelo que sempre asseguraram a integridade otomana. Mas em 1882, a aquisição do canal do Suez, aumentou o interesse britânico no Egito. Ficava assim assegurada a sua ligação às possessões que detinham no Oriente, deixando os Estreitos e a ligação por terra ao Mar Vermelho de serem cruciais. O interesse britânico na integração territorial do Império tinha diminuído. Tanto assim

---

<sup>52</sup> Ibid.

<sup>53</sup> P. Robbins, *Suits and Uniforms*, London, Hurst&Co, 2003, pp. 100-102.

que apoiaram a questão nacionalista Arménia<sup>54</sup> e a revolta na Macedónia<sup>55</sup>. Os russos tinham iniciado um interesse pela Ásia (Manchúria, Mongólia, Coreia e Norte da China), pelo que as guerras com otomanos estavam afastadas.

Este afastamento inglês é compensado pela aproximação aos alemães que duraria até 1918. O investimento alemão em caminhos-de-ferro e outros sectores de actividade aumentaram a sua influência e prestígio na região, passando o Império Otomano a ser um parceiro económico importante. Mas embora o comércio entre alemães e otomanos tivesse aumentado consideravelmente na década anterior à guerra, o maior parceiro económico continuava a ser a Grã-Bretanha, e os franceses continuavam a deter a maior parte da dívida otomana<sup>56</sup>.

O enfraquecimento otomano originou o crescente nacionalismo balcânico, que culminou na 1ª e 2ª guerras balcânicas. A guerra de 1914-1918 teve origem nas guerras dos Balcãs e no crescente nacionalismo sérvio, que ameaçava o Império Austro-Húngaro. A política externa turca nos meses que precederam a Primeira Guerra Mundial foi marcada pelas acções de um triunvirato autocrático encabeçado por Enver, Talat e Jemal. Enver defendia uma aproximação aos alemães, no que era contrariado pela opinião pública e governo, que preferiam a neutralidade. Talat tentou uma aproximação aos russos, que rejeitaram qualquer aliança assegurando apenas a neutralidade. Jemal foi também rejeitado pelos franceses em Julho de 1914.

Desde o fim da Primeira Guerra Mundial (1918) até à proclamação da República

---

<sup>54</sup> Na questão nacionalista da Arménia, a posição das potências europeias não era uniforme. Russos, que também detinham arménios no seu território, eram contra qualquer emancipação, pois teriam problemas semelhantes. Britânicos apoiavam os arménios, mas de uma forma velada, não tendo sido feito nada de concreto para os auxiliar. M. S. Anderson, *The Eastern Question*, London, MacMillan Press, 1972, p. 254.

<sup>55</sup> A Macedónia detinha grandes minorias étnicas e religiosas, e porções de território disputadas pela Sérvia e Grécia. Em 1890, a rivalidade na região aumentou consideravelmente, atraindo a atenção das potências europeias. No entanto, russos, alemães e austríacos não mostravam nenhuma simpatia por uma Macedónia autónoma. A Grã-Bretanha detinha uma posição mais liberal. As propostas para melhorar a posição da Macedónia, levadas a cabo principalmente pelos britânicos, não tinham o apoio do Império Austro-Húngaro nem da Alemanha. *Ibid.*, pp. 271-272.

<sup>56</sup> *Ibid.*, p. 267.

(1923), a Turquia viveu um período conturbado da sua história pois as potências ganhadoras pretendiam dividir o seu território. Todos os princípios de divisão estavam delineados no tratado de Sèvres. A sua implantação requeria no entanto o uso da força militar pois a divisão não seria facilmente aceite pelos otomanos ainda no poder. Ora, nenhuma das potências estava no fim da guerra em condições para iniciar uma outra. Estas intenções, bem exploradas e travadas pelo nacionalismo e movimento de resistência liderado por Ataturk, obrigou os vitoriosos da Primeira Guerra Mundial a reconhecer o Estado turco, derrotando principalmente a política externa britânica. Isto foi em parte conseguido à custa do tratado de amizade assinado com os russos, no qual os turcos receberam largas quantias de dinheiro e material de guerra. Livres de qualquer ataque por parte dos russos, podiam assim concentrar-se em lutar contra os gregos, na Anatólia e contra os britânicos nos Estreitos. Tendo derrotado os gregos em Esmirna e Dumlupinar, e após momentos de tensão em Canakkale, assinaram um armistício em Outubro de 1922, que conduziu às negociações em Lausana, onde se delimitou as fronteiras entre a Grécia e a Turquia, repartiu as ilhas do Mar Egeu, estabeleceu a política nos Estreitos, se acabou com as capitulações e procedeu aos acordos para a troca das populações turcas e gregas.

### **2.3 A Política Externa entre 1923 e 1945 – O Período da Neutralidade**

A formação do Estado da Turquia conseguida com o tratado de Lausana levou a que esta se concentrasse durante este período na concretização da sua segurança interna. Foi este o mote da política externa deste período.

Ataturk considerava fundamental o desenvolvimento económico do seu país, bem como a manutenção dos territórios assegurados no tratado de Lausana. Assim, as acções de política externa na década de 1920 foram essencialmente três: a

resolução da disputa da região de Mosul<sup>57</sup>, o relacionamento com a Grécia e a adesão à Sociedade das Nações<sup>58</sup>. A questão de Hatay surge mais tarde<sup>59</sup>. Os receios de ameaças externas originaram ainda a proliferação de pactos regionais como o dos Balcãs<sup>60</sup> e de Sadabad<sup>61</sup>.

Apesar das preocupações que Atatürk detinha com o desenvolvimento económico - em várias ocasiões referiu "...Political independence did not mean anything if it were not complemented by economic independence..."<sup>62</sup> - o surgimento da Segunda Guerra vai encontrar uma Turquia economicamente bastante atrasada e com uma capacidade militar bastante enfraquecida. Estes dois factores foram as principais razões pelas quais a Turquia procurou manter-se fora da Segunda Grande Guerra<sup>63</sup>. Se do ponto de vista político İnönü fora bastante hábil em Lausana, o mesmo já não poderá ser dito relativamente à condução do fim das capitulações e aos resultados económicos alcançados<sup>64</sup>.

Mas é nos anos da Segunda Guerra Mundial que a política externa turca é mais hábil. A Turquia conseguiu neste período estabelecer um acordo de assistência mútua com a Grã-Bretanha (1939) ao mesmo tempo que assinou um tratado de amizade e não agressão com a Alemanha (1941). Tanto Hale como Deringil atribuem este feito à grande capacidade diplomática de İnönü e Menemencioglu. Importa no entanto perceber as razões que permitiram à Turquia lidar com as potências europeias de modo a garantir em todas as circunstâncias a defesa dos

---

<sup>57</sup> A Grã-Bretanha queria atribuir Mosul ao Iraque, o que não agradava aos turcos. Como os dois países não se entendiam, o assunto foi levado à Sociedade das Nações que decidiu a favor dos britânicos. W. Hale, *Turkish Foreign Policy*, London, Frank Cass Publishers, 2009, pp. 54-55 e p. 58.

<sup>58</sup> Ibid., pp. 57-60.

<sup>59</sup> Em 1930, turcos e franceses tiveram um desentendimento sobre a província de Hatay. Originalmente, esta região não tinha ficado para a Turquia no tratado de Lausana. No entanto, era muito próxima de um ponto de vista cultural. Com a independência da Síria, em 1936, foi decidido pela Sociedade das Nações que Hatay ficaria independente, mas representada pela Síria em termos de política externa. Mas um voto no Parlamento de Hatay decidiu que a região ficaria parte da Turquia, o que nunca foi reconhecido pelos Sírios. Ibid., pp. 66-67.

<sup>60</sup> Pacto estabelecido entre a Grécia, Jugoslávia, Roménia e Turquia. Ibid., p. 61.

<sup>61</sup> Pacto estabelecido com o Irão, Iraque e Afeganistão. Ibid., p. 62.

<sup>62</sup> Selim Deringil, *Turkish Foreign Policy during the Second World War*, Cambridge, Cambridge University Press, 2004, p. 12.

<sup>63</sup> Ibid., pp. 12-40.

<sup>64</sup> Ibid., pp. 14-15.

seus interesses.

Como acontecera em ocasiões anteriores, a localização geopolítica da Turquia permitiu-lhe jogar diferentes alinhamentos ao longo do tempo, e manter uma política de neutralidade durante quase toda a Guerra. Como refere Lorraine<sup>65</sup>, a geopolítica tem vantagens e desvantagens. Se mal jogada, pode levar ao confronto com as potências. Se bem jogada, permite a um Estado aumentar a influência muito para além das suas capacidades reais. Para este embaixador, estando a Turquia numa encruzilhada geográfica, a sua sobrevivência política tem maiores probabilidade de ser assegurada, desde que mantenha a independência em relação a grandes blocos já existentes, e que procure diluir o seu poder pelo maior número possível de Estados<sup>66</sup>. Assim o fizeram os líderes políticos turcos de então.

Nos anos 20 do século passado, a Turquia tinha estabelecido um pacto de amizade com a União Soviética. Detinha ainda por razões históricas e pelos pactos de Bagdade e Sadabad, influência nos Balcãs e no Médio Oriente. Estes factores eram importantes tanto para a Grã-Bretanha e França, como para a Alemanha. Daí a importância que ambas as forças atribuíam a ter a Turquia do seu lado. E foi exactamente este aspecto que os dirigentes turcos souberam explorar, fazendo mesmo exigências muitas vezes consideradas exageradas mas aceites. Esta capacidade de se aliar em diferentes momentos com o lado que melhor servia os seus interesses, é bem ilustrado pelas palavras de Esmer "...In International Relations, there are no eternal friendships and eternal enmities, there is only the matter of eternal interest..."<sup>67</sup>.

Os acontecimentos de 1941 - a revolta do Iraque contra os britânicos, a invasão anglo-soviética do Irão, o controlo da Síria pelo governo de Vichy, o abastecimento

---

<sup>65</sup> Sir Percy Lorraine, embaixador britânico na Turquia em 1938. Ibid., p. 3.

<sup>66</sup> Ibid.

<sup>67</sup> Ibid., p. 185.

de Crómio e o Panturquismo<sup>68</sup> - permitiram à Turquia continuar a jogar a sua política de aproximação aos aliados e às potências do eixo de acordo com os seus reais interesses. E estes foram de tal modo salvaguardados, que a Turquia conseguiu receber armamento tanto dos aliados como dos alemães, iniciando em 1942 aquilo que Menemencioglu apelidava de “active neutrality”<sup>69</sup>. De acordo com Clutton:

An active neutral has a foot in both camps. It is permissible for him to have an alliance with one of the belligerents so long as he has a pact of friendship with the other. This policy enables the country to preserve its neutrality, but at the same time gives an opportunity for cashing in on the side of whichever belligerent wins the war. It also enables the neutral power to preserve its preference for one belligerent or the other. There is something Ghandi-esque and positively immoral in this policy, but it is, I fear, typically Turkish and its astuteness and cleverness cannot be denied...<sup>70</sup>.

A Turquia conseguiu resistir às pressões e manter a sua política de neutralidade até muito próximo do fim da guerra. Mas com a antevisão da vitória dos aliados, a Turquia rompeu o tratado que estabelecera com os alemães declarando guerra á Alemanha em Fevereiro de 1945. A isto não era alheia a ameaça soviética. Os aliados ameaçaram os turcos de que se não fizessem parte da aliança, seriam deixados isolados no fim da guerra. A denúncia do tratado de amizade (renovável em 1945), as exigências territoriais e as ameaças à revisão das cláusulas da Convenção de Montreux por parte da União Soviética, foram argumentos suficientes para convencer a Turquia.

Mas em todos os anos de guerra, a política externa da Turquia demonstrou uma atitude de pragmatismo e frieza, utilizando um dos seus mais importantes activos, a sua posição geográfica. Poderemos dizer que muita desta capacidade diplomática foi inspirada em parte na história otomana do século XIX e XX, em que os sultões foram capazes de preservar o seu território, quando o seu poder era praticamente não existente.

---

<sup>68</sup> Ibid., pp. 124-132.

<sup>69</sup> Ibid., pp. 135-136.

<sup>70</sup> Ibid., p. 136.

## 2.4 A Política Externa entre 1945 e 1990 – Aproximação ao Ocidente

O período de 1945 a 1990 foi marcado por uma política de forte “vocação Ocidental”, muito motivada por razões de segurança interna. A grande ameaça tanto à Europa como à Turquia surgia da União Soviética, o que levou a uma aproximação da Turquia aos países ocidentais e às suas instituições. A denúncia do tratado de amizade pelos soviéticos, (assinado em 1925 e denunciado em 1945)<sup>71</sup> levaram a Turquia a aproximar-se do Ocidente. Em 1950, a Turquia já fazia parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 1948)<sup>72</sup> e do Conselho da Europa (1949), tendo a sua participação na Guerra da Coreia, convencido os países nórdicos a levantarem as suas reservas e a aceitarem a Turquia como membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO) em 1952. O pedido de membro associado da Comunidade Económica Europeia (CEE) surge em 1959.

Na maior parte deste período a relação com os Estados Unidos da América (EUA) foi bastante sólida tanto por via da NATO, como por causa da ajuda económica<sup>73</sup>. Existiram ainda vários acordos bilaterais que permitiram aos EUA construir e operarem bases militares em território turco. Mas a crise dos mísseis (1962), a carta de Johnson (1964) e o embargo de armas na crise de Chipre (1974)<sup>74</sup> demonstraram aos turcos que não podiam confiar completamente nos seus aliados americanos, enquanto que a história demonstra que essa desconfiança se estende ao Ocidente em geral. Como refere Robbins:

---

<sup>71</sup> Os Soviéticos denunciaram o tratado de amizade que tinham assinado com a Turquia em 1925. Stalin exigiu que a sua renovação estivesse ligada à revisão da Convenção de Montreux, revisão essa que incluiria a livre circulação de navios de guerra soviéticos nos Estreitos. Poderiam ainda estabelecer bases militares nos Estreitos, sendo que exigiam ainda que as províncias de Kars e Ardahan voltariam a ser de domínio soviético. *Ibid.*, pp. 179-180.

<sup>72</sup> Inicialmente *Organization for Economic European Cooperation* (OEEC), mais tarde OCDE.

<sup>73</sup> A doutrina Truman que culminou num apoio financeiro de 400 milhões de dólares à Grécia e Turquia mostrou que os americanos estavam dispostos a investir e garantir a estabilidade da Europa e a segurança da Turquia. Em 1948, a Turquia recebeu ainda ajuda norte americana por via do Plano Marshall. W. Hale, *Turkish Foreign Policy*, London, Frank Cass Publishers, 2009, pp. 115-116.

<sup>74</sup> P. Robbins, *Suits and Uniforms*, London, Hurst&Co, 2003, pp. 128-134.

For Turkey, history is not a pastime.... History tells Turks that the nation has been subject to the unwanted attention and destructive schemes of the outsiders, with the post- First World War peace settlement the trauma that eclipses all other examples. It tells Turks to be suspicious.... Finally, the message of history for Turks is that they cannot even entirely trust their friends and allies, even NATO stalwarts like the US and the West Europeans<sup>75</sup>.

Mas uma outra razão que aproximava os americanos dos turcos era o crescente interesse dos primeiros no Médio Oriente. Apesar de os americanos verem na Turquia o parceiro ideal à concretização dos seus interesses, existiam dois obstáculos: o primeiro, o reconhecimento do Estado de Israel não granjeou à Turquia popularidade entre os Estados árabes. O segundo aspecto resulta da relação entre turcos e árabes. O passado otomano leva os turcos a olharem para os árabes com um sentimento de superioridade. Os turcos muçulmanos não consideram os árabes muçulmanos como sendo iguais, um sentimento que é partilhado tanto por islamista como por kemalistas<sup>76</sup>.

Apesar dos obstáculos, foi possível firmar alguns acordos. O primeiro com o Paquistão (1954), e um segundo com o Iraque (1955), ao qual se juntaram Irão e Paquistão, tendo os EUA ficado como observadores. A queda do regime de Bagdade originou um novo acordo, o *Central Treaty Organization* (CENTO). Mas a falta de confiança entre os países nunca permitiu criar estruturas supranacionais e como tal os acordos foram pouco eficazes.

Mesmo existindo uma fricção latente entre turcos e árabes, a partir de 1964 a Turquia procurou construir laços de cooperação, desacoplando a sua política externa em relação ao Ocidente da sua política regional em relação ao Médio Oriente. Neste sentido, procuraram ser muito mais cautelosos no apoio que davam aos EUA em questões do Médio Oriente, fazendo-o quase sempre no âmbito da sua participação na NATO. Dois eventos mostram a tentativa da Turquia em não tomar

---

<sup>75</sup> P. Robbins, *Suits and Uniforms*, London, Hurst&Co, 2003, pp. 135.

<sup>76</sup> *Ibid.*, pp. 94-100.

lados nas questões do Médio Oriente. No primeiro, a guerra entre árabes e israelitas. No segundo entre Irão e Iraque, na guerra entre 1980-88.

Mas é também a partir de 1964 e até 1980 que as relações entre os EUA e a Turquia conhecem o período mais tenso, com o conflito do Chipre (que aprofundaremos noutra capítulo) a originar mesmo uma aproximação turca à União Soviética, e o questionar internamente, em 1968, sobre a sua permanência na NATO. No entanto, a invasão da Checoslováquia e o aumento do poderio naval soviético no Mediterrâneo Oriental, levaram a Turquia a retroceder. O embargo de armas votado pelo lóbi grego no Congresso norte-americano, reduziu novamente a cooperação com a NATO, sendo que em Julho de 1978, os turcos assistiram à reunião de Ministros dos países não alinhados, assinando ainda um acordo de cooperação e amizade com os soviéticos. Embora o conflito com o Chipre tenha marcado as disputas dos turcos com os gregos, outros aspectos de política externa surgiram também entre os dois países: as disputas militares e territoriais no Mar Egeu.

Desde o início dos anos oitenta até ao final da Guerra Fria, a política externa turca foi marcada pela personalidade de Turgut Ozal, primeiro como Primeiro-Ministro (1983-89) e mais tarde como Presidente (1989-93). Para além de fomentar novamente uma aproximação aos EUA e de ter trabalhado a então Comunidade Europeia (submeteu o pedido de adesão em 1987) Ozal era defensor de uma economia de mercado, tendo intensificado activamente as trocas comerciais e as relações económicas com os países das regiões vizinhas especialmente União Soviética<sup>77</sup> e Médio Oriente<sup>78</sup>.

---

<sup>77</sup> Com a União Soviética explorou o abastecimento de gás e a construção da *pipeline* via Bulgária, em 1987. As trocas comerciais entre os dois países quase quadruplicaram entre 1987 e 1990, tendo passado de 476 milhões de dólares para 1.8 mil milhões de dólares. W. Hale, *Turkish Foreign Policy*, London, Frank Cass Publishers, 2009, p. 167.

<sup>78</sup> Ozal conseguiu ainda manter a neutralidade no conflito entre Irão e Iraque, mas explorar a mesma interdependência económica que estabelecera com a União Soviética, criando relações comerciais com

Embora o controlo da política externa turca pela personalidade de Ozal tenha diminuído o papel das instituições<sup>79</sup>, surgiram no entanto outros benefícios como os grupos de interesses económicos, que passaram a ter um papel importante e activo na política externa turca. Como refere Robbins:

By the late 1980s parts of the Turkish private business sector had begun to establish extensive commercial ties abroad. In turn, such businessmen began to develop tangible interests in foreign policy. An increasingly central business interest was that political problems with neighbours, which have in Turkey's case always been considerable, should not be allowed to interfere with commercial operations<sup>80</sup>.

Esta forma de agir e pensar foi novamente ressuscitada por Davutoglu na condução da política externa turca após a subida do AKP ao poder.

## 2.5 A Política Externa no Pós Guerra Fria

O fim da Guerra Fria parecia trazer um período auspicioso para a Turquia, mas tal não aconteceu, tendo na realidade ficado conhecida como “o guerreiro do pós Guerra Fria”<sup>81</sup>. Durante esta década, a região foi marcada por uma grande instabilidade, com guerras nos Balcãs, Médio Oriente e Cáucaso. Em resposta, a Turquia assumiu uma política externa, muita centrada num objectivo principal: a segurança interna. Esta posição originou uma política de confronto com vários Estados, que em nada a beneficiou. O nacionalismo curdo e o fundamentalismo islâmico ameaçavam o país, e este viveu nesta década uma forte instabilidade tanto política como económica. O processo de securitização<sup>82</sup> e as ameaças externas ao território turco quer fossem reais ou exageradas, deram origem a uma política externa fortemente influenciada pelos militares, assistindo-se a uma década de

---

os dois países. Novamente, a importação de petróleo constitui o maior produto das importações turcas. Novas *pipelines* construídas entre o Iraque e a Turquia permitiram a exportação do petróleo. *Ibid.*, pp. 172-173.

<sup>79</sup> P. Robbins, *Suits and Uniforms*, London, Hurst&Co, 2003, p. 60.

<sup>80</sup> *Ibid.*, p. 85.

<sup>81</sup> Kemal Kirisci, *Turkish Foreign Policy in Turbulent Times*, Institute for Security Studies, Chaillot Paper N: 92, 2006.

<sup>82</sup> Bülent Aras e Rabia Karakaya Polat, “From Conflict to Cooperation; Desecuritization of Turkey's Relations with Syria and Iran”, *Security Dialogue*, Vol. 39 N: 5, 2008, pp. 495–515.

grande instabilidade entre a Turquia e os seus países vizinhos<sup>83</sup>.

As relações com a UE conheceram um período de aproximação (1990 -1995) e um período mais conturbado (1995- 1999). Em 1995 a Turquia e UE assinaram o acordo para estabelecerem uma União Aduaneira, que passaria a ter efeito em 1996. Do ponto de vista económico, a União Aduaneira foi um marco importante nas relações entre UE e Turquia.

O novo governo de Erbakan em 1996 esfriou no entanto as relações com a UE. Erbakan era apologista da união dos países muçulmanos, e não de uma adesão à UE, que apelidava de uma união cristã. Esta posição não era no entanto partilhada por Tansu Ciller, sua parceira de coligação, o que originava uma política externa instável.

A Europa também se afastava do projecto. Em Julho de 1997, Santer propôs que a negociação do processo de adesão se iniciasse em 1998, sem a Turquia. Uma nova coligação liderada por Ecevit (1999) reaproximou Turquia e UE, bem como o novo governo na Alemanha liderado por Schroeder. A conferência de Helsínquia em Dezembro de 1999 favoreceu a candidatura da Turquia. Esta teria no entanto que resolver 3 questões: as disputas territoriais com a Grécia, o conflito com o Chipre e o tratamento dado aos curdos.

A relação com a Alemanha exigia uma atenção especial. À data, a Alemanha era o principal parceiro comercial da Turquia dentro dos países da UE. Por outro lado a forte emigração turca e curda, e a sua não assimilação na Alemanha, representava

---

<sup>83</sup> Neste período a Turquia também era uma ameaça para os seus vizinhos. O Chipre temia uma invasão, os gregos acreditavam que a Turquia queria reconquistar algumas ilhas do Dodecaneso, sofrendo ainda ameaças quando tentaram expandir as águas territoriais de 6 para 12 milhas náuticas. A Síria temia que o controlo das águas do rio Eufrates por parte da Turquia, reduzisse o volume que chegava ao país. A Arménia sofreu um bloqueio por parte da Turquia e Azerbaijão, o que a aproximou da Rússia. Uma ligação entre a Grécia, Arménia e Irão causou perturbações na Turquia, que viam nesta aliança o emergir de um antagonismo em relação ao seu país. Uma outra aliança entre gregos e sírios também causou preocupações aos turcos. Outros factores de preocupação foram os confrontos na Geórgia e a defesa da população abecásia e a revolta na Chechénia, que causou alguns atritos com os russos. Um detalhe dos problemas de segurança nesta década pode ser encontrado em P. Robbins, *Suits and Uniforms*, London, Hurst&Co, 2003, pp. 165-189.

já nessa altura um forte problema, e como tal uma prioridade elevada nas questões entre os dois países.

A atitude turca para com os conflitos étnicos nos Balcãs, tanto na Bósnia-Herzegovina como no Kosovo, foi bastante activa e de extrema cooperação com a NATO. Os dois conflitos<sup>84</sup> tinham contornos distintos, mas em qualquer dos casos, quando a NATO actuou, a Turquia esteve sempre presente, tendo passado a desempenhar um papel activo no final da década nas forças da NATO e da Organização das Nações Unidas (ONU), presentes na região.

A invasão do golfo Pérsico, em 1990, foi para Ozal uma aposta mal sucedida. Ao apoiar activamente a coligação liderada pelos EUA contra o Iraque, procurava obter dividendos na adesão à UE, mas tal não sucedeu. Paralelamente, o embargo económico ao Iraque causou grandes prejuízos à Turquia<sup>85</sup>. O problema curdo, reiniciado em 1984 pelo *Partiya Karkeran Kurdistan* (PKK), agravou-se nesta altura tendo as tropas turcas actuado repetidamente no Norte do Iraque. A Síria por seu lado, e em retaliação ao projecto *Guneydogu Anadolu Project (GAP)*<sup>86</sup>, apoiou as acções terroristas do PKK e do seu líder Ocalan. As relações com a Síria só voltaram a conhecer melhores dias, após a detenção de Ocalan no Quénia, na embaixada grega, em 1999.

Este período conheceu ainda um agravamento nas relações com a Grécia, em que quase chegaram a confrontos bélicos nas disputas do Mar Egeu, e a fortes desacordos com o Chipre durante o seu processo de adesão.

---

<sup>84</sup> Enquanto que o conflito na Bósnia-Herzegovina, um conflito em que a soberania de um Estado foi atacada por outro, no conflito do Kosovo, tratou-se de uma questão étnica, no interior de um Estado soberano. Esta diferença era relevante para os turcos, em virtude de a questão do Kosovo poder ser considerado semelhante à questão curda na Turquia. W. Hale, *Turkish Foreign Policy*, London, Frank Cass Publishers, 2009, pp. 263-265.

<sup>85</sup> Detinham fortes relações comerciais tendo segundo Jung e Piccoli tido um prejuízo de 40 mil milhões de dólares ao longo de oito anos. D. Jung e W. Piccoli, *Turkey at the Crossroads: Ottoman Legacies and a Greater Middle East*, London, Zed Books, 2001, p. 146.

<sup>86</sup> Projecto hidráulico que permitiu à Turquia aproveitar os recursos hídricos da região e controlar as águas da região. Uma análise mais detalhada do projecto e das consequências políticas pode ser encontrada em Yves Lacoste, *A Geopolítica do Mediterrâneo*, Lisboa, Edições 70, 2006, pp. 304-306.

A forte insegurança e turbulência em que se encontrava levaram-na a assinar um acordo de cooperação militar com Israel, e acordos na área da defesa que permitiram a Turquia obter tecnologia que de outro modo não lhe estaria acessível nesta altura nem pelos EUA nem pela UE. A extensão das relações entre Israel e Turquia ultrapassou largamente a cooperação militar: entre 1992 e 1996 as suas trocas comerciais aumentaram cerca de 4 vezes (para 450 milhões de dólares por ano).

O desmembramento da União Soviética trouxe conflitos regionais nos novos países da região do Cáucaso que colocaram muitas vezes Turquia e Rússia em lados opostos<sup>87</sup>. No entanto, a Turquia tinha todo o interesse em manter boas relações com a Rússia por motivos económicos e também políticos. Isso exigiu uma grande habilidade na condução da política externa. Em 1998, a Rússia era o segundo parceiro comercial da Turquia, atrás da Alemanha mas à frente dos EUA.

Esta década foi ainda marcada pelo reviver do Panturquismo<sup>88</sup> na Ásia Central. Mas a falta de capacidade de investimento da Turquia nos novos países gorou algumas das expectativas que foram inicialmente criadas.

Com a subida ao poder do AKP em 2002, a política externa turca sofre uma mudança. Esta tem por base os cinco princípios definidos em *Stratejik Derinlik* por Davutoglu<sup>89</sup>. Para este, o valor de um país no âmbito das relações internacionais

---

<sup>87</sup> O conflito entre a Rússia e a Chechénia, nos anos de 1994-1996 e 1999, levou a Turquia a assumir o lado checheno, muito em virtude da religião. A Turquia deverá ter cerca de 25.000 cidadãos descendentes de chechenos, e mais de 5 milhões descendentes da região do Cáucaso (chechenos, circassianos, abecásios e azeris). O conflito entre a Arménia e o Azerbaijão foi o mais crítico para a Turquia. Em Maio de 1992, foi assinado o tratado de segurança colectiva do *Commonwealth of Independent States* (CIS), onde participaram Rússia, Tajiquistão, Uzbequistão, Quirguistão, Cazaquistão e Arménia. O objectivo era garantir que o ataque a um dos países seria considerado um ataque a qualquer dos outros. Assim, apesar de a opinião pública turca favorecer os azeris, muçulmanos de etnia turca, no conflito entre Arménia e Azerbaijão, o governo turco não podia tomar qualquer posição sobre pena de entrar em conflito com a Rússia. W. Hale, *Turkish Foreign Policy*, London, Frank Cass Publishers, 2009, p. 268.

<sup>88</sup> D. Jung e W. Piccoli, *Turkey at the Crossroads: Ottoman Legacies and a Greater Middle East*, London, Zed Books, 2001, pp. 175-197.

<sup>89</sup> Os cinco princípios são: 1. Equilíbrio entre segurança e democracia; 2. "Zero problemas" com os países vizinhos; 3. Desenvolvimento de relações com as regiões vizinhas; 4. Política externa multidimensional; e 5. Diplomacia activa. Ahmet Davutoglu, "Turkey's Foreign Policy Vision: An

resulta da sua posição geoestratégica. Um dos aspectos mais relevantes da política externa da Davutoglu é a exploração da herança otomana, e da sua ênfase nas identidades multiculturais, que permite à Turquia aspirar a um papel mais activo tanto a nível global como regional. As ligações culturais e históricas que existem com os Balcãs, Médio Oriente e Ásia Central devem, na opinião de Davutoglu, ser exploradas, permitindo à Turquia estabelecer alianças regionais contrabalançando a sua ligação ao Ocidente. Esta visão contrasta no entanto com a posição kemalista, que sempre viu no legado otomano um factor que impedia a Turquia de se modernizar. Mas até que ponto são distintas as visões kemalistas e islamitas da política externa turca? Esta dicotomia será analisada em detalhe no capítulo IV. Por agora, analisemos antes as conclusões que tiramos sobre a história da política externa turca e sua relevância para o processo de adesão à UE.

## **2.6 Reflexões sobre o Relacionamento Otomano/Turco e Ocidente**

A análise do percurso da política externa permite-nos concluir que desde sempre a vocação otomana e turca foi fortemente virada para o Ocidente. Mesmo quando dominava a *Realpolitik* e o Império se encontrava no apogeu militar, existiam ligações às potências europeias de então, tanto por razões políticas como por razões comerciais. Nas razões políticas figuravam a contenção dos Habsburgos e a formação do Sistema de Vestefália. Nas razões comerciais assumiam grande importância as capitulações.

E se até ao início do século XVIII, a diplomacia otomana era *ad-hoc* e sem embaixadores permanentes, isso não os impedia de manter relações com Veneza, França, Grã-Bretanha e Holanda, e de estarem bem informados sobre os acontecimentos que ocorriam na Europa. O fim do poderio militar e o declínio do Império Otomano no final do século XVIII, foi em larga medida compensado por uma

---

Assessment of 2007”, *Insight Turkey*, Vol. 10 N: 1, 2008, pp. 77-96.

diplomacia mais activa por parte dos otomanos em relação aos europeus. Esta necessidade surgia de não mais serem capazes de defenderem sozinhos o seu território, tendo por isso uma maior dependência das potências europeias para prolongar a sua existência. O Império foi assim obrigado a aceitar o princípio da reciprocidade na diplomacia, passando a manter embaixadores residentes.

Se analisarmos as relações dos otomanos com as principais potências europeias, vemos que estas foram predominantes com a França no século XVIII, com a Grã-Bretanha no século XIX e com a Alemanha no século XX, até à I Guerra Mundial. Mas na realidade, estas alianças cuja habilidade diplomática otomana levou ao prolongamento de um Império em declínio e à sua participação no Concerto Europeu, tinham em larga medida dois interesses políticos fundamentais por parte das potências europeias. Um primeiro que consistia em evitar a desintegração otomana, que poderia originar um forte desequilíbrio dos poderes delineados em Viena entre as principais potências europeias. Um segundo que visava manter os russos afastados dos Estreitos e do Mediterrâneo, não permitindo assim que estes interferissem no caminho para o Oriente. Aqui, demonstra-se a habilidade da diplomacia turca em utilizar a posição geoestratégica para defesa dos seus interesses, ganhando protagonismo e poder de negociação, quando na realidade, o Império Otomano era há muito apelidado de “o Homem Doente da Europa”.

Quase sempre mas especialmente no final do século XIX e início do século XX, esta aproximação entre as potências europeias e o Império Otomano não era ditada apenas por interesses políticos. Razões económicas levaram a que franceses, britânicos e alemães tivessem o maior interesse na preservação otomana. Franceses e britânicos porque eram em larga medida detentores da dívida pública otomana. Os alemães porque tinham feito desde o final do século XIX grandes investimentos no território, especialmente com a construção do caminho-de-ferro que ligava Istambul a Bagdade.

Assistimos assim durante toda a vigência do Império Otomano a alianças que foram estabelecidas com as várias potências europeias, de acordo com as necessidades e interesses de cada momento histórico. Na realidade e como será característica da política externa turca ao longo dos séculos, as suas ligações não são necessariamente fortes com uma única potência alternando o predomínio entre os vários Estados europeus, de acordo com os interesses do momento, e sempre procurando garantir que o Império não ficaria refém de nenhuma delas. Observamos isto já no modo como eram atribuídas por exemplo as capitulações, criando disputas entre vários Estados, mas sempre com o objectivo de servir os interesses turcos. Referimos esta característica pois ela irá surgir noutros momentos da política externa turca ao longo dos séculos. Mas o que é inegável é que a sobrevivência do Império após o período de expansão territorial foi conseguida à custa de alianças com a França, Grã-Bretanha e Alemanha, mostrando assim que o passado dos turcos revela uma herança histórica de proximidade e relacionamento com as potências do Ocidente.

Esta capacidade que os turcos demonstraram em criar alianças que durante vários séculos asseguraram o prolongamento do Império Otomano, e em anos recentes viram a Turquia adquirir uma relevância como actor regional, está naturalmente ligada à sua posição geopolítica. Ao longo dos séculos as razões da sua importância vão-se alterando, mas a realidade é que a Turquia de hoje e o Império Otomano de outrora, se situam na encruzilhada de várias regiões que por razões distintas têm mantido uma elevada importância estratégica para o Ocidente. Não tem sido por isso difícil para os turcos, jogarem a carta geográfica e geoestratégica para obterem vantagens no equilíbrio de poderes internacional.

O período que se inicia com Atatürk aproxima a Turquia da civilização Ocidental em vários aspectos. A adopção do alfabeto latino, o fim do sultanato e do califado com a abolição dos símbolos religiosos e a separação do Estado da religião, tornando o

país num Estado baseado no laicismo francês. E se o período até ao fim da Segunda Guerra Mundial é marcado por uma “neutralidade activa”, a realidade é que também neste período se viu a Turquia assinar acordos de amizade com os dois lados inimigos, mantendo num período de guerra, relações com as principais potências europeias. Mais uma vez utilizando os princípios que já identificáramos na diplomacia otomana, a Turquia foi capaz de preservar o seu território, jogando uma vez mais a carta geoestratégica em defesa dos seus interesses.

Após a Segunda Guerra Mundial, a aproximação ao Ocidente é porventura mais vencedora, marcada pela adesão da Turquia a várias instituições europeias e ocidentais, bem como um primeiro pedido para ser membro associado da CEE (1959). Em muitos aspectos, esta aproximação ao Ocidente surge por necessidades de salvaguarda da integridade territorial da Turquia, mas também por motivos de segurança europeia, face à ameaça russa no período da Guerra Fria.

Embora existindo alguns pactos firmados anteriormente como o de Bagdade e Sadabad, é a partir dos anos 50 que os acontecimentos históricos revelam uma aproximação da Turquia ao mundo árabe e muçulmano. A democracia e o multipartidarismo de Adnan Menderes marcam pela primeira vez na história moderna turca a abertura a aspectos religiosos relativos ao Islão. Com Turgut Ozal, nos anos 80, assistimos também ao estabelecimento de relações comerciais com os países árabes. Mas é nos anos 90 que esta aproximação é mais vencedora surgindo pela primeira vez na história da Turquia uma oposição à entrada desta na UE, preferindo antes uma aproximação ao mundo árabe e muçulmano, em processos liderados pelo governo de Erbakan. Também nesta fase a Turquia ensaia uma aproximação aos países do Cáucaso e Ásia Central, fazendo reviver o Panturquismo. Mas a “vocaçãO Ocidental” possui uma herança histórica muito marcante, e estes ensaios da política externa turca foram pouco consequentes.

A subida do AKP ao poder, orienta a política externa turca para um processo de europeização voltando a conhecer o entendimento com a UE, especialmente nos três primeiros anos de poder. No entanto, e mais recentemente, o AKP também volta a dinamizar as relações com o mundo árabe num modo que faz recordar as políticas iniciadas por Turgut Ozal.

No fundo, que conclusões podemos tirar desta síntese histórica? Uma primeira é que a posição geográfica e geoestratégica da Turquia lhe tem permitido ao longo dos séculos construir alianças com o Ocidente baseadas na defesa de interesses comum: a contenção da expansão dos Habsburgos na Europa, o equilíbrio de poderes entre as potências europeias, a contenção da expansão russa no Mediterrâneo, nos Estreitos e Mar Vermelho, e a contenção soviética no período da Guerra Fria. As relações da Turquia com as potências do Ocidente e com o continente europeu são por isso antigas, e marcadas por uma política externa turca fortemente orientada para as relações com o Sistema de Estados Europeus e com os países da UE (o primeiro pedido para ser membro associado data de 1959, muito antes que muitos dos actuais membros).

Uma segunda é que as ligações da Turquia ao mundo muçulmano não são novas. Embora as actuais movimentações do AKP em estreitar relações com o mundo árabe estejam a ser motivo de preocupação e discórdia no mundo ocidental, esta aproximação não surgiu com os governos de Erdogan, nem com as políticas de Davutoglu, tendo existido com outros dirigentes como Ozal e Erbakan. Será a política externa do AKP em relação ao mundo árabe tão distinta das políticas anteriores? Se sim, que diferenças encontramos que causam perturbação no mundo actual?

As relações da Turquia com o Ocidente são bastante antigas e o relacionamento com o mundo árabe tão pouco data de hoje. É assim natural que a Turquia se

considere ocidental e que após ter aderido à OCDE, Conselho Europeu e NATO, considere uma evolução natural a sua adesão à UE. Mas é também compreensível que o passado histórico aproxime a Turquia do mundo árabe e muçulmano. Quais então as razões que levam a que estes dois aspectos sejam geradores de tanta controvérsia?

Exploraremos estas duas questões nos capítulos seguintes. Mas poderemos no entanto adiantar que o facto da Turquia e a UE permanecerem empenhadas no processo de adesão vai muito para além das razões históricas apontadas neste capítulo. Existem interesses geopolíticos e económicos que ambas detêm nas regiões do Médio Oriente, Cáucaso e Ásia Central, que as aproximam e que podem beneficiar de uma abordagem conjunta. Enquanto que as razões da controvérsia serão analisadas no capítulo seguinte, as relações com os países vizinhos e os interesses comuns serão estudados nos capítulos IV e V.

### **3 O Processo de Adesão da Turquia à UE**

---

O processo de adesão turco, apesar de ter-se iniciado em 1959 com um pedido de membro associado, tem-se revestido de extrema complexidade, sendo que os progressos realizados são pouco visíveis. De modo a concluirmos das razões que tornam este processo tão lento, organizamos este capítulo tecendo inicialmente uma perspectiva do processo de adesão e do seu estado actual. Na origem deste processo conturbado, estão em grande parte algumas questões que analisaremos de seguida e que se situam ao nível do desenvolvimento económico e do impacto que a adesão poderá ter no funcionamento das instituições europeias e das políticas públicas. Existem ainda factores de dimensão política onde situamos essencialmente o problema curdo. Mas as grandes questões surgem no âmbito da política externa e nos problemas que não se encontram resolvidos. Estes têm a sua génese nos conflitos que existem entre a Turquia e a Grécia e a Turquia e o Chipre.

#### **3.1 A Perspectiva Histórica do Processo de Adesão**

A Turquia submeteu um primeiro pedido para membro associado da CEE em 1959, oito anos apenas após a CECA ter sido criada. Já nessa altura, o então Presidente da Comissão, Walter Hallstein, enfatizava que a Turquia era um país europeu<sup>90</sup>. O acordo de Ancara foi assinado em 1963, e de acordo com Rehn<sup>91</sup>, tanto o preâmbulo como o artigo 28 do acordo referiam a possibilidade de a Turquia vir a tornar-se membro da então CEE. Segundo o artigo 28<sup>92</sup>:

---

<sup>90</sup> Amanda Akçakoca, *EU-Turkey Relations 43 Years On: Train Crash or Temporary Derailment?*, European Policy Center, Issue Paper N: 50, 2006.

<sup>91</sup> Olli Rehn, "Turkey's Accession Process to the EU - Speech by EU Commissioner Rehn", [http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article\\_6514\\_en.htm](http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_6514_en.htm), 27 November 2006, acedido em 1 de Outubro de 2011.

<sup>92</sup> European Economic Community, Ankara Agreement - Agreement Establishing an Association

As soon as the operation of the Agreement has advanced far enough to justify envisaging full acceptance by Turkey of the obligations arising out of the Treaty establishing the Community, the Contracting parties shall examine the possibility of the accession of Turkey to the Community.

O acordo de Ancara, com efeito a 1 de Dezembro de 1964, previa o estabelecimento de uma União Aduaneira, criada em três etapas<sup>93</sup>: um período de preparação, com uma duração de cinco anos. Nesta fase seriam dadas à Turquia condições para melhorar a sua economia. Uma fase de transição, com um período máximo de 12 anos, em que previa o estabelecimento progressivo de uma União Aduaneira, com o alinhamento das políticas económicas da Turquia e da CEE. A União Aduaneira só deveria ser concretizada em 1996<sup>94</sup>. Previam-se ainda protocolos de ajuda financeira que permitiriam à Turquia ajustar a sua economia reduzindo o impacto negativo de uma União Aduaneira e de uma possível integração europeia.

O fim do período de preparação aconteceu em 1973, quando entrou em vigor um protocolo adicional assinado em 23 de Novembro de 1970, e que seria parte anexa do acordo de Ancara. Neste detalhava-se os princípios de circulação de bens, pessoas e serviços. Previa-se ainda a eliminação dos direitos alfandegários e da restrição de quantidades aos produtos turcos, com excepção dos têxteis e roupa em geral, duas áreas em que a Turquia possuía vantagem comparativa<sup>95</sup>. O mesmo se esperava da Turquia, bem como a adopção das tarifas alfandegárias comuns no seu comércio com países não pertencentes à Comunidade Europeia. Alguns produtos agrícolas ficaram sujeitos a regras especiais dada a Política Agrícola Comum

---

Between the European Economic Community and Turkey (Signed at Ankara, 1 September 1963), <http://www.abgs.gov.tr/index.php?p=117&l=2>, acedido em 1 de Outubro de 2011.

<sup>93</sup> European Economic Community, Ankara Agreement - Agreement Establishing an Association Between the European Economic Community and Turkey (Signed at Ankara, 1 September 1963), <http://www.abgs.gov.tr/index.php?p=117&l=2>, acedido em 1 de Outubro de 2011.

<sup>94</sup> O processo de criação da União Aduaneira foi bastante conturbado. Para uma visão detalhada ver Bahri Yalmaz, *The Relations of Turkey with the European Union: Candidate Forever?*, Center for European Studies, Working Paper N: 167, 2008, pp. 1-4; Isa Camyar e H.M. Tagma, "Why Does Turkey Seek European Union Membership? A Historical Institutional Approach", *Turkish Studies*, Vol. 11 N: 3, September 2010, pp. 372-375.

<sup>95</sup> Bahri Yalmaz, *The Relations of Turkey with the European Union: Candidate Forever?*, Center for European Studies, Working Paper N: 167, 2008, pp. 1-4.

(PAC)<sup>96</sup>.

Como referem vários autores<sup>97</sup>, este período de transição foi bastante conturbado, por razões que se prendiam com a dificuldade que a Turquia teve em acarretar com os custos económicos e sociais que o estabelecimento da União Aduaneira implicava. Não foi assim capaz de cumprir com muitas das exigências estabelecidas no acordo de Ancara. Por outro lado, a Comunidade Europeia, por influência da Alemanha, travou a livre circulação do trabalho, bem como não cumpriu com todas as tranches de ajuda económica que estavam previstas<sup>98</sup>.

O início dos anos 80 na Turquia foi marcado pelo golpe militar e pela instabilidade que levou o Parlamento Europeu a suspender a execução do acordo de Ancara em 1982. No entanto, a liberalização política e económica iniciada por Turgut Ozal levou a que muitas organizações olhassem para a Turquia como um país com forte potencial económico, o que encorajou Ozal a submeter um pedido de membro da Comunidade Europeia em 14 de Abril de 1987. Esta protelou desde logo qualquer possível negociação com a Turquia para nunca antes de 1993, dado o facto de estar a prosseguir o Acto Único Europeu, com vista a uma União Económica e Monetária<sup>99</sup>. Por outro lado, a Turquia apresentava à data um nível de desenvolvimento económico considerado impeditivo, quando comparado com a média da Comunidade Europeia, especialmente se atendermos à dimensão do país e ao tamanho da sua população. Os progressos políticos e económicos alcançados, embora importantes, continuavam insuficientes, apesar de a Turquia ter atingido um

---

<sup>96</sup> Official Journal of the European Communities, No L 361/1, 31/12/77, [http://www.abgs.gov.tr/files/AB\\_Iliskileri/tur\\_en\\_realitons/protocol\\_1977.pdf](http://www.abgs.gov.tr/files/AB_Iliskileri/tur_en_realitons/protocol_1977.pdf), acedido em 1 de Outubro de 2011.

<sup>97</sup> Bahri Yalmaz, *The Relations of Turkey with the European Union: Candidate Forever?*, Center for European Studies, Working Paper N: 167, 2008, pp. 1-4; Isa Camyar e H.M. Tagma, "Why Does Turkey Seek European Union Membership? A Historical Institutional Approach", *Turkish Studies*, Vol. 11 N: 3, September 2010, pp. 372-375.

<sup>98</sup> Bahri Yalmaz, *The Relations of Turkey with the European Union: Candidate Forever?*, Center for European Studies, Working Paper N: 167, 2008, pp. 1-4.

<sup>99</sup> European Commission, *Commission Opinion on Turkey's Request for Accession to the Community SEC(89)2290 final/2, 20 December, 1989*, <http://aei.pitt.edu/4475/> acedido em 17 de Novembro de 2011.

crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) médio de 5.2%, entre 1981-1988, comparado com 2% dos 12 países que constituíam então a Comunidade Europeia<sup>100</sup>. Para esta, a Turquia teria que vencer quatro dificuldades: 1) disparidades estruturais na agricultura e indústria; 2) desajustes macroeconómicos; 3) elevados níveis de protecção industrial e 4) baixo nível de protecção social<sup>101</sup>. O PIB per capita era um terço da média comunitária enquanto que mais de 50% da força laboral se encontrava no sector agrícola. O nível de protecção no país era muito elevado, assim como o desemprego. Existiam assim receios de que a situação turca não permitisse que o país cumprisse com as exigências de uma adesão, e como tal a Comunidade Europeia considerava prematuro qualquer início de negociações<sup>102</sup>. Foram feitas no entanto várias recomendações por parte da Comissão Europeia, pois esta achava que deveria existir uma forte cooperação entre a Comunidade Europeia e a Turquia. Seriam assim tomadas medidas que permitiriam aumentar a interdependência e trilhar o caminho para a integração. Nesse sentido, deveria completar-se a União Aduaneira, aumentar a cooperação financeira, promover a cooperação tecnológica e industrial, e estreitar as relações políticas e culturais<sup>103</sup>. Turquia e Comunidade Europeia iniciaram assim no início dos anos 90 um caminho que conduziria à entrada em vigor a 1 de Janeiro de 1996, de uma União Aduaneira.

Novas dúvidas relativas à adesão turca resultaram da cimeira no Luxemburgo, em 1997. Nesta altura, foram abertas as portas da UE a grande parte dos antigos países da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)<sup>104</sup>. A Turquia foi considerado elegível para um processo de adesão, mas as condições políticas e económicas do país não permitiam o início de negociações. A adesão turca ficava

---

<sup>100</sup> Ibid.

<sup>101</sup> Ibid.

<sup>102</sup> Ibid.

<sup>103</sup> Ibid.

<sup>104</sup> Seriam iniciadas negociações com a Polónia, Estónia, Republica Checa, Hungria, Eslovénia e Chipre, a iniciar em Março de 1998. Letónia, Lituânia, Eslováquia, Bulgária e Roménia entrariam numa segunda fase, por se encontrarem mais atrasados comparativamente aos outros países.

assim condicionada a três questões que debateremos neste capítulo: os direitos das minorias curdas, as disputas territoriais com a Grécia e a resolução do conflito com o Chipre.

Na sequência desta cimeira, a Turquia suspendeu o diálogo político com o UE, rejeitando a oferta para participar numa conferência pan-europeia em 1998. Mas na cimeira de Helsínquia, em 1999, a UE declarou a Turquia como país candidato, embora não tendo estabelecido nenhuma data para o início das negociações. Estas foram finalmente iniciadas em 3 de Outubro de 2005, mas desde logo sujeitas a um processo que não se concretizaria nunca antes de 2014, e que novamente estaria sujeito não só à Turquia cumprir os critérios de Copenhaga, mas também à resolução das questões com o Chipre e a Grécia. As conclusões da cimeira deixaram ainda em aberto a possibilidade de uma “parceria privilegiada”, conceito ambíguo, e pouco definido, mas que poderia prever a entrada da Turquia sem uma completa participação nas instituições europeias<sup>105</sup>.

Nos anos que se seguiram, a evolução foi muito lenta. Em 2006 fechou-se o capítulo de Ciência e Investigação. Mas a recusa em 2007 por parte da Turquia em estender o protocolo adicional do acordo de Ancara ao Chipre, levou a UE a decidir que nenhum dos oito capítulos mais relevantes seria aberto, e que nenhum outro seria fechado provisoriamente. De lá para cá foram abertos nove capítulos pouco importantes<sup>106</sup>.

### **3.2 As Questões Controversas no Processo de Adesão Turco à UE**

Se nos reportarmos a Dezembro de 2004, a divisão entre os países que eram a favor da abertura do processo negocial de adesão da Turquia, apresenta algumas

---

<sup>105</sup> Bahri Yalmaz, *The Relations of Turkey with the European Union: Candidate Forever?*, Center for European Studies, Working Paper N: 167, 2008, pp. 12-13.

<sup>106</sup> European Commission, “EU Turkey Relations”, 2011, [http://ec.europa.eu/enlargement/candidate-countries/turkey/relation/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/enlargement/candidate-countries/turkey/relation/index_en.htm), acedido em 21 de Novembro de 2011.

diferenças relativamente aos dias de hoje. Nessa altura, tanto o Chanceler da Alemanha, Gerard Schroeder, como o Presidente da França, Jacques Chirac, enfrentaram oposições internas, no apoio que deram à abertura do processo negocial da adesão da Turquia à UE<sup>107</sup>.

O consentimento da Alemanha teve um grande apoio em Joschka Fischer, Ministro dos Negócios Estrangeiros à época. Mas a adesão da Turquia não é na Alemanha um assunto pacífico, visto que o *Christlich-Demokratische Union* (CDU) se opõe à sua entrada na UE<sup>108</sup>. Já em 2004 era assim que pensavam, e as declarações e atitudes recentes não demonstram nenhuma mudança de posição.

Apesar do apoio de Jacques Chirac em 2004, este teve na altura que lutar contra a oposição interna do seu próprio partido. O actual Presidente Nicolas Sarkozy é um forte opositor tendo em várias ocasiões defendido uma “parceria privilegiada”. A França possui várias preocupações com a adesão turca, que vão desde a sua localização geográfica ao tamanho do país, com a consequente influência que esta última variável pode vir a ter na estrutura das instituições europeias. Outros aspectos que preocupam a França são o multiculturalismo e a religião<sup>109</sup>.

Entre os principais argumentos contra o processo de adesão encontramos normalmente questões como:

- Os critérios económicos – apesar de todos os progressos a Turquia é ainda um país pobre quando comparado com a maior parte dos actuais 27. Para além disso, a dimensão da sua população agrava a situação na medida em que teríamos um país pobre com uma dimensão que num futuro próximo poderia ser superior à Alemanha<sup>110</sup>.

---

<sup>107</sup> Kirsty Hughes, *The Political Dynamics of Turkish Accession to the EU*, Swedish Institute for European Political Studies, Report N: 9, December 2004, p. 70.

<sup>108</sup> Ibid., pp. 70-72.

<sup>109</sup> Ibid., pp. 73-75.

<sup>110</sup> Bahri Yilmaz, *The Relations of Turkey with the European Union: Candidate Forever?*, Center for

- O impacto nas instituições e políticas europeias - a combinação do seu tamanho populacional e da sua estrutura económica, pode originar fortes implicações tanto em algumas instituições, como nas Políticas de Coesão e Agrícola<sup>111</sup>.
- Cultura e religião – a adesão da Turquia à UE aumentaria a população muçulmana na Europa dos cerca de 3% actualmente existentes para 20%. Para a corrente que defende que as questões da migração, terrorismo e Islão se encontram correlacionadas, a adesão turca constitui um problema acrescido<sup>112</sup>.
- Os critérios políticos de Copenhaga, nomeadamente no que se referem ao respeito pelos direitos humanos e das minorias, representam aqueles que mais controvérsia geram, especialmente no que diz respeito ao problema curdo.

Já em 2004, o relatório da Comissão Europeia elencava algumas destas questões como representando grandes desafios tanto para a UE como para a Turquia, no caso de se concretizar a adesão desta última<sup>113</sup>.

Mas existem também argumentos a favor do processo de adesão:

- Economia global – embora já exista hoje uma União Aduaneira entre a Turquia e a UE, continuam a existir barreiras alfandegárias que afectam o livre comércio. Seria expectável que uma total adesão colmatasse estes problemas<sup>114</sup>.
- O mercado laboral turco - a população turca é apontada como tendo uma

---

European Studies, Working Paper N: 167, 2008, pp. 15-16; Neil Nuggent, *Turkey's Membership Application. Implications for the EU*, Jean Monnet/Robert Schuman Paper Series, Vol. 5 N: 26, August 2005, pp. 5-9.

<sup>111</sup> Ibid.

<sup>112</sup> Ibid.

<sup>113</sup> European Commission, *Issues Arising from Turkey's Membership Perspective*, Brussels, COM(2004)656 final, 6.10.2004 SEC(2004)1202.

<sup>114</sup> Neil Nuggent, *Turkey's Membership Application. Implications for the EU*, Jean Monnet/Robert Schuman Paper Series, Vol. 5 N: 26, August 2005, p. 9.

idade média muito mais baixa do que a média da UE, e como tal poderia auxiliar na resolução de um dos problemas que esta enfrenta hoje, o envelhecimento da sua população. No entanto, um dos aspectos que é apontado à migração turca actual, são os baixos níveis de literacia o que origina que a sua contribuição para o Estado Social possa não ser suficiente para repor os montantes daqueles que estão a envelhecer<sup>115</sup>.

- Cultura e religião - o aspecto religioso, apontando anteriormente como um factor negativo, também é visto por exemplo, pelo Reino Unido como um aspecto positivo, pelo facto de um grande país islâmico estar a procurar uma adesão à UE, aproximando-se assim das democracias e do capitalismo ocidental<sup>116</sup>.
- Política externa turca e da UE – Existem muitos pontos e objectivos comuns na política externa da Turquia e da UE. Desde logo, uma adesão implicaria resolver os conflitos que a Turquia detém com a Grécia e o Chipre, permitindo uma cooperação que hoje se encontra limitada. Outro interesse comum é a estabilidade no Médio Oriente, Cáucaso e Ásia Central. Mas um aspecto da política externa que porventura poderá ser crítico para a UE está relacionado com o papel que a Turquia pode desempenhar nas questões relativas à segurança energética<sup>117</sup>.

Analisemos então em maior detalhe estes factores procurando perceber porque são estes geradores de tanta controvérsia.

### **3.2.1 A Dimensão Económica**

Os aspectos da dimensão económica que analisaremos prendem-se com o tamanho e a demografia do país, bem como com a estrutura da sua economia, focando-nos

---

<sup>115</sup> Ibid., p. 9.

<sup>116</sup> Ibid., p. 10.

<sup>117</sup> Bahri Yilmaz, *The Relations of Turkey with the European Union: Candidate Forever?*, Center for European Studies, Working Paper N: 167, 2008, pp. 17.

numa análise comparativa entre a UE e a Turquia. Alguns pontos que analisaremos dizem respeito ao PIB, ao PIB per capita e à actividade num dos principais sectores económicos, a agricultura.

### **Tamanho e Demografia**

País com uma dimensão de 783,562 km<sup>2</sup>, a Turquia é o trigésimo sétimo maior país do mundo<sup>118</sup>, só ultrapassado por países dos continentes americanos, asiáticos e africanos. Nenhum país europeu possui uma dimensão geográfica superior à Turquia. Em termos populacionais, a Turquia ocupa a décima sétima posição no mundo com cerca de 72 milhões de habitantes, estando em termos europeus, apenas atrás da Alemanha, com 82 milhões<sup>119</sup>. Mas a manterem-se os ritmos actuais de crescimento da população (1.31% para a Turquia e -0.05% para a Alemanha<sup>120</sup>), em 2016 o número de habitantes na Turquia ultrapassará o número de habitantes na Alemanha.

### **Quadro 3-1 Dados Demográficos da UE**

<b>País</b>	<b>População (milhões)</b>	<b>0-14 anos</b>	<b>15-64 anos</b>	<b>+65 anos</b>	<b>Média idade (anos)</b>	<b>Literacia</b>	<b>População Urbana</b>
Turquia	72	27.2%	66.7%	6.1%	28.1	87.4%	69.0%
Alemanha	82	13.7%	66.1%	20.3%	44.3	99.0%	74.0%
Polónia	38	15.0%	71.6%	13.4%	38.2	99.8%	61.0%
Espanha	45	14.5%	67.4%	18.1%	40.1	97.9%	77.0%
França	64	18.6%	65.0%	16.4%	39.7	99.0%	77.0%
Reino Unido	62	16.7%	67.0%	16.2%	39.8	99.0%	90.0%
Itália	60	13.5%	66.3%	20.2%	43.7	98.4%	68.0%
UE-27	501	15.4%	67.2%	17.3%	40.5	98.4%	72.7%

**Fonte:** CIA World Factbook (est. Julho 2010), Eurostat Key figures on Europe 2010.  
<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>  
[http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY\\_OFFPUB/KS-EI-10-001/EN/KS-EI-10-001-EN.PDF](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-EI-10-001/EN/KS-EI-10-001-EN.PDF)

Como podemos observar nos dados demográficos do quadro anterior, a idade média

<sup>118</sup> Dados de 2010 do CIA World Fact Book.

<sup>119</sup> Dados de 2010 do CIA World Fact Book e Eurostat.

<sup>120</sup> Ibid.

turca situa-se na casa dos 28 anos, com pouco mais de 6% da população acima dos 65 anos. Isto contrasta largamente com os valores médios da UE, cuja idade média se situa nos 40.5 anos, com mais de 17% da população acima dos 65 anos. A percentagem da população urbana situa-se a níveis próximos ou por vezes superiores a alguns dos países da UE. A Turquia possui uma percentagem de população em áreas urbanas (69%) próxima da média da UE (72.7%). No entanto, os níveis de literacia, definidos como a percentagem de habitantes acima dos 15 anos que sabe ler e escrever, situa-se algo abaixo dos valores médios (87.4% contra 98.4%).

De acordo com dados do Banco Mundial os níveis de educação da população turca estão a evoluir favoravelmente, tendo a educação no nível terciário aumentado de 13 para 23% entre 1990 e 2000. O mesmo relatório implica que futuras migrações da população turca deverão ocorrer nas camadas mais educadas e por isso potenciadoras de uma melhor integração e geradoras de menores conflitos culturais<sup>121</sup>. No entanto, o mesmo relatório refere que o crescimento económico da Turquia nos próximos anos e envelhecimento da população em países como a Alemanha, pode originar forças opostas nos fluxos migratórios, sendo por isso difícil de prever o que na realidade vai acontecer<sup>122</sup>.

#### ***A Estrutura Económica da Turquia – PIB e Sectores da Economia***

Um dos aspectos importantes é perceber como compara a estrutura económica da Turquia com a da UE. De acordo com dados do *The Economist*, enquanto que nos anos 90 o PIB crescia cerca de 4% ao ano, a década seguinte viu-o crescer cerca de 6% até 2009, ano de crise generalizada. A inflação que nos anos 90 era acima dos 70% passou na década seguinte a ser da ordem dos 9%. A dívida pública está hoje abaixo dos 50%. De acordo com dados da OCDE nos próximos 7 anos

---

<sup>121</sup> World Bank, *Turkey Country Economic Memorandum, Report No. 39194-TR*, April 2008, p. 101.

<sup>122</sup> *Ibid.*, pp. 97-125.

poderemos assistir a uma Turquia com um crescimento que só deverá ser ultrapassado pelas economias chinesa e indiana<sup>123</sup>. Serão estes números suficientes para acompanhar a economia da UE?

### Quadro 3-2 Dados Comparativos do PIB

Pais	PIB (mil milhões de dólares PPP)	PIB per Capita (dólares)	% do PIB da UE	% do PIB per cap/ PIB per cap da UE	Contribuição para População da UE (%)	% PIB por sector
UE- 27	14,820	32,700	100	100	100	1.8% Agricultura 25% Indústria 73.1% Serviços
Turquia	960	12,300	6.4	37.6	12.5	9.6% Agricultura 26.6% Indústria 63.8% Serviços
Alemanha	2,940	35,700	19.8	109	14.3	0.9% Agricultura 27.8% Indústria 71.3% Serviços
Reino Unido	2,173	34,800	14.6	106	10.8	0.7% Agricultura 21.8% Indústria 77.5% Serviços
França	2,145	33,100	14.4	101.2	11.2	2% Agricultura 18.5% Indústria 79.5% Serviços
Alarg. 10	1,494.3	20,980	10	64	12.5	2.88% Agricultura 28.64% Indústria 68.48% Serviços
Roménia	254	11,600	1.7	35.5	3.6	12.2% Agricultura 37.6% Indústria 50.2% Serviços
Bulgária	96	13,500	0.64	41.2	1.2	5.3% Agricultura 30.1% Indústria 64.6% Serviços

Fonte: CIA World Factbook, dados previstos de 2010, (<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>)

A resposta a esta questão é importante, pois a situação económica de um país na sua adesão tem consequências importantes na sua contribuição para o Orçamento da UE, bem como na qualificação para os fundos comunitários a que terá direito. Se analisarmos alguns dados do quadro anterior, vemos que enquanto a contribuição da Turquia no domínio da população se situa ao nível de países como a Alemanha, França e Reino Unido, a sua contribuição para o PIB europeu fica muito abaixo do destes países (o PIB da Turquia em *Purchasing Power Parity* (PPP) representa cerca de 6.4% do PIB da UE). Mesmo considerando um crescimento de 5% para a

<sup>123</sup> The Economist, *A special report on Turkey*, October 23rd, 2010, p. 5.

Turquia e de 2% para a UE até 2014, estes valores não se alteram muito (PIB da Turquia passa a 7% do da UE).

O PIB per capita representa 37.6% do PIB médio dos 27 países da UE. Utilizando dados de 2010, os únicos países com PIB per capita semelhantes à Turquia em percentagem da média da UE são a Roménia (35%) e a Bulgária (41%). A Turquia apresenta assim um PIB per capita muito baixo quando comparado com a da UE.

### Quadro 3-3 Sectores da Economia turca e UE

<b>Pais</b>	<b>Agricultura</b> (% PIB)	<b>Agricultura</b> (% emprego)	<b>PIB Agrícola</b> (mil milhões dólares)	<b>Emprego Agrícola</b> (milhões)	<b>Área Agrícola Utilizável</b> (milhões ha)	<b>% de Área do País em Agricultura</b>
Turquia	9.6%	29.5%	92	7.5	39*	49.7%*
Alar 10	2.9%	6.96%	43	2.43	Nd	Nd
Bulgária	5.3%	7.1%	5.1	0.17	Nd	Nd
Roménia	12.2%	29.7%	30	2.77	Nd	Nd
UE -27	1.8%	5.6%	266	12.73	179*	41.7%*

**Fonte:** CIA *World Factbook*, dados previstos de 2010, \*dados de 2009 *Eurostat*, (<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>, [http://ec.europa.eu/agriculture/enlargement/countries/turkey/profile\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/agriculture/enlargement/countries/turkey/profile_en.pdf))

Um outro aspecto importante tem a ver com a constituição do sector agrícola da Turquia comparativamente à UE. Olhando para os dados da Turquia, vemos que este tem um peso elevado quando comparado com a UE, tanto no emprego como na percentagem do PIB. E se compararmos a produtividade deste sector vemos que o PIB por trabalhador agrícola na UE é de 20,895 dólares, enquanto que na Turquia se situa em 12,266 dólares, o que revela uma considerável ineficiência do sector. Possui ainda uma área agrícola que é quase metade do país e superior em percentagem à da UE. Estes dados são importantes na medida em que a atribuição da PAC é feita com base em critérios como a área agrícola, percentagem de população que trabalha no sector agrícola e PIB agrícola.

Todos estes dados revelam a importância da análise das Políticas de Coesão e Agrícola Comum, pois existem grandes preocupações por parte dos actuais Estados-membros em relação aos montantes a que a Turquia terá direito nos anos seguintes à adesão. A análise destas duas áreas justifica-se por representarem cerca de 70% do total dos fundos comunitários.

### 3.2.2 O Impacto nas Políticas Públicas Europeias

O relatório da Comissão Europeia que define o Orçamento para os anos 2014 a 2020, e do qual se apresentam valores no quadro seguinte, tem por objectivo introduzir algumas alterações, distribuindo verbas para áreas que a UE considera prioritárias.

**Quadro 3-4 Distribuição dos Fundos da UE, 2014-2020**

<b>Rúbrica/Política</b>	<b>2014 – 2020</b> (milhões)
1 – Crescimento Inteligente e Inclusivo (I&D)	80,000
1 – Crescimento Inteligente e Inclusivo (Ligar a Europa)	40,000
1 – Crescimento Inteligente e Inclusivo (Política de Coesão)	336,000
1 – Crescimento Inteligente e Inclusivo (Outros)	34,908
2 – Crescimento Sustentável: Recursos Naturais (CAP 1º pilar)	281,825
2 – Crescimento Sustentável: Recursos Naturais (CAP 2º pilar)	89,895
2 – Crescimento Sustentável: Recursos Naturais (Outros)	11,207
3 – Segurança e Cidadania	18,535
4 – Europa Global	70,000
5 – Administração	62,629
Total	1,025,000
% PNB	1.05%

**Fonte:** Comissão Europeia, *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Um Orçamento para a Europa2020, COM(2011)500, Parte I*, Bruxelas 29.06.2011. (<https://infoeuropa.eu/ocid.pt/registo/000046913/documento/0001>).

Assim, espera-se que passem a existir maiores investimentos em áreas críticas como infra-estruturas pan-europeias, investigação e desenvolvimento, educação e cultura, relações externas, vizinhos e fronteiras da UE. Apesar das intenções de investir em outras áreas prioritárias, a realidade é que a Política de Coesão e a PAC,

continuam a representar as maiores percentagens de gastos do Orçamento da UE.

Uma eventual adesão da Turquia tem levantado algumas questões relativamente às políticas públicas da UE, pois existe a percepção que grande parte dos fundos comunitários serão desviados de outros países, e que a contribuição da Turquia não será substancial dado que o seu Produto Nacional Bruto (PNB) é baixo.

Analisemos inicialmente qual poderia ser a contribuição da Turquia para o Orçamento da UE. Utilizando dados do Banco Mundial para o PNB<sup>124</sup>, o PNB da Turquia em 2010 foi de 719.4 mil milhões de dólares.

### Quadro 3-5 PNB e Despesas por País, UE, 2010

(Valores em mil milhões de euros)

<b>País</b>	<b>Contribuição Total</b>	<b>Contribuição do PNB</b>	<b>Despesas com Coesão (1b)</b>	<b>Despesas com Recursos Naturais (2)</b>	<b>Total Despesas</b>
Bélgica	4.7	2.6	0.2	0.7	6.1
Bulgária	0.3	0.2	0.4	0.5	1.2
Rep. Checa	1.5	1.0	2.2	1.0	3.4
Dinamarca	2.4	2.0	0.06	1.1	1.5
Alemanha	23.7	18.7	3.0	6.9	11.8
Estónia	0.1	0.098	0.5	0.2	0.8
Irlanda	1.4	0.9	0.09	1.7	2.1
Grécia	2.3	1.6	2.5	2.9	5.7
Espanha	10.0	7.6	5.1	7.0	13.1
França	19.5	14.7	1.5	9.8	13.1
Itália	15.3	11.3	2.5	5.7	9.4
Chipre	0.2	0.1	0.07	0.07	0.1
Letónia	0.1	0.1	0.5	0.3	0.8
Lituânia	0.3	0.2	0.9	0.5	1.6
Luxemburgo	0.3	0.2	0.04	0.05	1.5
Hungria	0.9	0.7	2.0	1.4	3.6
Malta	0.06	0.04	0.07	0.02	0.1
Holanda	5.6	4.2	0.2	1.1	2.1
Áustria	2.6	2.1	0.1	1.3	1.8
Polónia	3.6	2.6	7.7	3.7	11.8
Portugal	1.8	1.3	2.8	1.2	4.3
Roménia	1.1	0.8	0.5	1.4	2.3

<sup>124</sup> World Bank, <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GNP.ATLS.CD>, acedido em 27 de Outubro de 2011.

<b>País</b>	<b>Contribuição Total</b>	<b>Contribuição do PNB</b>	<b>Despesas com Coesão (1b)</b>	<b>Despesas com Recursos Naturais (2)</b>	<b>Total Despesas</b>
Eslovénia	0.4	0.2	0.4	0.2	0.7
Eslováquia	0.7	0.4	1.1	0.7	1.9
Finlândia	1.7	1.2	0.1	0.9	1.3
Suécia	3.2	2.7	0.2	1.0	1.6
Reino Unido	14.6	12.9	1.7	3.9	6.7

**Fonte:** European Commission, *Financial Report, 2010*,  
[http://ec.europa.eu/budget/library/biblio/publications/2010/fin\\_report/fin\\_report\\_10\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/budget/library/biblio/publications/2010/fin_report/fin_report_10_en.pdf)

Utilizemos o valor de 1.05%, que representa a contribuição média do PNB de cada país para a UE. Assumindo um crescimento de 5% ao ano, a contribuição da Turquia seria para o período de 2014 a 2020 de aproximadamente 81.8 mil milhões de dólares (57.4 mil milhões de euros ou 8.2 mil milhões de euros por ano)<sup>125</sup>. Se compararmos o valor anual obtido com a contribuição de cada Estado-membro em 2010, levando em conta o PNB apenas, obtemos que a contribuição da Turquia se situará ao nível de países como a Espanha, como se pode ver no quadro anterior.

Dados obtidos em estudos realizados em 2004 e 2005, situam a contribuição da Turquia para o Orçamento da UE entre um mínimo de 4.3 mil milhões (2015) e um máximo de 11 mil milhões de euros (2025)<sup>126</sup>. Já as estimativas da Comissão Europeia em 2004 apontavam para uma contribuição em 2025 de 5.6 mil milhões de euros<sup>127</sup>.

A Turquia tal como vimos anteriormente, não tem neste momento uma economia bastante desenvolvida, e como tal poder-se-ia classificar para uma grande absorção dos fundos comunitários, nomeadamente dois dos mais importantes por canalizarem mais recursos, a Política de Coesão e a Agrícola Comum.

<sup>125</sup> Valor aproximado que poderá não reflectir o crescimento anual da Turquia. O valor de conversão utilizado foi de 1 dólar=1.425 euros.

<sup>126</sup> Harald Grethe, "Turkey's Accession to the EU: What will the Common Agricultural Policy Cost?", Humboldt University of Berlin, *Agrarwirtschaft* 54, 2005.

<sup>127</sup> Sami Andoura, *European Union's Capacity to Absorb Turkey*, Egmont European Affairs Program, November 2005, p. 6, <http://www.egmontinstitute.be/papers/06/eu/EU-Turkey.pdf>, acedido em 17 de Novembro de 2011.

A Política de Coesão é definida por três objectivos: convergência, competitividade regional e emprego e cooperação territorial. Destes, o primeiro representa 81.5% dos fundos globais da Política de Coesão sendo por isso o mais relevante<sup>128</sup>. Na sua maioria engloba as regiões elegíveis para o objectivo de convergência<sup>129</sup> e os Fundos de Coesão<sup>130</sup>. De acordo com dados disponíveis de 2007, todas as 26 regiões da Turquia se qualificam para estes fundos comunitários (a região mais pobre, Van, representa 15%, e a região mais rica, Istambul representa 72.7% da média da UE)<sup>131</sup>. Existem no entanto grandes disparidades em todas as regiões da Turquia, com uma economia estática e de carácter predominantemente agrícola na região leste do país<sup>132</sup>. O PNB da UE em 2010 foi de 91,063 milhões de euros<sup>133</sup>. Dado que 90% da média corresponde a 3,035 milhões de euros, a Turquia com um PNB de 719.4 milhões de dólares em 2010<sup>134</sup> (aproximadamente 504 milhões de euros, utilizando 1 dólar=1.425 euros) ficaria qualificada para os Fundos de Coesão, juntamente com a Bulgária, Roménia e os 10 países do Alargamento. Para além destes, no período 2007-2013 estavam ainda abrangidos Portugal e Grécia<sup>135</sup>.

De que valores relativos à Política de Coesão estaríamos então a falar no caso de uma adesão turca à UE? O conjunto de estudos existentes é vasto e reflecte diferentes princípios e aproximações. É no entanto elucidativo como indicativo dos

---

<sup>128</sup> European Commission, *Cohesion Policy, 2007-2013*, European Union Regional Policy, 2007, p. 24. [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docoffic/official/regulation/pdf/2007/publications/guide2007\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/regulation/pdf/2007/publications/guide2007_en.pdf), acedido em 17 de Novembro de 2011.

<sup>129</sup> De acordo com as regras de convergência, ficam qualificados para os objectivos de convergência as regiões NUTS2 para as quais o PIB per capita é menor do que 75% da média comunitária.

<sup>130</sup> São elegíveis os Estados-membros para os quais o PNB é menor do que 90% da média da UE.

<sup>131</sup> Eurostat, *Eurostat Regional Yearbook, 2010*, [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY\\_OFFPUB/KS-HA-10-001/EN/KS-HA-10-001-EN.PDF](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-HA-10-001/EN/KS-HA-10-001-EN.PDF), acedido em 16 de Novembro de 2011.

<sup>132</sup> World Bank, *Turkey Country Economic Memorandum, Report No. 39194-TR*, April 2008, pp. 127-153, <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2008/05/08/00033495520080508053547/Rendered/PDF/391941TR0vol1010Box327369B01public1.pdf>, acedido em 22 de Novembro de 2011.

<sup>133</sup> European Commission, *EU Budget 2010, Financial Report*, p. 60, [http://ec.europa.eu/budget/library/biblio/publications/2010/fin\\_report/fin\\_report\\_10\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/budget/library/biblio/publications/2010/fin_report/fin_report_10_en.pdf), acedido em 17 de Novembro de 2011.

<sup>134</sup> World Bank, <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GNP.ATLS.CD>, acedido em 21 de Novembro de 2011.

<sup>135</sup> European Commission, *Cohesion Policy, 2007-2013*, European Union Regional Policy, 2007, p. 16. [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docoffic/official/regulation/pdf/2007/publications/guide2007\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/regulation/pdf/2007/publications/guide2007_en.pdf), acedido em 17 de Novembro de 2011.

intervalos de valores que estão a ser considerados.

De acordo com Grethe<sup>136</sup> o valor para a Política de Coesão a ser atribuído à Turquia seria de 7.7 mil milhões de euros (2015) e de um máximo de 25.6 mil milhões de euros (2025). Para o autor, os montantes a que a Turquia teria direito no que toca às Políticas Estruturais seriam substanciais e por isso difíceis de suportar<sup>137</sup>. Esta mesma conclusão é obtida no relatório da Comissão Europeia e levantada por Andoura na sua análise<sup>138</sup>. No entanto, os últimos Alargamentos colocaram um limite máximo de 4% do PIB do país<sup>139</sup>, tendo os valores atribuídos à Roménia e Bulgária sido limitados no primeiro ano a 60% desse valor, a 80% no segundo atingindo 100% apenas em 2013. Utilizando o mesmo raciocínio, e aplicando as regras a valores de 2010, o valor do Fundo de Coesão não deverá ultrapassar 4% do PIB da Turquia no primeiro ano da adesão, ou seja, 4% de 960 mil milhões de dólares (673 mil milhões de euros, PPP). Considerando 60% no primeiro ano, isto origina que a Turquia poderia obter a valores de 2010, 16.14 mil milhões de euros em Fundos de Coesão (60% de 26.9 mil milhões de euros). Este valor é um tecto máximo, e como tal poderá nunca ser atingido. Mas mostra desde já que existe necessidade de modificar as regras de adesão no que toca à atribuição das despesas. Só em termos comparativos, o valor global para o Fundo de Coesão para o período 2007-2013 foi de aproximadamente 70 mil milhões de euros<sup>140</sup>.

A PAC é atribuída de acordo com regras que podem englobar produtos agrícolas seleccionados, área em hectares, percentagem da população dedicada à agricultura e PIB agrícola. Relativamente à PAC, Grethe, estima que os valores atribuídos à

---

<sup>136</sup> Harald Grethe, "Turkey's Accession to the EU: What will the Common Agricultural Policy Cost?", Humboldt University of Berlin, *Agrarwirtschaft* 54, 2005.

<sup>137</sup> *Ibid.*, p. 134.

<sup>138</sup> Sami Andoura, *European Union's Capacity to Absorb Turkey*, Egmont European Affairs Program, November 2005, p.7, <http://www.egmontinstitute.be/papers/06/eu/EU-Turkey.pdf>.

<sup>139</sup> Kirsty Hughes, *Turkey and European Union: just another Enlargement?*, Friends of Europe Working Paper, On the occasion of the "Turkey's EU end-game?" European Policy Summit of June 17, 2004, pp. 18-22.

<sup>140</sup> European Commission, *Cohesion Policy, 2007-2013*, European Union Regional Policy, 2007, p. 27. [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docoffic/official/regulation/pdf/2007/publications/guide2007\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/regulation/pdf/2007/publications/guide2007_en.pdf), acedido em 17 de Novembro de 2011.

Turquia, considerando o primeiro e segundo pilar variam entre 6.3 e 7.8 mil milhões de euros considerando no primeiro caso 100% dos pagamentos directos, e no segundo, uma redução de 3% (2015). Para 2025, o valor da PAC seria de 5.4 mil milhões de euros (2025)<sup>141</sup>. A Comissão Europeia considera que em 2025 (a preços de 2004), o valor da PAC a atribuir à Turquia seria de 8.2 mil milhões de euros (assumindo que seriam pagos 100% dos montantes correspondentes a pagamentos directos)<sup>142</sup>. Hughes utiliza os valores da PAC ajustando para a dimensão agrícola da Turquia os montantes recebidos pela Roménia e Bulgária e obtém um total de 1.93 mil milhões de euros para a agricultura (2015).

### 3.2.3 O Impacto nas Instituições Europeias

De todas as instituições europeias, a adesão da Turquia poderá levantar questões naquelas onde o tamanho da sua população poderá originar uma alteração dos poderes. Utilizaremos nesta análise as regras que entrarão em vigor a partir de Novembro de 2014. Existe preocupação com o impacto que esta adesão possa trazer ao Parlamento Europeu, em virtude da alteração no número de deputados e consequente votação, bem como ao Conselho Europeu, por causa das regras de votação.

**Quadro 3-6 Distribuição de Deputados no Parlamento Europeu**

Pais	Deputados EU -27	Deputados EU -28* (Incluindo Turquia)	População 1 Janeiro 2010 (1000)
Malta	5	4	413
Estónia	6	5	1,340
Chipre	6	5	798
Luxemburgo	6	5	502
Eslovénia	7	6	2,047
Letónia	8	7	2,248
Lituânia	12	11	3,329
Irlanda	12	11	4,455

<sup>141</sup> Harald Grethe, "Turkey's Accession to the EU: What will the Common Agricultural Policy Cost?", Humboldt University of Berlin, *Agrarwirtschaft* 54, 2005.

<sup>142</sup> Sami Andoura, *European Union's Capacity to Absorb Turkey*, Egmont European Affairs Program, November 2005, p.7, <http://www.egmontinstitute.be/papers/06/eu/EU-Turkey.pdf>.

<b>Pais</b>	<b>Deputados EU -27</b>	<b>Deputados EU -28* (Incluindo Turquia)</b>	<b>População 1 Janeiro 2010 (1000)</b>
Finlândia	13	12	5,351
Dinamarca	13	12	5,534
Eslováquia	13	12	5,424
Bulgária	17	15	7,563
Áustria	17	15	8,375
Suécia	18	16	9,340
Portugal	22	20	10,637
Bélgica	22	20	10,827
Rep. Checa	22	20	10,506
Grécia	22	20	11,295
Hungria	22	20	10,013
Holanda	25	22	16,577
Roménia	33	30	21,462
Espanha	50	45	45,989
Polónia	50	45	38,167
França	72	65	64,713
Itália	72	65	60,340
Reino Unido	72	65	62,008
Alemanha	99	89	81,799
Turquia	----	89	72,561
Total	736	750	
Total EU 27	-----	-----	501,052
Total EU 28 (c/ Turquia)	-----	-----	573,613

**Fonte:** Eurostat, *Key figures on Europe 2010*, Parlamento Europeu, \* Dados ajustados proporcionalmente (<https://www.europarl.europa.eu/> e [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY\\_OFFPUB/KS-EI-10-001/EN/KS-EI-10-001-EN.PDF](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-EI-10-001/EN/KS-EI-10-001-EN.PDF)).

De acordo com as regras do tratado de Lisboa, o Parlamento Europeu não pode ter mais de 750 deputados. O artigo 14 estipula que a representação dos cidadãos é digressivamente proporcional, com um número mínimo de 6 membros por Estado-membro, e um número máximo de 96 deputados<sup>143</sup>. A composição actual e futura do Parlamento, com base nas mesmas regras de proporção, é (seria) a indicada no quadro anterior.

Caso se cumprissem os valores máximos para os deputados dos países mais

<sup>143</sup> Tratado de Lisboa Versão Consolidada, Comissão dos Assuntos Europeus da Assembleia da República, 2008, p. 25; União Europeia, [http://europa.eu/legislation\\_summaries/institutional\\_affairs/treaties/lisbon\\_treaty/ai0010\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/lisbon_treaty/ai0010_pt.htm), acedido em 1 de Janeiro de 2012.

populosos, estes representariam apenas 13.2% dos votos. Isto pouca influência teria numa votação global no caso de os deputados decidirem votar de acordo com o interesse nacional. No entanto, os deputados tendem a votar por famílias políticas e não por interesses nacionais<sup>144</sup>.

Um outro aspecto que preocupa os europeus no caso de uma adesão turca, tem a ver com os votos no Conselho Europeu. De acordo com as regras do tratado de Lisboa (Novembro de 2014), o Conselho deliberará por maioria qualificada, sendo esta composta por pelo menos 55% dos membros do Conselho<sup>145</sup> (72% quando o Conselho não delibera sob proposta da Comissão ou do Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros), num mínimo de 15, devendo estes representar Estados-membros que reúnam no mínimo 65% da população da UE. A maioria de bloqueio deve ser composto por pelo menos quatro membros de Conselho que represente mais de 35% população dos Estados-membros participantes. Caso tal não aconteça, considera-se alcançada a maioria qualificada<sup>146</sup>.

Analisando a população da UE-27, num total de 502 milhões de habitantes, os principais limiares serão de 175.3 milhões (35% da população) e 325.7 milhões (65%). Com a Turquia dentro da UE, a população ascende a 573.6 milhões e os limiares passam a ser de 200.7 milhões (35%) e de 372.8 milhões (65%). Que implicações é que a Turquia poderá ter na aprovação de uma votação? O limiar de 15 países membros não permite que os países com maior população possam deliberar por si só. E nem os quinze países mais pequenos, nem os quinze seguintes conseguem atingir o limiar de população necessário para aprovar

---

<sup>144</sup> Kirsty Hughes, *Turkey and European Union: just another Enlargement?*, Friends of Europe Working Paper, On the occasion of the "Turkey's EU end-game?" European Policy Summit of June 17, 2004, pp. 24-27.

<sup>145</sup> 55% dos membros corresponde a um número próximo de 15, pelo que o mínimo exigido acaba por tornar esta regra irrelevante.

<sup>146</sup> União Europeia, Conselho da União Europeia, [http://europa.eu/legislation\\_summaries/institutional\\_affairs/treaties/lisbon\\_treaty/ai0008\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/lisbon_treaty/ai0008_pt.htm), acedido em 1 de Janeiro de 2012.

qualquer deliberação. Os países mais populosos tão pouco conseguem aprovar, dada a regras dos 15. Assim, a entrada da Turquia pode na realidade trazer influência na regra de bloqueio. Numa Europa a 27, qualquer combinação a três (mais um membro) dos quatro maiores países pode constituir um bloqueio (França, Alemanha, Reino Unido e Itália). Mas a entrada da Turquia, pode originar o aparecimento de novas e diferentes forças de bloqueio. Passariam a ser válidas quaisquer combinações de dois dos quatro grandes que incluísse a Turquia (mais um membro), e ainda outras combinações que incluam por exemplo: 1) Alemanha, Turquia e Espanha e mais um membro; 2) Reino Unido, Itália, Espanha e Turquia; ou 3) Turquia, Polónia, Holanda, Roménia, Espanha. Ou seja, poderíamos mais facilmente alcançar forças de bloqueio que não incluem nenhum dos quatro grandes países, passando a Espanha por exemplo a adquirir uma preponderância que hoje não possui.

#### **3.2.4 Os Aspectos Religiosos**

Um dos aspectos mais controversos da adesão turca situa-se ao nível dos efeitos que uma forte presença muçulmana pode produzir no território europeu. Não sendo objectivo desta tese o desenvolvimento desta temática, e podendo por si só constituir tema de debate e desenvolvimento dada a complexidade do tema em questão, serão levantados dois aspectos que nos parecem relevantes no âmbito desta tese. Um primeiro que abordará o modo como surgiu o crescente Islamismo na Turquia e que impacto este pode ter na integração europeia. Uma segunda questão que procurará endereçar o impacto de um aumento da comunidade islâmica na Europa.

País maioritariamente muçulmano mas de tradição democrática e secular, a Turquia viu no entanto surgir algumas alterações a esta padrão com a subida ao poder do AKP. Na visão de Larrabee, o AKP tem raízes islâmicas, mas é fundamentalmente

diferente dos partidos que o procederam – o *Refah Partisi (RP)*, *Fazilet Partisi (FP)* e o *Milli Selamet Partisi (MSP)* - tanto em termos ideológicos, como nos objectivos políticos e económicos que se propõe atingir. As prioridades que o AKP tem estabelecido como as reformas políticas e militares, bem como a estabilidade económica, são demonstrativas de que existe uma aproximação à UE, ao contrário do discurso anti-ocidental que marcou os anteriores partidos islâmicos. Para este autor, o AKP pode seguir diferentes cenários que vão desde não permitir que objectivos islâmicos se misturem com o delinear da sua política externa nem tão pouco com o processo legislativo, até uma agenda islâmica mais agressiva. O segundo cenário, uma agenda islâmica mais agressiva, parece ao autor pouco plausível. Isto porque o secularismo ainda é bastante forte na Turquia, e os militares, garantia ao longo dos anos de um Estado secular, ainda possuem força e capacidade de intervenção. Mas existe ainda um terceiro aspecto: os inquéritos à população realizados pelo *Turkiye Ekonomik ve Sosyal Etudler Vakfı (TESEV)*, mostram que existe um fraco suporte para a constituição de um Estado islâmico na Turquia, (apenas 9%)<sup>147</sup>. No mesmo inquérito 74% dos inquiridos gostariam de ter um Presidente muçulmano devoto e 75% gostariam que o Presidente fosse o guardião do secularismo<sup>148</sup>, mostrando que a Turquia não vê uma contradição entre ser muçulmano e ser secular. Isto contrasta com a maioria dos Estados muçulmanos onde o Islão é a religião do Estado, estando consagradas nas respectivas Constituições muitas cláusulas que estabelecem a lei sagrada do Islão como base da legislação<sup>149</sup>. Nesse sentido, os sinais internos que foram dados pelo AKP ao introduzir aspectos islâmicos nas políticas públicas e que levaram os secularistas a tentar removê-los do poder, banindo o partido da vida pública<sup>150</sup>, poderão ter que ser

---

<sup>147</sup> Um inquérito realizado pelo TESEV, mostra que apenas 9% da população turca favorecia um Estado onde vigorasse a Xária. Ângela Rabassa e Stephen Larrabee, *The Rise of Political Islam in Turkey*, RAND Corporation, National Defense Research Institute, 2008, p. XI.

<sup>148</sup> Ângela Rabassa e Stephen Larrabee, *The Rise of Political Islam in Turkey*, RAND Corporation, National Defense Research Institute, 2008, p. 24.

<sup>149</sup> Bernard Lewis, *A Linguagem Política do Islão*, Lisboa, Edições Colibri, 2001, p. 14.

<sup>150</sup> Eurasia Daily Monitor, "Relief but no Victory for AKP in Closure Case", Eurasia Daily Monitor, Vol. 5

revistos. Larrabee chama a atenção, no entanto, para outro aspecto que nos parece relevante. O conflito não é tanto entre islamitas e secularistas, mas antes entre a elite secularista e uma nova classe social emergente da região da Anatólia, de raízes muçulmanas, e que passou a ter uma voz importante na economia, comércio e política externa da Turquia<sup>151</sup>.

Como surge então o Islão Político na Turquia e que influência pode este ter na política externa do AKP e nas suas relações com a UE? Larrabee<sup>152</sup> aponta como um dos factores para o seu surgimento o facto de as reformas kemalistas apenas terem afectado as grandes cidades, enquanto que nas regiões mais afastadas, as populações continuaram a ser extremamente religiosas. A religião não desapareceu, passou apenas a ser controlada nas grandes cidades por um organismo do Estado (*Diyanet*)<sup>153</sup>, não tendo no entanto este atingido as regiões mais remotas. Com o advento da democracia multipartidária, introduzida por Menderes em 1950, grupos religiosos e étnicos outrora marginalizados, encontraram expressão na vida política turca. Um outro reformista, Ozal, também contribuiu para aumentar a força dos grupos islâmicos. Por um lado, fomentou a migração da população do interior para as grandes cidades, trazendo esta a sua profunda religiosidade. Por outro, ao adoptar políticas neo-liberais, reduzindo o peso do Estado na economia, fomentou o aparecimento de uma classe de empreendedores na região da Anatólia, “Os Tigres da Anatólia”, classe essa que possuiu fortes raízes islâmicas, e que hoje constitui uma importante base de apoio do AKP.

As empresas lideradas por esta classe de empreendedores da região da Anatólia floresceram nos anos 90 muito em parte resultado do crescimento do Médio Oriente,

---

Issue: 14, [http://www.jamestown.org/single/?no\\_cache=1&tx\\_ttnews%5Btt\\_news%5D=33851](http://www.jamestown.org/single/?no_cache=1&tx_ttnews%5Btt_news%5D=33851), acedido em 31 de Outubro de 2011.

<sup>151</sup> Angela Rabassa e Stephen Larrabee, *The Rise of Political Islam in Turkey*, RAND Corporation, National Defense Research Institute, 2008, pp. 31-40.

<sup>152</sup> Ibid., pp. 31-40.

<sup>153</sup> Para um interessante artigo sobre as funções do *Diyanet* e a sua influência junto dos turcos na Europa, ler Nico Landman, “Sustaining Turkish-Islamic Loyalties: The Diyanet”, in Hugh Poulton e Suha Taji-Farouki (eds), *Muslim Identity and the Balkan State*, Oxford, Hurst & Company, 1997, pp. 214-231.

mas sobretudo com o aparecimento do *Mustakil Sanayici ve İsadamları Dernegi* (MUSIAD)<sup>154</sup>, que deu um novo impulso ao capital islâmico permitindo o crescimento das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) na região da Anatólia. Surge assim por oposição ao *Türk Sanayicileri ve İsadamları Dernegi* (TUSIAD), representante do *establishment* e das empresas da região de Istambul e de Mármara, que cresceram pela via do apoio estatal<sup>155</sup>. Esta organização promove o negócio das suas associadas tanto a nível nacional como internacional, e embora tenha fomentado numa fase inicial o investimento nas regiões do Médio Oriente e Ásia Central, também realiza acções na Europa, América Latina e EUA<sup>156</sup>.

A subida do AKP ao poder modificou a dicotomia Istambul *versus* Anatólia, levando os grandes conglomerados a colaborar com as PMEs, fomentando a cooperação para além das questões económicas, políticas e ideológicas. Esta cooperação favoreceu decididamente as empresas da região da Anatólia e o MUSIAD é hoje um forte apoiante do AKP. Em resultado deste apoio as empresas suas associadas passaram a ter não só uma forte presença interna, mas também grandes investimentos na Europa, EUA e Ásia. Estas grandes empresas estão por isso hoje globalizadas e actuam em mercados espalhados por vários continentes.

Os imigrantes muçulmanos existentes em território europeu são um outro motivo de preocupação, originado em programas que fomentaram o fluxo de migração na Europa no pós Segunda Guerra Mundial e que permanecem até aos dias de hoje<sup>157</sup>.

Uma das comunidades com mais *Gastarbeiter* (trabalhadores convidados) na

---

<sup>154</sup> O MUSIAD, organização que representa essa classe empreendedora religiosa, foi criada por homens de negócios tendo crescido para cerca de 10,000 firmas afiliadas. É na sua maioria constituído por firmas que surgiram após os anos 80, e que surgiram na região da Anatólia, empregando em média menos de 50 trabalhadores (PMEs). A maior parte destas empresas operam em sectores que conheceram um boom nos anos 80/90, ou seja, empresas dos sectores químico, minérios, alimentação, máquinas, automóveis e produtos de electrónica e consumo. Evren Hosgor, "Islamic Capital/Anatolian Tigers: Past and Present," *Middle Eastern Studies*, Vol. 47 N: 2, 2011, pp. 343-360.

<sup>155</sup> Ibid.

<sup>156</sup> Ibid.

<sup>157</sup> Historicamente, estas comunidades surgem pós Segunda Guerra Mundial, com iniciativas como o "Nationalities Act", no Reino Unido, iniciativas pelo General de Gaulle em atrair europeus, que falhadas foram substituídos por argelinos, e o programa *Gastarbeiter* na Alemanha, em 1955. Christopher Caldwell, *Reflections on the Revolution in Europe*, London, The Penguin Group, 2009, pp. 23-42.

Alemanha é a turca, sendo também este um factor de preocupação. Para Bassam Tibi, sírio de origem e naturalizado alemão, existem dois problemas fundamentais que necessitam de ser resolvidos, e que se fazem sentir na Alemanha em especial. Um primeiro, a ausência de liberdade em criticar o Islão, por receio de eventuais retaliações. Um segundo aspecto, a pressão familiar exercida nas segundas e terceiras gerações para que sigam as tradições ancestrais tornando-os completamente desintegrados tanto nos seus países de origem como nas novas sociedades onde já nasceram. A ausência de pluralismo e tolerância no Islão é visto pelo autor como uma fonte dos problemas actuais<sup>158</sup>. Mas Tibi não culpa apenas os muçulmanos pela falha na integração destes na Alemanha, indicando que este país também necessita modificar as suas referências culturais, de modo a permitir uma aceitação de estrangeiros nas suas comunidades<sup>159</sup>. O recente discurso de Erdogan, ao apelar a uma integração condicionada, é revelador do estado em que se encontram as relações entre a Alemanha e a Turquia, embora também se possa considerar algum aproveitamento dada a proximidade eleitoral na Turquia<sup>160</sup>.

Mas a Alemanha não é o único país europeu que acolhe grandes comunidades muçulmanas. Existem hoje mais de 15 milhões espalhados por vários países europeus, e os problemas sentidos são na sua grande maioria os mesmos: hostilidade racial, discriminação e problemas socioeconómicos<sup>161</sup>.

Aquilo que muitos esperavam fosse um fenómeno passageiro de muçulmanos na Europa, tornou-se duradouro, com os muçulmanos a reclamarem o seu espaço e a marcarem uma posição como demonstra a ida de Sarkozy, então como Ministro do Interior, ao Egipto para falar da intenção da França em banir no seu território o véu

---

<sup>158</sup> Bassam Tibi, "Europeans Have Stopped defending their Values", <http://www.spiegel.de/international/spiegel/0,1518,440340,00.html>, acedido em 31 de Outubro de 2011.

<sup>159</sup> Ibid.

<sup>160</sup> Ibid.

<sup>161</sup> Maria do Céu Pinto, *O Islão na Europa*, Lisboa, Prefácio, 2006, pp. 199-203.

islâmico<sup>162</sup>. Caldwell compara este fenómeno aos irlandeses em Boston, que vários anos após o primeiro desembarque nos EUA, se tornaram numa comunidade com grande força política, referindo que estamos a atravessar na Europa um fenómeno semelhante.

O aspecto talvez mais controverso referido por Caldwell e defendido por vários outros autores é o triângulo migração-terrorismo-Islão, para quem estes três aspectos não são dissociáveis. Para os defensores desta linha a presença de um forte país muçulmano na UE apenas iria exacerbar algumas destas complexas questões, pois passaria a existir um país com uma população que é cerca de 99% muçulmana, e que tenderia a tornar-se defensor da causa islâmica, aumentando a já crescente tensão social<sup>163</sup>. Outros como Nugent, acreditam que a presença da Turquia na UE, teria antes o efeito contrário, pois permitiria mostrar que muçulmanos, democracias e Ocidente podem coexistir, aumentando assim a influência europeia a outros países muçulmanos procurando incutir um Islamismo moderado<sup>164</sup>.

### **3.2.5 A Dimensão Política**

Cumprir os critérios políticos de Copenhaga, obriga à estabilidade nas instituições que garantem a Democracia, à existência de um Estado de Direito e ao respeito pelos Direitos Humanos. O relatório da Comissão Europeia de 2010/11 indica que a Turquia continua a cumprir satisfatoriamente os critérios políticos<sup>165</sup>. Isto em parte resulta das reformas constitucionais realizadas e que abrangeram o poder dos militares, o sistema judiciário e a administração pública. Existem no entanto

---

<sup>162</sup> Christopher Caldwell, *Reflections on the Revolution in Europe*, London, The Penguin Group, 2009, p. 203.

<sup>163</sup> *Ibid.*, pp. 221-245.

<sup>164</sup> Neill Nugent, *Turkey's Membership Application. Implications for the EU*, Jean Monnet/Robert Schuman Paper Series, Vol. 5 N: 26, August 2005, pp. 9-10.

<sup>165</sup> European Commission, *Extract from the Communication from the Commission to the Council and the European Parliament "Enlargement Strategy and Main Challenges 2010-2011, COM (2010) 660 final, [http://ec.europa.eu/enlargement/pdf/key\\_documents/2010/package/strategy\\_paper\\_2010\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/enlargement/pdf/key_documents/2010/package/strategy_paper_2010_en.pdf)*, acedido em 17 de Novembro de 2011.

aspectos que o relatório menciona como estando aquém das expectativas, e o tema recorrente é em geral, a falta de abertura democrática para a resolução do problema curdo.

### ***O Problema Curdo***

Os Curdos constituem um grupo étnico com origem em várias tribos, algumas provenientes de migrações indo-europeias, que se estabeleceram nas montanhas de Zagros, cadeia montanhosa que ocupa a Turquia, Irão, Iraque e Síria. Apesar de possuírem uma grande diversidade linguística e religiosa<sup>166</sup>, e de serem um povo sem Estado, possuem uma grande identidade étnica. Existem aproximadamente 30 milhões de curdos, distribuídos da seguinte forma: 15 milhões na Turquia, 4 milhões no Iraque, 7 milhões no Irão e um milhão na Síria. De acordo com dados do Instituto curdo de Paris, os curdos na Europa constituíam um total de um milhão espalhados por vários países europeus<sup>167</sup>.

Em consequência do programa de paz mundial de Woodrow Wilson, às minorias do Império Otomano deveria ser assegurado “... an undoubted security of life and an absolute unmolested opportunity of autonomous development”<sup>168</sup>. O tratado de Sèvres, acordado no final da Primeira Guerra Mundial com os otomanos, contemplava a independência curda, um ano após a sua celebração. Mas o tratado nunca viu a luz do dia e Ataturk negociou em seu lugar o tratado de Lausana, definindo as actuais fronteiras da Turquia, eliminando qualquer referência a um Estado curdo.

---

<sup>166</sup> Os curdos não possuem uma linguagem comum falando vários dialectos, Kurmanji, Sorani e Zaza pertencentes à família de línguas Indo-Europeias. Do mesmo modo, não possuem uma religião única. A maioria são sunitas, existindo no entanto alguns xiítas e alevis. Outras religiões incluem o Judaísmo, Cristianismo e o Yezidismo. Ver J.P. Teixeira Fernandes, *Turquia: Metamorfoses de Identidade*, Lisboa, Instituto Ciências Sociais/Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 84-90; Kerim Yildiz e Mark Muller, *The European Union and Turkish Accession*, London, Pluto Press, Kurdish Human Rights Project, 2008, pp. 4-12.

<sup>167</sup> Philippe Boulanger, *Géopolitique des Kurdes*, Paris, Ellipses Édition, 2006, p. 213.

<sup>168</sup> President Woodrow Wilson's 14 Points (1918), <http://www.ourdocuments.gov/doc.php?doc=62>, acedido em 19 de Outubro de 2011.

Estas alterações tiveram consequências na história dos curdos ao longo dos anos. Até ao início dos anos 90, a posição oficial do Estado turco era a completa negação da existência de uma etnia curda, sendo proibidas quaisquer referências linguísticas ou culturais. Várias revoltas curdas ocorridas em anos distintos (1925, 1930 e 1938) foram violentamente reprimidas. Atatürk defendia o nacionalismo turco e rejeitava qualquer identidade curda, defendendo antes uma completa assimilação. Mas é o período de 1984 a 1999 que culmina no maior massacre e violência na região<sup>169</sup>.

Os problemas feudais na região curda, o aparecimento do AKP, a ausência de desenvolvimento económico e de infra-estruturas na região são questões detalhadas por Ismael Cem no seu livro, *Türkiye Üzerine Araştırmalar*<sup>170</sup>. Mas focando-nos agora nas políticas do AKP, Cicek considera que os desenvolvimentos realizados no sentido de resolver a questão curda têm ficado aquém das expectativas e que as suas políticas em relação aos curdos vão pouco além dos princípios de segurança nacional utilizados pelos militares ao longo de várias décadas. O autor afirma que existem três razões no processo de democratização que obrigam o AKP a resolver o problema curdo: um primeiro, a intervenção dos EUA no Iraque e a criação de uma região curda autónoma. A Turquia terá um papel fundamental na estabilização deste país após a saída das tropas americanas em finais de 2011, e a não solução do problema curdo nas suas fronteiras, acarretará dificuldades no diálogo com o governo da região autónoma curda. Um segundo aspecto são as políticas pós-

---

<sup>169</sup> Kerim Yıldız e Mark Muller, *The European Union and Turkish Accession*, London, Pluto Press, Kurdish Human Rights Project, 2008, p. 106.

<sup>170</sup> O livro de Ismael Cem (Researches on Turkey) encontra-se bem descrito no paper de Ozan Ormeci, "A Turkish Social Democrat: İsmail Cem", *Turkish Studies*, Vol. 12 N: 1, 2011, pp. 101-114. Cem previu que a opressão dos militares e do Estado turco sobre os curdos originaria o aparecimento de uma revolta armada. Como sugere Ormeci, antecipou o aparecimento do PKK. Ormeci também refere que para Cem, um outro grande problema da região curda constituía na existência de um sistema feudal que causava grandes discrepâncias económicas na região e forte dependência das populações em relações aos senhores feudais. Dois outros aspectos contribuíram na opinião de Ismael Cem para os problemas na região: o fornecimento de armamento por parte das potências estrangeiras aos revolucionários curdos e a ausência de uma política de desenvolvimento social e de infra-estruturas na região. Curiosamente Ismael Cem não se opõe à existência de um Estado curdo e refere que a Turquia não deve temer por esta divisão, pois na realidade a operação "Provide Comfort" já está a fazer surgir um Estado curdo no norte do Iraque. O que Cem condena é que esta operação pode ameaçar em maior grau a paz na Turquia, e que o peso da Turquia nesta decisão é pequeno quando comparado com o dos EUA, colocando-a numa posição frágil.

islâmicas neo-liberais na região, apoiadas pelos EUA, que querem a paz com o mundo islâmico. Uma Turquia estável que sirva os seus interesses políticos na região (Iraque, Afeganistão e restante mundo circundante), é crucial para os EUA e isso só se consegue com o problema dos curdos resolvidos. A segurança energética na região também passa pelo combate ao terrorismo, e conseqüentemente pela solução do problema curdo. Por último, o surgimento de partidos políticos pró curdos, com expressividade na vida política nacional, reforça a ideia de uma identidade curda. A existência no Iraque de uma região com governo, língua e forças armadas curdas poderão forçar a Turquia, Irã e Síria a princípios semelhantes. O AKP tem adoptado algumas medidas que mostram alguma abertura à tentativa de solucionar algumas questões, mas existem muitos problemas que mostram que uma solução está ainda longe das aspirações curdas<sup>171</sup>.

Uma posição contrária defende Efegil<sup>172</sup>. Para este autor, Turgut Ozal foi o primeiro governante a reconhecer a questão curda, cuja resolução tem sido continuada pelo AKP. Por motivos como a saída das tropas norte-americanas do Iraque no final de 2011, o processo de democratização resultante do início das negociações com a UE e a política de “zero problemas” com os países vizinhos, originou da parte do governo turco uma elevada prioridade no combate ao terrorismo e na resolução do problema curdo<sup>173</sup>. Medidas concretas foram tomadas após o ataque terrorista do PKK em Daglica, 2007. De acordo com Efegil, existem medidas de curto, médio e longo prazo. As primeiras consistem em aumentar a liberdade cultural e o uso da língua curda em algumas circunstâncias. As segundas no desarmamento e

---

<sup>171</sup> Vários incidentes como o fecho do *Demokratik Toplum Partisi* (DTP) e o banir de 37 membros do partido, bem como o julgamento e prisão de crianças menores de idade e a ausência de um reconhecimento da língua curda como língua oficial, constituem objecções à solução do problema curdo. E para o autor, isto resulta do AKP, e mesmo dos outros partidos como o *Milliyetçi Hareket Partisi* (MHP) e *Cumhuriyet Halk Partisi* (CHP) terem o nacionalismo turco como base ideológica e uma ausência de princípios democráticos na sua matriz política. Cuma Cicek, “Elimination or Integration of Pro Kurdish Politics: Limits of the AKP's Democratic Initiative”, *Turkish Studies*, Vol. 12 N: 1, 2011, pp. 15-26.

<sup>172</sup> Ertan Efegil, “Analysis of the AKP Government's Policy Toward the Kurdish Issue”, *Turkish Studies*, Vol. 12 N: 1, 2011, pp. 27-40.

<sup>173</sup> *Ibid.*, pp. 30-31.

dissolução do PKK e por último, mudanças constitucionais que assegurem os direitos e as liberdades fundamentais<sup>174</sup>. Mas o AKP não reconhece Ocalan, tão pouco quer uma mudança da estrutura Unitária do Estado turco ou qualquer espécie de autonomia e menos ainda o reconhecimento da língua curda como língua oficial.

Para Yildiz e Muller, a resolução do conflito no sudeste da Turquia é uma condição importante para a democratização do país. Para estes autores é inconcebível que uma democracia possa ser assegurada enquanto existir um conflito armado, uma relutância da Turquia em dialogar com representantes curdos e uma ausência de participação política dos curdos no Parlamento turco. Para aqueles que possam pensar que os conflitos de Espanha e Reino Unido são semelhantes, a argumentação defendida é que ambos os países são democracias estáveis e que se têm sentado à mesa de negociações com as partes interessadas na resolução do conflito. Ainda no âmbito dos direitos políticos, um outro aspecto referido por Yildiz e Muller tem a ver com a participação política. O sistema eleitoral não permite que tenham representação no Parlamento partidos que não atinjam 10% dos votos nacionais, o que é um patamar bastante elevado, pois discrimina grupos minoritários como os partidos curdos, que não conseguem obter uma elevada representação nacional<sup>175</sup>. Este aspecto também é referido no relatório de progresso da Comissão Europeia<sup>176</sup>.

A Turquia tem feito no entanto progressos em questões do direito das minorias, assim como nos direitos culturais, civis e políticos. As reformas introduzidas pelo processo de adesão à UE permitiram alguns progressos como a transmissão televisiva e o ensino em língua curda, o que representa um avanço em relação ao sentimento anti-curdo, e às proibições em relação à cultura curda que existiram até

---

<sup>174</sup> Ibid., pp. 31-32.

<sup>175</sup> Kerim Yildiz e Mark Muller, *The European Union and Turkish Accession*, London, Pluto Press, Kurdish Human Rights Project, 2008, pp. 67-68.

<sup>176</sup> European Commission, *Turkey 2010 Progress Report*, *COM(2010)660*, *SEC(2010)1327*, p. 8, [http://ec.europa.eu/enlargement/pdf/key\\_documents/2010/package/tr\\_rapport\\_2010\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/enlargement/pdf/key_documents/2010/package/tr_rapport_2010_en.pdf) acedido em 17 de Novembro de 2011.

recentemente. No âmbito dos direitos civis, a Turquia também realizou progressos com o processo de adesão. A pena de morte foi abolida, os períodos de detenção nas prisões foram encurtados e o número de casos de tortura, embora não tendo sido totalmente erradicados, foram consideravelmente reduzidos<sup>177</sup>. Mas a liberdade de expressão continua a originar várias queixas no Tribunal dos Direitos Humanos, como é referido no relatório da Comissão Europeia<sup>178</sup>.

A liberdade de associação é um dos aspectos em que existiram alguns progressos na Turquia. No entanto, quando estas acontecem no sudeste do país com questões relacionada com os direitos curdos, degeneram a maior parte das vezes em actos de violência<sup>179</sup>. Os direitos culturais obtiveram melhorias substanciais<sup>180</sup>, mas o uso da língua curda na vida política continua no entanto a ser proibido.

O processo de adesão é uma oportunidade para que os curdos vejam a sua questão tratada, pois só assim a UE poderá aceitar a Turquia de acordo com os critérios políticos de Copenhaga. Yildiz e Muller defendem que a UE, ao contrário por exemplo do Parlamento Europeu ou do Conselho da Europa, não está a impor à Turquia a necessidade de resolver a questão curda antes da adesão. Os últimos relatórios de progresso abordam a questão de uma forma muito superficial<sup>181</sup>. E embora a Turquia tenha feito algumas concessões nos direitos culturais e linguísticos, estas continuam segundo a serem curtas e a não resolverem as questões fundamentais.

---

<sup>177</sup> Kerim Yildiz e Mark Muller, *The European Union and Turkish Accession*, London, Pluto Press, Kurdish Human Rights Project, 2008, pp. 39-50 e pp. 77-105.

<sup>178</sup> European Commission, *Turkey 2010 Progress Report*, COM(2010)660, SEC(2010)1327, p. 20 [http://ec.europa.eu/enlargement/pdf/key\\_documents/2010/package/tr\\_rapport\\_2010\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/enlargement/pdf/key_documents/2010/package/tr_rapport_2010_en.pdf) acedido em 17 de Novembro de 2011.

<sup>179</sup> *Ibid.*, p. 21.

<sup>180</sup> *Ibid.*, p. 32.

<sup>181</sup> Kerim Yildiz e Mark Muller, *The European Union and Turkish Accession*, London, Pluto Press, Kurdish Human Rights Project, 2008, pp. 174-184.

### 3.3 As Questões de Política Externa por Resolver

Os conflitos que opõem a Turquia à Grécia e ao Chipre são na realidade as duas grandes questões de política externa por resolver, e serão aquelas a que nos dedicaremos em detalhe em seguida.

#### 3.3.1 As Disputas Territoriais com a Grécia

Na cimeira de Helsínquia, a UE considerou um pré-requisito para que a Turquia se torne membro, a resolução das disputas territoriais com a Grécia. Os desentendimentos que existem são relativos à soberania e desmilitarização de algumas ilhas do Dodecaneso, limites das águas territoriais, extensão do espaço aéreo grego e delimitação da plataforma continental<sup>182</sup>.

A divisão das ilhas ficou selada no tratado de Lausana (1923), que as distribuiu entre a Grécia, Itália e Turquia<sup>183</sup>. O fim da Segunda Guerra Mundial alterou esta distribuição, por via do tratado de Paris (1947), tendo atribuído as ilhas Mantese, anteriormente sobre domínio Italiano, à Grécia. Mas nem a Grécia nem a Turquia partilham a mesma interpretação relativamente à posse das ilhas nesta região, possuindo grande discordância em relação a alguns dos artigos enunciados no tratado de Lausana<sup>184</sup>. O facto de existirem um conjunto de ilhas, ilhotas e rochedos cuja pertença não está totalmente identificada, origina ainda hoje desentendimentos como a crise de Imia-Kardak<sup>185</sup>. Para os gregos, estes rochedos foram cedidos no tratado de Lausana aos italianos, confirmado num outro tratado assinado entre Turquia e Itália, em 1932. Pelo tratado de Paris, de 1947, estas ilhas passariam

---

<sup>182</sup> Uma explicação exaustiva sobre as razões das disputas é dada por Y. İnan e Y. Acer, *The Aegean Disputes*, Foreign Policy Institute, 2004, [www.foreignpolicy.org.tr/documents/251202.pfd](http://www.foreignpolicy.org.tr/documents/251202.pfd),

<sup>183</sup> Lemnos, Samotrácia, Mitileno, Chios, Samos e Nikaria ficariam para a Grécia, a ilha de Gokceada, Bozakaada e Tavsan ficariam sobre administração turca enquanto que as ilhas Mantese ficariam sobre administração italiana. Ibid., p. 5.

<sup>184</sup> Para um descrição em pormenor dos artigos para os quais existem discordâncias, Ibid., pp. 6-7.

<sup>185</sup> Disputa entre a Grécia e a Turquia ocorrida em 1995/6. As ilhas Kardak estão situadas na região de Bodrum, sendo que se encontram a 3.5 milhas da costa turca, o que pelo tratado de Lausana faz destas ilhas pertença da Grécia. A crise de Imia-Kardak resultou da recusa de um barco turco em receber auxílio grego por considerar que se encontrava em águas territoriais turcas. Ibid., p. 7.

então para a jurisdição grega. Mas não é esta a visão turca, para quem estes rochedos são parte do Império Otomano herdado assim pela Turquia<sup>186</sup>.

A desmilitarização das ilhas gregas como princípio de não ameaça ao Império Otomano foi estabelecida na cimeira de Londres, em 1913, e transposta para o tratado de Lausana. As primeiras chamadas de atenção por parte da Turquia em relação á militarização de ilhas no Mar Egeu foram feitas em 1968, e negadas pela Grécia. Este país reconheceu no entanto em 1974 que a região se encontrava sobre domínio militar, invocando razões políticas e legais<sup>187</sup>.

Utilizando os critérios do tratado de Lausana, a Turquia aplicou o princípio das três milhas náuticas à delimitação do seu território marítimo, até 1964. Nesse ano, a lei das águas territoriais introduziu um princípio em que definiu que a extensão do território marítimo da Turquia passaria a ser de 12 milhas náuticas no Mediterrâneo e no Mar Negro, sempre que se pudesse aplicar a reciprocidade, mas que se manteriam em 6 milhas náuticas no Mar Egeu. E foi por causa desta extensão territorial turca em 1964, que as disputas do território marítimo entre Turquia e Grécia se originaram, tendo a Grécia clamado que este aumento interferia com os seus direitos de pesca. Mas a intensificação surgiu quando nos anos 70 a Grécia mostrou intenções de aumentar as águas territoriais para 12 milhas náuticas, com base na Conferência das Nações Unidas do Direito do Mar. A entrada em vigor desta convenção em 1994, levou a que as disputas se intensificassem. Embora as intenções da Grécia não tenham passado disso mesmo, a Turquia considera esta pretensão inaceitável e sempre disse que usaria todos os meios, se necessário bélicos, para garantir a sua segurança. O Livro Vermelho<sup>188</sup> de Novembro de 2010 continua a considerar a disputas das 12 milhas uma ameaça à segurança da

---

<sup>186</sup> O fim da guerra com a Itália em África, voltou a ceder estas ilhas ao Império Otomano. Ibid., pp. 7-9.

<sup>187</sup> Ibid., pp. 14-16.

<sup>188</sup> O Livro Vermelho (*Red Book*), elaborado pela primeira vez em 1980, é um documento que refere as grandes ameaças internas e externas à Turquia e que é revisto regularmente. Foi inicialmente elaborado pelo *National Security Council*, e foi revisto em 2010 pelo AKP.

Turquia, razão pela qual a Grécia permanece como uma ameaça externa<sup>189</sup>.

Relativamente ao espaço aéreo, desde 1931 que a Grécia considera que o mesmo se estende a 10 milhas náuticas, e não a 6, o que é objectado pela Turquia com base em documentos internacionais (Convenção de Paris 1919, Convenção de Chicago de 1944 e a Convenção das Nações Unidas do Direito do Mar, 1958) que referem que extensão do espaço aéreo não pode ser superior à do espaço terrestre<sup>190</sup>.

Segundo as normas do Direito Internacional, a plataforma continental de cada país estende-se a 200 milhas da costa, permitindo-o usufruir dos recursos naturais que se encontram nessa zona. Nos anos 60 e 70 tanto a Grécia como a Turquia iniciaram explorações petrolíferas atribuindo concessões em áreas sobrepostas. As objecções da Grécia levaram-na a submeter em 1976 uma aplicação ao Tribunal Penal Internacional, para a resolução da disputa, rejeitada pela Turquia e que não teve consequências. Os anos 80 viram novas disputas relativamente a esta disputa em resultado da exploração petrolífera turca próximo da ilha de Samos.

Embora os dois países estejam de acordo em relação ao princípio de que as ilhas também têm direito a plataformas continentais, possuem pontos opostos em relação ao que constitui a delimitação<sup>191</sup>. Existem muitas ilhas gregas próximas da costa turca, o que inviabiliza alguns destes princípios. Até à data este problema não se encontra resolvido, e nenhum dos países o tem procurado agravar, decretando Zona Económica Exclusiva (ZEE) no Mar Egeu.

---

<sup>189</sup> Today's Zaman, "Israel-caused Instability Makes its Way to Turkey's Security Document" <http://www.todayszaman.com/news-225712-israeli-caused-instability-makes-its-way-to-turkeys-security-document.html>, acessido em 16 de Outubro de 2011.

<sup>190</sup> Y. Inan e Y. Acer, *The Aegean Disputes*, Foreign Policy Institute, 2004, [www.foreignpolicy.org.tr/documents/251202.pfd](http://www.foreignpolicy.org.tr/documents/251202.pfd), p. 28.

<sup>191</sup> *Ibid.*, pp. 29-36. A lei da delimitação marítima é definida de acordo com os princípios da equidade, levando em conta as características das regiões. De acordo com os princípios da equidade os factores geográficos detêm uma importância fundamental. Para uma melhor elucidação ver Yucel Acer, *The role of Islands in Maritime Delimitation: the Reflections of the State Practice*, National Symposium on the Aegean Islands, June 2004, pp. 17-20.

A resolução destes desentendimentos é importante pois trata-se de questões de segurança e soberania. Os primeiros passos foram dados em 1999, na chamada diplomacia dos terremotos<sup>192</sup>, e nos esforços diplomáticos realizados por Ismael Cem e George Papandreou. Estas movimentações diplomáticas iniciaram um clima de cooperação e interdependência económica entre a Grécia e a Turquia, que poderá contribuir para que se ultrapassem aspectos considerados anteriormente de difícil resolução. Não só as exportações gregas para a Turquia aumentaram de 266 milhões de dólares em 2001 para 1.15 mil milhões de dólares em 2008, como as exportações turcas para a Grécia aumentaram de 590 milhões de dólares em 2001, para 2.42 mil milhões de dólares em 2008. E se as trocas comerciais poderão não ser um indicador fiável, o mesmo não acontece ao Investimento Directo Estrangeiro (IDE). Em 2008, a Grécia era o terceiro país com maior investimento na Turquia, representando 10% do IDE, apenas atrás da Holanda (22%) e próximo dos EUA (10%). A ausência da reciprocidade turca prende-se com entraves criados pela própria Grécia ao IDE em geral<sup>193</sup>. No domínio energético, existem ainda acordos importantes entre os dois países, que visam a extensão das *pipelines* que transportam gás dos países do Médio Oriente e do Azerbaijão.

Para outros autores no entanto a principal razão para a aproximação entre a Grécia e a Turquia tem a sua origem nos condicionamentos impostos pela UE<sup>194</sup>. Como refere Erdogan, “If Turco-Greek rapprochement is possible today, it is because we have a common ground through which mutual perceptions are formed most accurately. That common ground is the EU”<sup>195</sup>.

---

<sup>192</sup> Terramoto de 1999 -Grécia auxiliou a Turquia na sequência do terramoto de Agosto. BBC, [http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/august/17/newsid\\_2534000/2534245.stm](http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/august/17/newsid_2534000/2534245.stm), acedido em 16 de Novembro de 2011.

<sup>193</sup> M. Kutlay elabora sobre a inter-dependência económica que existe actualmente entre a Turquia e a Grécia, “A Political Economy Approach to the Expansion of Turkish-Greek Relations: Interdependence or Not?”, *Perceptions*, Spring/Summer 2009, pp. 91-121.

<sup>194</sup> Mustafa Aydin e Sinem A. Acikmese, “Europeanization through EU Conditionality: Understanding the New Era in Turkish Foreign Policy”, *Journal of Southern Europe and the Balkans*, Vol. 9 N: 3, December 2007.

<sup>195</sup> R. T. Erdogan, 2004, “Why the EU Needs Turkey”,

Apesar das palavras de Erdogan em 2004, o relatório da Comissão Europeia de 2010, refere que os dois países têm realizado vários encontros bilaterais para tentar ultrapassar as disputas, mas as mesmas não se encontram resolvidas, tendo existido mesmo várias queixas formais da Grécia sobre violações do espaço aéreo e terrestre cometidas pela Turquia em tempos recentes<sup>196</sup>.

A resolução destas disputas é muitas vezes difícil não tanto pela importância estratégica que os rochedos podem ter para qualquer um dos países mas antes pela carga emocional que anos ou às vezes séculos de história acarretam. Nenhum dos países que ser visto como tendo feito importantes cedências perceptíveis de serem consideradas traição a toda uma tradição. Deverão ser dados passos de normalização que permitam às gerações actuais reforçarem a confiança mútua (por exemplo, criando uma região tipo *Condominium*) e às gerações futuras resolverem a questão já sem uma carga emocional tão forte<sup>197</sup>.

### **3.3.2 Chipre – Uma Nova Dimensão Conflitual em Questões Antigas**

A divisão entre cipriotas turcos e gregos não deveria implicar o envolvimento da Turquia. Mas o problema em causa é mais abrangente e está ligado ao fim do Império Britânico, e à sua política colonial, que em ocasiões fomentou divisões étnico-religiosas nas suas colónias.

O Congresso de Berlim, em 1878, atribuiu a administração de Chipre à Grã-Bretanha, embora esta permanecesse (teoricamente) sobre soberania otomana. A Grã-Bretanha anexou a ilha no final da Primeira Guerra Mundial, tomando posse definitivamente pelo tratado de Lausana, quando a Turquia abdicou de quaisquer direitos sobre o Chipre. A sua posse pela Grã-Bretanha, no entanto, nunca foi

---

<http://www.sant.ox.ac.uk/esc/esclectures/Erdogan1.pdf>, acedido em 16 de Outubro de 2011.

<sup>196</sup> European Commission, *Turkey 2010 Progress Report*, COM(2010)660, SEC(2010)1327, p. 37 [http://ec.europa.eu/enlargement/pdf/key\\_documents/2010/package/tr\\_rapport\\_2010\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/enlargement/pdf/key_documents/2010/package/tr_rapport_2010_en.pdf) acedido em 17 de Novembro de 2011.

<sup>197</sup> Erdem Denk, *Two Tiny Rocks two Modest Suggestions*, National Symposium on the Aegean Islands, June 2004, pp. 12-16.

pacífica, sendo várias as razões que dividiam os britânicos<sup>198</sup>. É provável que a falta de consenso em relação a Chipre esteja na origem das várias cedências do território feitas pela Grã-Bretanha aos gregos<sup>199</sup>, que no entanto nunca se concretizaram.

Os anos 50 foram marcados por revoltas do Chipre contra o poder colonial britânico, e pela instigação britânica ao envolvimento da Turquia na defesa da minoria turca que habitava Chipre. Esta última sempre estivera do lado da Grã-Bretanha, o que motivou os britânicos a acreditar que a melhor forma de conservar a ilha consistia em desencadear um conflito entre gregos e turcos.

A independência de Chipre ocorreu em 1960, mas a sua existência como país independente nunca foi pacífica. O golpe de Estado grego, que visava a *Enosis* em 1974 e a invasão da ilha pela Turquia, em defesa da minoria turca no norte da ilha, levaram ao conflito para o qual até hoje ainda não se encontrou solução.

A vitória do AKP modificou a forma como a política externa turca via a questão cipriota. Ao invés de ser considerado um problema de segurança nacional como era visto pelos anteriores governos, o AKP procurou nesta questão mostrar que não seria a Turquia quem iria impedir a obtenção de uma resolução para a disputa. Em Janeiro de 2004, em Davos, Erdogan declarou a Kofi Annan que a Turquia aceitaria a realização de um referendo e que seriam as Nações Unidas a decidir as questões, nas quais Turquia e Chipre não chegassem a um acordo. E assim, em 2004, a Turquia apoiou o plano Annan<sup>200</sup> para retirada das tropas turcas e a reunificação da ilha. Neste eram tratadas nos artigos 8 e 10, duas questões fundamentais que têm

---

<sup>198</sup> Uma discussão detalhada sobre este tema pode ser encontrado em J.P. Teixeira Fernandes, *A Questão de Chipre. Implicações para a União Europeia e a Adesão da Turquia*, Coimbra, Edições Almedina, 2008.

<sup>199</sup> Ibid.

<sup>200</sup> O plano Annan propunha a criação de um Estado Federal, e de dois Estados constituintes, assentes num modelo de relacionamento existente na Suíça. Passaria a existir uma única cidadania cipriota, sendo que o Parlamento federal seria constituído por duas câmaras, o Senado e a Câmara dos Deputados, com poder legislativo. O Senado seria composto por um número igual de cipriotas gregos e turcos. Para uma tradução completa do plano ver J.P. Teixeira Fernandes, *A Questão de Chipre. Implicações para a União Europeia e a Adesão da Turquia*, Coimbra, Edições Almedina, 2008, pp. 235-244.

constituído objecção à reunificação: a desmilitarização da ilha e a restituição de propriedades<sup>201</sup>. Este plano, sujeito a referendo em Abril de 2004, ente a população cipriota (grega e turca), foi rejeitado maioritariamente pela comunidade grega e aceite pela maioria turca. Apesar da ilha permanecer dividida, a parte grega de Chipre foi aceite na UE em Maio de 2004, por pressões gregas e ameaça de veto aos Países da Europa Central e Oriental (PECO), no caso de Chipre não ser admitido<sup>202</sup>.

Na realidade, já na cimeira de Helsínquia em 1999, a UE tinha declarado que Chipre seria aceite na UE mesmo que a ilha permanecesse dividida e que teria que ser a Turquia a resolver a questão. Esta posição não se alterou após o referendo em 2004. De acordo com o dizer de um membro de topo da Comissão Europeia, "...We would welcome a solution on the island before May 1; however, the absence of a solution does not bother the EU too much. If there is no solution, southern Cyprus will be admitted to the EU on May 1, and the north will be left out. Then it will be up to Turkey to solve the problem..."<sup>203</sup>.

Em Julho de 2005, a Turquia aceitou estender os princípios da União Aduaneira aos novos países do Alargamento de 2004, mas recusou em 2007 o acesso dos aviões e navios cipriotas aos portos turcos, o que originou que a UE suspendesse a abertura de 8 dos mais relevantes 35 capítulos do processo de adesão<sup>204</sup>.

Aidyn e Acikmese defendem que apesar de tudo, as relações entre Chipre e a Turquia têm conhecido progressos muito por causa dos condicionalismos que o

---

<sup>201</sup> Ibid., pp. 240-243 e pp. 171-180.

<sup>202</sup> Sumer Fahrettin, *Turkey, a Special EU Neighbour Patiently Awaiting a Promised Marriage*, Eurolimes, Institute for Euroregional studies Oradea Debrecen, 2009, pp.130-131.

<sup>203</sup> Turks.US, "Cyprus Efforts surprises the EU",

<http://www.turks.us/article.php?story=20040114143102906>, acedido em 24 de Outubro de 2011.

<sup>204</sup> Mustafa Aydin e Sinem A. Acikmese, "Europeanization through EU Conditionality: Understanding the New Era in Turkish Foreign Policy", *Journal of Southern Europe and the Balkans*, Vol. 9 N: 3, December 2007, pp. 270-272.

processo de adesão impõe aos dois países<sup>205</sup>. A vitória das eleições de 2008 por parte do *Anorthotikon Komma Ergazemenou Laou* (AKEL), levou a que se pensasse que o processo de reunificação da ilha pudesse conhecer um novo rumo. No entanto, as análises às situações são muitas vezes simplificadas, desconhecendo-se ou ignorando o contexto histórico e alguns sinais relevantes demonstrativos da complexidade do problema<sup>206</sup>. Um dos aspectos recentes revelador da dimensão da questão entre Chipre e a Turquia tem a ver com as explorações petrolíferas de gás e petróleo no Mediterrâneo, que colocam ainda mais em risco as já lentas discussões sobre a reunificação da ilha e ameaçando a segurança europeia. O Chipre assinou um acordo de exploração de hidrocarbonetos com uma empresa norte-americana, o que foi imediatamente contestado pela Turquia, que não reconhece o governo de Chipre, nem o direito de explorar aquilo que este considera ser a sua ZEE<sup>207</sup>. Em retaliação, Turquia e Norte do Chipre tencionam explorar a região norte da ilha, encontrando-se os militares turcos a vigiar as explorações. O que a Turquia argumenta é que enquanto os problemas da ilha não se encontrarem resolvidos, o governo grego cipriota não pode negociar qualquer exploração nas águas territoriais cipriotas. Mas existe um outro acordo assinado pelos cipriotas que desagradava aos turcos: em 2010 Chipre e Israel assinaram um acordo para a exploração de recursos no Mediterrâneo, acordo rejeitado pela Turquia<sup>208</sup>. Dadas as relações tensas que existem neste momento entre Israel e Turquia, parece-nos que as posições tomadas por esta última, estão não só relacionadas com Chipre, mas são também uma demonstração de força em relação a Israel. Esta é mais uma questão na longa lista de disputas entre Chipre e Turquia, e que acaba por complicar qualquer negociação entre a Turquia e a UE.

---

<sup>205</sup> Ibid., pp. 270-272.

<sup>206</sup> J.P. Teixeira Fernandes, *A Questão de Chipre. Implicações para a União Europeia e a Adesão da Turquia*, Coimbra, Edições Almedina, 2008, pp. 205-209.

<sup>207</sup> Euractiv, "Offshore Drilling Spat Sours EU-Turkey Relations", <http://www.euractiv.com/energy/offshore-drilling-spat-sours-eu-turkey-relations-news-507717>, acedido em 25 de Outubro de 2011.

<sup>208</sup> BBC, "Cyprus Begins Controversial Gas and Drilling", <http://www.bbc.co.uk/news/world-europe-14968737>, acedido em 27 de Outubro de 2011.

Mas a questão entre a Turquia e Chipre tem também implicações fundamentais para a UE no âmbito da PCSD. O facto de estes dois países manterem disputas tem originado bloqueios na cooperação entre as tropas da UE e a NATO, impedindo em algumas ocasiões uma operação conjunta tanto ao nível político como ao nível militar. A cooperação que existe hoje entre as duas organizações resume-se a operações do tipo *Berlim-plus*, visto a Turquia, como membro da NATO, vetar o acesso a informação classificada a países não membros nem pertencentes ao Conselho de Parceria Euro-Atlântico. E mesmo as operações *Berlim-plus* estiveram bloqueadas durante três anos (até Dezembro de 2002). Esta falta de estratégia mútua entre UE e NATO reflecte-se de especial importância em teatros de operações como é o caso do Afeganistão, onde a cooperação se encontra bloqueada dada a relutância da Turquia em assinar acordos estratégicos que envolvam as duas organizações e que possam assim ser conhecidos por Chipre<sup>209</sup>.

### **3.4 Reflexões sobre as Questões Controversas na Relação Turquia – UE**

O processo de adesão turco é em larga medida diferente dos anteriores Alargamentos. O facto de existirem um conjunto de países, como por exemplo a Alemanha, França e Áustria que são neste momento contra a entrada da Turquia, privilegiando antes soluções alternativas como a “parceria privilegiada”<sup>210</sup> ou uma “integração gradual”<sup>211</sup>, têm influenciado de uma forma negativa a opinião pública

---

<sup>209</sup> Miguel Medina Abellan, *Turkey the European Security and Defence Policy, and Accession Negotiations*, Strengthening and Integrating Academic Networks (SINAN) Working Paper N: 1, 2009.

<sup>210</sup> Definida como uma cooperação alargada entre a Turquia e a UE. Algumas destas áreas já existem como é o caso da União Aduaneira e dos programas de investigação e desenvolvimento. De modo a tornar este programa mais atraente para a Turquia prevê-se alargar a cooperação à política externa, migração e combate ao crime e terrorismo. A Turquia seria integrada nas instituições europeias, numa perspectiva de participação nas elaboração das decisões mas sem capacidade de decisão. Para uma discussão mais alargada sobre estes modelos alternativos ver Cemal Karakas, *Can Turkey Be an “Inspiration” for Other Muslim Countries? The “Kemalist Trinity” of Republicanism, Nationalism, and Secularism, and the Prospects of Turkish EU Membership*, 7th Pan-European International Relations Conference of the Standing Group on International Relations (SGIR) of the ECPR, 09-11/09/, Stockholm, pp. 19-22.

<sup>211</sup> Ibid. Este modelo prevê uma integração gradual sem causar impactos grandes nas instituições europeias. O processo só progride para uma fase seguinte, quando forem cumpridos todos os passos anteriormente elaborados. Uma diferença importante ao relação à parceira privilegiada, é que a Turquia participaria nos processos de decisão onde isso tivesse sido acordado.

européia relativamente à adesão. O mais recente relatório da *German Marshall Fund* indica que apenas 22% dos europeus pensa que a adesão turca seria boa para a UE (o mesmo pensam 40% dos norte americanos e 38% dos turcos – este último número era 73% em 2004). Mas serão estas objecções fundamentadas? É nosso objectivo analisar as principais implicações das questões controversas anteriormente expostas, debatendo em que medida estas constituem obstáculos reais, ou se pelo contrário, ao serem ultrapassados, poderiam tornar a Turquia numa mais-valia no âmbito da UE.

A exposição realizada até aqui permite-nos concluir que existem várias questões complexas a resolver. Parece-nos no entanto ser possível separá-las em três tipos distintos. Num primeiro, agrupámos as questões que embora podendo constituir obstáculos, apresentam um quadro de mais fácil resolução e porventura um menor impacto no processo de adesão da Turquia à UE. Nestas incluímos as questões relativas à dimensão económica, à atribuição dos fundos comunitários e às regras de funcionamento das instituições europeias. Um segundo tipo, na qual incluímos a questão islâmica. A nosso ver, esta questão embora complexa, tem um carácter extremamente subjectivo, pelo que será analisada mas não tratada como uma questão a resolver. Mas é no terceiro grupo de questões que encontramos os problemas que pela sua natureza podem requerer uma resolução porventura mais complexa, mas que são também aqueles susceptíveis dos maiores benefícios imediatos à UE numa eventual adesão da Turquia – o problema curdo, e a resolução dos conflitos com a Grécia e com o Chipre.

Analisemos então as questões do primeiro grupo. Na dimensão económica a contribuição da Turquia poderá ter aspectos positivos para a UE no que diz respeito à sua demografia. Esta atravessa hoje graves problemas económicos e sociais como resultado do envelhecimento da população. As estimativas apontam para que em 2050, a média etária da população na Europa se situe nos 52.7 anos, um valor

consideravelmente superior ao estimado por exemplo para os EUA (36.2). Do ponto de vista etário, a Turquia apresenta um quadro bastante favorável em que a sua população apresenta uma idade média bastante baixa, na ordem dos 28 anos, podendo por isso colmatar as dificuldades que a UE enfrenta em manter um Estado Social e que se tenderão a agravar com o envelhecimento da população. Um outro aspecto favorável à Turquia é o facto de os níveis de educação da população terem vindo a aumentar. Este aspecto tenderá a originar uma migração turca com níveis de educação mais elevados, o que deverá favorecer a integração e reduzir o potencial para conflitos culturais. Os níveis de literacia embora estando abaixo da média da UE (2010) tenderão para uma aproximação de acordo com os dados do Banco Mundial.

O tamanho da população da Turquia só por si não representa uma questão nova para a UE, pois a Alemanha tem uma dimensão semelhante, representando hoje cerca de 14% da sua população. Se a Turquia aderisse em 2015, os dois países ficariam com percentagens de população próximas dos 15%. Na realidade, o problema do tamanho da Turquia tem a ver com a disparidade económica que apresenta em relação aos outros grandes países europeus, como a Alemanha, a Itália, o Reino Unido ou a França. O seu tamanho irá dar-lhe uma maior representatividade e poderes no Parlamento e no Conselho Europeu respectivamente, mas a sua contribuição para a economia europeia não será a mesma dos países com os quais se compara em termos populacionais. A Turquia contribui com uma percentagem de população semelhante a países como a Alemanha, França e Reino Unido mas em termos de PIB encontra-se bastante abaixo. Mesmo com um crescimento anual de 5% para a Turquia e 2% para a UE, em 2014 o PIB da Turquia será apenas 7% do da UE. Países como a Alemanha, França e Reino Unido contribuem para o PIB com valores da ordem dos 20% no caso da Alemanha, e de 14% no caso da França e Reino Unido. Como nos foi

possível verificar, a contribuição do PIB per capita da Turquia é bastante baixa, situando-se ao nível dos países do último Alargamento (Bulgária e Roménia). No entanto em termos populacionais e de PIB, a contribuição da Turquia, não é muito diferente daquela alcançada com o Alargamento dos 10. À época, o aumento da população foi de cerca de 21% e o aumento do PIB da ordem dos 7% do PIB da UE<sup>212</sup>. No entanto, trata-se aqui de um único país, e isso poderá trazer outras consequências como as que veremos em termos de políticas públicas e instituições europeias.

Não devemos no entanto ignorar o potencial de crescimento económico da Turquia como revelam dados da OCDE. Tomando estes dados como indicadores, a Turquia poderá contribuir para o aumento da PIB da UE de um modo bastante favorável, bem como constituir um mercado atractivo para o IDE e para a exportação de produtos de outros países europeus. Embora os novos Estados-membros tendem a beneficiar mais da adesão, o crescimento do PIB global da UE também existe mostrando as vantagens dos Alargamentos<sup>213</sup>. Em termos económicos, será assim de esperar uma melhoria económica tanto para a Turquia como para a UE com a sua adesão.

Abordando agora o impacto que uma potencial adesão poderá ter nas políticas públicas, podemos concluir que os valores dos vários estudos apresentados mostram que a Turquia seria um forte receptor e um relativo pobre contribuinte comparado com outros países. Os valores de contribuição para o Orçamento em termos de PNB oscilam entre 5 e cerca de 8 mil milhões de euros, um valor próximo da Espanha. Em termos de Política de Coesão esta oscila entre 7.7 e 17 mil milhões euros, enquanto que para a PAC o intervalo se situa entre 2 e 8.2 mil milhões de

---

<sup>212</sup> European Commission, *Five years of an Enlarged EU Economic Achievements and Challenges, European Economy 1*, 2009, [http://ec.europa.eu/economy\\_finance/publications/publication14078\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/publication14078_en.pdf), acedido em 24 de Novembro de 2011, p. 17.

<sup>213</sup> *Ibid.*, p. 3.

euros. Ou seja em termos globais valores que variam entre 9.7 e 25.2 mil milhões de euros. Se o primeiro colocaria a Turquia próxima da Polónia para valores de 2010, o patamar mais elevado não teria paralelo entre os actuais membros. Mas esta análise também nos permite avançar que este assunto possui muitos pontos de vista. Por outro lado, as regras para o período de 2014-2020, anos mais próximos possíveis para uma eventual adesão da Turquia, encontram-se em definição existindo vários cenários em análise<sup>214</sup>. Utilizando regras actualmente em vigência, poderíamos ser levados a concluir que os fundos comunitários que caberiam à Turquia seriam bastante elevados, ao passo que a contribuição da Turquia para o Orçamento da UE, seria pequena comparativamente a países como a Alemanha, França, Itália e Reino Unido. Mas mesmo os casos apresentados anteriormente não são unânimes em relação aos montantes que seriam atribuídos, dificultando assim qualquer análise mais profunda. Por outro lado, também é importante referir que em todos os Alargamentos surgiram no momento de adesão regras e negociações com os países aderentes, que corrigiram situações passíveis de causar desequilíbrios na atribuição de verbas. Os pagamentos directos da PAC, por exemplo, foram reduzidos a montantes que variam entre 60% em 2004 atingindo 100% apenas em 2013. O valor dos Fundos de Coesão a que um país pode ter direito como valor máximo, não pode exceder 4% do PIB do próprio país. É de esperar portanto que uma eventual adesão da Turquia fique sujeita ao mesmo escrutínio, utilizando princípios de equidade, que limitarão assim as verbas que lhe possam vir a ser atribuídas.

No que diz respeito às instituições europeias, a necessidade de reorganizar o Parlamento Europeu de modo a manter uma melhor proporcionalidade parece evidente numa eventual adesão da Turquia. Dificilmente países como a Alemanha e França aceitariam um país que tivesse um número tão elevado de deputados (89).

---

<sup>214</sup> European Commission, *A Budget for Europe 2020*, Brussels, 29.6.2011, *SEC (2011)868 final*, [http://ec.europa.eu/budget/library/biblio/documents/fin\\_fwk1420/SEC-868\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/budget/library/biblio/documents/fin_fwk1420/SEC-868_en.pdf), acedido em 17 de Novembro de 2011.

Existe ainda um outro factor relevante. Dado que o AKP é o partido com maior representação na Turquia, e que muito provavelmente ficaria na família política do Partido Popular Europeu, a ausência de uma reorganização poderia levar a uma forte influência deste já grande partido e a uma menor representatividade das pequenas famílias políticas. Seria por exemplo, mais fácil que as duas maiores famílias políticas alcançassem os dois terços dos votos do Parlamento, podendo assim destituir a Comissão Europeia e os seus altos representantes.

Para as regras de votação de Maioria Qualificada que serão adoptadas pelo Conselho Europeu após 2014, a entrada da Turquia pode trazer influência na regra de bloqueio, pois permite constituir forças de bloqueio que hoje não são possíveis, e que não necessitariam de incluir os grandes países como a França e a Alemanha. Passariam a ser válidas combinações que incluíssem por exemplo o Reino Unido, Itália, Espanha e Turquia; ou Turquia, Polónia, Holanda, Roménia, Espanha. Ou seja, poderíamos mais facilmente alcançar forças de bloqueio que no limite não incluíssem nenhum dos quatro grandes países de hoje. Esta situação é compreensivelmente inaceitável para estes países, o que exigiria certamente uma modificação destas regras.

A nosso ver, a questão muçulmana assume desde logo importância nas relações entre a Turquia e a UE, muito pela influência e poder que os “Tigres da Anatólia” poderiam exercer na política externa do AKP. O crescimento do MUSIAD mostra a importância dos novos homens de negócio islâmicos na Turquia. E a pergunta que colocamos é até que ponto esta nova classe poderá representar uma ameaça para a Integração da Turquia na UE? Poderá a ética islâmica nos negócios bem como a importância da religião na sociedade e na vida dos cidadãos constituir uma objecção à integração europeia da Turquia? A conclusão da nossa investigação é que no imediato, esta geração de empreendedores se tornou importante para a Turquia pelo facto de ter feito surgir desde os anos 90 PME's na região da Anatólia,

geradoras de emprego e dinamizadoras de indústrias que anteriormente tinham pouca expressividade na vida turca. Embora extremamente religiosas e até tendo sido contra os europeus e organizações do Ocidente no passado, a subida ao poder do AKP levou-as a terem uma grande presença tanto nacional como internacional, e a cooperarem com as empresas sediadas em Istambul, removendo assim a dicotomia Istambul *versus* Anatólia. Parece-nos portanto que os interesses do AKP consistem em fomentar a economia do país como um todo, embora isso tenha levado ao favorecimento das empresas da Anatólia. Na nossa investigação não conseguimos no entanto associar essa protecção a interesses religiosos, mas antes económicos. E se é verdade que como veremos no capítulo seguinte as exportações turcas têm crescido no mundo árabe, não é menos verdade que a UE continua a ser o principal parceiro económico da Turquia.

No segundo aspecto que preocupa os europeus a questão poderá ser mais profunda. É inegável que críticas ao Islão são normalmente seguidas de acções de retaliação. Para citar apenas exemplos mais recentes temos a condenação de Salman Rushdie (1989), o assassinato de Theo Van Gogh (2004), a publicação dos *cartoons* no jornal dinamarquês *Jyllands-Poste* (2005) e a destruição do jornal francês *Charlie Hebdo* (2011). Os métodos ocidentais de simples condenação verbal, não são muitas vezes a via escolhida pelos muçulmanos em território europeu, o que dificulta a sua aceitação. Poderia uma adesão turca tornar-se um modelo para os muçulmanos europeus? Como referimos anteriormente, esta questão é bastante complexa, subjectiva e passível de diferentes opiniões, pelo que uma posição mais fundamentada requer um estudo mais aprofundado, que não é objecto desta tese.

Analisemos agora as questões do terceiro tipo, mais complexas mas também as mais relevantes para o relacionamento da Turquia com a UE. A razão desta relevância resulta do impacto que uma solução ou ausência dela pode trazer ao

desenvolvimento de objectivos comuns tanto no âmbito da política de segurança e defesa como no âmbito da política externa. A ausência de uma solução para estas questões impedem a Turquia e a UE de cooperarem de um modo eficaz e de desenvolverem acções conjuntas que lhes permitiria aumentar a segurança e a estabilidade nas regiões circundantes da Turquia. Poderão estar assim em causa aspectos cujo interesse estratégico é partilhado tanto pela Turquia como pela UE.

A resolução do problema curdo deveria constituir um objectivo comum das políticas da Turquia e da UE. Isto acontece não só por razões humanitárias mas também pela importância que a ausência de uma solução poderá acarretar à estabilidade política na região e às questões de segurança energética. A retirada das tropas americanas do Iraque em finais de 2011, fortalecerá o papel da Turquia na região, mas obrigará a que esta assuma em parte o papel até aqui desempenhado pelos EUA. Serão assim críticas as relações que a Turquia venha a desenvolver com o governo da região autónoma curda e com o governo iraquiano, sendo por isso desejável que a Turquia acelere as melhorias já realizadas até ao momento com vista aos curdos. Como veremos no capítulo V, um dos aspectos críticos é o facto de esta região ser rica em hidrocarbonetos e um potencial fornecedor de gás e petróleo tanto à Turquia como à UE. Pela mesma razão, pode facilmente constituir-se alvo dos ataques terroristas do PKK, originando instabilidade política na região e constituindo uma ameaça à segurança energética europeia.

A questão curda é no entanto complexa dado o carácter transnacional e o atraso económico da maior parte da região. Poderíamos pensar à primeira vista que grande parte das questões seriam resolvidas constituindo um Estado curdo independente, como previa o tratado de Sèvres. Mas como nos mostra a investigação realizada, este cenário apresenta grandes dificuldades nos tempos mais próximos. Por um lado, a diversidade cultural e religiosa, coloca desde logo algumas questões que poderiam não ser de fácil aceitação entre os próprios curdos. Mas um outro

obstáculo resulta de estes se encontrarem dispersos por quatro Estados, implicando que qualquer solução teria que passar pelo acordo da Turquia, Irão, Iraque e Síria. E se em alguns casos poderia ser mais simples, no caso do Iraque por exemplo, a riqueza em hidrocarbonetos na região curda torna a independência um processo complexo. Um Curdistão independente é assim pouco plausível. Seria para além disso e muito provavelmente um país politicamente instável e, com um elevado grau de certeza, um novo Iraque na região.

O lento progresso na adopção de medidas por parte do governo turco impede a solução dos aspectos fundamentais. Se os avanços nas questões linguísticas e culturais são importantes, mais crítico seria porventura baixar o limiar de 10% para que a minoria curda pudesse ter representação parlamentar. A sua concretização levaria a que as questões curdas se fizessem ouvir mais frequentemente no Parlamento turco, dando-lhes por isso maior visibilidade.

Parece-nos assim relevante um maior envolvimento da UE na questão curda, pois trata-se de uma oportunidade para forçar a resolução de um conflito que, se não resolvido, poderá vir a tornar-se num problema europeu numa eventual adesão da Turquia.

Sendo a Grécia um defensor da adesão turca, e estando o processo de adesão condicionado à resolução do conflito, é de antecipar que Turquia e Grécia estejam conscientes de que podem encontrar uma solução para as disputas territoriais, áreas e marítimas, que existem desde 1923. As relações económicas que se desenvolveram após 1999 são um dos factores que certamente contribui para a aproximação dos dois países. O abastecimento energético, que permite trazer gás do Azerbaijão à Grécia é também um objectivo estratégico que aproxima os dois países. Mas mais uma vez a ausência de uma solução acarreta, como já aconteceu no passado, ameaças à segurança territorial dos dois países. Apesar de a história

comportar uma carga elevada, não contribuindo para que os dirigentes políticos actuais queiram assumir perdas de soberania que se arrastam à séculos, a resolução dos diferendos é premente pois pode em qualquer altura constituir uma ameaça à segurança da UE.

Mas se os problemas curdo e da Grécia constituem ameaças latentes à segurança europeia, o conflito que opõem a Turquia e o Chipre impede na realidade uma maior cooperação entre a UE e a Turquia no âmbito da PCSD e da PESC.

No âmbito da PCSD, assumem especial importância as restrições orçamentais que tanto a UE como a NATO vão sofrer nos próximos anos, o que pode forçar a uma maior cooperação entre ambas. A próxima cimeira da NATO em Maio de 2012, tem como um dos quatro principais objectivos o *Smart Defence*, ou seja gastar menos e melhor, obrigando a uma maior e melhor cooperação entre os seus membros. Sabendo nós que uma das razões para a ausência de uma forte colaboração entre as duas organizações resulta do conflito Turquia e Chipre, somos levados a concluir que se não por outras, razões económicas poderão colocar forte pressão na resolução do conflito. A Turquia tem o segundo maior contingente de tropas da NATO logo após os EUA, tendo por isso uma forte presença em várias operações como o *Implementation Force* (IFOR), *Kosovo Force* (KFOR), *Stabilization Force* (SFOR) e *International Security Assistance Force* (ISAF). Para além da NATO, a Turquia tem participado em forças lideradas pela UE como as intervenções no Congo, Bósnia e Kosovo. A posição geográfica da Turquia, na encruzilhada de regiões como o Médio Oriente, Cáucaso e Ásia Central, assume especial relevância pois constitui ponto de passagem tanto aérea como terrestre para estas regiões. Mas a cooperação UE NATO está sujeita ao assentimento dos seus membros, e os acordos *Berlim-plus*, só se aplicam a membros da UE que também sejam membros da NATO, parceiros do *Partnership for Peace* ou parceiros com os quais existam acordos bilaterais (o que exclui o Chipre). O facto de a Turquia ter em 2007,

abandonado sua intenção de fazer parte da Força de Reacção Rápida (FRR), coloca fortes obstáculos à capacidade da UE em construir a sua FRR e em cumprir com alguns dos compromissos assumidos, como substituir as Nações Unidas no Kosovo. Assim, podemos ser levados a concluir que não só a adesão da Turquia assume uma importância grande para a concretização da PCSD, como a UE ganharia em promover activamente a resolução do conflito, sem o qual a sua política de Defesa e uma mais eficaz cooperação com a NATO se revelam mais complicadas.

A resolução destes conflitos permitiria ainda uma franca cooperação nos domínios da PESC. E se existem áreas estratégicas que devem aproximar a Turquia e a UE, são sem dúvida as questões relativas à política externa. Em várias dimensões, as suas políticas externas aproximam-se, nomeadamente em aspectos que dizem respeito aos interesses na estabilidade política e económica no Médio Oriente, Cáucaso e Ásia Central. Este ponto no entanto não está também ele isento de controvérsia. Como veremos no capítulo seguinte, existe um amplo debate sobre as reais motivações que levam o AKP a aproximar-se dos países do Médio Oriente. Para muitos a questão não é nova e a política do AKP não é assim tão diferente da dos kemalistas, sendo por isso possível encontrar pontos comuns na sua forma de actuar. Este ponto é especialmente relevante, visto que a política externa dos kemalistas sempre foi de orientação ao Ocidente. Mas também existem defensores de que outras motivações estão por trás da aproximação do AKP a estas regiões. Debateremos estes pontos de vista em seguida.

Um segundo aspecto fundamental da política externa comum é a contribuição da Turquia para a segurança energética europeia. A exploração de hidrocarbonetos nas regiões vizinhas da Turquia, tão necessários aos países da UE, constituem uma segunda razão para a pressão na resolução de todos e quaisquer conflitos que possam constituir ameaças à segurança energética. Existem várias alternativas possíveis de fornecimento de hidrocarbonetos, mas é no entanto importante

perceber se todas possuem viabilidade económica. Mais uma vez, a posição geoestratégica da Turquia permite-lhe encontrar-se na confluência das regiões mais ricas em gás e petróleo no mundo. Será por isso importante analisar a contribuição da Turquia para a segurança energética Europeia.

Estes dois temas irão por isso merecer a nossa atenção e serão tratadas em detalhe nos capítulos seguintes.



#### **4 A Política Externa Turca e a UE: Convergência ou Divergência de Interesses?**

---

Desde a subida ao poder em 2002, o AKP tem adoptado uma estratégia que procura alargar a acção da sua política externa, englobando tanto o processo de adesão à UE como uma participação mais activa nas relações com o Médio Oriente. Esta estratégia abrangente, e aparentemente nova na política externa turca, tem originado uma forte argumentação relativamente às consequências que o envolvimento da Turquia nas questões do Médio Oriente poderá ter para a UE, se vier a concretizar-se a sua adesão. Para muitos esta aproximação constitui um óbice que a Turquia deverá rever no caso de a adesão constituir uma prioridade da sua política externa. Para outros, pelo contrário, poderá servir os interesses da UE ao permitir que esta aumente a sua influência no desenvolvimento económico e no processo de estabilidade política do Médio Oriente.

A UE tem interesses estratégicos no Médio Oriente, que resultam da sua proximidade geográfica e dos efeitos que a instabilidade na região poderá ter em questões como o terrorismo e a migração. Existem no entanto outros factores não menos importantes como, a segurança energética, os investimentos financeiros na região e as relações comerciais, que têm levado a UE a adoptar uma política externa para a região. A resolução do conflito Israel e Palestina é uma prioridade da política externa da UE. Para além desta prioridade, a UE tem desenvolvido relações políticas e económicas na região (com Israel, a Autoridade para a Palestina, o Líbano e a Jordânia) e tenciona expandir estes acordos também à Síria<sup>215</sup>. Apesar das sanções, a UE tem procurado também construir relações com o Irão, reconhecendo que existem áreas de forte potencial de cooperação, especialmente

---

<sup>215</sup> European Union External Action, "EU Political Support for the Middle East Process", [http://www.eeas.europa.eu/mepp/political/political\\_en.htm](http://www.eeas.europa.eu/mepp/political/political_en.htm), acedido em 16 de Agosto de 2011.

no sector energético. A UE é o principal parceiro comercial do Irão<sup>216</sup>, representando cerca de 30% das suas exportações. Cerca de 90% das importações do UE provenientes do Irão estão relacionadas com o sector da energia<sup>217</sup>. Por último, a UE tem lentamente desenvolvido relações com o Iraque, tendo assinado em Janeiro de 2010 um *Memorandum of Understanding* (MOU) de parceria estratégica no sector energético<sup>218</sup>.

Face aos interesses da UE na região, o posicionamento da Turquia como mediador de conflitos no Médio Oriente, a sua procura em estabilizar e criar maior segurança na região, bem como as boas relações que tem desenvolvido com o Irão, Iraque e Síria (pelo menos até aos conflitos recentes de 2011), poderão ser entendidas como uma mais-valia para a UE. Esta passaria a ter um interlocutor reconhecido e prestigiado entre os países árabes e muçulmanos, aumentando assim a influência e capacidade de diálogo da UE junto do Médio Oriente.

\*

\*

\*

Para análise da convergência ou divergência de interesses da política externa turca e europeia, vamos abordar em seguida quatro aspectos distintos. Um primeiro analisa a política externa do AKP, comparando-a com as políticas anteriores de modo a procurar concluir se existe uma ruptura com o passado, ou se, pelo contrário, existem elementos de continuidade. Um segundo aborda desenvolvimentos ocorridos na região, que indiciam um estreitar das relações externas da Turquia com os países do Médio Oriente, especialmente o Irão, a Síria e

---

<sup>216</sup> European Commission, "Trade: Iran (Bilateral Relations)", [http://ec.europa.eu/trade/creating-opportunities/bilateral-relations/countries/iran/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/trade/creating-opportunities/bilateral-relations/countries/iran/index_en.htm), acedido em 16 de Agosto de 2011.

<sup>217</sup> "Ibid.

<sup>218</sup> European Commission, *MOU between the Government of Iraq and the EU on Strategic Partnership in Energy*, [http://ec.europa.eu/energy/international/bilateral\\_cooperation/doc/iraq/2010\\_01\\_18\\_iraq\\_mou\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/energy/international/bilateral_cooperation/doc/iraq/2010_01_18_iraq_mou_en.pdf), acedido em 16 de Agosto de 2011.

o Iraque. Procuraremos também descortinar as principais razões que estão por trás daquilo que muitos consideram os novos aspectos da actuação turca. Num terceiro tópico serão analisadas as diferentes leituras dos desenvolvimentos atrás enunciados, sendo discutidas as implicações que estes aspectos da política externa poderão ter nas relações futuras com a UE. De facto, as opiniões sobre as principais motivações que estão por detrás da actual actuação turca em relação ao Médio Oriente divergem consideravelmente, constituindo por isso um interessante debate. Por último, tentaremos ainda efectuar uma avaliação do possível interesse que, neste contexto, poderá ter a adesão da Turquia à UE.

#### **4.1 A Política Externa do AKP: Ruptura ou Continuidade?**

A política externa que tem vindo a ser adoptada pelo AKP tem como base os princípios desenvolvidos por Ahmet Davutoglu, em *Stratejik Derinlik*. Davutoglu defende que o valor de um país no âmbito das relações internacionais resulta em grande parte da sua posição geoestratégica. Para ele, o legado otomano deve privilegiar ligações culturais e históricas com as regiões vizinhas e como tal deve ser explorado. Um dos aspectos mais relevantes da política externa de Davutoglu é a exploração deste passado e a sua ênfase nas identidades multiculturais, que permite à Turquia aspirar a um papel mais activo a nível global, estabelecendo alianças regionais que contrabalançam a sua ligação ao Ocidente. Esta visão contrasta com a posição kemalista, que sempre viu na herança otomana um factor que impedia a Turquia de se modernizar. Por estas e outras razões, a política externa do AKP é muitas vezes acusada de representar uma ruptura com o passado. Em grande parte isto resulta dos seus críticos entenderem que esta representa um afastamento da Turquia em relação ao Ocidente e uma crescente aproximação aos países do Médio Oriente.

Para Robbins, existem elementos de convergência entre o kemalismo e o pós-

islamismo<sup>219</sup>, apontando a adesão à UE e a guerra do Iraque como dois exemplos<sup>220</sup>. Os kemalistas sempre foram a favor do processo de adesão, vendo neste uma forma de criarem uma âncora contra o surgimento do Islão Político na Turquia. Os partidos islamitas liderados entre 1970 e 1997 por Erbakan, entre os quais se inclui o RP, antecessor do AKP, eram bastante radicais nas suas opiniões e na sua actuação. Viam-se como defensores dos valores contrários aos defendidos pela UE e foram nos anos 90 contra o processo de adesão, por consideraram que este era um “clube cristão”. O AKP, fundado em 2001 por Erdogan, tem adoptado uma política de aproximação à UE, em oposição às ideias defendidas pelos partidos islamitas anteriores. Segundo o autor, a razão para esta aproximação centra-se no interesse que AKP e UE partilham em diminuir o poder dos militares e em adoptar políticas multipartidárias na Turquia<sup>221</sup>. A guerra do Iraque também aproximou kemalistas e pós-islamitas, com ambos a oporem-se fortemente à intervenção dos EUA. Mas o autor também refere pontos divergentes entre kemalistas e pós-islamitas, tomando como exemplos a questão de Chipre, o conflito entre Israel e a Palestina, e o uso de símbolos islâmicos<sup>222</sup>.

Outro autor, Taspinar, refere ainda a questão curda e o papel de potência regional como assuntos que dividem o AKP e os kemalistas. Para o AKP, os curdos não

---

<sup>219</sup> Robbins define como pós-islamismo a política do AKP que é segundo o autor oposta às políticas dos partidos islamitas que o precederam. P. Robins, “Turkish Foreign Policy since 2002”, *International Affairs*, Vol. 83 N: 1, 2007, p. 291.

<sup>220</sup> Ibid., p. 289–304.

<sup>221</sup> Ibid. Este último ponto é o resultado de os partidos islamitas terem sofrido nos anos 90 das políticas secularistas que fecharam o seu próprio partido político.

<sup>222</sup> Ibid. Os kemalistas sempre foram defensores da minoria cipriota turca no norte da ilha, sendo a economia paralela e propriedade privada algumas das razões apontadas. Os pós-islamitas, pelo contrário, vêm no Chipre um obstáculo às negociações com a UE. Procuraram por isso resolver a questão em 2004, com o plano Annan, ao qual os kemalistas se opunham. As eleições no norte do Chipre trouxeram um político mais flexível, e o plano Annan foi aprovado com 65% dos votos. Mas o regime de Nicósia vetou o plano com 75% dos votos. Os kemalistas foram sempre apoiantes da relação com Israel, acreditando que o valor que poderiam obter desta relação não se comparava ao que obteriam dos palestinos. Os pós-islamitas não partilham desta visão. O AKP tem procurado adoptar uma posição de compromisso com Israel (pelo menos até acontecimentos recentes com a flotilha humanitária), mas é um forte apoiante da libertação da Palestina, e recebeu o HAMAS, após a sua vitória em 2006, na Turquia apesar da forte oposição de Israel, EUA e UE. Num último ponto divergente apontado por Robbins estão os símbolos islâmicos. Enquanto que para os kemalistas o véu é o símbolo do Islão político, os pós-islamitas acreditam que o uso deste apenas representa o respeito pelas liberdades religiosas individuais.

necessitam de ser assimilados, como defendem os kemalistas, permitindo antes a aceitação dos seus direitos culturais e da sua identidade. Mas para ambos a ideia de um Estado curdo independente é inaceitável. Um segundo aspecto, o papel de Estado pivô numa grande região em que a Turquia se encontra ao centro, defendido pelo AKP, é visto pelos kemalistas como pouco realista e aventureira. A tentativa de estender a acção ao Ocidente e Oriente é vista por estes como uma agenda islâmica escondida, que os EUA e a UE não deveriam tolerar e muito menos apoiar<sup>223</sup>.

Para Kardas, a actual política externa do AKP é anterior à subida deste partido ao governo, tendo sido ensaiada por outros dirigentes, mas apenas foi possível colocá-la em prática recentemente. Para este autor as políticas regionais que estão a ser aplicadas pelo AKP têm a sua origem e explicação nas teorias realistas das relações internacionais<sup>224</sup>. Apesar daquele o autor concordar que surgiu na Turquia uma nova elite política, que operou profundas alterações estruturais, defende que muitas das mudanças não surgiram de Davutoglu e do seu livro, mas são antes a continuação de políticas anteriores<sup>225</sup>. Defende assim que muitas das políticas não são uma criação de Davutoglu, apenas as condições para as realizar surgiram com o AKP. De acordo com os princípios da teoria realista, uma política externa activa, é precedida de um Estado com uma forte capacidade em mobilizar recursos económicos e sociais. Embora a vontade de concretizar estas acções já existisse nos anos 90, estes foram marcado por forte instabilidade na economia turca e por sucessivas crises financeiras. As condições internas que permitiram desenvolver a política externa só surgiram com a consolidação da economia realizada pelo

---

<sup>223</sup> Omer Taspinar, *Turkey's Middle East Policies: Between Neo-Ottomanism and Kemalism*, Carnegie Endowment, N:10, 2008, p. 15.

<sup>224</sup> S. Kardas "Turkey Redrawing the Middle East Map or Building Sand Castles?", *Middle East Policy Council*, Vol. XVII N: 1, Spring 2010, pp. 115-136.

<sup>225</sup> *Ibid.* A cooperação no domínio da segurança foi um aspecto multilateral que caracterizou a política externa da Turquia no pós Guerra Fria. Uma segunda, são as cooperações regionais que para o autor também foram preconizadas nessa época, dando como exemplo a criação da *Black Sea Economic Cooperation* (BSEC).

governo do AKP.

Kirisci não discorda de Kardas ao apontar semelhanças entre a política externa de Turgut Ozal e a do AKP, nomeadamente nos aspectos da interdependência económica. Projectos como a *pipeline* que traria água da Turquia a Israel e aos países do golfo Pérsico, bem como a tentativa de abrir os mercados externos às exportações turcas, especialmente no Médio Oriente, foram tentativas de Ozal para aumentar as relações com os Estados vizinhos. As tentativas de introduzir políticas liberais focadas na exportação e nas trocas comerciais aconteciam no entanto, num contexto político adverso, dominado pelos militares. Estes, concentrados nos aspectos de securitização e de defesa do território nacional, nem sempre criavam um ambiente político favorável às relações económicas e comerciais entre os países vizinhos. Nos dias de hoje, a interdependência económica é um dos princípios orientadores da política externa do AKP<sup>226</sup>.

Na realidade, a existir uma ruptura na política externa, ela parece centrar-se entre os partidos islamitas que estiveram no poder na década de 90 e na seguinte. Para Taspinar as diferenças entre as duas décadas referidas anteriormente, são mais marcantes e Davutoglu é muito diferente de Erbakan. Enquanto as políticas de Erbakan procuravam criar uma aliança islâmica com a Líbia, Indonésia, Irão e Malásia em clara alternativa às ligações ao Ocidente, o AKP procura com a aproximação ao Médio Oriente, complementar as relações com os EUA e UE<sup>227</sup>.

#### **4.2 Aproximação ao Médio Oriente**

Apesar de não existirem rupturas significativas na política externa, pelo menos na óptica dos autores anteriormente referidos, a realidade é que durante muitos anos

---

<sup>226</sup> Kemal Kirisci, "The transformation of Turkish Foreign Policy: The Rise of the Trading State", *New Perspectives on Turkey*, N: 40, 2009, pp. 29-56.

<sup>227</sup> Omer Taspinar, *Turkey's Middle East Policies: Between Neo-Ottomanism and Kemalism*, Carnegie Endowment, N:10, 2008, p. 14.

os governos da Turquia não consideraram o Médio Oriente como uma prioridade da sua política externa. A tradição kemalista era mesmo a de olhar de um modo negativo tanto para o mundo islâmico como para o mundo árabe, associando-os ao atraso e ao extremismo<sup>228</sup>.

Com a subida do AKP ao poder, e mais especialmente a partir de 2005, a Turquia passou a ser um importante actor nas regiões do Médio Oriente. Exemplos de acções realizadas recentemente que mostram uma diferença na actuação em relação ao Médio Oriente são:

- A mediação dos conflitos Israel – Palestina e Síria – Israel;
- O envio de tropas da NATO para o Afeganistão;
- O apoio à ONU no Líbano;
- As fortes relações desenvolvidas com o Irão, Síria e Iraque;
- O estreitar de relações comerciais e políticas com a maior parte dos países árabes e muçulmanos.

Enquanto que nos primeiros anos de poder o AKP mantinha uma política externa virada para a europeização (aproximadamente até 2005), os anos seguintes e actuais são marcados por uma viragem de interesses e relações com as regiões do Médio Oriente (Cáucaso e Ásia Central também, mas em menor grau). Esta viragem poderá estar assente num dos conceitos enunciados por Davutoglu no seu livro *Stratejik Derinlik*, o de “zero problemas” com os países vizinhos, onde é estabelecida uma acção pró-activa de cooperação e boas relações com a região.

---

<sup>228</sup> Graham Fuller, *The New Turkish Republic, Turkey as Pivotal State in the Muslim World*, Washington DC, Endowment of the United States Institute of Peace, 2008, pp. 81-91.

## **Turquia e Irão**<sup>229</sup>

As relações entre a Turquia e o Irão foram neste século boas até aos anos 80. Assinaram-se vários tratados de amizade (1926 e 1932), e ainda os pactos de Saadabad (1937) e de Bagdade (1955). Mas a revolução islâmica marcou o início de uma relação mais conturbada entre os dois países que perduraria nos anos 80 e 90, marcada essencialmente por dois problemas. Um primeiro, a ideia de que o fundamentalismo islâmico se queria propagar à Turquia; e um segundo, a percepção de que os iranianos apoiavam o terrorismo do PKK. Apesar desta tensão, os dois países mantiveram fortes relações comerciais durante a guerra Irão-Iraque, tendo as exportações aumentado consideravelmente durante o período em que durou a guerra. As relações diplomáticas e políticas entre o Irão e a Turquia começaram a melhorar nos anos 90, e foi com Erbakan que foi assinado o primeiro acordo para a exportação de gás do Irão para a Turquia. O interesse de Erbakan em aumentar as relações comerciais e políticas com o mundo islâmico levaram-no a criar o D-8, uma versão dos países islâmicos do grupo G-8.

Existem hoje três factores que impulsionam as relações entre os dois países. Um primeiro a segurança, pois nem o Irão nem a Turquia querem um Estado curdo independente e possuem preocupações em relação ao PKK. Em 2004, Irão e Turquia assinaram um acordo de cooperação nesta área, reconhecendo que o PKK é uma organização terrorista. Nenhum dos dois países quer tão pouco a desintegração do Iraque. Ainda no âmbito da segurança, existe a questão do programa nuclear iraniano. Embora constitua uma preocupação para a Turquia, esta tem procurado lidar com a questão utilizando a diplomacia. Em 2010, Brasil e Turquia estabeleceram um acordo relativo ao Urânio com o Irão, e por essa razão

---

<sup>229</sup> Para uma análise mais detalhada sobre as relações entre a Turquia e o Irão poderão ser consultadas as seguintes obras: Graham Fuller, *The New Turkish Republic, Turkey as Pivotal State in the Muslim World*, Washington DC, Endowment of the United States Institute of Peace, 2008, pp. 73-75 e pp. 107-114; Nilufer Karacasulu e Irem Karakir, "Iran Turkey Relations in the 2000s: Pragmatic Rapprochement", *Ege Academic Review*, Vol.11 N: 1, January 2011, pp. 111-119; Elin Kinander, *The Turkish-Iranian Gas Relationship: Politically Successful, Commercially Problematic*, Oxford Institute for Energy Studies, NG38, January 2010, pp. 1-28.

ambos votaram contra as sanções impostas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. A Turquia pode, no entanto, vir a desempenhar um papel importante na resolução do problema de enriquecimento de Urânio do país vizinho, pois existe a consciência de que um Irão nuclear representa um grande risco para o mundo em geral e para os países da região em particular (sobretudo Israel).

As relações no âmbito da energia também conheceram um impulso no início do século XXI. Em 2007 os dois países assinaram dois acordos energéticos, um de exploração de petróleo e outro para o transporte de gás do Turquemenistão via Irão. As exportações do Irão para a Turquia representam hoje cerca de 20% do total de gás que o país recebe, o segundo depois da Rússia. Mas as relações no domínio energético não têm sido fáceis entre os dois países, com quebras de contratos e de fornecimentos interrompidos, o que tem gerado desconfiança mútua.

O último factor a considerar é as relações comerciais entre os dois países. A Turquia necessita de exportar para o Irão, de modo a compensar a sua factura energética, razão pela qual os conflitos nesta área podem voltar a causar problemas à economia turca. Um exemplo do passado em que tal sucedeu foi a guerra de 1991, onde a Turquia teve que cumprir as sanções ao Iraque, trazendo graves consequências à sua economia.

### ***Turquia e Síria***<sup>230</sup>

As relações entre a Síria e a Turquia no início do século XX foram marcadas pelas disputas da província de Alexandretta (Hatay). Esta província situa-se num enclave entre o Mediterrâneo e o território sírio, que a Turquia reclamava, alegando ser constituído na sua maioria por uma população turca. Depois de em Junho de 1939

---

<sup>230</sup> Para uma análise mais detalhada sobre as relações entre a Turquia e a Síria poderão ser consultadas as seguintes obras: Graham Fuller, *The New Turkish Republic, Turkey as Pivotal State in the Muslim World*, Washington DC, Endowment of the United States Institute of Peace, 2008, pp. 72-73 e pp. 93-96; Bulent Aras, "Turkey's Rise in the Greater Middle East: Peace Building in the Periphery", *Journal of Balkan and Near Eastern Studies*, Vol. 11 N: 1, 2009, pp. 35-37.

ter sido cedida pelos franceses aos turcos, os sírios protestaram, e nunca reconheceram Hatay como sendo turca. O problema das fronteiras foi debatido em 2004, na sequência da visita de Erdogan à Síria, mas esta continua a considerar a província como parte integrante do seu território, não existindo até ao momento uma solução para a disputa.

Na década de 90, os principais problemas que a Turquia tinha com a Síria eram a passagem de água dos rios Eufrates e Tigre até à Síria (cujo caudal diminuiu com o projecto GAP) e o apoio dado pela Síria ao PKK e ao seu líder Ocalan. Os ataques terroristas do PKK eram porventura o que causavam maior tensão entre os dois países. Esta escalou de tal forma, que em 1998 a Turquia ameaçou a Síria com uma intervenção militar.

A decisão de expulsar Ocalan, originou uma melhoria significativa nas relações entre os dois países. O Presidente Bashar Al Assad visitou a Turquia em 2005, o que nunca acontecera, pois nenhum Presidente sírio visitara o país desde que este se tornara independente em 1946.

Em Abril de 2009, a Turquia e a Síria realizaram exercícios militares conjuntos. Em Setembro aboliram os vistos entre os dois países, aumentando significativamente as relações comerciais. Entre 2005 e 2007, foram aprovados vários projectos de investimento da Turquia na Síria, sendo que em 2010, as exportações turcas para a Síria foram de 1,850 milhões de dólares (contra 663 milhões de dólares de importações da Síria, e de um total de 24,701 milhões de dólares exportados para os países vizinhos - Grécia, Bulgária, Roménia, Ucrânia, Rússia, Geórgia, Azerbaijão, Irão e Iraque).

A aproximação entre a Turquia e a Síria tem como factor importante a resolução do problema curdo. Mas servir de ponte com o Ocidente, é também um dos objectivos. Se na era Bush, o bom relacionamento entre a Turquia e a Síria era factor de

fricção, Obama vê este relacionamento como um factor positivo, dado que os EUA também procuram aproximar-se daquele país. As revoltas árabes no entanto, trouxeram algumas mudanças relativamente à política externa da Turquia e EUA em relação à Síria de Bashar Al-Assad. Os massacres à população síria têm merecido forte condenação por parte de Erdogan, EUA e da própria Liga Árabe, o que tem conduzido a Síria a um isolamento político e porventura económico.

### ***Turquia e Iraque***<sup>231</sup>

As guerras no Iraque em 1991 e 2003, não deixaram outra hipótese à Turquia que não fosse o seu envolvimento na região. As relações entre os dois países desde a revolução de 1958 foram quase sempre distantes, mas marcadas por fortes relações económicas nos anos 80, durante a guerra Irão-Iraque. As disputas na região de Mosul com os ingleses, terminaram em 1926, quando a Turquia teve que abdicar da região.

Mas os acontecimentos de 1991 e 2003 fizeram ressurgir a questão curda, que a Turquia teve que endereçar. Em 1991, a guerra trouxe fortes prejuízos às relações comerciais entre os dois países, causado pelo embargo ao Iraque. Mas a questão premente que resultou de ambas as guerras foi sem dúvida o problema curdo. Em 1991, Saddam Hussein perdeu o controle da região curda e meio milhão de curdos iraquianos fugiram para a fronteira com a Turquia, criando ao país um grave problema de refugiados. Esta crise trouxe jurisdição internacional à região, que ficou sobre a protecção dos EUA e das Nações Unidas, criando uma região autónoma curda, onde as rivalidades entre as várias facções se intensificaram. O início do anos 90 ficaram marcados por mais uma acção militar das tropas turcas na região curda de modo a combaterem o PKK, que conseguira infiltrar-se novamente na

---

<sup>231</sup> Para uma análise mais detalhada sobre as relações entre a Turquia e o Iraque poderão ser consultadas as seguintes obras: Graham Fuller, *The New Turkish Republic, Turkey as Pivotal State in the Muslim World*, Washington DC, Graham Fuller, *Turkey as Pivotal State in the Muslim World*, Washington DC, Endowment of the United States Institute of Peace, 2008, pp. 71-72 e 97-105; Bulent Aras, "Turkey's Rise in the Greater Middle East: Peace Building in the Periphery", *Journal of Balkan and Near Eastern Studies*, Vol. 11 N: 1, 2009, pp. 38-40.

região. A segurança na região melhorou a partir de 1999 com a detenção de Ocalan. A Turquia tem ainda preocupações em manter na região outras etnias, como a população turcomana que gravita à volta de Kirkuk, procurando impedir que todas as grandes reservas de hidrocarbonetos da região, venham a cair única e exclusivamente em mãos curdas.

Os ataques do PKK em 2007 e 2008, originaram uma resposta da Turquia que desta vez não foi só militar. Fizeram na realidade uma incursão militar mas tiveram preocupações de diplomacia, informando os governos iraquiano e curdo da intenção de o fazer, dialogaram e obtiveram o acordo de modo a mostrar respeito pela soberania do país.

As relações entre a Turquia e o Iraque possuem um forte potencial económico, existindo já grandes projectos de construção de universidades, aeroportos, pontes, auto estradas e outras infra-estruturas. Por outro lado a Turquia vai beneficiar das reservas de hidrocarbonetos que o país possui podendo o Iraque vir a ser um dos grandes fornecedores do projecto *Nabucco*, beneficiando assim também a UE.

### ***Turquia e Israel***<sup>232</sup>

Desde os tempos do Império Otomano que os judeus, após a sua expulsão da Península Ibérica, ocuparam o território turco tendo nessa época coexistido com cristãos ortodoxos e muçulmanos. A Turquia foi também o primeiro país muçulmano a reconhecer o Estado de Israel, em 1949, podendo o contexto da Guerra Fria e as razões históricas que originaram um sentimento anti-árabe por parte da Turquia, serem apontadas como os principais motivos que levaram a este reconhecimento<sup>233</sup>.

---

<sup>232</sup> Para uma análise mais detalhada sobre as relações entre a Turquia e Israel poderão ser consultadas as seguintes obras: Graham Fuller, *The New Turkish Republic, Turkey as Pivotal State in the Muslim World*, Washington DC, Endowment of the United States Institute of Peace, 2008, pp. 76 e pp. 115-122; D. Jung e W. Piccoli, *Turkey at the Crossroads: Ottoman Legacies and a Greater Middle East*, London, Zed Books, 2001, pp. 153-174.

<sup>233</sup> J. P. Teixeira Fernandes, "A Política Externa da Turquia face a Israel: O regresso da Ambição Otomana", *Nação & Defesa* nº 127, Instituto Defesa Nacional, 2010, pp. 2-7.

Mas se as relações entre os dois países são um ponto importante para a estabilidade no Médio Oriente, a realidade é que em virtude da aproximação turca ao mundo árabe, Turquia e Israel têm nos últimos tempos conhecido um escalar da tensão entre os dois países.

O principal factor de cooperação radicou por muito tempo no aspecto militar, tendo esta sido bastante intensa na década de 90, uma fase especialmente importante para a Turquia pois permitiu-lhe acesso a tecnologia militar que não possuía. Esta ligação entre os dois países foi também importante em relação à Síria, pois a ameaça conjunta Israel-Turquia fez aquele país algumas vezes recuar no apoio ao terrorismo do PKK. Mas o melhorar das relações entre a Turquia e a Síria, até aos massacres recentes em 2011, tinha reduzido o valor estratégico que a cooperação militar com Israel trazia, passando esta a ter hoje um peso menor.

Outros aspectos que nos parecem importante realçar são o turismo e as trocas comerciais entre os dois países. O número de cidadãos israelitas que visitam a Turquia aumentou consideravelmente, representando cerca de 2 mil milhões de dólares anuais. Mas se atendermos à opinião pública, a subida do AKP ao poder e a aproximação da Turquia aos países árabes do Médio Oriente, acrescida das constantes críticas sobre a forma como Israel lida com a questão da Palestina, provocou uma mudança nas relações entre os dois países. Os ataques ao navio turco que procurava chegar a Gaza, com ajuda humanitária, culminando na morte de civis turcos, contribuiu para agudizar uma relação que já se encontrava deteriorada. Inquéritos realizados à população turca na década passada, demonstram uma forte simpatia pelos árabes em geral em detrimento do povo israelita<sup>234</sup>.

As trocas comerciais entre a Turquia e Israel continuam, no entanto, a ser importantes e a apresentar vantagens, pelo que poderão representar um forte elo na

---

<sup>234</sup> Graham Fuller, *The New Turkish Republic, Turkey as Pivotal State in the Muslim World*, Washington DC, Endowment of the United States Institute of Peace, 2008, p. 117.

ligação. Os dados de 2010 e 2011, mostram um aumento nas trocas comerciais, que tinham conhecido uma redução em 2009. As exportações de Israel para a Turquia ocupam o terceiro lugar, tendo aumentado cerca de 72% no primeiro trimestre de 2011, comparado com 2010. Entre 2010 e 2011, a soma das exportações e importações aumentaram 29%<sup>235</sup>.

### ***Turquia e Palestina***<sup>236</sup>

A questão da Palestina ocupa um espaço importante na política externa turca relativamente ao Médio Oriente. A Turquia foi o primeiro país a reconhecer a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), e desde então considera que poderá desempenhar um papel importante na defesa da sua causa e na estabilidade do Médio Oriente. Durante a retirada de Gaza, a Turquia ofereceu-se como mediadora no caso de surgirem conflitos durante o processo.

Acreditando que o revitalizar da economia palestina é crítico para o processo de paz, a Turquia tem apoiado o Projecto Industrial *Erez*<sup>237</sup> para construir e gerir uma zona industrial na fronteira entre Israel e a Faixa de Gaza, que visa comercializar os produtos palestinos com Israel e outros países.

Apesar de esta zona ter sido bombardeada, o *Turkiye Odalar ve Borsalar Birliği* (TOBB), organização turca que irá financiar o projecto, continua determinada a investir 100 milhões de dólares, procurando assim fomentar a paz na região e conjugando os esforços de Israel e Palestina na execução do projecto.

A vitória do *Harakat al-Muqawamat al-Islamiyyah* (HAMAS), em 2006, e o facto de

---

<sup>235</sup> Muhannad Mustafa, *Turkish-Israeli Relations from Israel's Perspective*, Al-Jazeera Centre for Studies, 14 July 2011, p. 5.

<sup>236</sup> Para uma análise mais detalhada sobre as relações entre a Turquia e Israel poderão ser consultadas as seguintes obras: Graham Fuller, *The New Turkish Republic, Turkey as Pivotal State in the Muslim World*, Washington DC, Endowment of the United States Institute of Peace, 2008, pp. 75-76; Bulent Aras e Rabia K. Polat, "Turkey and the Middle East: Frontiers of the New Geographic Imagination", *Australian Journal of International Affairs*, Vol. 61 N: 4, 2007, pp. 478 – 480.

<sup>237</sup> Middle East Bridges - Private Sector Initiative *The Erez and Gaza Industrial Estates: Catalysts for Development*, EastWest Institute, April 2005.

este partido não reconhecer Israel, tem obrigado a Turquia a adoptar uma política externa cautelosa. Optou por manter relações com o partido vencedor, tendo convidado o líder do HAMAS para Ancara, apesar dos protestos dos EUA, UE e Israel. Mas na realidade, a Turquia tanto fala com a *Fatah* como com o HAMAS e sabendo que a questão da Palestina é um ponto crítico do Médio Oriente, não poderá aspirar a ser um actor regional relevante, se não participar activamente na questão do reconhecimento dos territórios palestinos. A Turquia faz parte dos 122 países que reconhece o Estado da Palestina<sup>238</sup>.

\*

\*

\*

Os acontecimentos reiterados anteriormente mostram inegavelmente que a Turquia se aproximou do Médio Oriente, utilizando os princípios do *Soft Power*, centrados no diálogo e na diplomacia. Por outro lado, existem acontecimentos que mostram que com o AKP, a Turquia se distanciou do seu papel de representante no Médio Oriente dos interesses do Ocidente. Em algumas ocasiões, a Turquia adoptou posições que mostram independência em relação às políticas e orientações do seu antigo aliado, os EUA, agindo agora de acordo com aquilo que considera serem os seus próprios interesses. Num primeiro exemplo temos a recusa em permitir que os militares americanos utilizassem o seu solo para chegar mais facilmente ao Iraque em 2003. Num segundo, uma alteração significativa no Livro Vermelho<sup>239</sup> de 2010, com a inclusão de Israel como um país causador de instabilidade, bem como a remoção de um conjunto de países que em 2005 eram considerados importantes ameaças à

---

<sup>238</sup> BBC, "Q&A: Palestinian Bid for Full Membership at the UN", <http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-13701636>, acedido em 29 de Novembro de 2011.

<sup>239</sup> Hurriyet Daily News, "New Editions of Turkish Red Book Shapes New Security Spheres", <http://www.hurriyetaidailynews.com/n.php?n=red-book8217s-new-edition-shapes-new-security-spheres-2010-10-28> acedido em 16 de Novembro de 2011.

segurança da Turquia e da região: Irão, Iraque e Rússia<sup>240</sup>.

Mas quais as razões que ditaram estas alterações? Para os autores para quem a aproximação ao Médio Oriente não significa um afastamento da UE ou dos EUA, as principais razões desta aproximação são os princípios da europeização, a segurança da região e a interdependência económica.

Existem, no entanto, outros pontos de vista. Muitos dos críticos da nova política do AKP apontam o bloqueio ao papel dos EUA e da UE na região, como a principal causa para o estreitar das relações da Turquia com o Médio Oriente. Para estes críticos a Turquia não quer que o Ocidente tenha um papel activo na mediação dos conflitos e como tal procura diminuir a sua acção fomentando mesmo o negativismo com que hoje o Ocidente é visto na Turquia e no mundo árabe.

Uma outra crítica tecida pelos oponentes da nova política externa é o aproveitamento que o AKP está a fazer do processo de adesão à UE. Para estes, o objectivo principal da Turquia é liderar o mundo muçulmano, tendo no Islamismo os seus princípios orientadores. Não partilham dos valores europeus e adoptam algumas das exigências feitas pela UE, apenas porque estas servem também os objectivos da sua política interna. Mas para estes autores, o AKP não demonstra intenções reais de aderir à UE. O debate sobre os dois pontos de vista contraditórios será feito de seguida.

### **4.3 Ponte com o Ocidente ou “Jogo Duplo”?**

Europeização, Segurança regional e interdependência económica, são três das principais razões apontadas pelos autores para quem a aproximação da Turquia ao Médio Oriente, não representa uma ruptura com o Ocidente, mas antes uma forma

---

<sup>240</sup> Ariel Cohen, “Turkey's New Threat Assessment: A Challenge For Washington”, Ammon News, Jordan – 3/11/2010, acedido em 20 de Agosto de 2011.

desta ganha ganhar relevância tornando-se assim num actor internacional que, num eventual processo de adesão, traz valor acrescentado à UE.

A europeização pode ser definida como um processo de construção, difusão e institucionalização, de regras formais e informais, procedimentos, políticas, estilos, crenças, formas de fazer coisas e normas, que são primeiro definidos e consolidados nos processos e nas políticas da UE. São depois incorporados no discurso, identidade e políticas públicas nacionais e sub-nacionais<sup>241</sup>, ou são antes uma adaptação nacional às pressões que directa ou indirectamente emanam da adesão à UE<sup>242</sup>.

De acordo com Kagan, a política externa europeia caracteriza-se pelo seguinte:

Consideremos novamente as características que compõem a cultura estratégica europeia: a ênfase na negociação, a diplomacia, os laços comerciais, o direito internacional em detrimento da utilização da força, a sedução em detrimento da coacção, o multilateralismo em detrimento da unilateralidade. É verdade que estas não são abordagens tradicionalmente europeias das relações internacionais, quando vistas a uma luz histórica distante. Tratam-se ao invés de um produto da história mais recente<sup>243</sup>.

Se compararmos esta caracterização de Kagan com os princípios de Davutoglu adoptados pelo AKP, encontramos numa primeira análise, elementos comuns. É por isso que muitos autores defendem que o processo de adesão da Turquia à UE harmonizou as suas formas de agir e hoje a Turquia adopta em relação ao Médio Oriente os mesmos princípios que são adoptados pela UE. Como refere Oczan, “The EU is known for its Soft Power characteristics and its involvement in the Middle East was mostly with soft measures involving economic and diplomatic powers”<sup>244</sup>.

---

<sup>241</sup> Heather Grabbe, “Europeanization goes West: Power and Uncertainty on The EU Accession Process”, in Kevin Featherstone e Cláudio Radaelli (eds), *In the Politics of Europeanization*, Oxford, Oxford University Press, 2003, p. 309.

<sup>242</sup> Kevin Featherstone, “In the Name of Europe”, in Kevin Featherstone e Cláudio Radaelli (eds), *In the Politics of Europeanization*, Oxford, Oxford University Press, 2003, p. 7.

<sup>243</sup> Robert Kagan, *O Paraíso e o Poder*, Lisboa, Edições Gradiva, 2003, p. 65.

<sup>244</sup> Mesut Özcan, *Harmonizing Foreign Policy: Turkey, the EU and the Middle East*, Aldershot, Ashgate,

Aras defende que a mudança na política externa relativamente à Síria e Irão, dois países considerados ameaças nos anos 1990s, foi o resultado do processo de democratização e “dessecuritização” conseguido com a adesão da Turquia à UE. Os turcos passaram a utilizar as normas e princípios usados pelos europeus e neste novo enquadramento, questões que eram percebidas anteriormente como ameaças e que exigiam medidas por vezes de acção militar, passaram a ser vistos como problemas políticos cuja resolução exige paciência e negociação. O processo de securitização era em parte explicado pela desconfiança que existia entre a elite política e a elite burocrática e militar. Para estes últimos a securitização era um factor de prestígio e de demonstração de poder. Como tal, era benéfico considerar a existência de ameaças externas, como por exemplo os curdos, de modo a manter um estado de terror. Para Aras, esta mudança de actuação resulta em larga medida do processo de adesão à UE, em que factores económicos e estratégias de cooperação são as regras e princípios adoptados. Neste processo, os militares perderam parte da sua importância e poder e a sociedade civil começa a ser ouvida, tendo adquirido influência nas decisões que são tomadas pelo AKP<sup>245</sup>.

As segundas razões, as de segurança regional, são defendidas por vários autores que vêm na aproximação da Turquia ao Oriente uma mais-valia para a UE. Kardas<sup>246</sup> argumenta que alterações estruturais foram os motivos para a Turquia se aproximar do Médio Oriente. Para o autor as outras regiões em que a Turquia poderia intervir, e onde interveio anteriormente, já não se revelam tão interessantes. A acção da Turquia nos anos 90, resultou do vazio causado pela desintegração da União Soviética, e pelas questões de segurança que permitiram que no pós Guerra Fria, esta interviesse nos Balcãs. Mas o facto de a UE ter aceite como membros ou candidatos a membros os países daquela região, reduziu a influência que a Turquia

---

2008, p. 62.

<sup>245</sup> Bulent Aras e Rabia Karakaya Polat, “From Conflict to Cooperation; Desecuritization of Turkey’s Relations with Syria and Iran”, *Security Dialogue*, Vol. 39 N: 5, October 2008, pp. 495-515.

<sup>246</sup> S. Kardas “Turkey Redrawing the Middle East Map or Building Sand Castles?”, *Middle East Policy Council*, Vol. XVII N: 1, Spring 2010, pp. 115-136.

possa ter bem como o conseqüente interesse para a UE. O autor defende que o mesmo acontece em relação à Ásia Central, em virtude destes países terem novamente estreitado relações com a Rússia e desenvolvido contactos com a China. Assim, apenas resta o Médio Oriente, e em menor escala o Cáucaso como possíveis áreas de influência da Turquia. Para o autor, os argumentos utilizados para a intervenção da Turquia no Médio Oriente, são os mesmos utilizados quando esta interveio nos Balcãs: integração, desenvolvimento económico, segurança da região e construção das instituições.

Estas opiniões são corroboradas por Larrabee<sup>247</sup>, para quem a recente actividade do AKP não representa uma islamização da política externa nem tão pouco um virar das costas ao Ocidente. Apenas reflecte uma adaptação às mudanças ocorridas na região depois da Guerra Fria, e ao tomar de consciência de que a segurança do país está intimamente ligada à estabilidade regional. Outras alterações como a redução dos poderes dos militares e o aparecimento de uma classe política e de elites distintas da era kemalista introduziram alterações na forma de ver a política externa.

Altunisik e Cuhadar<sup>248</sup> também defendem que a instabilidade nas regiões vizinhas depois da Guerra Fria, nomeadamente as guerras do golfo Pérsico e o ataque de Israel ao Líbano (2006), bem como receio de que os conflitos possam atravessar as fronteiras da Turquia, têm sido as causas para o papel mediador que a Turquia tem procurado desempenhar na resolução dos conflitos entre Israel - Palestina e Israel - Síria. E se a segurança é um dos aspectos, a confiança que a Turquia goza por parte dos três países permitiram-lhe aspirar a desempenhar esse papel, pelo menos até aos acontecimentos de Davos<sup>249</sup>, o que deixou Israel com sérias dúvidas sobre a neutralidade da Turquia.

---

<sup>247</sup> F. Stephen Larrabee, "Turkey's New Geopolitics", *Survival*, Vol. 52 N: 2, 2010, pp. 157-180.

<sup>248</sup> Meliha Altunisik e Esra Cuhadar, "Turkey's Search for a Third Party Role in Arab-Israeli Conflicts: a Neutral Facilitator or a Principal Power Mediator?", *Mediterranean Politics*, Vol. 15 N: 3, 2010, pp. 371-392.

<sup>249</sup> NYTimes, "Hero's Welcome for Turkish Leader After Davos Walkout", <http://www.nytimes.com/2009/01/31/world/europe/31turkey.html>, acedido em 16 de Novembro de 2011.

Oguzlu<sup>250</sup> defende que a aproximação ao Médio Oriente não significa um afastamento em relação ao Ocidente, mas reflecte antes a importância que as questões no Médio Oriente adquiriram na relação da Turquia com a UE. Embora a adesão da Turquia possa representar uma maior capacidade da UE em dialogar com uma região instável, esta relação parece também estar a afastar os europeus, o que obriga a Turquia a adquirir uma visão mais pragmática e menos emocional, ao mesmo tempo que procura contribuir para a estabilidade na região e consequente aceitação na UE. Dado que a contribuição que a Turquia poderia dar para a segurança europeia nos países dos Balcãs já não é tão relevante após o processo de adesão destes países, a Turquia procura agora relevar o papel que pode desempenhar na Segurança do Médio Oriente e Eurásia, especialmente em questões tão relevantes para a Europa, como a segurança energética e o comércio ilegal de drogas e seres humanos. Um outro ponto que o autor refere como importante é o maior entrosamento que poderia advir no relacionamento da UE e Médio Oriente, pelo facto de a Turquia, país muçulmano pertencer à UE. Este ponto é segundo o autor extensivo à segurança europeia no que se refere a outras questões muçulmanas existentes. A Turquia como interlocutor ajudaria ao diálogo. Para Ozoglu a Turquia actua como país europeu no Médio Oriente. Esse factor conjugado com o processo de adesão traz-lhe prestígio na região. Mas o Islamismo crescente que segundo o autor ocorre por razões históricas e que visou uma aproximação à Ásia Central e ao Médio Oriente, pode ter consequências mais graves para a segurança da região, no caso de a Europa abandonar a Turquia.

Por último, as razões de interdependência económica são o terceiro factor que levam a Turquia a aproximar-se das regiões vizinhas, com potenciais benefícios para a UE. A interdependência e a prosperidade económica são apontadas como as principais razões para o fortalecer das relações entre a Turquia e os países do

---

<sup>250</sup> Tarik Oguzlu, "Middle Easternization of Turkey Foreign Policy: Does Turkey Dissociate from the West?", *Turkish Studies*, Vol. 9 N: 1, 2008, pp. 3-20.

Médio Oriente, pois conduzem ao diálogo e à resolução dos conflitos. Kirisci refere que os princípios de Davutoglu sobre “zero problemas” com as regiões vizinhas emanam de Rosecrance, pois este refere que num mundo em constante negociação, resolver disputas com os países vizinhos é condição para poder promover o comércio e os investimentos. A guerra também deverá ser evitada, pois tem um impacto negativo nas relações comerciais e na interdependência económica entre Estados<sup>251</sup>. Kirisci critica no entanto o facto de Davutoglu dedicar pouco do seu livro aos aspectos económicos da política externa, embora mencione nos factores geoeconómicos, a importância que as questões energéticas possuem nas relações entre a Turquia e o Médio Oriente<sup>252</sup>. Refere ainda que Davutoglu atribui uma crescente importância à sociedade civil e aos grandes grupos económicos no delinear da política externa turca e das acções do governo<sup>253</sup>.

A interdependência económica é reforçada pelo trabalho de Habibi e Walker<sup>254</sup>, que apontam que as exportações da Turquia para o mundo árabe cresceram em sectores dominados pelos grupos económicos da Anatólia, liderados por muçulmanos e que passaram a ter uma palavra a dizer relativamente à política externa da Turquia. Estes grupos exportam produtos agrícolas e industriais principalmente para o Médio Oriente, e constituem a maior fatia das exportações, tendo por isso um grande peso e influência sobre o governo turco. Esta influência também se estende a muitas organizações governamentais e associações comerciais turcas - Ministérios da Energia e do Ambiente, TUSIAD, *Turkiye İsadamları ve Sanayiciler Konfederasyonu* (TUSKON) e *Dis Ekonomik İlliskiler Kurulu* (DEİK) – que actuam junto do governo do AKP.

---

<sup>251</sup> Richard Rosecrance, *The Rise of the Virtual State: Wealth and Power in the Coming State*, New York: Basic Books, 1999.

<sup>252</sup> Kemal Kirisci, “The transformation of Turkish Foreign Policy: The Rise of the Trading State” *New Perspectives on Turkey*, N: 40, 2009, pp. 42.

<sup>253</sup> *Ibid.*, pp. 46-48.

<sup>254</sup> Nader Habibi e Joshua Walker, *What is driving Turkey’s Reengagement with the Arab World*, Crown Center for Middle East Studies, Brandeis University, N: 49, April 2011, p. 7.

Uma análise ao trabalho de Habibi e Walker<sup>255</sup> mostra que as relações económicas e diplomáticas da Turquia com o mundo árabe aumentaram consideravelmente durante a governação do AKP. Enquanto as exportações para os países árabes nunca ultrapassaram os 5 mil milhões de dólares nos anos 90 e até 2002, (com as importações ao mesmo nível) em 2008, as exportações da Turquia para estes países foram de 25 mil milhões de dólares (as importações ficaram-se nesse ano por cerca de 12 mil milhões de dólares). A Turquia possui assim uma balança comercial positiva com o mundo árabe, enquanto que no global a sua balança comercial tem um défice de 70 mil milhões de euros. Entre os países do Médio Oriente, a Turquia mantém uma balança comercial negativa com o Irão e com a Arábia Saudita, ditada pelas importações relativas ao sector energético.

Se observarmos a percentagem de exportações, enquanto que entre 2003 e 2009 as exportações da Turquia para a Rússia se mantiveram praticamente constantes (cerca de 5% do total das exportações), e para a UE passaram de cerca de 60% para aproximadamente 45%, a percentagem com os países muçulmanos vizinhos aumentou de cerca de 14% para aproximadamente 26%.

Um outro aspecto focado pelos autores é as visitas oficiais realizadas pelas principais autoridades turcas (Gull, Erdogan e Davutoglu), nas posições que ocuparam entre 2003 e 2011. Estes três governantes realizaram no total 105 viagens ao Médio Oriente e 117 à EU. Destas, 17 e 44 respectivamente, foram realizadas para cumprir obrigações com organizações internacionais, as restantes por motivos económicos. Isto revela que foram realizadas mais viagens ao Médio Oriente com vista a acordos bilaterais do que aos UE, mostrando uma vez mais que as relações comerciais com o Médio Oriente possuem hoje uma importância

---

<sup>255</sup> Ibid.

extrema para a Turquia<sup>256</sup>.

Mas existem outros autores para quem a aproximação ao Médio Oriente e outras regiões vizinhas acontecem por razões de afastamento em relação aos valores europeus, que se reflectem numa tomada de posições divergente dos interesses do Ocidente e por uma visão centrada na ideologia islâmica. Para alguns destes autores, não existe um interesse real da Turquia em aderir à UE, mas apenas um aproveitamento para a concretização de políticas que servem os seus interesses internos.

Para Koprulu, por exemplo, as acções do AKP demonstram não uma vontade de estabelecer uma ponte entre duas regiões, mas, antes, revelam a pretensão de reduzir a influência dos EUA e da UE no Médio Oriente. Koprulu defende que o processo de adesão da Turquia à UE trouxe profundas reformas e grande crescimento económico ao país, e como tal deveria ser retomado. No entanto, a forma como o país está a ser conduzido tem influenciado negativamente a sociedade turca em relação à sua percepção do Ocidente<sup>257</sup>. Para Koprulu, esta percepção negativa do Ocidente, (UE desceu de 80% para 50% na popularidade junto dos turcos), e dos EUA em particular, agudizada entre 2003 e 2007 pela invasão do Iraque, é fomentada pelo governo turco. Dois incidentes de política externa em 2009 demonstram esta teoria. O primeiro, em Davos, quando Erdogan atacou Shimon Peres em relação a Gaza, e foi recebido como herói à chegada a Ancara. Um segundo, a eleição de Rasmussen para Secretário-geral da NATO, vetada inicialmente pela Turquia por considerar que o comportamento deste tinha sido despropositado para com o mundo islâmico no incidente dos *cartoons*.

---

<sup>256</sup> Ibid., pp. 5-6.

<sup>257</sup> Um estudo conduzido por Yalmaz Ermer entre Abril e Maio de 2009, e publicado com o nome de "Radicalism and Extremism", revela que 86% da população turca pensa que os EUA querem dividir a Turquia, e entre os valores mais importantes encontra-se a religião, seguido do secularismo com 16% e Democracia por último com 13%. Kemal Koprulu, "Paradigm Shift in Turkey's Foreign Policy", *The Brown Journal of World Affairs*, Fall/Winter, Vol. XVI N: 1, 2009, pp. 186.

Esta opinião é também corroborada por Cagaptay que defende que os EUA deveriam criar maiores ligações às instituições turcas de modo a contrariarem esta percepção:

Anti-Americanism in Turkey is becoming a structural problem, and if the U.S. does not win the battle of public opinion, the populace will only grow in support for the AKP's anti-Western foreign policy. In order to win over the individual Turk, Washington should consider launching massive exchange programs for journalists, scholars, rising politicians, opinion-makers, and students, as well as increase its public diplomacy presence in Turkey, all while confronting the AKP's policies and using rhetoric to ensure liberal democracy in Turkey. This can be done by focusing on press and internet freedoms and continued gender equality, sine qua nons of the future of Turkish democracy<sup>258</sup>.

Existem vários momentos da política internacional que mostram um desalinhamento entre as acções da Turquia e os interesses do Ocidente. Em 2006, O AKP recebeu Khalid Mashal do HAMAS, depois da vitória nas eleições. Os EUA e Israel defendiam que o HAMAS tinha que depor armas e reconhecer Israel e os acordos internacionais que tinham sido assinados até à data pela Palestina. Esta acção da Turquia foi fortemente criticada pelos EUA, UE e Israel. Em 2009, o tribunal Penal Internacional condenou o Presidente Al-Bashir do Sudão, o que foi ignorado pela Turquia, tendo este país sido o primeiro que Al-Bashir visitou depois da condenação. Em 2010 votou contra as sanções impostas no Conselho de Segurança das Nações Unidas ao Irão, por causa do programa de enriquecimento de Urânio.

Mais para Cagaptay a questão do Sudão é mais profunda e revela uma visão ideológica do mundo, em que os países islâmicos e anti-ocidentais estão sempre certos mesmo quando cometem atrocidades. Trata-se de uma moralidade *à la carte*, que permite matar os muçulmanos do Sudão e da Chechénia, enquanto que

---

<sup>258</sup> Soner Cagaptay, Before the House Committee on Foreign Affairs, U.S. House of Representatives Hearing on "Turkey's New Foreign Policy Direction: Implications for U.S.-Turkish Relations" July 28, 2010. <http://foreignaffairs.house.gov/111/cag072810.pdf>, acedido em 11 de Agosto de 2011.

condena os ataques de Israel<sup>259</sup>. Este tratamento desigual dado aos muçulmanos revela para Cagaptay que a política do AKP não é neo-otomana, como é muitas vezes referido. O conceito de pan-islamismo adoptado pelo sultão Abdul Hamid II não é o mesmo do AKP, que trata de uma forma assimétrica as antigas regiões otomanas, favorecendo antes uma política *Econo-islamist*, focada nos interesses religiosos e financeiros<sup>260</sup>. Um inquérito conduzido já em 2006 mostrava que a percentagem de turcos que se identificavam com o Islamismo era de 48.5%<sup>261</sup>, o que para Cagaptay coloca em risco o secularismo na Turquia bem como a tendência pro-ocidental, dois aspectos intimamente ligados, que floresceram com o fim do período otomano e com Ataturk<sup>262</sup>.

Cagaptay refere que parte da culpa do processo de adesão à UE não progredir, resulta do AKP demonstrar falta de empenho em relação aos valores europeus e americanos. O processo de adesão está parado e Cagaptay aponta fortes responsabilidades ao AKP por isso:

Turkey's EU entry is not on the horizon. Last week, President Barack Obama partly blamed the EU for supposedly driving Turkey away from the West by stalling the country's EU membership. However, the real problem is that the Islamic AKP doesn't share the dream of a liberal, Western Turkey. While I have always supported Ankara's membership bid, the time has come to admit that the reason Turkey will not join the EU any time soon is not because of European reservations toward a Muslim country, but because of the Turkish government's reservations toward European values<sup>263</sup>.

---

<sup>259</sup> Soner Cagaptay, "When Islamist Foreign Policies Hurt Muslims", <http://www.islamdaily.org/en/islam/7998.when-islamist-foreign-policies-hurt-muslims.htm/>, acedido em 11 de Agosto de 2011.

<sup>260</sup> Soner Cagaptay, "The AKP's Foreign Policy: The Misnomer of "Neo-Ottomanism", The Washington Institute for Near East Policy", Abril 2009.

<sup>261</sup> Este número é retirado do mesmo relatório TESEV, mencionado em 147. Dado que o original se encontra em turco, não nos foi possível ver a versão original para perceber qual foi exactamente a questão levantada a que ambos os autores aparentemente se referem, mas com valores diferentes. Soner Cagaptay, *Secularism and Foreign Policy in Turkey New Elections, Troubling Trends*, Policy Focus N: 67, The Washington Institute for Near East Policy, April 2007, p. 22.

<sup>262</sup> Soner Cagaptay, *Secularism and Foreign Policy in Turkey New Elections, Troubling Trends*, Policy Focus N: 67, The Washington Institute for Near East Policy, April 2007, pp. 5-19.

<sup>263</sup> Soner Cagaptay, Before the House Committee on Foreign Affairs, U.S. House of Representatives Hearing on "Turkey's New Foreign Policy Direction: Implications for U.S.-Turkish Relations" July 28, 2010, <http://foreignaffairs.house.gov/111/cag072810.pdf>, acedido em 11 de Agosto de 2011.

O AKP utiliza assim o processo de adesão para atingir objectivos que lhe são estratégicos como limitar o poder dos militares e propagar a sua imagem islamista. O autor não duvida que o potencial militar da Turquia lhe permite aspirar a ser uma potência regional. Mas não está de acordo quanto a querer posicionar-se no papel de “país central” que consegue dialogar com o Ocidente e com todo o Médio Oriente. Desde logo, isto revela um posicionamento equidistante em relação a todos os países, minimizando à partida a longa relação que o país tem com o Ocidente, e colocando-a *vis a vis* o Médio Oriente.

Num discurso realizado no *US House of Representatives Committee on Foreign Affairs*, em 2010, Cagaptay concluiu da seguinte forma:

Here is the conclusion, Mr. Chairman: the AKP’s foreign policy vision has failed. Turkey has moved away from Europe, and in doing this, it has not become a regional power for after eight years of AKP rule, Turkey has not become trusted mediator in Middle East issues. Much to the chagrin of those who want to see a powerful Turkey, Turkey has not become the “center country” which bridges the East and the West, can talk to both Israelis and Palestinians, and garners the trust of both Iran and the West. Washington needs to face the reality that, despite the country’s NATO membership, Turkey can no longer be considered a Western ally under the AKP. In order to contain the AKP’s Islamist influence, not just in Turkey but also in the region, the West must first deny the Erdogan government the influence and prestige that comes with being promoted as a regional mediator<sup>264</sup>.

Esta opinião de Cagaptay é partilhada por Cohen, para quem a islamização da política externa turca, afecta a visão que a Turquia tem do mundo, bem como as relações que mantém com os EUA e UE. Esta mudança resulta em parte do aparecimento de uma nova elite centrada na região da Anatólia, que domina os negócios e as relações com o Médio Oriente, e que exerce simultaneamente uma forte influência no AKP. Para este autor a política externa da Turquia favorece o HAMAS em detrimento das relações com Israel, condenando as acções deste país.

---

<sup>264</sup> Soner Cagaptay, Before the House Committee on Foreign Affairs, U.S. House of Representatives Hearing on “Turkey’s New Foreign Policy Direction: Implications for U.S.-Turkish Relations” July 28, 2010, <http://foreignaffairs.house.gov/111/cag072810.pdf>, acessado em 11 de Agosto de 2011.

Assim, deixou de ser um mediador credível do conflito Israel-Palestina na medida em que já não consegue manter uma posição neutra<sup>265</sup>.

#### **4.4 Reflexões sobre a Turquia e o Médio Oriente – Uma Mais Valia para a UE?**

Nos aspectos que nos parecem essenciais, a política externa do AKP não parece representar uma ruptura significativa com o passado. Os princípios da cooperação regional com as várias regiões circundantes, focadas tanto na interdependência económica e comercial, como nos aspectos da segurança, tinham sido ensaiados anteriormente por Ozal. A questão dos símbolos religiosos também já tinha conhecido maior abertura com Adnan Menderes nos anos 50. Assim, podemos dizer que o AKP tem capitalizado na utilização de princípios de política externa que embora ensaiados anteriormente, não tinham condições políticas para singrar dada a forte pressão que era exercida pelos militares. Estes impediam qualquer tentativa de liberalização dos mercados, pois os princípios kemalistas sempre se focaram na economia estatal, e com a excepção das tentativas feitas no período de Ozal, a Turquia não poderia ser considerada uma economia aberta. Para além disso, as questões relativas à segurança interna da Turquia também impediam uma cooperação económica com os países vizinhos como o Irão, Iraque e Síria. Embora os anos 80 tenham sido marcados por fortes exportações da Turquia para o Irão e Iraque, faltavam no entanto outros aspectos mais importantes, como por exemplo, o IDE que é sempre um factor de maior interdependência económica entre os Estados, do que as simples exportações. A ruptura com o passado que nos parece mais importante é aquela que acontece entre o AKP e os partidos islâmicos que existiram na Turquia entre 1970 e final da década de 90, esses sim contrários ao processo de adesão à UE e cuja aproximação ao Médio Oriente tinha por base o afastamento do Ocidente. Se nos focarmos nos princípios da política externa

---

<sup>265</sup> S. McNamara, Ariel Cohen e J. Phillips, "Countering Turkey Strategic Drift", *The Heritage Foundation*, <http://www.insideronline.org/summary.cfm?id=13266>, acedido em 20 de Agosto de 2011.

utilizados pelo AKP e pela UE em relação ao Médio Oriente, encontramos em ambos a utilização dos princípios do *Soft Power* e da interdependência económica, do uso do Direito Internacional ao invés da intervenção militar e da utilização da negociação e diplomacia para a resolução dos conflitos. Em nosso entender, o maior desalinhamento da Turquia em relação ao Ocidente acontece na maior parte das vezes com os EUA (embora sejam normalmente grandes aliados e os EUA defendam a entrada da Turquia na UE), e muitas vezes destes com a UE. As visões dos EUA e da UE nem sempre coincidem e isso coloca por vezes um dilema à Turquia. Um exemplo foi a guerra de 2003 do Iraque em que grande parte das grandes potências europeias (a excepção seria o Reino Unido) se opunha à invasão pretendida pelos EUA. Por seu lado a Turquia queria proceder às reformas internas com vista à adesão à UE, e aquilo que não precisava era de insegurança na região sul do país. Assim a guerra do golfo Pérsico viu pela primeira vez a Turquia afastar-se do seu aliado os EUA.

Este ponto é importante na medida em que a política externa do AKP e a sua aproximação ao Médio Oriente, um facto inegável como foi possível concluir da nossa investigação, não constitui a nosso ver uma islamização e muito menos uma ruptura com a tradicional orientação ao Ocidente, da política externa turca. Existem aspectos preocupantes como o crescente negativismo dos turcos em relação ao Ocidente. Mas este negativismo, em parte parece-nos resultar de dois factores: um primeiro, a condução da política externa dos EUA no Médio Oriente; um segundo, o desencantamento em relação ao modo como o processo de adesão à UE está a decorrer. Parece-nos que estas são razões mais fortes do que uma visão anti-ocidental do mundo por parte dos turcos (para além das profundas ligações históricas que os aproxima). E embora existindo evidências de uma adesão crescente ao Islão na sociedade turca, vemos no entanto que este é também acompanhado por uma preferência na opinião turca pelo secularismo. Como já foi

discutido no capítulo anterior e mais uma vez demonstrado nos trabalhos de Habibi e Walker, o crescente envolvimento dos “Tigres da Anatólia” na política externa turca, tem, antes de mais, contribuído para o aumento do relacionamento económico entre a Turquia e o mundo árabe e muçulmano, sem que isto represente necessariamente um afastamento do mundo ocidental ou da UE.

Em nosso entender, a aproximação da Turquia ao Médio Oriente resulta de duas razões fundamentais apontadas por vários autores: a necessidade de garantir a segurança na região e as crescentes relações económicas. E estes são aspectos que deveriam aproximar a Turquia e a UE e que nos revelam que uma adesão turca poderia ter consequências positivas para a política externa europeia na região. Um primeiro aspecto comum é a estabilidade política das regiões referidas. Este objectivo é partilhado tanto pela Turquia como pela UE, pois tem consequências importantes em questões que lhes são caras como o abastecimento energético, a migração e o terrorismo. A Turquia possui hoje uma relação privilegiada com os países desta região, podendo aumentar a influência que a UE poderia passar a ter nas questões de política externa do Médio Oriente. A Acção Externa e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da UE, não têm conseguido obter a notoriedade nos processos negociais do Médio Oriente que os europeus gostariam. A nossa ligação histórica a estas regiões é limitada, e como tão pouco temos o peso dos EUA na política internacional, não conseguimos na maior parte das vezes adquirir um papel de maior relevo. Dada a ligação tanto histórica como actual da Turquia, o papel desta poderia ser importante como ponte entre UE e Médio Oriente. A forma como a Turquia tem procurado actuar junto do Médio Oriente, construindo fortes relações económicas e utilizando os princípios do *Soft Power*, aproxima-se do modo como a UE conduz a sua política externa. É nosso entender que não existem divergências de fundo nas formas de actuar, e que do ponto de vista de relacionamento e da estabilidade do Médio Oriente, a UE poderia beneficiar com a adesão turca.

Um outro ponto que assume cada vez maior relevância especialmente dada a situação actual da UE, é o desenvolvimento económico destas regiões. O Médio Oriente possui importantes reservas de gás e petróleo e como tal poderá apresentar condições de crescimento económico muito importantes nos anos futuros. Mas tirar partido disto, implica conduzir os países dessas regiões para regimes, se não democráticos, pelo menos estáveis. A Turquia, muito pelo processo de adesão, tem conseguido obter prestígio nestas regiões e poderia ser utilizada para um diálogo que conduzisse a um suavizar dos regimes autocráticos, sendo ainda exemplo de um país muçulmano com forte crescimento económico. Para além disso, possui hoje uma relação comercial forte com a maior parte destes países. Mas dificilmente a Turquia quererá desempenhar este papel em benefício da UE, sem colher os devidos frutos.

De modo a concretizarmos estas opiniões, foquemos a nossa análise num aspecto da política externa, em que a UE poderia beneficiar da relação da Turquia com o Médio Oriente: o Irão.

O Irão tem hoje um peso bastante importante para a economia da Turquia, muito por causa da factura energética. A balança comercial entre os dois países foi em 2010 negativa para a Turquia, em virtude das importações de gás e de petróleo que advêm do Irão (balança comercial: 4,602 mil milhões de dólares, resultantes de 3,043 mil milhões de dólares de exportações e 7,643 mil milhões de dólares de importações turcas). É por isso fácil de perceber que a Turquia procure manter e desenvolver boas relações políticas com o Irão. Por um lado possuem uma forte dependência energética deste país, logo a seguir à Rússia, do qual dependem em 60% das importações de gás. Por outro lado, possuem objectivos de redução do défice na sua balança comercial, pelo que procuram aumentar as suas exportações, o que só conseguirão mantendo boas relações políticas.

Mas que importância tem para a UE as relações entre a Turquia e o Irão, e mais ainda, que interesse tem o Irão para a UE? Na realidade, poderá ser bastante importante, como veremos no capítulo da segurança energética. A UE terá num futuro muito próximo necessidades de gás que só poderão vir no imediato de duas regiões do globo: Cáspio e África. Isto, apesar de as segundas maiores reservas mundiais de gás se encontrarem no Irão. As sanções impostas ao país têm impedido os fortes investimentos estrangeiros na exploração de gás, razão pela qual o Irão apesar das grandes reservas, possui um consumo que é praticamente igual à sua produção. O excedente que consegue exportar para a Turquia vem do Turquemenistão, via uma *pipeline* que liga os três países.

Num futuro não muito distante, poderá não restar à UE alternativa se não a de conseguir trazer gás do Cáspio. Nas condições políticas actuais, os únicos países que o poderão fazer são o Azerbaijão e Turquemenistão. As reservas do Azerbaijão poderão não ser suficientes, e a construção da *pipeline* que atravessa o Cáspio e que trará o gás do Turquemenistão está muito dependente da resolução das questões legais do Cáspio, que o Irão tem bloqueado. É nosso entender que as questões do gás e da segurança energética poderão obrigar a UE a modificar as relações actuais com o Irão e que dadas as boas relações da Turquia com este país o seu papel em negociações poderia assumir contornos relevantes. Até porque a Turquia já possui essa experiência e sabe por isso como é difícil dialogar com o Irão no que toca ao abastecimento energético. Mas o papel da Turquia é ainda mais importante por já existir uma *pipeline* entre o Irão, o Turquemenistão e a Turquia, que poderia trazer no imediato gás do Turquemenistão para a EU via, Irão e Turquia. A solução do programa nuclear iraniano e o término das sanções ao Irão é assim crítico para a UE, mais do que aquilo que à primeira vista poderia parecer. A posição que a Turquia tem adoptado em relação ao Irão, por muito que tenha gerado protestos por parte da comunidade internacional, acaba por permitir ao

Ocidente ter um interlocutor privilegiado com o Irão.

Estes aspectos da segurança energética e do relacionamento da Turquia como os potenciais abastecedores, incluindo a Rússia, serão amplamente debatidos no próximo capítulo. Mas desde já ficou evidenciada uma questão do Médio Oriente de importância fundamental para a UE, e na qual a Turquia pode ter um papel crítico. Assim podemos concluir dizendo que a aproximação da Turquia ao Médio Oriente existe e resulta principalmente de razões que têm a ver com a resolução dos problemas que podem causar insegurança na região (como o problema curdo, a segurança energética) e das fortes relações económicas que surgiram entre a Turquia e o mundo árabe e muçulmano. Estes são a nosso ver os principais motivos que originaram a aproximação da Turquia ao Médio Oriente.

## **5 O Caso da Segurança Energética**

---

O conceito de segurança energética não é uniforme nem simples, tendo evoluído ao longo dos anos. Historicamente, foi a guerra israelo-árabe, em 1973, e o consequente embargo do petróleo que suscitou a necessidade de criar um sistema que protegesse os países ocidentais das vulnerabilidades criadas pelos conflitos no Médio Oriente. Mas, em todas as circunstâncias, encontramos como vital na sua definição o abastecimento energético europeu e a necessidade de diversificar os fornecedores.

A UE deverá ter as suas necessidades energéticas asseguradas até 2015, a maior parte através de contratos de longa duração, mas as previsões actuais apontam para um aumento crescente da procura a partir desse ano. Dado que a capacidade de produção na Europa está a decrescer, os países europeus poderão estar cada vez mais dependentes da importação de hidrocarbonetos para a geração da sua energia<sup>266</sup>. O livro verde da Comissão Europeia (2000) previa que se nada fosse feito, em 2030 a importação de gás na UE se situaria acima dos 80%, com mais de 60% originado na Rússia<sup>267</sup>. Se a diversificação foi sempre uma preocupação da UE, as crises no abastecimento provocadas pelas disputas entre a Rússia e a Ucrânia em 2006 e 2009 e a invasão da Geórgia em 2008, aceleraram as medidas que visam minimizar a dependência dos habituais fornecedores e do trânsito via Ucrânia, Moldávia e Bielorrússia.

Nesse sentido, a UE tem procurado desenvolver e apoiar o estabelecimento de alternativas que permitam colmatar o défice de energia que poderá enfrentar nos próximos anos. Um dos países que tem procurado posicionar-se como país de

---

<sup>266</sup> Eurogas, *Long Term Outlook for Gas Demand and Supply, 2007-2030*, 2009, p. 2.

<sup>267</sup> Euractiv, "Geopolitics of EU Energy Supply" <http://www.euractiv.com/energy/geopolitics-eu-energy-supply/article-142665>, acedido em 17 de Novembro de 2011.

trânsito e actor importante no domínio energético é a Turquia. Este país tem procurado constituir-se no “quarto corredor” de energia para a UE (Argélia, Noruega e Rússia constituem os outros três), sendo que neste momento a maior parte dos *pipelines* que o constituem, ou já atravessa a Turquia, ou encontra-se planeada para o fazer<sup>268</sup>. A Turquia procura assim aumentar a sua influência junto da UE, ao mesmo tempo que assegura o controlo e a passagem pelo seu país das mais importantes infra-estruturas que poderão vir a transportar gás de regiões como o Médio Oriente, Cáucaso do Sul e países à volta do Cáspio.

De modo a podermos tirar conclusões sobre o papel que a Turquia pode vir a ter na segurança energética europeia, organizamos este capítulo da seguinte forma. Inicialmente tecemos considerações sobre o conceito de segurança energética e sobre a evolução que este tem sofrido ao longo dos anos. Sendo este conceito originalmente centrado na segurança dos países consumidores, nos dias de hoje é entendido de forma mais abrangente e engloba toda a cadeia de abastecimento, incluindo as infra-estruturas. As necessidades energéticas que a UE tem actualmente e que terá no futuro, os principais países que constituem os fornecedores actuais, os meios de transporte possíveis e os tipos de gás que a podem abastecer, constituem o segundo aspecto da nossa análise. Sendo a segurança energética um tema tão premente, parece-nos adequado analisar em seguida as políticas que a UE tem adoptado, ou que tenciona desenvolver num futuro próximo para suprir as suas necessidades nesta área. Um quarto aspecto, relevante por constituir um dos pilares fundamentais da segurança energética, está ligado com a diversificação das fontes de abastecimento e à constituição do chamado “quarto corredor” de energia, como alternativa à forte dependência europeia em relação à Rússia. Dado este corredor assentar maioritariamente no

---

<sup>268</sup> Ivan Krastev e Mark Leonard, *The Spectre of a Multipolar Europe*, European Council Foreign Relations, 2010, p. 46.

território da Turquia, analisaremos a relação deste país com as principais regiões produtoras de gás e a importância que este relacionamento pode ter para a UE. A existir uma boa relação, esta poderá constituir um activo em negociações futuras da UE com estas regiões, podendo por isso tornar-se num importante argumento para o processo de adesão. Cabe ainda referir que, nesta análise, concentrar-nos-emos nos aspectos relativos ao abastecimento de gás uma vez que o seu transporte até solo europeu constitui um desafio maior do que o abastecimento do petróleo, por razões que exporemos em seguida.

### **5.1 O Conceito de Segurança Energética**

O conceito de segurança energética tem evoluído ao longo dos anos. Foi na sequência do conflito israelo-árabe em 1973 que surgiu a necessidade de criar um sistema que pensasse as necessidades e as possíveis falhas de abastecimento de energia. Surge assim a Agência Internacional de Energia (AIE, 1974), com o objectivo de melhorar a segurança energética para os principais países consumidores de petróleo, através da coordenação das políticas energéticas dos dezassete países aderentes, que na altura representavam 60% da procura global de energia<sup>269</sup>.

Na sua origem, a segurança energética assentava em três princípios fundamentais: 1) na diversificação dos fornecedores e na criação de energias alternativas ao petróleo; 2) na capacidade de armazenamento para fazer face a possíveis rupturas no fornecimento; 3) na coordenação das políticas energéticas dos vários países e no acesso e disponibilização de informação<sup>270</sup>. Esta visão centrada nos países consumidores originou inicialmente um conceito muito focado nos interesses individuais de cada país, e na capacidade destes garantirem o seu

---

<sup>269</sup> H. Kissinger, discurso nas comemorações dos 35 anos de criação da *International Energy Agency* (IEA), <http://www.henryakissinger.com/speeches/101409.html>, acessado em 2 de Julho de 2011.

<sup>270</sup> Daniel Yergin, "Ensuring Energy Security", *Foreign Affairs*, Vol. 85 N: 2, 2006, pp. 69-82.

abastecimento. Kissinger e Yergin referem que, nos dias de hoje, o conceito de segurança energética deve ser mais lato e envolver os interesses e necessidades das novas potências mundiais como o Brasil, China e Índia. Deve ainda garantir a protecção de toda a cadeia de fornecimento de energia e as infra-estruturas que garantam o transporte de hidrocarbonetos. A interdependência energética, a construção de *pipelines* que atravessam vários países com diferentes graus de estabilidade e o transporte de petróleo e Gás Natural Liquefeito (GNL) que atravessam vários pontos de estrangulamento, exigem o repensar do conceito de segurança energética. Este deve manter a preocupação dos consumidores em garantir o seu abastecimento, mas deverá estender-se de forma a garantir a segurança da oferta, visando também a segurança energética dos países fornecedores. O conceito de segurança energética deve, assim, englobar os países consumidores, os países fornecedores e os países de trânsito de energia.

Nesta linha, Benjamim Sovacool sustenta um conceito de segurança energética abrangente. Para este autor, além da importância em garantir a disponibilidade de recursos energéticos, deverão ser também considerados outros aspectos como a acessibilidade, a eficiência energética e a sustentabilidade social e ambiental<sup>271</sup>. Estas quatro variáveis são mesmo utilizadas para criar um índice, constituído por 10 indicadores para medir a segurança energética em 22 países da OCDE, entre 1970 e 2007<sup>272</sup>. Para muitos autores, no entanto, a UE ainda mantém um conceito de segurança energética muito focado nas suas necessidades de abastecimento<sup>273</sup>,

---

<sup>271</sup> Benjamim Sovacool, "Reassessing Energy Security and the Trans Asean Natural Gas Pipeline Network in Southeast Asia" *Pacific Affairs*, Vol. 82 N: 3, Fall 2009, pp. 469-473.

<sup>272</sup> O país que maiores melhoras conseguiu no domínio da segurança energética foi o Reino Unido, seguido da Bélgica, Japão, Suíça, Canadá e Nova Zelândia. Os que menos melhoras conseguiram foram o seguinte grupo de países: Espanha, França, Itália, Irlanda e Suécia. O segundo grupo com pior desempenho é constituído por Portugal, Finlândia, Austrália, Holanda e Turquia, seguido de Áustria, Grécia e Alemanha. A Dinamarca, Noruega e EUA obtêm o valor intermédio. É assim importante realçar que segundo este autor, a maioria dos países europeus possuem um mau desempenho na capacidade de garantir a sua segurança energética. Benjamim Sovacool e Marilyn Brown, *Competing Dimensions on Energy Security: an International Perspective*, Georgia Institute of Technology, Working Paper 45, January 13, 2009.

<sup>273</sup> Dicle Korkmaz, *Internal and External Dynamics of European Energy Security*, Fifth Pan-European Conference on EU Politics organized by the ECPR SAIS (23-26 June, Porto-Portugal), p. 6.

resultado de uma grande dependência da importação.

Um dos mais importantes desafios do recente conceito estratégico da NATO, aprovado em Novembro de 2010, em Lisboa, é a segurança energética, especialmente no que diz respeito à protecção das infra-estruturas e à segurança marítima. Em relação a esta última, a NATO mantém, desde 2001, navios no Mediterrâneo, que garantem a segurança nas principais rotas de abastecimento. Cerca de 65% do gás e petróleo consumido na Europa Ocidental passa por este mar e qualquer disrupção poderia por em causa a segurança civil e militar. O mesmo acontece no golfo de Aden e corno de África, regiões patrulhadas pela NATO, de modo a garantirem a segurança de todos os navios, incluindo aqueles que transportam hidrocarbonetos.

## **5.2 As Necessidades Energéticas da UE**

Previsivelmente a UE terá necessidades crescentes de gás nos próximos anos, podendo este vir de diferentes regiões do globo. Para além das regiões poderem ser diversificadas, existem também alternativas ao tipo de gás, bem como aos meios de transporte que podem ser utilizados. É nosso objectivo debater de seguida estes aspectos.

### **5.2.1 As Necessidades Actuais e Futuras de Gás**

Os vários organismos internacionais e os estudos por eles apresentados<sup>274</sup> apontam para necessidades crescentes europeias de gás e petróleo, para os próximos anos. Tanto o abastecimento do gás como do petróleo é feito maioritariamente por *pipelines* ou por navios. Mas para o gás, o abastecimento por navio, obriga à conversão do produto em GNL ou Gás Natural Comprimido (GNC), o que comporta

---

<sup>274</sup> IEA, *World Energy Outlook 2010*; Datamonitor, *Oil and Gas Supply, Europe and the Former Soviet Union, A 10-year Projection and Review of Oil and Gas Production and Consumption*, DMEN0527, March 2010.

custos acrescidos e consequente aumento do preço final do gás.

Analisando os dados actuais e prospectivos da *Datamonitor* e da *Central Intelligence Agency* (CIA), podemos inferir que a UE irá ter uma considerável necessidade de importar gás nos próximos anos (ver quadro em baixo).

### Quadro 5-1 Consumo e Produção de Gás na UE-27

(Em Billion Cubic Meters - BCM)

Consumo, Produção e Excedente da UE	2009	2010	2015	2019
(C) Consumo	485.6	494.7	578.3	614.2
(P) Produção	185.5	179.8	150.3	131.1
Excedente/Défice (C-P)	-300.1	-314.9	-428	-483.1

**Fonte:** Dados trabalhados pela autora. *Datamonitor, Oil and Gas Supply, Europe and the Former Soviet Union, A 10-year Projection and Review of Oil and Gas Production and Consumption*, DMEN0527, March 2010. O cálculo do consumo e da produção inclui os 27 países da UE. Para os seguintes países, foram utilizados dados da CIA (*CIAWorldfactbook*), estimativa para 2009: Bélgica, Chipre, Eslovénia, Estónia, Finlândia, Letónia, Luxemburgo, Malta, Portugal e Suécia (manteve-se constante o consumo para os anos de 2010, 2015 e 2019). Nenhum destes países é produtor, pelo que a sua produção é zero.

O défice apresentado pelos 27 países da UE pode eventualmente ser colmatado pela produção de gás em várias outras regiões: resto da Europa, Cáucaso, Ásia Central, Rússia e países vizinhos. Analisemos então os dados que nos são fornecidos pela *Datamonitor* para as regiões mencionadas. Analisando os dois quadros seguintes, e se somarmos os vários excedentes, podemos desde logo concluir que toda a produção prevista nestas regiões deduzidos os seus consumos internos, não será suficiente para suprir as necessidades da UE.

## Quadro 5-2 Consumo e Produção de Gás de várias Regiões

(Em Billion Cubic Meters - BCM)

Consumo, Produção e Excedente de várias regiões	2009	2010	2015	2019
Resto da Europa				
(C) Consumo	47.9	49.4	59.9	64.2
(P) Produção	112.1	123.5	168.2	175.9
Excedente/Défice (C-P)	64.2	74.1	108.3	111.7
Cáucaso e Ásia Central				
(C) Consumo	99.9	104.7	138.2	152.2
(P) Produção	152.2	159.5	227.1	274.6
Excedente/Défice (C-P)	52.3	54.8	88.9	122.4
Rússia e Países Vizinhos				
(C) Consumo	472.6	478.5	568	618.8
(P) Produção	550.4	607.1	610.9	744
Excedente/Défice (C-P)	77.8	128.6	42.9	125.2

**Fonte:** Dados trabalhados pela autora. Datamonitor, *Oil and Gas Supply, Europe and the Former Soviet Union, A 10-year Projection and Review of Oil and Gas Production and Consumption*, DMEN0527, March 2010. O resto da Europa é constituído por Albânia, Croácia, Noruega, Sérvia e Turquia. O Cáucaso e Ásia Central englobam o Azerbaijão, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turquemenistão e Uzbequistão. Por último, a Rússia e Países vizinhos inclui a própria Rússia, Bielorrússia, Geórgia e Ucrânia.

## Quadro 5-3 Excedente e Défice de Gás 2009-2019

(Em Billion Cubic Meters - BCM)

Quadro de Excedente/défice	2009	2010	2015	2019
UE	-300.1	-314.9	-428	-483.1
Resto da Europa	64.2	74.1	108.3	111.7
Cáucaso e Ásia Central	52.3	54.8	88.9	122.4
Rússia e Países Vizinhos	77.8	128.6	42.9	125.2
Excedente/Défice Total da UE	-105.8	-57.4	-187.9	-123.8

**Fonte:** Dados trabalhados pela autora. Datamonitor, *Oil and Gas Supply, Europe and the Former Soviet Union, A 10-year Projection and Review of Oil and Gas Production and Consumption*, DMEN0527, March 2010.

Existem, no entanto, duas outras regiões do mundo que abastecem neste momento a Europa em geral e a UE em particular e que poderão suprir as suas necessidades. Se analisarmos novamente os dados fornecidos pela *Datamonitor* para estas duas regiões, poderemos verificar que o seu excedente poderia ser suficiente para colmatar as necessidades de gás que a UE terá nos próximos oito anos.

#### **Quadro 5-4 Excedente e Défice de Gás, África e Médio Oriente**

(Em *Billion Cubic Meters* - BCM)

<b>Quadro de Excedente/défice</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2015</b>	<b>2019</b>
África	119.8	133.5	180.6	208.2
Médio Oriente	67.9	83.4	167.7	292.9
Excedente/Défice Total	187.7	216.9	348.3	501.1

**Fonte:** Dados trabalhados pela autora. *Datamonitor, Oil and Gas Supply – Africa and the Middle East, DMEN 0524, August 2010*. Os países de África considerados foram: Argélia, Egipto, Líbia e Nigéria. Os países que constituem a região do Médio Oriente nesta análise são: Bahrein, Irão, Iraque, Israel/Palestina, Jordânia, Kuwait, Omã, Qatar, Arábia Saudita, Síria, EAU e Iémen.

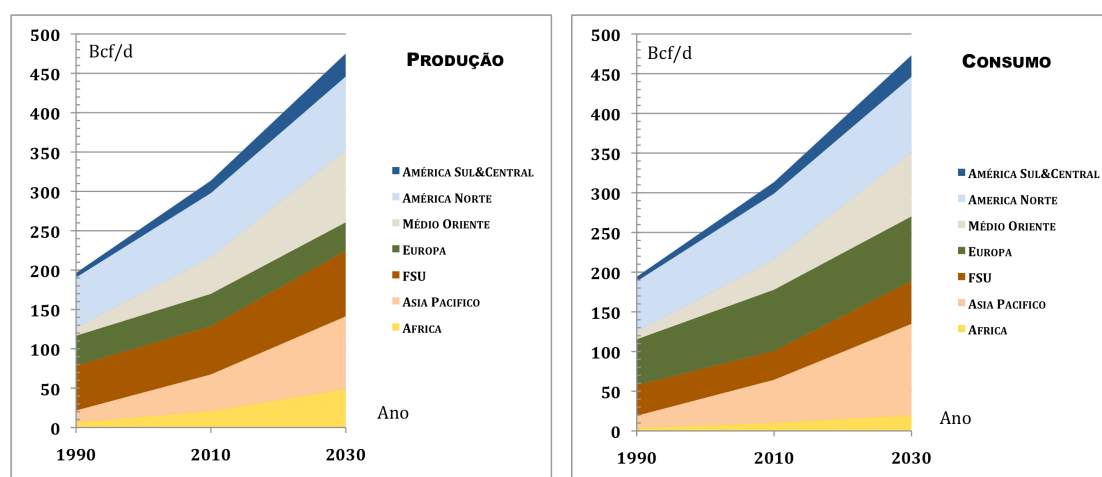
Uma análise a estas duas regiões revela, no entanto, um panorama completamente diferente das suas realidades. Enquanto que os países africanos possuem todos excedentes consideráveis, o mesmo não se passa em relação ao Médio Oriente.

O continente africano é um importante abastecedor do continente europeu. No entanto, os abastecimentos são feitos maioritariamente para Portugal, Espanha, Itália, Grécia e Reino Unido, quer se trate de GNL ou de gás via *pipeline*. Não cobrem por isso as regiões do leste europeu, mais sujeitas aos cortes de fornecimento por motivos políticos.

O Médio Oriente é, sem dúvida, um grande potencial fornecedor de gás aos países europeus, quer pelas suas reservas quer pela localização. No entanto, embora esta região detenha as maiores reservas mundiais, não é neste momento formada por

um grande número de países exportadores. Na realidade o maior produtor, o Irão, apresenta um consumo bastante semelhante à sua produção, o mesmo ocorrendo com a maior parte dos restantes países desta região. A instabilidade política na região e as sanções de que o Irão tem sido alvo, dificultam o investimento estrangeiro na região, crucial para o aumento da exploração e exportação. As exportações do Médio Oriente são importantes, pois permitem alcançar os países europeus que estão mais dependentes da Rússia, ajudando assim a UE a cumprir o objectivo de aumentar o número de fornecedores, e reduzir a sua dependência em relação a alguns dos actuais. Mas o actual excedente desta região é formado maioritariamente pelo Qatar e Omã, sendo que o Qatar transforma quase todo o seu gás em GNL (é na realidade o maior produtor mundial de GNL).

**Figura 5-1 Produção e Consumo nas várias Regiões do Mundo**



**Fonte:** Dados trabalhados pela autora. BP, *Energy Outlook 2030*.  
<http://www.bp.com/sectiongenericarticle800.do?categoryId=9037134&contentId=7068677>.

Recorrendo a dados da *British Petroleum* (BP), podemos desde já concluir, como demonstra o gráfico anterior, que existem apenas duas regiões capazes de criar excedentes e exportar para o resto do mundo. Se analisarmos o gráfico, vemos que a América do Norte, Central e do Sul possuem curvas de produção e consumo bastante semelhantes, o mesmo acontecendo com o Médio Oriente e Ásia. A Europa é largamente deficitária no consumo. Assim, apenas as antigas Repúblicas

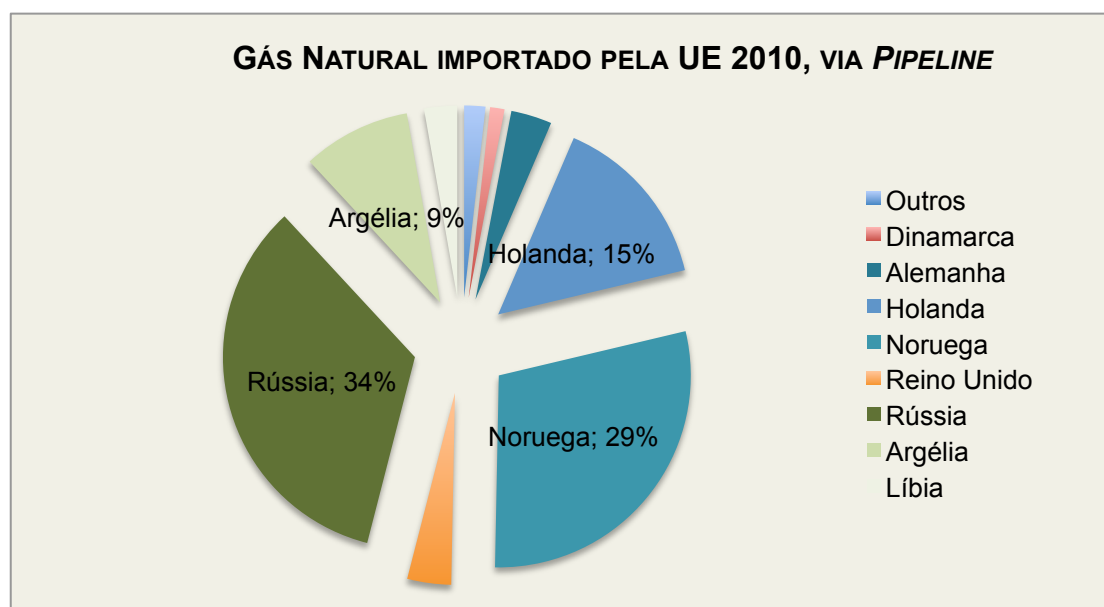
da União Soviética (*Former Soviet Union – FSU*) e os países africanos apresentam uma produção que excede largamente o consumo, sendo por isso as duas regiões candidatas a fornecer gás à UE num futuro imediato.

De modo a traçarmos o panorama que existe actualmente e a detectarmos algumas tendências, analisemos, em seguida, a proveniência do gás e a forma como este chega ao território europeu, bem como o tipo de gás poderemos ter no futuro.

### 5.2.2 O movimento do Gás na UE

Os maiores abastecedores de Gás da UE nos dias actuais são a Rússia, Noruega, Alemanha, Holanda, Dinamarca, Reino Unido, Argélia e a Líbia. Se olharmos para números de 2010, o total de gás natural importado (excluindo GNL) foi de 329.52 *Billion Cubic Meters* (BCM), distribuídos da seguinte forma por cada um dos países indicados:

**Figura 5-2 Gás Natural Importado via Pipeline, 2010**



Fonte: Dados trabalhados pela autora. BP, *Statistical Review of World Energy 2010.xls*.

Um dos pontos que desde já importa realçar é a enorme dependência que existe na UE em relação ao gás proveniente de quatro países: Rússia, Argélia, Noruega e

Holanda. Este aspecto assume extrema importância quando falamos da Rússia: não só 34% do gás da UE é importado deste país, como existem vários países para os quais este é o único fornecedor. O quadro seguinte lista os principais fornecedores para cada país. Como se poderá verificar, Bulgária, Eslováquia, Estónia, Finlândia, Letónia, Lituânia e Roménia dependem exclusivamente do gás russo. Para além disso, existem muitos outros para quem não sendo o fornecedor exclusivo, é no entanto o principal.

### Quadro 5-5 UE - Quantidade Gás Importado e Origem, 2010

(Em Billion Cubic Meters - BCM)

<b>País</b>	<b>Gás Importado</b>	<b>País de Origem (Pipeline)</b>	<b>Gás Importado</b>	<b>País de Origem (GNL)</b>
Alemanha	88.82	Rússia, Reino Unido, Noruega, Holanda, Dinamarca	0	
Áustria	7.98	Alemanha, Noruega, Rússia	0	
Bélgica	15.01	Alemanha, Holanda, Reino Unido e Noruega	6.37	Noruega, Qatar, Egipto, Nigéria
Bulgária	2.64	Rússia	0	
Chipre	0		0	
Dinamarca	0		0	
Eslováquia	5.4	Rússia	0	
Eslovénia	0.89	Rússia, Argélia	0	
Espanha	8.99	Argélia, Noruega, França	22.83	Bélgica, Noruega, Qatar, Omã, Iémen, Argélia, Egipto, Nigéria, Líbia
Estónia	0.71	Rússia	0	
Finlândia	4.1	Rússia	0	
França	35.99	Bélgica, Alemanha, Holanda, Noruega, Espanha, Reino Unido, Rússia	12.35	Noruega, Qatar, Argélia, Egipto, Nigéria, Guiné Equatorial
Grécia	2.55	Rússia, Azerbaijão	0.7	Argélia, Egipto
Holanda	17.21	Dinamarca, Alemanha, Noruega, Reino Unido, Rússia	0	
Hungria	8.1	Rússia, Alemanha, França	0	
Irlanda	5.08	Reino Unido	0	
Itália	66.41	Líbia, Argélia, Rússia, Reino Unido, Holanda, Noruega, Alemanha	2.9	Qatar, Argélia, Egipto

<b>País</b>	<b>Gás Importado</b>	<b>País de Origem (Pipeline)</b>	<b>Gás Importado</b>	<b>País de Origem (GNL)</b>
Letónia	1.19	Rússia	0	
Lituânia	2.77	Rússia	0	
Luxemburgo	1.3	Bélgica, Alemanha	0	
Malta	0		0	
Polónia	9.15	Rússia, Uzbequistão, Alemanha	0	
Portugal	1.59	Espanha, Argélia	2.42	EAU, Argélia, Nigéria, Guiné Equatorial
Reino Unido	30.88	Noruega, Holanda, Bélgica	8.2	Qatar, Argélia, Egipto, Noruega
Rep. Checa	9.4	Noruega, Rússia	0	
Roménia	2.05	Rússia	0	
Suécia	1.31	Alemanha, Dinamarca	0	
<b>Total UE</b>	<b>329.52</b>		<b>55.77</b>	

**Fonte:** Dados trabalhados pela autora. BP, *Statistical Review of World Energy 2010.xls*.

Existem outros países europeus importadores de gás como mostra o quadro seguinte. Como podemos observar, também para estes o principal fornecedor é a Rússia, embora a Turquia possua outros fornecedores – a percentagem de gás russo que a Turquia importa é no entanto na ordem dos 63%. Nenhum destes países, com excepção da Turquia, importa actualmente GNL.

#### **Quadro 5-6 Outros países Europa – Quantidade Gás Importado e Origem, 2010**

(Em Billion Cubic Meters - BCM)

<b>País</b>	<b>Gás Importado</b>	<b>País de Origem (Pipeline)</b>	<b>Gás Importado</b>	<b>País de Origem (GNL)</b>
Bósnia e Herzegovina	0.22	Rússia	0	
Croácia	1.2	Rússia, Itália	0	
FYROM	0.08	Rússia	0	
Sérvia	1.55	Rússia	0	
Suíça	3.09	França, Alemanha, Holanda, Noruega, Rússia	0	
Turquia	27.47	Irão, Rússia, Azerbaijão	5.62	Omã, Qatar, Argélia, Egipto, Nigéria

**Fonte:** Dados trabalhados pela autora. BP, *Statistical Review of World Energy 2010.xls*.

Analisando o fornecimento de GNL, em 2010, vemos que o total importado pela UE ascendeu a 55.77 BCM vindo maioritariamente do Médio Oriente (33% essencialmente do Qatar) e de África (59% distribuídos pelo Egipto, Nigéria e Argélia)<sup>275</sup>.

Que expectativas existem em relação ao GNL? Poderá este aumentar substancialmente na UE comparativamente ao gás transportado via *pipelines*? Essa análise será feita de seguida.

### 5.2.3 Transporte Marítimo versus *Pipelines* – Qual a Melhor Opção?

O gás liquefeito necessita de voltar a ser gasificado para poder ser distribuído, sendo a actual capacidade de regasificação europeia de 154 BCM/ano<sup>276</sup>. É provável, no entanto, que esta venha a aumentar, especialmente em Itália e Reino Unido, onde está prevista a construção de terminais com capacidades de 85 e 56 BCM respectivamente<sup>277</sup>. Em 2017 esta capacidade poderá atingir os 400 BCM/ano, embora possam existir alterações, pela não concretização de todos os projectos que se encontram em estudo. O gráfico da *Datamonitor* apresenta uma capacidade de regasificação de pouco mais de 200 BCM/ano (2020).

Os maiores projectos a seguir aos já mencionados encontram-se previstos para França (33 BCM), Holanda (24 BCM), Alemanha (entre 18 e 21 BCM) e Croácia (entre 10 e 15 BCM)<sup>278</sup>. Analisando novamente o gráfico seguinte, a *Datamonitor* estima que a capacidade de GNL atinja 34% da capacidade total em 2020. As *pipelines* continuam por isso a ser o mais importante meio de transporte.

---

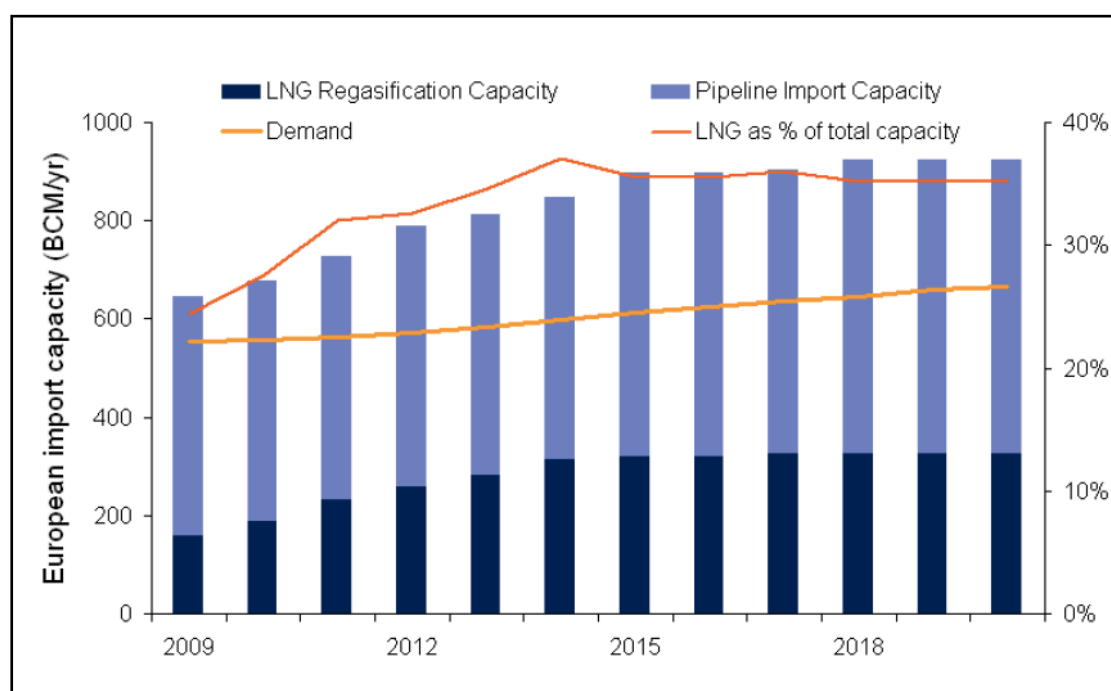
<sup>275</sup> BP, *Statistical Review of World Energy 2010.xls*.

<sup>276</sup> A actual gasificação na Europa ocorre nos seguintes países: Bélgica (9 BCM), França (24 BCM), Grécia (5 BCM), Itália (10 BCM), Portugal (6 BCM), Espanha (60 BCM) e Reino Unido (40 BCM). *Datamonitor, European Gas Asset Database.xls*, January 2011.

<sup>277</sup> *Datamonitor, European Gas Asset Database.xls*, January 2011.

<sup>278</sup> *Ibid.*

**Figura 5-3 Procura e Oferta de Gás na Europa, GNL vs Pipelines**



**Fonte:** Datamonitor, *LNG as a Price Driver: Development of Europe's LNG market and impact on retail prices*, DMNE 0433, August 2009, p. 7.

Segundo Hurst<sup>279</sup>, o GNL apresenta vantagens pois permite: 1) eliminar a construção de *pipelines* em países cujo risco político é elevado; 2) evitar a negociação com países que servirão maioritariamente de trânsito, cobrando *transit fees* e aumentando o preço do gás; 3) diversificar a oferta. Os acontecimentos na Ucrânia em 2006 e 2009 permitem aferir a importância da existência de alternativas ao gás natural importado da Rússia. Mas segundo a mesma autora, existem desvantagens claras. Muitos dos exportadores de GNL encontram-se em África e no Médio Oriente, zonas instáveis e que nem sempre jogam pelas regras do mundo ocidental. Mais ainda, existem riscos consideráveis no transporte de GNL causados pela pirataria e terrorismo marítimo. E embora os navios e terminais de liquefação e regaseificação estejam rodeados de fortes medidas de segurança, que dificultam ataques terroristas, não devemos no entanto pensar que estes são impossíveis. Como é apontado pelo relatório da *RAND Corporation*, um ataque a um navio ou a

<sup>279</sup> Cindy Hurst, "LNG: The next prize?", in G.Luft e A. Korin (eds), *Energy Security Challenges for the 21st Century*, Santa Barbara, CA, Praeger Security International, 2009, pp. 271-281.

terminal de regasificação teria um forte significado para as organizações terroristas pelo impacto económico, potencial de destruição e capacidade mobilizadora<sup>280</sup>.

Existem, no entanto, posições contrárias. Por exemplo, Toft estende a análise do potencial terrorista a várias infra-estruturas energéticas e conclui que estes ataques são raros, e que os grupos terroristas não possuem incentivos para atacar *pipelines*, navios ou outras infra-estruturas energéticas. A razão, segundo este, é terem um baixo poder intimidatório, baixo simbolismo e baixa probabilidade de manterem o apoio dos seus *stakeholders* nestas acções<sup>281</sup>.

#### Quadro 5-7 Número de Ataques a Navios

Ano	2006	2007	2008	2009	2010
Navios Petróleo & Gás atacados	8	27	21	33	29
Total de navios atacados	174	198	199	306	289

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora com base em dados de *International Chamber of Commerce, International Maritime Bureau (ICC-IMB Piracy and Armed Robbery against Ships Reports – Annual Report 2010)*.

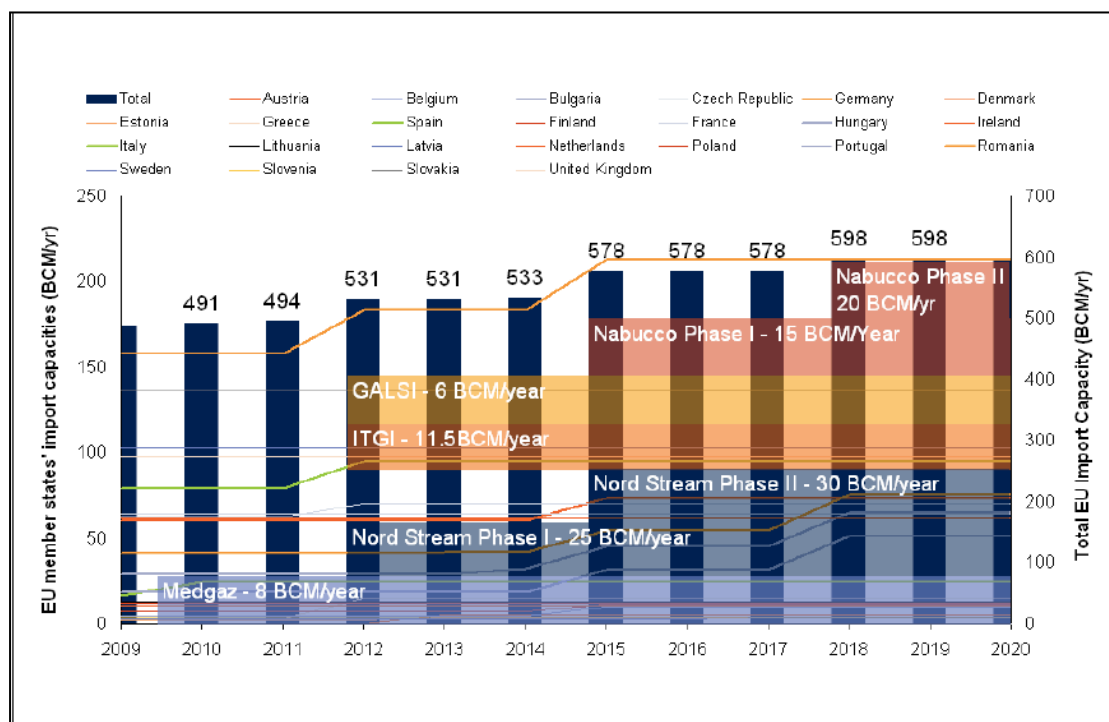
Embora a pirataria e o terrorismo sejam preocupações reais e os dados do *International Maritime Organization* (IMO) demonstrem um crescimento destas actividades nos últimos anos, a realidade é que os ataques não têm incidido sobre barcos que transportam GNL. Analisando o relatório sobre a pirataria marítima em 2010, verificamos que entre Janeiro e Setembro desse ano, num total de 289 ataques realizados a navios, apenas um foi sofrido por um navio transportador de GNL (em nenhum ano o ataque a navios que transportam GNL excedeu um, sendo que nos anos de 2006 e 2008 não ocorreu nenhum). Se considerarmos todos os navios que transportavam qualquer tipo de hidrocarbonetos, no ano de 2010 o número de ataques cifrou-se em 29, cerca de 10% do total. E este número não tem variado muito desde 2008 (embora fosse superior em 2006 (29.2%) e 2007 (13.6%),

<sup>280</sup> Cindy Hurst, *The terrorist threat to LNG: Fact or Fiction?*, Institute for the Analysis Global Security, February 2008, pp. 3-6.

<sup>281</sup> Peter Toft *et al.*, "Terrorist Targeting and Energy Security", *Energy Policy*, 38, 2010, pp. 4411-4421.

como se pode verificar no quadro anterior. O que justifica, então, que a maior parte das infra-estruturas sejam *pipelines*, estando mesmo previsto um aumento da capacidade destas na Europa? (As infra-estruturas de *pipelines* deverão mesmo aumentar em 2011-12 e em 2014-15, como nos mostra o gráfico seguinte).

**Figura 5-4 Capacidades de Importação da UE**



**Fonte:** Datamonitor, *LNG as a Price Driver: Development of Europe's LNG market and impact on retail prices*, DMNE 0433, August 2009, p. 9.

Existem, pelo menos, dois factores que determinam a escolha entre *pipelines* e GNL: factores geográficos e económicos. Analisando os factores geográficos, existem muitos países para os quais o GNL não constitui alternativa, em virtude de serem países interiores, sem acesso ao mar. Mas o factor mais importante é normalmente o factor económico. O processo de produção e transporte do GNL é mais complexo e dispendioso do que a construção e transporte via *pipeline*, e a sua viabilidade económica depende da distância e da capacidade transportada<sup>282</sup>. Para volumes de 30 BCM/ano e distâncias até 4,000 km, as *pipelines* apresentam custos

282 Sylvie Cornot-Gandolphe *et al.*, "The Challenges of Further Cost Reductions for New Supply Options", 22nd World Gas Conference 1-5 June 2003, Tokyo, Japan, pp. 1-17.

de transporte bastante mais baixos. Se considerarmos capacidades de 10 BCM/ano, o GNL apresenta custos mais baixos comparativamente às *pipelines* para distâncias superiores a 5,400 km<sup>283</sup>.

Aumentar o fornecimento de GNL à UE constitui um aspecto importante na medida em que nos permite diversificar os fornecedores e reduzir os riscos associados à segurança energética. É no entanto importante considerar os aspectos económicos atrás discutidos (bem como outros, como por exemplo, a cartelização que começa a surgir, resultado de o fornecimento do GNL se encontrar no domínio de muito poucos países fornecedores) e que podem aumentar consideravelmente o custo do gás<sup>284</sup>.

#### **5.2.4 O Gás Não Convencional – Possível Alternativa ao Gás Natural?**

O gás que os europeus consomem nos dias de hoje é essencialmente gás natural, fornecido via *pipelines* ou transportado por navio (sobre a forma líquida). Mas, tal como aconteceu nos EUA, os países europeus poderão ver nos próximos anos uma alteração no seu fornecimento de gás, resultante da exploração do gás não convencional.

Os EUA viram o mercado do gás alterar significativamente a sua composição nos últimos anos resultante da exploração de gás não convencional, denominado de *shale gas*<sup>285</sup>. O domínio de novas tecnologias permitiu que este país aumentasse a produção deste tipo de gás, de menos de 100nBCM/por ano em 1990, para 250 BCM/ano em 2008, representando já cerca de 23% da produção de gás nos EUA. A exploração deste gás foi possível em virtude da forte redução dos custos de

---

283 Ibid., pp. 12-13. Estes valores referem-se a *pipelines onshore*. Para *offshore*, o LNG torna-se viável para distâncias bem mais curtas.

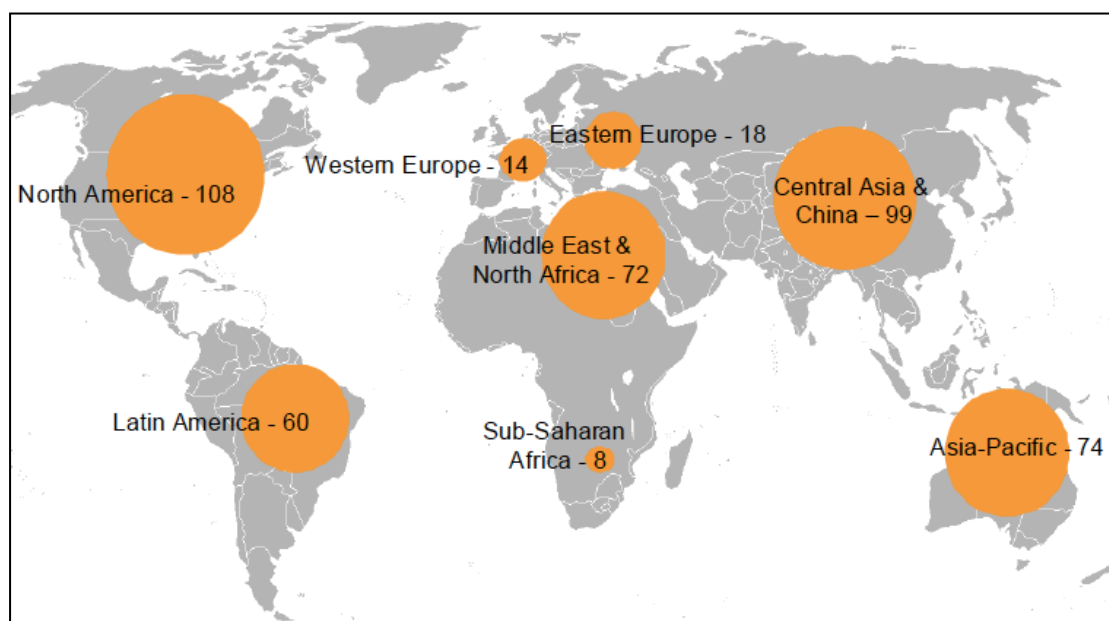
284 Existem outros aspectos que a dependência do GNL nos traz, e que estão documentados no relatório publicado pelo JRC para a Comissão Europeia, B. Kavalov, H. Petric e A. Georgakaki, *Liquefied Natural Gas for Europe – Some Important Issues for Consideration*, European Commission [http://ec.europa.eu/dgs/jrc/downloads/jrc\\_reference\\_report\\_200907\\_liquefied\\_natural\\_gas.pdf](http://ec.europa.eu/dgs/jrc/downloads/jrc_reference_report_200907_liquefied_natural_gas.pdf) acedido em 17 de Novembro de 2011.

285 Gás natural que se encontra contido no interior de rochas sedimentares, <http://geology.com/energy/shale-gas/>.

exploração quando comparados com a exploração do gás convencional<sup>286</sup>. Mas o *shale gas* não existe apenas nos EUA. De acordo com dados da *Datamonitor* (fonte: Universidade to Texas A&M), as reservas deste gás na Europa são as seguintes:

### Figura 5-5 Reservas Estimadas de Shale Gas

(Em Billion Cubic Meter 1000 BCM)



**Fonte:** Datamonitor, *The Shale Gas Industry Outlook*, DMEN 0531, September 2010, p. 8.

Que países europeus apresentam as maiores reservas? De acordo com dados da *Datamonitor* e da *Advanced Resources International* (ARI), as principais reservas na Europa encontram-se na Polónia, Alemanha, França, região da Escandinávia (Noruega, Suécia, Dinamarca) e Reino Unido.

Na Polónia, as reservas principais encontram-se nas bacias de Lublin, do Báltico e Podlasie, sendo que a exploração deste gás já se iniciou. As estimativas da ARI (ligeiramente diferentes das apresentadas pela *Datamonitor*) apontam para que as reservas de gás que se podem extrair sejam na ordem de 7,000 BCM para as três bacias. A exploração já se iniciou em todas elas, sendo lideradas pelas grandes

<sup>286</sup> Existem já vários relatórios que permitem analisar a situação do *shale gas* nos EUA. Algumas das publicações analisadas foram U.S. EIA, *World Shale Gas Resources: An Initial Assessment of 14 Regions Outside the United States*, EIA, Abril 2011; Datamonitor, *The Shale Gas Industry Outlook*, DMEN0531, September 2010.

empresas de exploração internacionais e locais<sup>287</sup>. Em Julho de 2010, já tinham sido atribuídas 58 licenças de exploração de *shale gas*<sup>288</sup>.

### Quadro 5-8 *Shale Gas* na Europa

País	Bacia	Shale Gas Recuperável <sup>289</sup> (BCM)	Principais Empresas com Actividade
Polónia	Baltico	4,778	PGNiC, ConocoPhillips e 3 Legs resources, Chevron, Exxon Mobile, Talisman Energy, BKN Petroleum, Marathon Oil
Polónia	Lublin	1,630	PGNiC, Halliburton, Exxon Mobil, Chevron, Marathon Oil
Polónia	Podlesie	518	Nenhum campo foi explorado, Exxon Mobil tem 3 concessões
Alemanha	Mar do Norte	925	A exploração tem sido liderada pela Exxon Mobil. Realm Energy, BKN Petroleum possuem licenças. 3 Leg Resources adquiriu uma licença de 3 anos em Junho de 2009.
França	Paris	2,815	Nenhuma exploração iniciada. Uma licença atribuída e Elixir Petroleum
França	Sudeste	3,852	Várias licenças de exploração atribuídas
Suécia	Escandinavia	5,445	Shell explora no sul da Suécia.
R. Unido	Região Norte	703	Cuadrilla Resources , UK Islands Gas, Celtique Energy
R. Unido	Região Sul	37	Celtique Energy, Eden Energy, Eurenenergy

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora, com base em dados do U.S. Energy Information Administration (EIA), *World Shale Gas Resources: An Initial Assessment of 14 Regions Outside the United States*, EIA, Abril 2011.

Na Alemanha, a principal bacia no Mar do Norte, com um potencial de 925 BCM, é explorada por várias empresas internacionais, nomeadamente a Exxon Mobil e a BNK Petroleum. Em França, as principais bacias são a de Paris e de Sudeste. No início de 2010, a França finalizou os leilões que atribuíram licenças de exploração, no valor de mais de 115 milhões de dólares. Preocupações ambientais e turísticas têm, no entanto, colocado entraves ao desenvolvimento da exploração. O mesmo se passa na região da Escandinávia, Suécia, país que também possui bacias onde se pode encontrar *shale gas*, mas onde as preocupações ambientais têm gerados

<sup>287</sup> U.S. EIA, *World Shale Gas Resources: An Initial Assessment of 14 Regions Outside the United States*, April 2011.

<sup>288</sup> Dados de Datamonitor, *The Shale Gas Industry Outlook*, DMEN0531, September 2010, p. 11.

<sup>289</sup> A expressão *shale gas* recuperável é tirada do relatório da ARI. Este é calculado multiplicando o "Risky Gas in Place" por factor de probabilidade. O modo de calcular qualquer uma das variáveis pode ser encontrado no relatório U.S. EIA, *World Shale Gas Resources: An Initial Assessment of 14 Regions Outside the United States*, EIA, April 2011, pp. 6-7.

movimentos contrários à exploração. Por último, o Reino Unido possui cerca de 740 BCM de gás recuperável, encontrado em duas bacias principais.

As reservas de gás não convencional podem num futuro alterar a dinâmica do mercado de gás em território europeu. Muitos dos países que hoje são essencialmente importadores (como a Polónia, Alemanha, Suécia e França), poderão ver esta situação modificar-se se a exploração deste gás se tornar uma realidade. Para outros países cujas reservas de gás natural se encontram em declínio (Dinamarca e Reino Unido), será uma forma de continuar a garantir os abastecimentos que realizam agora. Por último existem países para os quais a exploração do *shale gas* contribuirá para aumentar as suas já grandes reservas (Noruega e Holanda).

A viabilidade deste gás resultou do desenvolvimento de novas tecnologias<sup>290</sup> que permitiram reduzir substancialmente os custos de exploração. No entanto, existem alguns constrangimentos e questões ambientais que poderão atrasar a sua exploração e aumentar os custos de produção nos países europeus, quando comparados com os EUA<sup>291</sup>. Um primeiro aspecto tem a ver com a formação geológica, que origina maior profundidade de exploração em território europeu. Um segundo ponto tem a ver com uma regulação mais favorável nos EUA. O processo de perfuração envolve injeção de grandes quantidades de água misturada com produtos químicos, que podem causar contaminação. Nos EUA não existe obrigação de divulgar os componentes químicos utilizados conjuntamente com a água. Para além do potencial de contaminação, existe ainda a necessidade de tratar as águas residuais resultantes. Um terceiro problema resulta de muitos recursos se

---

<sup>290</sup> “*Horizontal drilling* – técnica que implica mudar a direcção da perfuração para um ângulo diferente de 90 graus em relação à superfície. *Hydraulic fracturing technology* (ou ‘*fracking*’ *technology*) - implica a injeção a alta pressão de uma mistura de água e areia numa formação rochosa de modo a gerar fracturas na rocha-alvo. Datamonitor, *The Shale Gas Industry Outlook*, DMEN0531, September 2010, p. 3.

<sup>291</sup> The Economist, “Fracking here, Fracking there”, 26 November 2011, pp. 75-76; Datamonitor, *The Shale Gas Industry Outlook*, DMEN0531, September 2010, pp. 75-76; Datamonitor, *The Structural Changes in Natural Gas Market*, EN0012-001, October 2010, pp. 26-28.

encontrarem em zonas onde faltam infra-estruturas que permitam o transporte de gás para o mercado, o que não acontece nos EUA, que possuem uma rede de *pipelines* bastante extensa. Por último, enquanto nos EUA a exploração ocorre em zonas pouco povoadas, o mesmo não acontece em muitos países europeus, o que origina protestos por parte das populações. Assim e apesar das reservas dos países referidos permitirem abastecer a UE por mais de 30 anos (a uma média de 600 BCM/ano), as previsões da *Datamonitor*, apontam para que em 2020, a produção de *shale gas* na Europa, não exceda 37 BCM (menos de 1% dos actuais níveis de consumo)<sup>292</sup>.

### 5.3 A Política Energética Europeia

A UE encontra-se cada vez mais dependente da importação de hidrocarbonetos para a geração de energia. Importa actualmente mais de 50% do gás que consome e as previsões da Comissão Europeia, efectuadas em 2000, apontavam para que no ano de 2030, a importação de gás seja superior a 80%, sendo que 60% poderá vir da Rússia (de um total de cerca de 750 BCM por ano)<sup>293</sup>.

Se a diversificação foi sempre uma preocupação da UE, as crises no abastecimento provocadas pelas disputas entre a Rússia e a Ucrânia, em 2006 e 2009, e a invasão da Geórgia em 2008, aceleraram as medidas que visam minimizar a dependência dos habituais fornecedores e dos riscos elevados que isso acarreta. Basta observar as diferenças entre o Livro Verde de 2000 e o Livro Verde de 2006: enquanto o primeiro foca os riscos que poderão surgir para a manutenção das políticas energéticas individuais, o segundo já refere que as liberdades individuais de cada Estado-membro terão que ser conjugadas com a composição energética definida

---

<sup>292</sup> Estes dados são fornecidos no relatório da *Datamonitor*, *The Shale Gas Industry Outlook*, DMEN0531, September 2010, p. 15.

<sup>293</sup> Euractiv, "Europe Switches to Gas", <http://www.euractiv.com/energy/europe-switches-gas-links-dossier-259905>, acedido em 17 de Novembro de 2011; "Geopolitics of EU Energy Supply" <http://www.euractiv.com/energy/geopolitics-eu-energy-supply/article-142665> acedido em 17 de Novembro de 2011.

pela UE<sup>294</sup>.

Na Europa em geral, o gás é o combustível de eleição para gerar energia, e isto acontece por várias razões. Desde logo, as suas emissões de carbono são substancialmente mais baixas do que as do carvão, um dado importante no cumprimento da estratégia estabelecida para 2020. As energias renováveis, embora sejam uma importante bandeira europeia, e parte integrante da estratégia Europa 2020<sup>295</sup>, representam hoje menos de 10% do fornecimento energético da UE.

Como observamos anteriormente, existe uma grande dependência europeia do gás russo, existindo mesmo países em que a sua dependência é total. Urge assim identificar fornecedores e infra-estruturas alternativas aos actualmente existentes, de modo a garantir a segurança energética europeia. Sendo África e os países do Cáspio alguns dos potenciais fornecedores alternativos de gás, a UE tem procurado desenvolver relações com essas duas regiões. Com África, a UE procurou estabelecer relações com a Comunidade Económica dos Países Africanos Ocidentais. Desde Janeiro de 2007 discute-se também a possibilidade de criar uma parceria energética África–UE, tendo mesmo sido discutida, em 2008, a possibilidade de construir uma *pipeline* de gás que atravessasse o Saara<sup>296</sup>.

Considerando os países do Cáspio, Azerbaijão e Turquemenistão são os principais candidatos a fornecedores à UE, sendo que Azerbaijão já o faz. Este país adoptou uma posição de aproximação ao Ocidente após a sua independência, o que não

---

<sup>294</sup> European Commission, *Green Paper on the Security of Energy Supply - Towards a European Strategy for the Security of Energy Supply*, COM(2000)769 final, 29 November 2000 e *Green Paper - A European Strategy for Sustainable, Competitive and Secure Energy* COM(2006)105 final, March 8, 2006.

<sup>295</sup> A Estratégia Europa 2020 tem vários objectivos estabelecidos. Em relação às alterações climáticas e energia, os objectivos são a redução de 20% das emissões de carbono, tendo o Conselho Europeu de Dezembro de 2009 aumentado esse objectivo para 30%, desde que as condições o permitam. Os outros dois objectivos são aumentar a componente de renováveis no mix energético até 20% e aumentar a eficiência energética em 20%. European Commission, [http://europa.eu/press\\_room/pdf/complet\\_en\\_barroso\\_007\\_-\\_europe\\_2020\\_-\\_en\\_version.pdf](http://europa.eu/press_room/pdf/complet_en_barroso_007_-_europe_2020_-_en_version.pdf), acedido em 9 de Julho de 2011.

<sup>296</sup> Euractiv, “EU, Africa unveil 'ambitious' energy partnership”, <http://www.euractiv.com/en/energy/eu-africa-unveil-ambitious-energy-partnership/article-175193>, acedido em 9 de Julho de 2011.

aconteceu com o Turquemenistão. Desde logo as suas posições geográficas são bastante distintas, o que ditou em grande parte a diferença das suas políticas energéticas. Enquanto que o Azerbaijão se encontra do lado ocidental do Cáspio, o que favoreceu a construção das *pipelines* Baku–Tbilissi-Erzurum (BTE) e Baku-Tbilissi-Ceyhan (BTC), o Turquemenistão não tinha infra-estruturas disponíveis para escoar os seus hidrocarbonetos a não ser pela Rússia. Em relação ao Turquemenistão, a UE tem desenvolvido o conceito do *Caspian Development Corporation*<sup>297</sup> em que o objectivo principal é a venda de grandes quantidades de volume de gás aos países europeus, bem como o desenvolvimento de infra-estruturas. O projecto apresenta diferentes modelos, mas o principal objectivo consiste em agrupar um conjunto de compradores que permitam apresentar ao Turquemenistão um único contrato de longa duração promovendo assim a possibilidade de criar uma *pipeline* que ligasse o país ao Azerbaijão fornecendo o “quarto corredor”. Mas os volumes que justificariam tal investimento teriam que ser da ordem dos 30 BCM/ano, o que implicaria a exploração de recursos *offshore*, mas também *onshore*, actualmente vedados a outras companhias estrangeiras que não as chinesas<sup>298</sup>.

O Conselho Europeu de Fevereiro de 2009 concordou em desenvolver seis acções prioritárias relativas ao desenvolvimento das infra-estruturas<sup>299</sup>. A construção e protecção de infra-estruturas são dos aspectos mais críticos que a UE enfrenta, e estando consciente desse problema, prevê gastar 200 mil milhões de euros até 2020<sup>300</sup> em redes de transmissão de energia (eléctrica, gás e armazenamento). Uma

---

<sup>297</sup> European Commission, *Caspian Development Corporation, Final Implementation Report 2010*. [http://ec.europa.eu/energy/infrastructure/studies/doc/2010\\_12\\_report\\_cdc\\_final\\_implementation.pdf](http://ec.europa.eu/energy/infrastructure/studies/doc/2010_12_report_cdc_final_implementation.pdf) acedido em 17 de Novembro de 2011.

<sup>298</sup> IEA, *World Energy Outlook 2010*, p. 543.

<sup>299</sup> Das seis acções prioritárias previstas, cinco diziam respeito ao transporte do gás no corredor de gás do sul, as interconexões na região do Mar Báltico, anel energético do Mediterrâneo, corredor norte-sul para a Europa Central e sudeste europeu. European Commission, *An EU Energy Security and Solidarity Action Plan, COM(2008)781 final*, <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2008:0781:FIN:EN:PDF>, acedido em 16 de Novembro de 2011.

<sup>300</sup> Na realidade e de acordo com dados da UE, só serão gastos 50% deste valor, muito em parte por

das prioridades é o desenvolvimento do “quarto corredor”, cuja importância foi marcada pela segunda revisão estratégica de energia, em 2008 e adoptada pelo Conselho Europeu de Março de 2009. Este corredor deverá trazer gás do Cáspio e Médio Oriente, nomeadamente de três países: Azerbaijão, Turquemenistão e Iraque, existindo no entanto outros países potenciais. De acordo com documentos da UE, o objectivo é fornecer entre 10 e 20% do gás que a Europa consumirá em 2020 (o que implica o fornecimento de 45 a 90 BCM/ano)<sup>301</sup>. O trânsito far-se-á pela Turquia, ou alternativamente pela Mar Negro ou pelo Mediterrâneo Oriental. Um outro corredor norte-sul, na Europa do Leste, visa ligar os países do Mar Báltico (incluindo a Polónia) ao Mar Adriático e Egeu, cobrindo assim os seguintes países: Croácia, Polónia, Eslováquia, Hungria, Republica Checa, Áustria e Roménia. Para muitos destes países o principal fornecedor é a Rússia. Esta ligação permitiria diminuir a vulnerabilidade destes países a cortes de fornecimento via Ucrânia e Bielorrússia.

Até ao momento a UE tem dado passos muito lentos. O grande problema europeu resulta em parte desta não conseguir articular uma política energética comum e da Rússia ter conseguido estabelecer acordos bilaterais com vários países europeus, como a França, a Alemanha e a Itália, o que enfraquece a posição da UE.

#### **5.4 O “Quarto Corredor” Energético**

O chamado “quarto corredor” energético é formado na sua essência pelas *pipelines Nabucco, Trans Adriatic Pipeline (TAP), Interconector Turquia-Grécia-Itália (ITGI) e White Stream*. Destas, apenas a *White Stream*, ainda em fase de estudo, não deverá passar pelo território da Turquia. Analisemos então a situação actual deste corredor e da região em geral.

---

atrasos em obter licenças ambientais e de construção. European Commission, *Energy infrastructure priorities for 2020 and beyond - A Blueprint for an integrated European energy network*, COM(2010) 677, p. 11, [http://www.eurosfairer.prd.fr/7pc/doc/1304685970\\_energy\\_infrastructure\\_2011\\_en.pdf](http://www.eurosfairer.prd.fr/7pc/doc/1304685970_energy_infrastructure_2011_en.pdf) acedido em 17 de Novembro de 2011.

<sup>301</sup> Ibid., p. 32.

#### 5.4.1 As Pipelines que Atravessam a Turquia

Nos dias de hoje passam já pela Turquia um conjunto de infra-estruturas de transporte que não só abastecem o país, mas que também permitem fazer chegar o gás do Cáucaso do Sul à UE. Um exemplo deste último ponto é a *pipeline* BTE, construída com o apoio dos EUA, e que passa por Baku, Tblissi e Erzurum, cujo conector Turquia – Grécia transporta gás do Azerbaijão à Grécia. Esta *pipeline* será no futuro parte do projecto *Nabucco*.

Para além das *pipelines* do “quarto corredor”, a *Blue Stream* e a *Western Gas pipeline* ligam a Rússia à Turquia, enquanto que a ligação Tabriz – Ancara, permite fazer chegar gás do Turquemenistão à Turquia, via Irão. Estas *pipelines* são hoje os principais meios de fornecimento de gás à Turquia, cujas necessidades deste combustível também se prevê venham a aumentar.

As *pipelines* ainda em fase de planeamento que fazem parte do “quarto corredor” e cujos abastecimentos passarão pela Turquia são a *Nabucco*, a *Trans-Adriatic pipeline* e o Interconector que liga a Grécia à Itália. Outras *pipelines* em estudo são as que poderão trazer gás do Egipto, (atravessando Jordânia e Síria que é a parte do projecto já concluída), e a *pipeline* que atravessa o Cáspio, fundamental para a viabilidade do projecto *Nabucco*.

#### Quadro 5-9 Pipelines na Turquia

Pipelines em operação	
Nome	Principais Dados
<i>South Caucasus Pipeline</i> (BTE)	8.8 BCM/ano, podendo ser expandido para 20 BCM/ano em 2012. Operacional em 2006. Um comprimento total de 692 km (442 km no Azerbaijão e 248 km na Geórgia).  Principais fornecedores: Azerbaijão
ITGI (Turquia – Grécia)	12 BCM total (3.5 BCM actualmente), 296 km total com 210 km na Turquia, Interconector entre a Turquia e a Grécia, operacional 2007.

<i>Pipelines em operação</i>	
Nome	Principais Dados
	17 km são feitos pelo Mar de Mármara. Principais fornecedores: Azerbaijão
<i>Western Gas Pipeline</i>	6 BCM – 842 km, atravessa Ucrânia, Moldávia, Roménia e Bulgária. Principais fornecedores: Rússia
<i>Blue Stream</i>	16 BCM, 1,213 km, operacional em 2003, atravessa o Mar Negro ligando a Rússia à Turquia. A Turquia detém a parte que está no seu território; a parte no Mar Negro é detida pela Gazprom e ENI. Principais fornecedores: Rússia
Tabriz-Ancara	10 BCM, 2,577 km, operacional em 2001, liga Irão à Turquia, e Botas opera a parte turca. Principais fornecedores: Irão
<i>Pipelines Planeadas</i>	
Nome	Principais Dados
<i>Nabucco</i>	31 BCM/ano, 3,900 km, atravessando a Turquia (2,581), a Bulgária (412), a Roménia (469), a Hungria (384) e a Áustria (47). De acordo com o <i>Production Sharing Agreement (PSA)</i> assinado em Junho de 2011, o Azerbaijão, Iraque e Turquemenistão deverão contribuir com 10 a 20 BCM/ano cada. O investimento previsto é de Euro 7.9 mil milhões, sendo Bulgarian Energy Holding (Bulgária), Botas (Turquia), MOL (Hungria), OMV (Áustria), RWE (Alemanha), Transgaz (Roménia) os principais accionistas. Principais Fornecedores (estimados): Azerbaijão, Iraque e Turquemenistão. Data estimada de início: 2015/2017
ITGI	10 BCM (total), 807 km Composto pelos seguintes troços: ITG – conector que liga Turquia à Grécia e já em operação desde 2007. IGI – Conector entre Itália e Grécia, que inclui IGI Poseidon, 200 km <i>Offshore</i> pelo mar e o IGI <i>onshore</i> com 600 km no território grego. IGB - Está ainda prevista uma ligação Grécia-Bulgária. Projecto de interesse europeu tendo recebido financiamento do

<i>Pipelines em operação</i>	
Nome	Principais Dados
	<p><i>European Economy Recovery Plan</i> (145 milhões de euros). IGI Poseidon SA é a detentora do projecto.</p> <p>Principais Fornecedores (estimados): Azerbaijão ou Rússia</p> <p>Data estimada de início: 2015</p>
<i>Trans Adriatic Pipeline - TAP</i>	<p>20 BCM (10 em 2012), 520 km, Turquia, liga Grécia (Salónica) a Itália (Brindisi), via Albânia e Mar Adriático, e levará gás do Azerbaijão e do Irão. Início da <i>pipeline</i> em Salónica, mas abastecida via Turquia. Estudo de viabilidade feito em 2006. É uma <i>Joint Venture</i> entre a Statoil (42.5%), EGL(42.5%) e E.on Ruhrgas (15%)</p> <p>Custo estimado: 1.5 mil milhões de dólares e é caminho mais curto para trazer gás do Cáucaso.</p> <p>Principais Fornecedores (estimados): Azerbaijão</p> <p>Data estimada de início: 2016</p>
<i>Arab Gas Pipeline</i>	<p>Esta <i>pipeline</i> prevê o transporte de gás desde o Egipto, via Jordânia e Síria até à Turquia. Poderá fornecer gás a <i>Nabucco</i>. A primeira fase do projecto (Egipto – Síria) está concluída. Os valores iniciais serão pequenos, cerca de 2 BCM/ano.</p> <p>Principais Fornecedores (estimados): Egipto</p> <p>Data estimada de início: não disponível</p>
<i>Trans Caspian Pipeline</i>	<p>Em discussão, mas prevê trazer gás do Turquemenistão e Cazaquistão para a Europa via BTE e <i>Nabucco</i>.</p> <p>Principais Fornecedores (estimados): Turquemenistão</p> <p>Data estimada de início: não disponível</p>
<i>Pipeline Iraque – Turquia</i>	<p>Estudo de viabilidade adjudicado em 2008, 10 BCM previstos. Esta <i>pipeline</i> poderá contribuir para a <i>Nabucco</i>.</p> <p>Principais Fornecedores (estimados): Iraque</p> <p>Data estimada de início: não disponível</p>
<i>White Stream</i>	<p>Existem 3 rotas alternativas:</p> <p>Geórgia, Roménia, Europa Central</p> <p>Geórgia, Ucrânia, Europa Central</p> <p>Geórgia, Ucrânia, Roménia e Europa Central</p>

Pipelines em operação	
Nome	Principais Dados
	<p>32 BCM (8 em 2015, na fase inicial)</p> <p>Nota: não existem detalhes sobre quem financiará o projecto. Comissão Europeia financiou estudo de viabilidade em 2008.</p> <p>Em 2009 o governo da Geórgia assinou um MOU com o consórcio.</p> <p>Principais Fornecedores (estimados): Azerbaijão</p> <p>Data estimada de início: não disponível</p>

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora com base em dados de: Krastev, Ivan e Leonard, Mark, *The Spectre of a Multipolar Europe*, European Council Foreign Relations, Outubro 2010, Euractiv (<http://www.euractiv.com/energy/europes-southern-gas-corridor-great-pipeline-race-links-dossier-498558>), Edison, <http://www.edison.it/media/ITGIpipeline.pdf>, Mary Stonaker (2010), "Energy Infrastructure As A Diplomatic Tool: The Arab Gas Pipeline", Journal of Energy Security, December Gazprom, <http://www.gazprom.com/production/projects/pipelines/blue-stream/>).

A construção destas *pipelines* não agrada à Rússia que fez surgir o seu projecto para esta região, de modo a concorrer principalmente com o projecto *Nabucco*.

#### 5.4.2 A Guerra das Pipelines – Nabucco versus South Stream

Referenciado em 2003 como um dos projectos prioritários do *European Union Trans European Network* (EU-TEN) o projecto de construção da *pipeline Nabucco* foi acelerado depois das várias crises de 2006, 2008 e 2009. Um dos principais objectivos é mostrar que a UE tem capacidade de responder à Rússia, tratando-se assim não só de um projecto de infra-estruturas, mas também de um projecto político. O projecto *Nabucco* transportará gás do Cáspio e do Médio Oriente (e porventura África) directamente para os países da UE, sem passar pela Rússia, e sem os problemas acrescidos que este movimento por vezes comporta.

Barysch defende que a UE tem muito a ganhar com o projecto *Nabucco*. Os países da Europa Central e de Leste reduziriam a sua dependência do gás russo, ao mesmo tempo que um entendimento com a Turquia no domínio energético também

poderia favorecer o processo de adesão. Os planos de apoio lançados pela UE para criar estabilidade e promover a democracia e prosperidade económica nos países do Cáucaso e Ásia Central causariam melhor efeito se existisse no terreno um projecto conjunto desta natureza. Existindo tantos aspectos de interesse, Barysch defende que a UE deveria investir mais no projecto *Nabucco*, tanto a nível político como financeiro<sup>302</sup>. Alguns passos foram dados como os 200 milhões de euros de investimento por parte da UE em 2009, e a ratificação do acordo intergovernamental em Março de 2010 pelos países por onde a *pipeline* passará. Mais recentemente, o projecto ganhou 5 mil milhões de euros em empréstimos concedidos pelo Banco Mundial, Banco Europeu para Investimento (BEI) e o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD)<sup>303</sup>. O gás poderá vir do Azerbaijão, Turquemenistão e Iraque (ou Irão). Como a *Österreichische Mineralölverwaltung* (OMV), *Magyar Olaj* (MOL) e *Rheinisch-Westfälisches Elektrizitätswerk AG* (RWE) estão a fazer explorações nos países do Cáspio e são accionistas do projecto *Nabucco*, gás do Azerbaijão e Turquemenistão poderá vir a abastecer a *pipeline Nabucco*.

Mas o projecto *Nabucco* é um exemplo de como os países da UE têm por vezes dificuldade em conduzirem uma política energética comum. Enquanto que os países da Europa Central e de Leste favorecem o projecto *Nabucco*, Itália, Alemanha e França negociam com a Rússia projectos alternativos. A *Ente Nazionale Idrocarburi S.p.A* (ENI) é parceira da Gazprom no projecto *South Stream*, concorrente directo do *Nabucco*, e a Alemanha e a França participam no projecto *Nord Stream*, que transporta gás da Rússia à Alemanha, via Mar Báltico. As diferentes posições resultam do facto de o primeiro grupo de países ser extremamente dependente da

---

<sup>302</sup> Katinka Barysch, *Should the Nabucco Project be Shelved*, Center European Reform, May 2010, pp. 1-12.

<sup>303</sup> Euractiv, "Nabucco in 'David vs. Goliath' battle for Azeri gas" <http://www.euractiv.com/en/energy/nabucco-david-vs-goliath-battle-azeri-gas-news-500465#>, acessido em 6 de Agosto de 2011.

Rússia enquanto que França, Itália e Alemanha possuem outras alternativas, planos de emergência definidos e capacidade de armazenamento.

A ameaça sentida pelo Rússia à sua posição dominante com o desenvolvimento da *pipeline Nabucco* levou-a a encetar um projecto paralelo, em 2007, a *pipeline South Stream*. A construção da *pipeline Nabucco* poderá implicar que gás que anteriormente chegava ao território europeu via Rússia, passe agora a ser vendido e transportado directamente.

O Projecto *South Stream* prevê transportar 66 BCM/ano e foi inicialmente criado como uma parceria entre a Rússia e a Itália. A *pipeline* passará pelo Mar Negro e chegará à Bulgária ou Roménia. Passaria então a ter dois conectores, um que vai para Grécia e Itália e um segundo que irá até à Áustria. O custo exagerado do projecto (30 mil milhões de euros) deixa algumas dúvidas sobre se este será algum dia concretizado, ou se serve apenas para amedrontar a Ucrânia e a UE. Mas em 2010, o projecto conseguiu angariar a Áustria (que assinou um acordo intergovernamental), a Bulgária, a França (que por via da *Électricité de France* - EDF) assinou um acordo para adquirir uma parte da *pipeline*), e uma promessa da Alemanha (RWE) em pensar no assunto. Áustria, Bulgária e Alemanha são accionistas no projecto *Nabucco* o que traz algumas interrogações sobre as reais intenções dos países envolvidos. Querirá isto dizer que não acreditam no projecto *Nabucco*? Dificilmente terão interesse em investir nos dois projectos, especialmente com a *South Stream* orçada em 30 mil milhões de euros. Para além disso, a RWE tem interesses nas explorações no Turquemenistão pelo que sair do projecto *Nabucco* representaria um duro golpe para a UE.

A construção de todas estas *pipelines*, embora gerando concorrência, não deverá fazer muito sentido para a UE. Terá que obrigatoriamente inflacionar os preços do gás se tal acontecer. Desde logo uma primeira questão que surge é porque querará

a UE construir o “quarto corredor”? Responderemos a esta questão em seguida.

### **5.5 A UE e a Rússia – Razões para o “Quarto Corredor”**

Sendo a Rússia o maior produtor mundial de gás natural, e a UE o maior mercado, as suas posições geográficas relativas poderiam levar-nos a pensar que o mais evidente seria um entendimento entre europeus e russos. Se a UE depende do gás russo, não é menos verdade que a Rússia depende do mercado europeu para o seu gás, pois este representa cerca de 78% das suas exportações<sup>304</sup>. Assim, parece-nos que a UE e a Rússia se encontram numa situação de dependência mútua e isto deveria originar uma franca cooperação. Mas os dois países não se entendem, existindo uma desconfiança de parte a parte, com várias motivos a justificá-la<sup>305</sup>.

A primeira razão centra-se nos desentendimentos que a Rússia tem tido com alguns países vizinhos. O gás russo que chega ao território europeu transitava, em 2004, pela Moldávia, Bielorrússia e Ucrânia, sendo que aproximadamente 80% passava via Ucrânia. Em 2006 o abastecimento de gás russo por este país foi interrompido. Apesar de a primeira crise visível para os europeus ter ocorrido em 2006, a realidade é que os desentendimentos datavam de década de 90, altura em que a Ucrânia demonstrava uma incapacidade de cumprir com os pagamentos, tendo já nessa altura sido alvo de cortes de gás por parte da Rússia. As disputas em relação ao preço a pagar agudizaram-se em 2005, tendo a crise de 2006 resultado em fortes reduções no fornecimento de gás a vários países da UE<sup>306</sup>. A questão do gás pode ter tido origens políticas, com Putin a procurar pressionar a Ucrânia em época de eleições (Março de 2006) com vista a dificultar a reeleição de Yushchenko e as suas intenções de se aproximar do Ocidente e NATO (e o conseqüente afastamento

---

<sup>304</sup> Datamonitor, *South Stream vs Nabucco*, BFEN0587, August 2010.

<sup>305</sup> Ariel Cohen, “Russia: the Flawed Energy Superpower”, in G.Luft e A. Korin (eds), *Energy Security Challenges for the 21st Century*, Santa Barbara, CA, Praeger Security International, 2009, pp. 91-108.

<sup>306</sup> Este paper explica em detalhe os acontecimentos que levaram à interrupção no fornecimento do gás à Europa. Jonathan Stern, *The Russian-Ukrainian Gas Crisis of January 2006*, Oxford Institute for Energy Studies, 16th January 2006.

político da Rússia)<sup>307</sup>. Por uma razão ou por outra, o acontecimento mostrou à UE a sua fragilidade ao depender do gás da Rússia e a crescente necessidade em encontrar alternativas a um país que não se coibiu de usar as questões energéticas como arma política<sup>308</sup>.

Os acontecimentos de 2006 repetiram-se com maior intensidade em Janeiro de 2009, tendo o abastecimento sido interrompido durante cerca de 13 dias, expondo novamente as fraquezas europeias, reiterando a necessidade de encontrar fornecedores alternativos, melhorar as infra-estruturas e a interconexão entre os vários países europeus<sup>309</sup>. Novamente em 2008, os conflitos na Geórgia também mostraram a vulnerabilidade da *pipeline* que atravessa este país, realçando o problema que a UE enfrenta ao ter que depender no trânsito de energia de países onde a situação política é instável.

Um segundo aspecto que dificulta as relações Rússia e UE relaciona-se com as diferentes interpretações e perspectivas do que é um mercado liberalizado e aberto. A separação das actividades de geração, produção e transporte de energia, parte integrante da directiva Europeia<sup>310</sup>, e adoptadas por muitos Estados-membros, não é do agrado da Gazprom, que alega que isto se destina a controlar os investimentos russos nas companhias europeias. Por outro lado, a exportação de petróleo e gás russo possuem um grande peso na economia do país, o que leva a Rússia a limitar a participação das empresas estrangeiras no capital das companhias russas<sup>311</sup>,

---

<sup>307</sup> Ibid., pp.10 - 13

<sup>308</sup> European Commission, *Green Paper -A European Strategy for Sustainable, Competitive and Secure Energy COM(2006)105 final*, March 8 at <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2006:0105:FIN:EN:PDF>, acedido em 17 de Julho de 2011.

<sup>309</sup> European Commission, *The January 2009 Gas Supply Disruption to the EU: an Assessment*, COM(2009)633 final, SEC(2009)977 final,

[http://ec.europa.eu/danmark/documents/alle\\_emner/energi/2009\\_ser2\\_autre\\_document\\_travail\\_service\\_part1\\_ver2.pdf](http://ec.europa.eu/danmark/documents/alle_emner/energi/2009_ser2_autre_document_travail_service_part1_ver2.pdf), acedido em 17 de Julho de 2011.

<sup>310</sup> European Commission, *Directive 96/92/EC of the European Parliament and of the Council*, 1996 <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:1997:027:0020:0029:EN:PDF>, acedido em 3 de Setembro de 2011.

<sup>311</sup> Christian Cleutinx e Jeffery Piper, "The EU-Russia Energy Dialogue", in Katinka Barysch (ed), *Pipelines, Politics and Power the Future of EU-Russia Energy Relations*, Center for European Reform, 2008, pp. 25-33; Sergey Yastrzhembsky, "Trust, not Double Standards: What Russia Expects from the

exercendo um forte controlo estatal no sector do gás. A Rússia não ratificou o *Energy Charter Treaty* (ECT)<sup>312</sup>, na medida em que este obriga a cumprir regras como a abertura do mercado interno e a respeitar a concorrência.

O controlo estatal por parte da Rússia no sector do gás revela a terceira razão para a preocupação da UE. A ineficiência deste sector traz preocupações nas capacidades de investir e explorar novos campos, necessárias em virtude do forte declínio na produção dos campos actuais (*Urengoy, Yamburg e Medvezhye*). O aumento do consumo interno russo e as exportações para a China e Coreia do Sul, poderão colocar em risco as necessidades da UE<sup>313</sup>, se não forem feitos novos investimentos na exploração dos campos de *Yamal, Kovykta, Tyumen e Shtokman* e nas infra-estruturas para o transporte resultante da nova produção<sup>314</sup>. O sector do gás russo é extremamente ineficiente e controlado essencialmente pela Gazprom, que procura limitar a actuação e controlar os pequenos fornecedores independentes<sup>315</sup>. A Gazprom tem investido em concessões no Médio Oriente (Irão)

---

EU" in Katinka Barysch (ed), *Pipelines, Politics and Power the Future of EU-Russia Energy Relations*, Center for European Reform, 2008, pp. 35-43.

<sup>312</sup> O Energy Charter Treaty foi uma iniciativa política lançado na Europa no início dos anos 90, numa altura em que o fim da Guerra Fria ofereceu uma oportunidade sem precedentes para superar as divisões económicas anteriores. As perspectivas de cooperação mútua foram sempre claras no sector da energia, e havia uma necessidade reconhecida de garantir o desenvolvimento e a cooperação energética entre os Estados da Eurásia. Com base nestas considerações, nasceu o Energy Charter Treaty.

Num mundo de crescente interdependência entre os exportadores líquidos de energia e importadores líquidos, é amplamente reconhecido que as regras multilaterais podem fornecer um quadro mais equilibrado e eficiente para a cooperação internacional do que é oferecido por acordos bilaterais por si só ou por instrumentos não legislativos. O Energy Charter Treaty, desempenha portanto, um papel importante como parte de um esforço internacional para construir uma base legal para a segurança energética, baseada nos princípios de mercados abertos e competitivos e de desenvolvimento sustentável.

O Energy Charter Treaty e o Protocolo da Carta da Energia relativo à eficiência energética e aos aspectos ambientais associados foram assinados em Dezembro de 1994 tendo entrado em vigor em Abril de 1998. Até à data o tratado foi assinado ou ratificado por 51 Estados, a Comunidade Europeia e Euratom (o número total de membros é 53). European Commission,

[http://europa.eu/legislation\\_summaries/energy/external\\_dimension\\_enlargement/l27028\\_en.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/energy/external_dimension_enlargement/l27028_en.htm)

acedido em 17 de Novembro de 2011.

<sup>313</sup> Andris Piebalgs, "Win-win Co-operation is Possible in Energy" in Katinka Barysch (ed), *Pipelines, Politics and Power the Future of EU-Russia Energy Relations*, Center for European Reform, 2008, pp. 53-61.

<sup>314</sup> Tatiana Mitrova, "Dynamic Development in Russia's Gas Sector", in Katinka Barysch (ed), *Pipelines, Politics and Power the Future of EU-Russia Energy Relations*, Center for European Reform, 2008, pp. 71-81.

<sup>315</sup> O autor mostra as ineficiências do sector do gás russo, e o modo como este é prejudicado pelo controlo do sector por parte da Gazprom, que pelo domínio das *pipelines*, controlo os pequenos fornecedores. Mostra ainda como a falta de investimentos na exploração dos campos poderá trazer

e África (Líbia)<sup>316</sup>. Mas a diminuição de exploração de gás na Rússia acrescido ao aumento do consumo interno, vai continuar a obrigar a Rússia a comprar gás ao Turquemenistão, Cazaquistão e Uzbequistão<sup>317</sup>. É assim previsível que a Rússia continue a exercer uma forte pressão sobre estes países, nomeadamente não chegando a acordo sobre a partição do Mar Cáspio, questão que analisaremos posteriormente.

A política de construção de *pipelines* por parte da Rússia tem procurado diversificar os países por onde estas passam. As novas construções procuram evitar o uso das *pipelines* que atravessam a Ucrânia e Bielorrússia, ao mesmo tempo que visam diversificar o trânsito em relação a países por onde já passam. O projecto *South Stream* atravessará o Mar Negro, entrando pela Bulgária e seguindo para a Grécia e Itália (um dos ramos) e para a Sérvia, Hungria e Áustria (segundo ramo). Procurará assim evitar a Turquia por onde já passam várias *pipelines* russas. No lado do Norte da Europa, a *pipeline Nord Stream*, que atravessa o Báltico e entra pela Alemanha, procura evitar os países do Báltico e a Polónia.

As explorações concedidas a companhias seleccionadas da Ásia e do Ocidente (mas com menos de 50%), permitem a exploração dos campos de *Sakhalin* e *Shtokman*, sendo o principal objectivo a construção de terminais de GNL com vista à exportação para a Ásia. A Rússia procura assim arranjar alternativas ao fornecimento de gás à Europa, diminuindo a vantagem comercial da UE.

## 5.6 Os Potenciais Fornecedores de Gás à UE

Existem duas regiões que pelas suas reservas e proximidade geográfica poderiam

---

problemas à segurança energética na Europa. Andreas Heinrich, "Under the Kremlin's Thumb: Does Increased State Control in the Russian Gas Sector Endanger European Energy Security?", *Europe-Asia Studies*, Vol. 60 N: 9, November 2008, pp. 1539–1574.

<sup>316</sup> M. Bilgin, "Geopolitics of European Natural Gas Demand: Supplies from Russia, Caspian and the Middle East", *Energy Policy*, 37, 2009, pp. 4482-4492.

<sup>317</sup> *Ibid.*, p. 4486.

fornecer gás às *pipelines* do “quarto corredor”. São elas o Médio Oriente e a região do Cáspio. Analisaremos de seguida o potencial de cada região.

### 5.6.1 O Médio Oriente

Apesar de possuir as segundas maiores reservas de gás natural a seguir à Rússia, o Irão tem neste momento uma produção bastante semelhante ao consumo, o que o impede de exportar gás natural em grandes quantidades. Pesem as sanções, tem conseguido, no entanto, atrair IDE, que totalizou entre 2000 e 2007, 218 mil milhões de dólares, vindos da China, Itália, EUA, França, Rússia, Reino Unido, Alemanha e Japão<sup>318</sup>. A Turquia acordou investir 3.5 mil milhões de dólares nos campos de Pars no Irão, existindo planos para transportar gás do Irão e Turquemenistão via Turquia, para a UE<sup>319</sup>. Para além da Turquia, países europeus têm assinado acordos de exploração com o Irão<sup>320</sup>. Em Julho de 2010 China e Índia assinaram um plano de exploração e falam na construção de *pipelines* via Cazaquistão-Turquemenistão-Irão e Irão-Índia-Paquistão. As necessidades de gás da Índia e China têm levado estes países a dividirem-se. Se por um lado se sentem pressionados para cumprir com as obrigações internacionais, por outro, as suas necessidades energéticas levam-nos a assinar acordos de exploração com o Irão.

Mas estes investimentos demorarão algum tempo a originar efeito. Para além disso, as sanções ao Irão permanecem. Enquanto que o programa nuclear iraniano continuar a impedir a cooperação com a comunidade internacional, será difícil ao Irão abastecer a UE. As sanções impedem o investimento por parte das companhias de petróleo Internacionais (vulgarmente conhecidas por *International Oil Companies* – IOCs) o que causa atrasos na exploração e na capacidade exportadora do país.

---

<sup>318</sup> Ibid., p. 4488.

<sup>319</sup> Business Monitor, “Turkey Receives South Pars Deadline Extension”, <http://store.businessmonitor.com/article/300478/>, acedido em 2 de Dezembro de 2011.

<sup>320</sup> Forbes, EGL, a companhia de gás suíça, acordou comprar gás à NIGEC (iraniana) para abastecer a pipeline TAP, “EGL, Iran’s NIGEC Sign Long-term Gas Delivery Contract”, <http://www.forbes.com/feeds/afx/2008/03/17/afx4780265.html>

O Iraque continua instável apesar das intenções que tem em vender gás à Turquia e UE. No entanto, um dos problemas que o Iraque necessita ultrapassar são as divergências na partilha de receitas entre o governo central o governo da região autónoma curda. E mesmo que as regiões curdas decidissem exportar gás sem acordo do governo central, isto seria mal visto pela Turquia e pelos países do Ocidente. O primeiro por temer que isto contribuísse para a autonomia curda, e os segundos por desautorizarem o poder central. Por outro lado, o petróleo é a maior fonte de rendimento para o país. Como tal o gás embora importante, não é o hidrocarboneto prioritário.

Um outro aspecto importante é a vontade do Egipto em exportar gás para a UE, via *pipelines* da Turquia. Isto implicaria estender a *Arab Gas pipeline* (Jordânia, Síria) com uma capacidade de 10 BCM/ano, à Turquia. Mas como o Egipto está a desenvolver o GNL, poderá não querer apostar nas duas opções.

### **5.6.2 A Região do Mar Cáspio**

Para alguns autores<sup>321</sup> a região do Cáspio é uma falsa promessa, pois representará no máximo entre 6 a 8% das importações de gás europeias após 2020. A Rússia e África continuarão a ser os principais fornecedores da UE, e como tal esta deveria procurar estabelecer relações de confiança com a Gazprom. A Rússia deverá ter em 2020, uma rede de *pipelines* (trânsito e directas) que permitirá fornecer 400 BCM/ano à UE. Problemas como a ausência de infra-estruturas e a instabilidade da região deixam apenas o Azerbaijão como o único fornecedor credível à UE<sup>322</sup>.

Endicott, no entanto, possui uma opinião distinta. A segurança energética não deveria impedir a UE de olhar simultaneamente para outros aspectos que no fundo lhe estão subjacentes, como os direitos humanos e o desenvolvimento económico

---

<sup>321</sup> Roland Gotz, "A Pipeline Race between the EU and Russia?" in Katinka Barysch (ed), *Pipelines, Politics and Power the Future of EU-Russia Energy Relations*, Center for European Reform, 2008, pp. 93-102

<sup>322</sup> Ibid., p. 99.

dos países com quem negocia. Isto nem sempre é fácil, como refere Javier Solana:

We may have to deal increasingly with governments whose interests are different from our own and who do not necessarily share our values. Sitting on huge reserves of oil and gas gives some difficult regimes a trump card. They can use energy revenues for purposes, which we may find problematic. And it shields them from external pressure. Thus, our energy needs may well limit our ability to push wider foreign policy objectives, not least in the area of conflict resolution, human rights and good governance<sup>323</sup>.

A UE deveria ao mesmo tempo que negocia acordos de fornecimento de gás, procurar influenciar os regimes autocráticos e repressivos do Azerbaijão e Turquemenistão, contribuindo para o desenvolvimento económico e redução da pobreza nos dois países. Isto também contribuiria para a estabilidade política e social na região, objectivos partilhados pela UE, que contribui com fundos comunitários para o desenvolvimento da região<sup>324</sup>.

#### **Azerbaijão**<sup>325</sup>

A descoberta de gás no campo de *Shaz Deniz* em 1999, permitiu que este país deixasse de importar gás da Rússia em 2006, transformando-se num fornecedor à Turquia e UE. A maior parte das reservas de 1,400 BCM encontram-se neste campo (em 2009, mais de um terço de produção total de 16.7 BCM veio de *Shaz Deniz*). Outro campo produtor de gás no Azerbaijão é *Gunashli* (do complexo *Azeri-Chirag-Gunashli - ACG*) onde grande parte do gás é injectada para obtenção de petróleo. De acordo com as previsões da *International Energy Agency* (IEA), a produção deverá ser de 20 BCM em 2015, 36 BCM em 2020 (sendo 24 BCM para exportação). De acordo com a CIA, a exportação em 2008 foi de 5.5 BCM/ano

---

<sup>323</sup> Javier Solana, "Towards an EU External Energy Policy", [http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressdata/EN/discours/91788.pdf](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/discours/91788.pdf) acedido em 17 de Novembro 2011.

<sup>324</sup> Neil Endicott, *The Nabucco Gas Pipeline: A chance for the EU to Push for Change in Turkmenistan*, The Quaker Council for European Affairs, December 2009.

<sup>325</sup> IEA, *World Energy Outlook 2010*, parte III, pp. 526-530.

(Produção de 23 BCM/ano e consumo de 10.12 BCM/ano)<sup>326</sup>.

Dois aspectos são no entanto importantes no sentido de garantir que os campos de gás continuem a ser explorados. O primeiro refere-se a quem o poderá comprar e o segundo ao modo como este poderá chegar ao mercado. Relativamente ao primeiro ponto, existem neste momento vários países interessados na aquisição do gás: Turquia, sudeste da Europa, Rússia e Irão. Mas o segundo aspecto, o transporte não é de menor importância. Existem neste momento várias *pipelines* em construção que serão na sua maioria alimentadas pelo gás do Azerbaijão, resultado do acordo assinado entre este país e a Turquia, em Junho de 2010. De acordo com os dados da IEA poderá existir alguma dificuldade em construir todos os projectos planeados (*Nabucco*, TAP e IGI). Para além disso, a *pipeline* BTE com a capacidade de 20 BCM só exportará gás do Azerbaijão (esta capacidade e o gás da fase II de *Shah Deniz*, não permitirão absorver gás do Turquemenistão).

Apesar destas previsões, existe uma forte competição pelo gás do Azerbaijão vinda de países como a Rússia e o Irão, para além da Turquia. Os consórcios que constituem as *pipelines Nabucco*, IGI e TPA também disputam este gás. Em 2010, o Azerbaijão acedeu a exportar 1 BCM/ano para o Irão estando já a exportar para a Rússia<sup>327</sup>. Poderá assim acontecer que nem todo o gás previsto de *Shah Deniz* seja exportado pela *pipeline* BTE, havendo por isso necessidade de outras alternativas.

### **Turquemenistão**<sup>328</sup>

O Turquemenistão possui as maiores reservas de gás na região do Cáspio e as quartas maiores reservas mundiais. A firma *Gaffney, Cline and Associates* conduziu uma auditoria em 2008, e estimou que o *South Yolotan Osman* possui reservas

---

<sup>326</sup> Dados do Azerbaijão, CIA; <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/aj.html>, acedido em 3 de Setembro de 2011.

<sup>327</sup> Euractiv, “Barroso tops Azeri gas deal with visa facilitation” <http://www.euractiv.com/en/energy/barroso-tops-azeri-gas-deal-visa-facilitation-news-501255>, acedido em 3 de Setembro de 2011.

<sup>328</sup> IEA, *World Energy Outlook 2010*, parte III, pp. 534-538.

entre 4 e 14 *Trillion Cubic Meters* (TCM), o que o torna num dos cinco maiores campos no mundo. Noutras estimativas, e a acreditarmos em valores de 2009, do *World Energy Outlook*, *Cedigaz* e *BP*, as reservas do Turquemenistão situam-se entre 3 TCM e 7.94 TCM (valores inferiores às estimativas do governo do Turquemenistão – 20 TCM)<sup>329</sup>. De acordo com dados da CIA, as exportações de gás em 2009 foram de 14 BCM/ano (34 BCM/ano produção e 20 BCM/ano de consumo interno)<sup>330</sup>.

Adicionalmente, o país possui um baixo número de habitantes, o que o torna potencialmente no maior exportador da região. O maior campo de gás do Turquemenistão é o *Yolotan* do Sul, (com uma previsão de 250 BCM em 2035). As previsões da IEA apontam para que em 2020, a produção do campo *Yolotan* do sul seja de 30 BCM/ano, sendo que a maioria será exportado para China, através da *pipeline* recentemente construída. Se maiores investimentos forem realizados no campo e em infra-estruturas circundantes, a produção deste campo poderá aumentar para 60 BCM/ano em 2025. No entanto, 90% da superfície do país é deserto o que dificulta o desenvolvimento de infra-estruturas. O Turquemenistão progride lentamente, o seu regime político é autocrático e a sua economia permanece extremamente centralizada apesar de o novo Presidente seguir uma política diferente de Niyazov. O sucesso da sua política dependerá em larga medida da capacidade de honrar compromissos feitos com a Rússia, Irão, UE e China.

#### ***A Estratégia de Diversificação do Turquemenistão – Rússia, China e Irão***<sup>331</sup>

O Turquemenistão possui teoricamente várias alternativas para exportar gás, nomeadamente para a Rússia, China, Irão e UE. Foi a crise com a Rússia, em 2009,

---

<sup>329</sup> Ibrahim Arinc e Suleyman Elik, "Turkmenistan and Azerbaijan in European Gas Supply Security", *Insight Turkey*, Summer 2010, [http://findarticles.com/p/articles/mi\\_7057/is\\_3\\_12/ai\\_n56892589/?tag=content;col1](http://findarticles.com/p/articles/mi_7057/is_3_12/ai_n56892589/?tag=content;col1), acedido em 2 de Dezembro de 2011.

<sup>330</sup> CIA, *CIA World Fact Book*, <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/tx.html>, acedido em 10 de Dezembro de 2011

<sup>331</sup> IEA, *World Energy Outlook, 2010*, parte III, pp. 538-541.

originada na explosão da *Central Asian Centre (CAC) IV pipeline*, que o Turquemenistão passou a adoptar uma estratégia de diversificação que o tornou menos dependente da Rússia. Este país era, até há pouco tempo, o único para onde o gás do Turquemenistão podia ser exportado o que lhe tirava vantagem competitiva e capacidade negocial no preço do gás. Este incidente levou o Turquemenistão a procurar reduzir a sua dependência deste país. Assim, não existe vontade de que a Rússia participe na *pipeline* que liga o este ao oeste do Cáspio, nem tão pouco existe a vontade de construir a *East Caspian pipeline* (projecto *Prekaspiski*)<sup>332</sup>.

No caso da Rússia, o Turquemenistão estabeleceu um acordo para fornecer entre 70 e 80 BCM de gás entre 2009 e 2028. Estes valores estão no entanto muito abaixo do inicialmente previsto (pouco mais de metade), e foram revistos para 30 BCM a partir de 2010. Dado que tem contratos com a Rússia para exportar 90 BCM para esse país até 2020, os restantes serão exportados para o Irão, China e UE (via Turquia). Depois de 2009, as exportações para a Rússia passaram a 12 BCM/ano, sendo que em 2010, estas reduziram-se para 10 BCM, feitas pelas antigas *pipelines* soviéticas.

O acordo estabelecido entre o Turquemenistão e China, permitir-lhe-á exportar entre 30 e 40 BCM de gás por ano. A *pipeline* construída estende-se por 7,000 km, atravessando o Turquemenistão, Cazaquistão, Uzbequistão e China, desviando também da Rússia o gás proveniente do Cazaquistão e Uzbequistão. Esta *pipeline* que liga o país à China deverá transportar 40 BCM/ano em 2012-2013. Em 2010, as exportações atingiram entre 3 e 4 BCM/ano via a *pipeline* que atravessa Turquemenistão-Uzbequistão-Cazaquistão-China (*pipeline* Ásia Central-China) construída pela China<sup>333</sup>.

---

<sup>332</sup> Ibrahim Arinc e Suleyman Elik, "Turkmenistan and Azerbaijan in European Gas Supply Security", *Insight Turkey*, Summer 2010, [http://findarticles.com/p/articles/mi\\_7057/is\\_3\\_12/ai\\_n56892589/?tag=content;col1](http://findarticles.com/p/articles/mi_7057/is_3_12/ai_n56892589/?tag=content;col1)

<sup>333</sup> US. Dept. of State, "Background note on Turkmenistan", <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/35884.htm>.

O Turquemenistão exporta ainda gás para o Irão, em virtude da existência de duas *pipelines* entre estes dois países. O Irão na maior parte das vezes não necessita deste gás, e acaba por exportar este excedente para a Turquia. As exportações para o Irão atingiram os 7 a 8 BCM/ano, via duas *pipelines Korpeje-Kurtkuyi* (1997) e *Dowlejabat-Sarakhs-Khangiran* (2009). A capacidade destas duas *pipelines* é de 25 BCM/ano.

#### ***Exportação do Turquemenistão para a UE***

As exportações para a UE através do “quarto corredor”, têm sido amplamente debatidas há largos anos. Dado que a exportação viria dos campos *offshore* do Mar Cáspio, a grande dificuldade está nas infra-estruturas que o poderiam levar até à Europa. Esta ligação teria que ser feita ao Azerbaijão, e embora existam várias alternativas, disputas políticas têm dificultado a tomada de decisão. A *pipeline* poderia ser construída entre as margens dos dois países, ou através de um interconector que ligaria a plataforma *offshore* do Turquemenistão à infra-estrutura *offshore* do Azerbaijão. Existe ainda a possibilidade de exportar via Irão, mas as sanções políticas a este país não têm considerado esta opção como alternativa. Uma outra alternativa, as opções LNG e CNG são proibitivas em termos de custo dadas as curtas distâncias envolvidas. Trazer o gás do Turquemenistão para a Turquia, via Rússia, através da *pipeline Blue Stream*, que teria que ter a sua capacidade aumentada, não permitiria cumprir o objectivo de menor dependência da Rússia. A melhor hipótese seria construir uma *pipeline* entre Turquemenistão e Azerbaijão. No entanto as disputas sobre o território do Mar Cáspio não têm facilitado, por razões que veremos de seguida.

#### **5.6.3 Considerações Legais sobre o Mar Cáspio**

Apesar de correntemente nos referirmos à região do Cáspio como mar, a realidade é

---

acedido em 6 de Agosto de 2011.

que até hoje o seu enquadramento legal não se encontra definido. A questão que se coloca é se este deve ser classificado como mar ou lago interior. Se for classificado como mar, será abrangido pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Mas se ao invés for considerado um lago interior, não será abrangido por esta ou qualquer outra convenção, o que dificultará ainda mais a sua já complicada divisão. Até hoje, os cinco países que o rodeiam não chegaram a um acordo quanto ao seu enquadramento legal.

Antes de 1989, a antiga URSS e o Irão dividiam o Mar Cáspio de acordo com acordos governamentais, muito centrados nos direitos da pesca e no impedimento de presença militar estrangeira. Com excepção das 10 milhas náuticas a partir da costa, o Mar Cáspio era utilizado pela URSS e Irão livremente, sobre a forma de *condominium*<sup>334</sup>. Nenhum dos acordos estabelecidos entre os dois países se focou na divisão do território, embora em 1970 o princípio da linha mediana tenha sido utilizado para dividir a parte norte da linha *Astara-Hasankuli* em quatro sectores explorados pelo Azerbaijão, Cazaquistão, Turquemenistão e Rússia<sup>335</sup>.

Mas após a queda da URSS, o Cáspio passou a ser banhado por cinco países, o que tem complicado um acordo relativamente ao enquadramento legal e à partilha de recursos. Surgiram várias declarações unilaterais, acordos bilaterais e cimeiras realizadas pelos cinco países em várias ocasiões (2002, 2007 e 2010), mas até aos dias de hoje não existe um acordo multilateral que regule a divisão do Cáspio.

Quatro dos cinco países aceitam que o Cáspio fosse dividido de acordo com uma

---

<sup>334</sup> Ao longo dos anos foram assinados vários tratados, sendo os mais antigos o tratado de Gulustan, de 1813, e o tratado de Turkmenchay, 1828. Seguiu-se a assinatura do tratado de amizade assinado em 1921. Os tratados mais recentes que governam a utilização do Mar Cáspio datam de 1935, 1940, e 1954, sendo que este último, definiu uma fronteira administrativa terrestre, a linha Astara-Hasankuli, que ligava as duas vilas, uma no Azerbaijão e outra no Turquemenistão. Sohbet Karbuz, "The Caspian's Unsettled Legal Framework: Energy Security Implications", *Journal of Energy Security*, May 2010,

[http://www.ensec.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=244:the-caspian-unsettled-legal-framework-energy-securityimplications&catid=106:energysecuritycontent0510&Itemid=361](http://www.ensec.org/index.php?option=com_content&view=article&id=244:the-caspian-unsettled-legal-framework-energy-securityimplications&catid=106:energysecuritycontent0510&Itemid=361),  
acedido em 2 de Dezembro de 2011.

<sup>335</sup> Ibid. Esta divisão permitia a cada um dos Estados explorar as áreas correspondentes, mas não correspondia a uma divisão territorial.

linha mediana, ficando cada Estado com uma área proporcional ao comprimento da sua costa. O Irão, no entanto, insiste que cada Estado deve ficar com um quinto do território. No primeiro caso, as proporções seriam Cazaquistão (29%), Azerbaijão (20%), Rússia (16%), Turquemenistão (21%) e Irão (14%), enquanto que no segundo caso, cada país ficaria com 20%.

Estando o Cáspio na confluência da Rússia, Médio Oriente, Cáucaso e Ásia Central, é natural pensar que um acordo sobre a sua divisão não seja pacífico. Desde logo porque este implicaria uma perda da importância geoestratégica da Rússia e do Irão.

Desde os anos 90 que se estuda a hipótese de construir uma *pipeline* que ligasse as margens do Turquemenistão ao Azerbaijão, permitindo o transporte de gás entre os dois países e a seu posterior transporte para a UE, via a *pipeline* BTE e *Nabucco*. Mas esta não é do interesse da Rússia, pois permitiria encontrar uma alternativa a parte do gás russo que a UE importa. Por outro lado, a construção da *pipeline* poderia implicar a presença de forças de segurança no Cáspio, o que o Irão vê como uma ameaça à sua segurança nacional<sup>336</sup>. Os EUA que durante a administração Clinton se empenharam na construção das *pipelines* BTC e BTE, adoptam agora com Obama uma atitude menos interventiva nas questões europeias da segurança energética, como mostram as declarações de Morningstar<sup>337</sup>:

United States' Eurasian energy policy was formerly "Nabucco-centric," supporting the Nabucco pipeline"...."The United States has since abandoned its former Nabucco-centric outlook in favor of a more balanced Eurasian energy strategy"... "We can't be more European than the Europeans. We have no choice but to take the position that this is a European issue and we're not opposed to it. We're not preaching to the Europeans, we can only be helpful in some ways. When

---

<sup>336</sup> Bradley O'Neal *et al.*, *National Security & Caspian Basin Hydrocarbons*, International Association for Energy Economics, [www.iaee.org/en/publications/newsletterdl.aspx?id=129](http://www.iaee.org/en/publications/newsletterdl.aspx?id=129), acedido em 3 de Julho de 2011.

<sup>337</sup> Stanford Daily, "Morningstar Makes Case for Eurasian Energy Stance", <http://www.stanforddaily.com/2010/04/19/morningstar-makes-case-for-eurasian-energy-stance/>, acedido em 3 de Julho de 2011.

it comes to internal European politics, that is not our business, and we do not try to make it our business. We're trying to depoliticize discussions on pipelines. We are only asking that countries can make their own decisions in how to produce and distribute resources in the region, rather than having to submit to the control of Russia as the dominant supplier of Europe's natural gas.

A intervenção conjunta dos EUA e da UE na construção das *pipelines* BTC e BTE tiveram um enorme impacto na capacidade de concluir o projecto, pois a Rússia em várias ocasiões tentou atrasá-lo. A falta de apoio directo aos países intervenientes (Turquemenistão e Azerbaijão) e as exigências da Rússia e Irão de que a construção de uma *pipeline* que atravessasse os dois Estados seja aprovada pelos cinco países, têm contribuído para o seu adiamento e incerteza relativa à segurança energética europeia.

### **5.7 A Turquia e as Regiões Produtoras – Implicações na Segurança Energética**

A segurança energética é hoje uma prioridade da política externa da Turquia, resultado do crescente interesse que esta demonstra na geopolítica energética das regiões circundantes. Muitos dos conflitos que aí se originam surgem dos choques entre interesses energéticos, ou de confrontos políticos, com consequências para a segurança energética.

Mas estas regiões são importantes para a Turquia, pois as crescentes relações económicas que hoje detém com as regiões vizinhas, permitiram-lhe alcançar o sexto lugar entre as maiores economias da UE, com um crescimento médio anual na ordem dos 6%, entre 2002 e 2008. Neste período, a percentagem de importações turcas provenientes dos países vizinhos aumentou de 23.6% para 35.5%, enquanto que a mesma percentagem relativamente à UE no mesmo período diminuiu de 54.7% para 40%. A OCDE prevê que em 2017 a Turquia seja a terceira economia mundial que mais cresce, atrás da China e da Índia, sendo que a energia constitui um elemento importante na interdependência económica entre a Turquia e as regiões

vizinhas.

### 5.7.1 Turquia, Ásia Central e Cáucaso

O desmembramento da União Soviética fez surgir um conjunto de novos países cuja independência foi reconhecida pela Turquia no início dos anos 90, fazendo simultaneamente ressurgir o debate sobre o Panturquismo<sup>338</sup>. Os EUA em especial incentivaram a aproximação da Turquia aos novos países, muito por temerem o aparecimento da influência iraniana na região. O Presidente Bush apontou a Turquia como um modelo de democracia e de Estado secular que poderia ser emulado pelos países da Ásia Central. As ligações históricas, culturais, linguística e religiosas facilitavam esta aproximação, ainda mais que os novos países necessitavam de apoio político e económico, tendo por isso visto com bons olhos a influência turca. Surgiu assim um grande entusiasmo da Turquia pela região, que necessitou de temporização por duas razões principais: a maioria das ligações dos novos Estados à Rússia continuava muito forte, o que fez recuar a Turquia, dadas as fortes relações comerciais que detém com aquele país. Por outro lado, os investimentos que a Turquia esperava fazer na região não tiveram a expressão esperada por culpa das crises financeiras que abalaram o país nos anos 90 e em 2001.

O crescimento económico da Turquia na última década, reflexo do processo de adesão à UE, bem como as resultantes alterações na política externa passando de um “país ponte”, a “país central”, originaram, segundo Aras<sup>339</sup>, novas aspirações geográficas, que lhe permitiram aumentar a sua esfera de influência nas regiões da Ásia Central e Cáucaso. A Turquia transformou-se assim num dos países que maior ajuda financeira e humanitária dá às cinco ex-repúblicas da União Soviética, através de organizações como a *Turkish International Cooperation and Development Agency*

---

<sup>338</sup> D. Jung e W. Piccoli, *Turkey at the Crossroads: Ottoman Legacies and a Greater Middle East*, London, Zed Books, 2001, pp. 175-197.

<sup>339</sup> Bulent Aras e Hakan Fidan, “Turkey and Eurasia: Frontiers of a new Geographic Imagination” *New Perspectives on Turkey*, N: 40, 2009: pp. 195-217.

(TIKA), ou organizações da sociedade civil como a TOBB e a TUSKON, que promovem projectos em áreas como o desenvolvimento económico e de infra-estruturas, a educação e a saúde.

Mas a maior prioridade da Turquia ao criar relações com estes países está no papel que pode desempenhar ao transportar hidrocarbonetos da região do Cáspio para a UE, e também no seu próprio abastecimento. A sua posição geográfica e o número de *pipelines* que já atravessam a Turquia permite-lhe ambicionar ser um país de transporte, na medida em que se encontra na confluência de três regiões ricas em reservas: Médio Oriente, Cáucaso e países do Mar Cáspio. Como podemos verificar na sessão anterior, para além de já hoje existirem várias *pipelines* que trazem gás do Azerbaijão, Irão e Rússia, estão ainda previstas a construção de outras *pipelines*, incluindo a *Nabucco*, que abastecerá a UE com 31 BCM/ano, infra-estrutura que não atravessará a Rússia. É por isso fácil de entender o interesse da Turquia em auxiliar na cimentação destes países em Estados soberanos e em promover a estabilidade na região.

No entanto, esta posição geográfica não traz só vantagens como mostra o conflito de 2008 entre a Rússia e a Geórgia. Como refere Winrow<sup>340</sup> a instabilidade na região do Cáucaso, pode comprometer os princípios da política externa turca de boa vizinhança preconizada por Davutoglu, e como consequência, a segurança energética europeia.

O desentendimento entre a Rússia e a Geórgia mostrou que os conflitos adormecidos no Cáucaso podem reaparecer em qualquer momento, com consequências importantes no abastecimento de gás à UE. A declaração de independência das regiões da Abecássia e Ossétia do Sul, originou um conflito bélico com a Geórgia e a interrupção no abastecimento de gás através da *pipeline*

---

<sup>340</sup> Gareth Winrow, *Turkey, Russia and the Caucasus: Common and Diverging Interests*, Chatam House, Russia and Eurasia Programme/Europe Programme | November 2009 | REP/EP BP 2009/01.

BTE, que passa por Tblissi. A Turquia possui boas relações com a Geórgia, até porque sendo este país uma passagem para duas das mais importantes *pipelines* provenientes do Azerbaijão, é importante a estabilidade e um bom relacionamento. Mas os acontecimentos com a Rússia colocaram temporariamente as relações em forte tensão. No entanto, Turquia e Geórgia possuem relações estáveis, e assinaram desde 1998 vários acordos na área da defesa, tendo as forças militares turcas treinado e ajudado a desenvolver as instituições militares da Geórgia. Existem outros projectos como o do caminho-de-ferro que liga Kars a Tblissi e Baku, assinado entre os três países em 2007 (Turquia, Azerbaijão e Geórgia), sendo que as trocas comerciais entre a Turquia e a Geórgia foram em 2008 de mais de 1,000 milhões de dólares, até ao estalar do conflito entre Geórgia e Rússia<sup>341</sup>.

Outros conflitos latentes na região causam disputas nas relações entre a Turquia, Azerbaijão e Arménia. Turquia e Azerbaijão possuem boas relações desde a independência deste país. O Azerbaijão foi uma das poucas ex-repúblicas soviéticas que desde cedo se distanciaram da Rússia e procuraram construir relações com o Ocidente. Mas a Arménia tem relações tensas com os dois países, com o Azerbaijão por causa de Nagorno-Karabakh e com a Turquia em virtude do genocídio arménio. A Turquia não mantém relações diplomáticas com a Arménia, mas o relacionamento entre os dois países tem vindo a melhorar desde que duzentos intelectuais turcos emitiram um pedido de desculpas pelo mal que os otomanos causaram aos arménios<sup>342</sup>. A “diplomacia do futebol” também contribui para o melhorar das relações, quando o Presidente arménio, Serge Sarkisian convidou Abdullah Gull para assistir a uma partida de futebol entre as selecções dos dois países. A Turquia tem assim procurado desenvolver relações estáveis com os seus vizinhos do Cáucaso. A mostrá-lo estão a proposta de uma plataforma de cooperação e

---

<sup>341</sup> Bulent Aras e Hakan Fidan, “Turkey and Eurasia: Frontiers of a new Geographic Imagination” *New Perspectives on Turkey*, N: 40, 2009, pp. 208-209.

<sup>342</sup> *Ibid.*, pp. 204-208.

desenvolvimento da estabilidade, durante o conflito Rússia Geórgia<sup>343</sup>, os protocolos assinados com a Arménia com vista à reabertura das fronteiras e um acordo para o transporte e venda de gás com o Azerbaijão, assinado em Agosto de 2010<sup>344</sup>. Existem no entanto divergências relativas a Nagorno-Karabakh e ao genocídio arménio que ainda impedem as relações entre os três países e que constituem focos de tensão ocasionais.

Para além dos conflitos anteriores, Ancara e Baku possuem um desentendimento em relação ao preço do gás, o que já levou o Azerbaijão a mudar a sua política externa em determinadas ocasiões e a mostrar que não necessita da Turquia podendo vender gás ao Irão e Rússia, o que já aconteceu em 2009<sup>345</sup>.

Mas a atestar a sua diplomacia e capacidade de mediar conflitos na região, a Turquia convenceu Haliyev a visitar o Turquemenistão em 2008, numa tentativa de resolver a questão que opõe Azerbaijão e Turquemenistão relativamente ao Cáspio e ao campo de Serdar/Kapazr<sup>346</sup>.

### 5.7.2 Turquia e Rússia

Apesar de historicamente as relações entre a Rússia e a Turquia terem sido marcadas por grandes guerras, os dois países também viveram momentos de cooperação ao longo dos séculos, sendo que esta muitas vezes aconteceu por motivos energéticos. Sempre que existiram benefícios económicos ou alguma

---

<sup>343</sup> A criação desta plataforma deve-se à forte dependência que a Turquia tem do gás russo. O fecho da pipeline BTE causado pelo conflito Rússia e Geórgia, causou preocupações à Turquia, não só pelo abastecimento do gás de que depende para consumo interno, mas também pela posição geoestratégica que tem procurado assumir no transporte de gás das regiões do Cáucaso, Médio Oriente e Ásia central para a UE. O conflito veio demonstrar a necessidade de criar estabilidade na região de modo a que o quarto corredor seja uma alternativa credível. Gareth Winrow, *Problems and Prospects for the 4th Corridor: the Positions and Role of Turkey in Gas transit in Europe*, Oxford Institute for Energy Studies, NG30, June 2009.

<sup>344</sup> I. Krastev e Mark Leonard, *The Spectre of a Multipolar Europe*, European Council Foreign Relations October 2010, p. 50.

<sup>345</sup> Stanislav Pritchkin, "Azerbaijan New Gas Strategy", *Turkish Policy Quarterly*, Vol. 9 N: 2, 2010, pp. 123-127.

<sup>346</sup> Tuncay Babali, "Regional Energy Equations and Turkish Foreign Policy: the Middle East and the CIS". *Insight Turkey*, Summer 2010, [http://findarticles.com/p/articles/mi\\_7057/is\\_3\\_12/ai\\_n56882927/](http://findarticles.com/p/articles/mi_7057/is_3_12/ai_n56882927/), acedido em 2 Dezembro de 2011.

frustração no relacionamento com as potências europeias, Turquia e Rússia cooperaram. Em muitas ocasiões, os hidrocarbonetos foram a razão desta relação.

O carvão em meados do século XIX servia em grande parte para alimentar a frota naval otomana, movida por este combustível. Apesar de os otomanos possuírem reservas, o aumento da frota tornou-as insuficientes o que permitiu à Rússia fornecer carvão ao Império. O mesmo aconteceu com o petróleo. A disrupção no transporte do petróleo americano e a incapacidade técnica dos alemães em explorarem as áreas que lhe tinham sido atribuídas em virtude da construção do caminho de ferro de Bagdade, fizeram da Rússia o principal fornecedor de petróleo ao Império Otomano<sup>347</sup>.

O primeiro acordo energético foi assinado entre os dois países em 1984, por Ozal, e previa o transporte de gás natural a partir da *Western Gas Pipeline*. Apesar de funcionar, nunca ultrapassou os 6 BCM/ano. Mas o acordo mais importante foi assinado em 1997, a *pipeline Blue Stream*, que liga o porto russo de Novorosisk ao porto turco de Samsun, um contrato de 25 anos e que desde 2001 fornece 6 BCM/ano à Turquia, embora possua uma capacidade de 16 BCM/ano.

A Turquia possui nos dias de hoje fortes relações económicas, sociais, culturais e militares com a Rússia<sup>348</sup>. Apesar estas poderem de vez em quando tremer como revelou o conflito de 2008, a Turquia encontra-se extremamente dependente do gás russo, importando a partir deste país cerca de dois terços do gás que consome. A Rússia por seu lado, procura diminuir a sua dependência em relação à Ucrânia, procurando viabilizar a construção de *pipelines* alternativas e vê na Turquia um possível país de transito de gás para a UE. Existem planos para estudar a

---

<sup>347</sup> Volkan S. Ediger e Itir Bagdadi "Turkey-Russia Energy Relations: Same Old Story, New Actors", *Insight Turkey*, Summer 2010, pp. 4-11, [http://findarticles.com/p/articles/mi\\_7057/is\\_3\\_12/ai\\_n56882930/](http://findarticles.com/p/articles/mi_7057/is_3_12/ai_n56882930/).

<sup>348</sup> Gareth Winrow, *Turkey, Russia and the Caucasus: Common and Diverging Interests*, Chatam House, Russia and Eurasia Programme/Europe Programme | November 2009 | REP/EP BP 2009/01, pp. 4-5.

viabilidade da *pipeline Blue Stream II*, que permitiria que o gás russo chegasse ao Líbano, Síria, Israel e Chipre<sup>349</sup>. A Turquia assinou ainda com a Rússia um acordo para que fosse conduzido um estudo de viabilidade para que a *pipeline South Stream* fosse construída na sua ZEE e atravessasse as águas territoriais turcas<sup>350</sup>.

Outros planos russos na Turquia passam, através da Gazprom, pela construção de tanques de armazenamento de gás e de um terminal de GNL em Ceyhan, bem como a participação na privatização da rede de abastecimento de gás às cidades de Istambul e Ancara. Existem ainda planos de investimento por parte da Rússia numa central de energia nuclear a ser construída na Turquia.

Esta aproximação entre a Turquia e a Rússia, é ditada mais por interesses económicos do que pela compatibilidade ideológica, como referem Krastev e Leonard<sup>351</sup>. Desde o *Eurasian Action Plan* assinado em 2001 por Ismail Cem e Igor Ivanov, a Rússia e a Turquia têm expandido as suas relações nas áreas do comércio, energia, turismo e defesa, e assim contribuído para as fortes relações políticas entre os dois países<sup>352</sup>. Em 2009, a Rússia representou 13% das importações turcas, a maior percentagem seguida da Alemanha com 10%<sup>353</sup>. Isto resulta largamente das importações de gás. A Rússia também tem sido alvo de investimentos por parte da Turquia (investimentos de cerca de 17 mil milhões de dólares)<sup>354</sup>. A relação económica é no entanto desigual. Enquanto a Rússia é o principal parceiro comercial da Turquia, a Turquia ocupa o sétimo lugar como parceiro comercial da Rússia. Para além de depender em 62% do gás russo, a Turquia importa ainda deste país 50% de combustíveis fósseis, 34% de carvão e

---

<sup>349</sup> Ibid., pp.11-12.

<sup>350</sup> Dimitrios Triantaphyllou "The EU and Turkey in Energy Diplomacy". *Insight Turkey*, Summer 2010, [http://findarticles.com/p/articles/mi\\_7057/is\\_3\\_12/ai\\_n56882922/](http://findarticles.com/p/articles/mi_7057/is_3_12/ai_n56882922/).

<sup>351</sup> I. Krastev e Mark Leonard *The Spectre of a Multipolar Europe*, European Council Foreign Relations, October 2010, pp. 50-52.

<sup>352</sup> Suat Kiniklioglu, "The Anatomy of Turkish Russian Relations", The Brookings Institution, 2006, [http://www.brookings.edu/comm/events/20060523sabanci\\_3a.pdf](http://www.brookings.edu/comm/events/20060523sabanci_3a.pdf), acedido em 17 de Novembro 2011.

<sup>353</sup> CIA, <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/tu.html>, acedido em 24 de Julho de 2011.

<sup>354</sup> I. Krastev e Mark Leonard, *The Spectre of a Multipolar Europe*, European Council Foreign Relations. October 2010, p. 52.

33% de petróleo<sup>355</sup>.

As relações comerciais têm no entanto aprofundado as relações políticas entre os dois países, que partilham a mesma visão para a estabilidade no Cáucaso e a segurança no Mar Negro, nutrindo ainda os mesmos receios relativamente à política externa norte americana no Irão, Síria e Iraque. Os dois países têm ainda aprofundado a sua luta contra o terrorismo, passando a existir controlo da actividade na Chechénia pelos turcos e das actividades do PKK pela Rússia nos respectivos países. Partilham ainda que a segurança no Mar Negro deve ser garantida pela Força Naval do Mar Negro, em contraste com os restantes países (Bulgária, Geórgia e Ucrânia) que favorecem a posição dos EUA de uma maior intervenção da NATO na região.

### 5.7.3 Turquia e Médio Oriente

Apesar das boas relações que a Turquia mantém actualmente com o Irão, o histórico entre os dois países no que toca ao sector energético está repleto de quebra de contratos de abastecimento, pagamentos atrasados, multas e investimentos prometidos mas não realizados<sup>356</sup>. O preço do gás comparativamente ao da Rússia é mais caro, sendo que a qualidade e a quantidade entregue nem sempre são cumpridas. O contrato assinado entre os dois países em 1996 por 23 anos, previa 4 BCM até 2007 e 10 BCM a partir desta data. Mas nunca passou de 6 BCM. Em 1998, foi assinado um acordo entre Turquia e Turquemenistão para a construção da *pipeline* que traria gás à Europa, via Irão. Esta está construída e poderia ser uma porta para a *pipeline Nabucco*, caso fossem ultrapassados os problemas que o mundo tem com o Irão.

Em 2007, Irão e Turquia assinaram um MOU que previa a exploração por parte da

---

<sup>355</sup> Volkan S. Ediger e Itir Bagdadi "Turkey-Russia Energy Relations: Same Old Story, New Actors", *Insight Turkey*, Summer 2010, p. 16, [http://findarticles.com/p/articles/mi\\_7057/is\\_3\\_12/ai\\_n56882930/](http://findarticles.com/p/articles/mi_7057/is_3_12/ai_n56882930/).

<sup>356</sup> Elin Kinnander, *The Turkish-Iranian Gas Relationship: Politically Successful, Commercially Problematic*, Oxford Institute for Energy Studies, NG38, January 2010.

Turquia de gás no campo de South Pars e a construção de uma *pipeline* que permitiria abastecer a Turquia mas também exportar gás para a UE, prevendo ainda uma ligação ao gás do Turquemenistão. Esta *pipeline* se construída, teria uma extensão de 2,200 Milhas e traria cerca de 40 BCM de gás do Turquemenistão e Irão, via Turquia, para o território europeu. Ainda neste âmbito, está prevista a construção de centrais geradoras a gás natural na região da Anatólia, com investimentos do sector privado dos dois países. Mas este MOU, revisto em 2008, encontra-se atrasado.

Dado o histórico das relações, existe uma desconfiança mútua entre os dois países no que diz respeito a honrar compromissos no sector energético. No entanto, a Turquia e o Irão mantêm todo o interesse em desenvolver esta relação. A Turquia porque lhe permite ter alternativas ao gás da Rússia e contribuir para o papel que quer desempenhar no transporte de gás para a UE. O Irão porque manter boas relações com a Turquia lhe permite suavizar o isolamento internacional e manter um interlocutor para o mundo ocidental. A Turquia juntamente com o Brasil desempenhou um papel crucial no acordo assinado em Maio de 2010, que prevê a troca de 1,200 kg de urânio para fins nucleares, por 120Kg de urânio enriquecido<sup>357</sup>.

Não está claro se o Iraque possui as condições de estabilidade que permitiriam abastecer a UE. O PKK tem ameaçado e atacado com alguma regularidade as *pipelines* que chegam à Turquia. Em 2008, atacou a *pipeline* de petróleo que liga Kirkuk a Ceyhan, e ainda a *pipeline* de gás que liga o Irão à Turquia. Apesar da questão curda estar na agenda do AKP, as ameaças do PKK às infra-estruturas constituem um problema para a Turquia, e para a segurança do abastecimento europeu. Como vimos no capítulo III, a resolução da questão curda é de toda a importância quando está em causa a segurança energética europeia.

---

<sup>357</sup> Tuncay Babali, "Regional Energy Equations and Turkish Foreign Policy: the Middle East and the CIS". *Insight Turkey*, Summer 2010, [http://findarticles.com/p/articles/mi\\_7057/is\\_3\\_12/ai\\_n56882927/](http://findarticles.com/p/articles/mi_7057/is_3_12/ai_n56882927/).

Para a Turquia, no entanto, e pelas razões atrás apontadas, a integridade do território do Iraque é uma prioridade, o que tem levado o país a dialogar com o governo da região autónoma curda, juntamente com o governo central do Iraque. Como refere Babali, os dois países já assinaram nos últimos tempos 48 acordos, no âmbito dos recursos energéticos e de água, bem como outros acordos bilaterais, centrados no combate ao terrorismo do PKK<sup>358</sup>.

Apesar das disputas entre o governo central e o governo regional relativamente às receitas do petróleo e gás, a Turquia tem investido no Iraque em termos energéticos. Em 2007, foi assinado um MOU entre os dois países e em 2008 uma visita de Erdogan ao Iraque culminou numa parceria entre as duas companhias petrolíferas nacionais para a construção de uma *pipeline* de gás entre o Iraque e a Turquia com vista a abastecer o projecto *Nabucco*. Várias companhias privadas turcas, assim como a *Dana Gas* da Noruega e a OMV investiram na região norte do Iraque, levando a crer que existe um objectivo de trazer gás deste país para abastecer os países da UE via Turquia<sup>359</sup>.

## **5.8 Reflexões sobre a Dimensão Energética no Relacionamento Turquia e UE**

De acordo com estimativas da IEA, o gás natural deverá continuar a ser a terceira fonte de energia, logo atrás do petróleo e do carvão. A UE possui várias alternativas ao fornecimento de gás, quer no que toca ao meio de transporte (GNL por navio e gás convencional por *pipeline*) quer ao tipo de gás (convencional ou não convencional). Foi no entanto possível concluir da nossa análise que o GNL nem sempre é economicamente viável, e que o gás não convencional não deverá ser explorado no território europeu em grandes quantidades tão cedo como seria desejável. O gás natural convencional continuará a ser predominante e o transporte

---

<sup>358</sup> Ibid. acedido em 2 de Dezembro de 2011.

<sup>359</sup> Ibid.

via *pipeline* deverá permanecer o meio economicamente mais viável para as distâncias consideradas.

Se por uns instantes admitirmos que em 2019 os fornecedores principais da UE continuariam a ser os de hoje (Países da UE, Noruega, Rússia, Líbia, Argélia, Nigéria, Qatar e Egito), os dados da *Datamonitor* permitem dizer que as necessidades da UE poderiam ser suprimidas por estes países. (Consumo de 614.2 BCM/ano e potencial de importação de aproximadamente 645.5 BCM/ano)<sup>360</sup>. Mas com excepção do gás produzido pelos países da UE e do proveniente da Noruega, o restante vem de regiões instáveis (vejam-se os acontecimentos recentes na Líbia e Egito), o que pode ditar um corte inesperado nos abastecimentos. Como tal, diversificar os fornecedores, garantir o abastecimento dos países consumidores e proteger os meios de transporte, quer pela via marítima quer por *pipeline*, são fundamentais para a segurança energética europeia.

A UE está consciente desta necessidade o que a tem levado a definir uma política de aposta no “quarto corredor” energético e nas infra-estruturas que o atravessam. A concretização das *pipelines* deste corredor poderá trazer importantes quantidades de gás à UE, provindas tanto da região do Cáspio e Ásia Central, como do Médio Oriente. Por outro lado, e dado o peso que a Rússia detém (e deverá continuar a deter) na quantidade de gás que a UE importa, é importante que esta se posicione estrategicamente no triângulo energético formado pelo Cáspio/Ásia Central, Rússia e Médio Oriente. De que modo poderá a Turquia contribuir para um melhor posicionamento europeu?

A concretização do “quarto corredor” energético tem que obrigatoriamente passar por uma forte cooperação entre a Turquia e a UE, dada a geografia das *pipelines*. O corredor energético constitui uma aposta prioritária das políticas energéticas e de

---

<sup>360</sup> Datamonitor, *Oil and Gas Supply, Europe and the Former Soviet Union, A 10-year Projection and Review of Oil and Gas Production and Consumption*, DMEN0527, March 2010.

redes de infra-estruturas da UE e no qual tem feito grandes investimentos, nomeadamente o projecto *Nabucco*, que como vimos constitui simultaneamente um projecto político e de segurança energética. Mas de modo a garantir o abastecimento destas infra-estruturas é também importante que Turquia e UE desenvolvam uma aproximação conjunta e uma política energética comum em relação às regiões produtoras.

Relativamente às regiões do Cáspio e da Ásia Central, a importância das reservas destes países para a UE deverá implicar uma política de aproximação, com implementação de medidas que permitam potenciar o desenvolvimento económico, e diminuir o risco relativo a outras questões de segurança como o crime organizado e o tráfico de drogas. As soluções não são simples pois tanto o Azerbaijão como o Turquemenistão possuem regimes autocráticos, onde não existe uma economia de mercado e com elevados níveis de burocracia e corrupção. Mas a alternativa será a China e a Rússia dominarem por completo o acesso ao gás e ao seu transporte (especialmente do Turquemenistão), o que teria necessariamente consequências negativas para a UE. Se a China e a Rússia forem predominantes no investimento financeiro realizado nestas regiões, a UE terá maiores dificuldades em influenciar os regimes autocráticos que passarão a estar debaixo da esfera de influência daqueles dois países, também governados por regimes pouco democráticos. Isto trará necessariamente consequências negativas para a UE tanto do ponto de vista da segurança energética, como no combate a outros aspectos de segurança que também representam riscos para a UE. Uma presença europeia que promova o desenvolvimento económico, as trocas comerciais e as políticas públicas que criam estabilidade nestas regiões é importante e a UE deveria coordenar com a Turquia uma promoção activa destes objectivos. Facilitaria ainda o acesso à UE de um mercado de larga dimensão, que criadas as condições de estabilidade, poderia ter um grande potencial económico. Por razões históricas e culturais, a Turquia possui

um ascendente sobre a região que deveria ser amplamente e melhor explorado pelos europeus.

Um dos aspectos mais críticos à concretização do “quarto corredor” energético é a construção de uma infra-estrutura que ligue as margens do Cáspio, entre Azerbaijão e Turquemenistão, amplamente debatida mas até hoje nunca concretizada. A construção desta *pipeline* deveria envolver os esforços concertados dos EUA, UE e Turquia. Se os primeiros possuem a capacidade financeira para explorar a região e a UE o interesse no gás que aí é produzido, a Turquia poderá assumir o função de mediador (e parte interessada também), desempenhando assim um papel de mediação semelhante ao que os EUA tiveram na construção das pipelines BTE e BTC nos anos 90. O As suas boas relações com o Irão, Rússia e os países do Cáucaso e Ásia Central, poderão ajudar no desenlace das disputas do Cáspio e na arquitectura de uma solução que permita construir a *pipeline*. Já em 2008, ocorreu mesmo uma reunião em Ashgabat, em que o Presidente Gull procurou mediar entre o Azerbaijão e o Turquemenistão na construção de uma infra-estrutura entre Limanov-Barinov-Lam (Turquemenistão) e Azeri-Chirag-Guneshli (Azerbaijão)<sup>361</sup>.

Na relação com a Rússia, UE e Turquia deveriam articular posições estratégicas conjuntas de modo a melhor lidarem com a forte dependência que ambas possuem do gás russo e que as coloca numa encruzilhada de complexa resolução. A articulação de estratégias comuns é deste modo crucial de modo a retirarem algum poder negocial à Rússia. Os esforços da UE em diversificar têm como principal objectivo diminuir a dependência que hoje possuem do gás russo. Esta dependência já causou tensão no passado como mostram os conflitos entre a Rússia e Ucrânia e Rússia Geórgia. Existem assim razões políticas que levam a que a UE procure diversificar os seus fornecedores. Mas a falta de investimento na exploração de

---

<sup>361</sup> Gareth Winrow, *Problems and Prospects for the 4th Corridor: the Positions and Role of Turkey in Gas transit in Europe*, Oxford Institute for Energy Studies, NG30, June 2009, p. 6.

novos poços por parte da Rússia de modo a reporem reservas que se encontram em declínio, um mercado fechado que impede as empresas estrangeiras de investirem livremente e os acordos com a China como alternativa à dependência europeia, são também motivos para a UE procurar fornecedores alternativos.

Curiosamente, diversificar é também o objectivo da Turquia, que depende em mais de 60% do gás russo para consumo interno. Os investimentos que a Gazprom já realizou ou pretende concretizar na Turquia (as *pipelines* que ligam Turquia à Rússia – *Western Gas Pipeline* e *Blue Stream*, construção de uma central nuclear, investimentos na distribuição do gás), tornam-na bastante sujeita às pressões russas. Esta dependência que a Turquia tem em termos energéticos relativamente à Rússia, é bastante prejudicial, pois dificulta a sua capacidade negocial tanto do ponto de vista interno, como nas suas ambições de se tornar uma alternativa para a UE ao gás vindo da Rússia. O desequilíbrio na balança comercial entre os dois países poderá manter a Turquia refém da vontade da Rússia a menos que consiga encontrar alternativas às suas necessidades de gás natural de outros hidrocarbonetos.

A conclusão imediata é que esta dependência torna tanto a Turquia como a UE extremamente vulneráveis às condições e pressões russas. Se por um lado necessitam de encontrar fornecedores alternativos que só poderão estar no Médio Oriente ou no Cáspio, por outro não podem permitir ser utilizados pela Rússia nos jogos de poder preconizados muitas vezes pelos acordos bilaterais. Esta tática tem sido utilizada pela Rússia com vários países da UE, como a França, Alemanha e Itália para a concretização de projectos como o *Nord Stream* e *South Stream*. Uma articulação conjunta das suas políticas energéticas, no entanto, colocaria a Rússia debaixo de pressão, pois o mercado europeu e o mercado turco representam uma importante fatia das suas exportações.

Para além do Cáspio, o Médio Oriente também representa uma alternativa credível ao gás russo, tanto pela quantidade de reservas como pela proximidade geográfica, sendo o Irão o país que apresenta o maior potencial, visto possuir as segundas maiores reservas mundiais a seguir à Rússia. O actual regime, o programa nuclear e as sanções ao país tornam esta alternativa uma remota possibilidade a curto prazo. Mesmo que as sanções terminassem hoje e os investimentos pudessem avançar de imediato, demorariam alguns anos até que pudessemos sentir o seu efeito. É no entanto importante realçar o processo de cartelização que a Rússia tem vindo a promover, e que, se bem sucedido, pode colocar gás do Irão no mercado europeu, via Gazprom, acabando com a potencial concorrência que este país poderia criar<sup>362</sup>.

Apesar das sanções, a Turquia tem mantido relações com o Irão, e possui como vimos um histórico de relacionamento com este país no domínio energético. Nem sempre bem sucedido, mas é exactamente a sua experiência que é relevante num futuro em que venha a ser possível explorar o abastecimento do Irão à UE. Para além das relações de amizade e do conhecimento de negociação iraniana, a Turquia possui já uma *pipeline* que chega ao seu território a partir do Turquemenistão, via Irão, e que poderiam conjuntamente constituir fornecedores alternativos ao projecto *Nabucco*. Do ponto de vista energético, o isolamento do Irão não é do interesse da UE, mas o regime actual no Irão não permite grandes progressos. No entanto, a alterar-se de algum modo esta situação e caso o Irão venha a cumprir as regras do Ocidente, as relações que a Turquia possui tanto no domínio energético como económico poderão a longo prazo ser uma mais-valia para a UE.

A Turquia encontra-se na confluência das três regiões com as maiores reservas mundiais de hidrocarbonetos. Não é por isso surpreendente que as *pipelines* do corredor sul atravessem o território turco, e que estas possam constituir para a UE

---

<sup>362</sup> Vladimir Socor, "Gazprom, the Prospects of a Gas Cartel, and Europe's Energy Security" in Svante E. Cornell e Niklas Nilsson (eds), *Europe's Energy Security Gazprom's Dominance and Caspian Supply Alternatives*, Central Asia, Caucasus Institute Silk Road Studies Program, 2008, p. 71.

um importante fornecimento alternativo ao gás russo. A abertura do dossier energético e as relações com a Turquia neste domínio deveriam constituir uma prioridade das políticas da UE. Um outro aspecto importante que deveria ser objecto de prioridade é a protecção destas infra-estruturas contra ataques terroristas. Vimos que embora sendo raros, estes existem e dado que as *pipelines* constituem um importante meio de abastecimento do gás à UE, uma política de segurança que envolva Turquia, UE e NATO é de extrema importância. Não só porque as *pipelines* atravessam o território turco, mas também porque este país se encontra geograficamente próximo das reservas e das infra-estruturas de exploração, podendo assim assegurar uma melhor defesa das infra-estruturas e das reservas. A base militar de Incirlik encontra-se a pouco mais de 1,000 km do Cáspio e da região do golfo Pérsico. Possuindo o segundo maior contingente da NATO, a Turquia poderá assegurar um papel importante na defesa e no treino de tropas que protejam a região de ataques terroristas, potenciando assim um papel importante para a Política de Segurança da UE.

Se as *pipelines* já existentes permitem trazer o gás via Turquia para território europeu, o facto de a Turquia não possuir uma política energética articulada com a UE, poderá criar divergências na legislação e atrasos nos processos negociais que estejam ou venham a decorrer, como revela a sua recusa em assinar o *Energy Community Treaty*<sup>363</sup>. Embora a Turquia tenha ratificado o *Energy Charter Treaty* (não as emendas de 1998)<sup>364</sup>, será sempre preferível que do ponto de vista energético, esta partilhe os objectivos comuns estabelecidos para todos os países membros e siga a legislação comunitária.

Existem várias razões que deveriam acelerar a abertura e negociações dos capítulos do processo de adesão, sendo que as políticas energéticas, pela

---

<sup>363</sup> Gareth Winrow, *Problems and Prospects for the 4th Corridor: the Positions and Role of Turkey in Gas transit in Europe*, Oxford Institute for Energy Studies, NG30, June 2009, p. 8.

<sup>364</sup> Óscar Sierra, "A corridor Through Thorns: EU Energy Security and the Southern Energy Corridor", *European Security*, Vol. 19 N: 4, 2010, p. 647.

importância que assumem no domínio da segurança europeia, deveriam constituir um dos temas prioritários. A posição geoestratégica da Turquia, a defesa das infra-estruturas que atravessam o país e a sua proximidade política e económica às regiões do Médio Oriente, Cáucaso e Ásia Central são mais-valias para uma UE que necessita de ganhar relevância como actor político internacional.

## 6 Conclusões

---

A exposição realizada ao longo deste trabalho permite-nos concluir que existe na política externa otomana e turca uma propensão para o relacionamento com o Ocidente e para a criação de alianças estratégicas com as potências europeias. Mesmo no período do apogeu do Império Otomano, dominado pela *realpolitik* ofensiva e conquista de territórios, existiram alianças para a contenção da expansão dos Habsburgos na Europa. E se até ao início do século XVIII a diplomacia otomana era *ad-hoc* e sem embaixadores permanentes, situação que se alterou com Selim III, isso não impedia os otomanos de manterem relações com as potências europeias. As alianças foram predominantes com a França no século XVIII, com a Grã-Bretanha no século XIX e com a Alemanha no início do século XX, ditadas por interesses políticos e económicos. O século XIX viu ainda o fortalecer do relacionamento otomano com as potências europeias em virtude de passar a pertencer ao Concerto Europeu. Esta “vocação Ocidental” prolongar-se-á por todo o século XX, primeiro com Ataturk, mas continuada pelos seus sucessores durante a Segunda Guerra Mundial. Parece-nos no entanto legítimo considerar que é o período da Guerra Fria, aquele que porventura mais aproxima a Turquia do Ocidente, marcado por adesões à OCDE, ao Conselho da Europa e à NATO, e por várias acções junto da CEE, CE e UE.

Uma segunda conclusão resultante desta análise histórica é que embora existam relacionamentos que possamos considerar predominantes, os turcos demonstram uma grande habilidade diplomática para estabelecerem alianças de acordo com os seus interesses em cada momento histórico. A ideia de que não existem inimigos ou aliados permanentes, mas que apenas o interesse é permanente, é bem patente no modo como os otomanos e os turcos conduzem a sua política externa. Exemplos

disso são as alianças que durante vários séculos asseguraram o prolongamento do Império Otomano; a “neutralidade activa” que lhes permitiu manterem-se fora da Segunda Guerra Mundial; as alianças estabelecidas durante a Guerra Fria; e a relevância como actor regional desenvolvida em anos mais recentes. Esta capacidade está naturalmente ligada à geopolítica e geoestratégia da região. Ao longo dos séculos as razões da sua importância vão-se alterando, mas a realidade é que a Turquia de hoje e o Império Otomano de outrora, se situam na encruzilhada de regiões que por razões distintas têm mantido uma importância estratégica para o Ocidente. Não é por isso difícil ao turcos jogarem a carta geoestratégica para obterem vantagens no equilíbrio de poderes internacional.

É na sequência destas alianças que servem os interesses turcos e que lhe são permitidas em virtude da natureza geopolítica da região em que estão inseridos, que nos parece oportuno anteciparmos conclusões sobre as razões do relacionamento da Turquia com o mundo árabe e muçulmano. Como nos foi possível verificar as relações já existiam com Menendes, Ozal e Erbakan. Ozal é no entanto o precursor das políticas económicas neo-liberais (anos 80/90), e a sua aproximação ao mundo árabe e muçulmano foi, tal como é com o AKP de hoje, sobretudo resultado de razões económicas e de segurança. Os princípios da cooperação regional com as várias regiões circundantes, focadas na interdependência económica e nos aspectos da segurança foram iniciados por Ozal e, de alguma forma, estão a ser continuados pelo AKP. Este tem capitalizado na utilização de princípios já anteriormente ensaiados mas cujas condições políticas da época e a pressão dos militares impediam de ser completamente bem sucedidos, nomeadamente uma maior aproximação a países como o Irão, o Iraque e a Síria. A estabilidade política e económica parece ser a principal razão pela qual a Turquia se tem aproximado do Médio Oriente e das outras regiões vizinhas. Não nos parece que esta aproximação, só por si, represente necessariamente um afastamento em relação ao Ocidente nem

aos seus valores, nem, tão pouco, uma agenda islâmica. O que parece ocorrer, tal como ocorreu em ocasiões do passado, é o colocar dos seus interesses acima das alianças existentes, o que pode ditar mudanças nas tácticas empregues na prossecução dos objectivos estratégicos da sua política externa.

No que concerne à análise sobre os “tigres da Anatólia”, estes representam hoje um importante motor de desenvolvimento da economia turca, e, em nosso entender, não constituem uma ameaça à integração da Turquia na UE. As empresas lideradas por esta classe, de valores islâmicos tradicionais, que se desenvolveu, precisamente, com as políticas neo-liberais de Ozal e fez surgir, nos anos 90, um conjunto de PME's na região da Anatólia, adquiriu maior preponderância com o AKP. Se as relações económicas com o mundo árabe foram no passado, e são hoje, muito significativas, não são menos importantes a forte presença que possuem nos países da UE e noutras regiões do mundo. A UE continua também a ser o principal parceiro económico da Turquia. Parece-nos, que mais uma vez, são as razões económicas, e não as religiosas, que ditam os princípios de actuação destes empreendedores.

Pesem as razões históricas expostas, que poderiam dar legitimidade à Turquia para querer continuar o processo de adesão, são na realidade os interesses geopolíticos e económicos que Turquia e UE detêm nas regiões do Médio Oriente, Cáucaso e Ásia Central, que as fazem permanecer empenhadas no processo de adesão, apesar de este se revelar complexo e conturbado. Grande parte da complexidade resulta do desacordo dos países europeus em relação a um conjunto de questões controversas. Os dois grandes grupos de questões por nós identificados agrupam, no primeiro aspectos económicos, instituições europeias e políticas públicas; no segundo, a questão curda e os conflitos entre a Turquia-Grécia e Turquia-Chipre.

A dimensão económica apresenta aspectos positivos como a demografia e a evolução na educação da população turca. Os receios que existem face à migração

turca poderão ser suavizados em face destas duas variáveis, cuja tendência deverá ser a condução a uma melhor integração em novas comunidades e a uma redução nos conflitos culturais. Mas existem outros aspectos da sua economia e demografia que não apresentam um quadro tão favorável. A dimensão da população, comparável a países como a Alemanha, França e Reino Unido, implicaria uma representatividade no Parlamento e poderes no Conselho Europeu semelhantes aos países referidos, mas que dificilmente seriam acompanhadas pelas contrapartidas económicas que estes trazem à UE. Acresce que a não existirem alterações às Políticas de Coesão e Agrícola Comum, a Turquia seria um modesto contribuinte mas um grande receptor do Orçamento europeu. A adesão da Turquia à UE, admitindo que esta continuará a ter crescimentos económicos que lhe permitam convergir com as economias da UE, obrigaria mesmo assim a uma reformulação das regras de representatividade e de poder no Parlamento e no Conselho Europeu, o mesmo se passando com as regras de atribuição dos fundos comunitários.

Sendo estas questões importantes, não são, a nosso ver, os aspectos fundamentais do relacionamento entre a UE e a Turquia, não devendo, por isso, condicionar o processo de adesão. É no segundo grupo de questões controversas que encontramos os problemas mais complexos para uma cooperação turco-europeia. Mas é numa actuação conjunta em relação aos interesses que ambas possuem nas regiões do Médio Oriente, Cáucaso e Ásia Central, que se podem encontrar os maiores benefícios de acções concertadas no âmbito da PSDC e da PESC, sendo a segurança energética um dos pilares fundamentais desta cooperação.

No âmbito da PSDC, a adesão da Turquia poderia implicar uma maior propensão para a cooperação entre a NATO e a UE. Se o conflito que opõe a Turquia à Grécia pode constituir uma ameaça mais controlada por ambas pertencerem à NATO, a resolução do conflito entre a Turquia e o Chipre assume especial importância em virtude das restrições orçamentais que NATO e UE vão sofrer nos próximos anos e

que pode forçar a uma maior cooperação entre as duas organizações. A próxima cimeira da NATO em Maio de 2012 tem o *Smart Defence* como um dos objectivos principais. Razões económicas poderão assim colocar pressão na resolução do conflito que opõe Turquia e Chipre. Uma maior cooperação entre a NATO e UE, que passa em larga medida pela resolução deste conflito, poderia trazer benefícios económicos na protecção das infra-estruturas energéticas que abastecem a UE. A Turquia encontra-se próxima geograficamente das regiões mais propensas a ataques terroristas a essas infra-estruturas, como os poços de petróleo e as *pipelines*, podendo a base militar de Incirlik ser utilizada prontamente. A esta necessidade de proteger as infra-estruturas está subjacente a questão curda e os ataques terroristas do PKK, uma ameaça à segurança europeia. A resolução do problema curdo e a protecção das infra-estruturas deveria assim, constituir um objectivo estratégico da Turquia e UE.

Mas é no âmbito da PESC, sobretudo na articulação de um conjunto de acções de política externa no domínio da segurança energética, que poderemos encontrar os maiores benefícios para a UE, resultantes de uma eventual adesão da Turquia. De modo a encontrar alternativas ao gás russo e a garantir o abastecimento nos próximos anos, é fundamental que a UE se posicione estrategicamente no triângulo energético formado pelo Cáspio/Ásia Central, Médio Oriente e Rússia. Este passa necessariamente pela concretização do “quarto corredor energético” o qual se encontra maioritariamente em território turco.

A Turquia encontra-se na confluência das regiões abastecedoras e constitui por isso território de passagem do “quarto corredor”, no qual a UE tem vindo a apostar. A sua concretização deverá obrigatoriamente passar por uma forte cooperação entre a Turquia e a UE, dada a geografia das *pipelines* que o atravessam. O “quarto corredor” constitui uma aposta prioritária da UE, no qual tem feito grandes investimentos, nomeadamente o projecto *Nabucco*, que, como vimos, constitui

simultaneamente um projecto político e de segurança energética. Garantir o abastecimento destas infra-estruturas deverá implicar que Turquia e UE desenvolvam uma aproximação conjunta e uma política energética comum em relação às regiões produtoras.

A importância das reservas do Cáspio/Ásia Central para a UE deveria implicar da sua parte uma política de aproximação e implementação de medidas que potenciam o desenvolvimento económico destas regiões, reduzindo simultaneamente riscos como o crime organizado e o tráfico de drogas. As soluções não são simples pois tanto o Azerbaijão como o Turquemenistão possuem regimes autocráticos, elevados níveis de burocracia e corrupção e ausência de uma economia de mercado. Mas a alternativa será a China e a Rússia dominarem o investimento financeiro nestas regiões, controlando o acesso ao gás e o seu transporte (especialmente do Turquemenistão). Se tal acontecer, a UE terá maiores dificuldades em influenciar os regimes autocráticos que passarão a estar debaixo da esfera de influência daqueles dois países, com consequências negativas tanto do ponto de vista energético como no combate a outros aspectos de segurança. Uma presença europeia que promova o desenvolvimento económico e a estabilidade é importante, e a UE deveria coordenar com a Turquia a promoção destes objectivos. Ganharia ainda acesso a um mercado de larga dimensão, que criadas as condições de estabilidade, poderia adquirir um grande potencial económico. Por razões históricas e culturais, a Turquia possui um ascendente sobre a região e um histórico de relacionamento que deveria ser amplamente e melhor explorado pelos europeus. Um dos aspectos mais críticos à concretização do “quarto corredor” é a construção de uma infra-estrutura que ligue as margens do Cáspio (Azerbaijão ao Turquemenistão), amplamente debatida mas nunca concretizada. As relações que a Turquia possui com o Irão, Rússia e outros países da região, poderão ajudar no desenlace das disputas do Cáspio e na arquitectura de uma solução que permita o abastecimento do projecto *Nabucco*.

O Médio Oriente é também alternativa tanto pelas reservas como pela proximidade geográfica, sendo o Irão o país com maior potencial. O actual regime e as sanções ao país tornam-no uma alternativa remota a curto prazo. Mesmo que as sanções terminassem hoje e os investimentos avançassem, demoraria alguns anos até que sentíssemos os seus efeitos. É no entanto importante realçar a cartelização que a Rússia tem vindo a promover e que pode colocar gás do Irão no mercado europeu (via Gazprom), acabando com a concorrência que este país poderia criar. A Turquia tem mantido boas relações com o Irão, e possui um histórico de relacionamento com este país no domínio energético. Nem sempre bem sucedido, mas é exactamente esta experiência que é relevante num futuro em que venha a ser possível explorar o abastecimento do Irão à UE. A Turquia possui ainda uma *pipeline* que chega ao seu território a partir do Turquemenistão, via Irão, constituindo assim outra opção para o projecto *Nabucco*. Do ponto de vista energético, o isolamento do Irão não é do interesse da UE, mas o regime actual não permite grandes progressos. A alterar-se de algum modo esta situação, as relações que a Turquia possui tanto no domínio energético como económico poderão a longo prazo ser uma mais-valia para a UE.

Em relação à Rússia, a UE e a Turquia deveriam articular posições estratégicas conjuntas em virtude da dependência que ambas possuem do seu gás. A UE procura diversificar, para evitar ser novamente vítima dos conflitos que já opuseram a Rússia à Ucrânia e Geórgia, bem como criar alternativas à falta de investimento nas infra-estruturas russas. Diversificar é também o objectivo da Turquia, que depende em mais de 60% do gás russo. Os investimentos da Gazprom na Turquia, tornam-na bastante sujeita às pressões russas. Esta dependência energética dificulta a sua capacidade negocial tanto do ponto de vista interno, como nas suas ambições de se tornar uma alternativa para a UE ao gás russo. A conclusão imediata é que ambas se encontram vulneráveis, e se por um lado necessitam de encontrar fornecedores alternativos, por outro não podem permitir ser utilizados pela

Rússia nos jogos de poder preconizados pelos acordos bilaterais. Esta tática tem sido utilizada pela Rússia com vários países da UE para a concretização de projectos como o *Nord Stream* e *South Stream*. A articulação conjunta das políticas energéticas é fundamental para uma estratégia de contenção bem sucedida.

Ao longo deste trabalho encontramos várias razões para acelerar as negociações do processo de adesão, sendo que a segurança energética assume especial relevância. A posição geoestratégica da Turquia, a defesa das infra-estruturas que atravessam o país e a sua proximidade histórica, política e económica ao Médio Oriente, Cáucaso e Ásia Central são mais-valias para uma UE que necessita de ganhar relevância como actor político internacional. Poder-se-á perguntar se a melhor solução é a adesão ou outro mecanismo do tipo “parceria privilegiada”. A resposta a esta pergunta surgirá com o progresso das negociações e com a clarificação dos interesses mútuos e divergentes. Existem aspectos complexos na adesão da Turquia, que nos levam a concluir que esta, a acontecer, obrigará ao repensar de alguns aspectos da própria UE. Mas existem duas questões que a nosso ver assumem maior relevância. A primeira é saber se a Turquia aceitará outro relacionamento com a UE que não seja uma completa adesão. Até ao momento, todas as declarações apontam no sentido negativo. Mas do lado da UE, também é importante reflectir se constitui alternativa ter um corredor energético com elevada importância estratégica fora do seu território. Parece-nos que este é um activo que a UE deveria preferir manter em seu território. De outro modo, corre o risco de depender fortemente da NATO (e em grande medida da Turquia) em caso de ameaças terroristas à sua segurança energética. Poderá não ser a posição ideal para a UE, recusar a Turquia como membro, ao mesmo tempo que necessita desta para a defesa dos seus interesses estratégicos. Além de a colocar numa situação vulnerável, não revela uma posição de força para quem deveria querer afirmar-se como importante actor global.

## Bibliografia

- ABELLAN, Miguel Medina (2009), *Turkey the European Security and Defence Policy, and Accession Negotiations*, Strengthening and Integrating Academic Networks (SINAN) Working Paper 1.
- ACER, Yucel (2004), *The role of Islands in Maritime Delimitation: the Reflections of the State Practice*, National Symposium on the Aegean Islands, June.
- AHMAD, Feroz (2008), *From Empire to Republic, Essays on the Late Ottoman Empire and Modern Turkey*, Vol. 2, Istanbul, Istanbul Bilgi University Press.
- AKCAKOCA, Amanda (2006), *EU-Turkey Relations 43 Years On: Train Crash or Temporary Derailment?*, European Policy Center, Issue Paper N: 50.
- ALTUNISIK, Meliha e CUHADAR, Esra (2010), "Turkey's Search for a Third Party Role in Arab-Israeli Conflicts: a Neutral Facilitator or a Principal Power Mediator?", *Mediterranean Politics*, Vol. 15 N: 3, pp. 371-392.
- ANDERSON, M.S. (1972), *The Eastern Question*, London, MacMillan Press LTD.
- ANDERSON, M.S. (1993), *The Rise of Modern Diplomacy, 1450-1919*, Harlow, Essex, Longman Group UK.
- ANDOURA, Sami (2005), *European Union's Capacity to Absorb Turkey*, Egmont European Affairs Program, November, <http://www.egmontinstitute.be/papers/06/eu/EU-Turkey.pdf> .
- ARAS, Bulent e POLAT, Rabia Karakaya (2007), "Turkey and the Middle East: Frontiers of the New Geographic Imagination", *Australian Journal of International Affairs*, Vol. 61 N: 4, pp. 471-488.
- ARAS, Bulent e POLAT, Rabia Karakaya (2008), "From Conflict to Cooperation; Desecuritization of Turkey's Relations with Syria and Iran", *Security Dialogue*, Vol. 39 N: 5, pp. 495-515.
- ARAS, Bülent (2009), "Turkey's Rise in the Greater Middle East: Peace Building in the Periphery", *Journal of Balkan and Near Eastern Studies*, Vol. 11 N: 1, pp. 29-41.
- ARAS, Bülent e FIDAN, Hakan (2009), "Turkey and Eurasia: Frontiers of a new Geographic Imagination" *New Perspectives on Turkey*, N: 40, pp.195-217.
- ARI, Bulent (2004), "Early Ottoman Diplomacy: Ad-hoc Period", in Yuri Yurdusev (ed), *Ottoman Diplomacy, Conventional or Unconventional?*, Houndmills-Hampshire, Palgrave Macmillan, pp. 36-65.
- ARINC, Ibrahim e ELIK, Suleyman (2010), "Turkmenistan and Azerbaijan in European Gas Supply Security", *Insight Turkey*, Summer, [http://findarticles.com/p/articles/mi\\_7057/is\\_3\\_12/ai\\_n56892589/?tag=content:col1](http://findarticles.com/p/articles/mi_7057/is_3_12/ai_n56892589/?tag=content:col1) .
- AYDIN, Mustafa (2004), "Turkish Foreign Policy Framework and Analysis", in [www.sam.gov.tr/perceptions/sampapers/mustafaaydin.pdf](http://www.sam.gov.tr/perceptions/sampapers/mustafaaydin.pdf) .

- AYDIN, Mustafa e ACIKMESE, Sinem A. (2007), "Europeanization through EU Conditionality: Understanding the New Era in Turkish Foreign Policy", *Journal of Southern Europe and the Balkans*, Vol. 9 N: 3, December, pp. 263-274.
- BABALI, Tuncay (2010), "Regional Energy Equations and Turkish Foreign Policy: the Middle East and the CIS". *Insight Turkey*, Summer, [http://findarticles.com/p/articles/mi\\_7057/is\\_3\\_12/ai\\_n56882927/](http://findarticles.com/p/articles/mi_7057/is_3_12/ai_n56882927/) .
- BARYSCH, Katinka (2010), *Should the Nabucco Project be Shelved*, Center European Reform, May.
- BBC News (1999), "Turkey Hit by Huge Earthquake", [http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/august/17/newsid\\_2534000/2534245.stm](http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/august/17/newsid_2534000/2534245.stm) .
- BBC News (2011), "Q&A: Palestinian Bid for Full Membership at the UN", <http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-13701636> .
- BBC News (2011), "Cyprus Begins Controversial Gas and Drilling", <http://www.bbc.co.uk/news/world-europe-14968737> .
- BERRIDGE, G.R. (2004), "Diplomatic Integration with Europe before Selim III" in Yuri Yurdusev (ed), *Ottoman Diplomacy, Conventional or Unconventional?*, Houndmills-Hampshire, Palgrave Macmillan, pp. 114-130.
- BILGIN, Mert (2009), "Geopolitics of European Natural Gas Demand: Supplies from Russia, Caspian and the Middle East", *Energy Policy*, 37, pp. 4482-4492.
- BILGIN, Mert (2010), "Turkey's Energy Strategy: What Difference Does it Make to Become an Energy Transit Corridor, Hub or Center?", in *Unisci Discussion Papers* (23), Maio.
- BRIDGE, F.R. e BULLEN, Roger (2005), *The Great Powers and the European State Systems 1814-1914*, Edinburgh Gate, Harlow, Pearson Education.
- BRITISH PETROLEUM (2010), *Statistical Review of World Energy 2010.xls*.
- BRITISH PETROLEUM (2010), *Energy Outlook 2030*.
- BOULANGER, Philippe (2006), *Géopolitique des Kurdes*, Paris, Elipses Edition.
- BROWN, L. Carl (1996), *Imperial Legacy: The Ottoman Imprint on the Balkans and the Middle East*, New York, Columbia University Press.
- BUSINESS Monitor (2009), "Turkey Receives South Pars Deadline Extension", <http://store.businessmonitor.com/article/300478/> .
- CALDWELL, Christopher (2009), *Reflections on the Revolution in Europe*, London, The Penguin Group.
- CAGAPTAY, Soner (2007), *Secularism and Foreign Policy in Turkey New Elections, Troubling Trends*, Policy Focus N: 67, The Washington Institute for Near East Policy.
- CAGAPTAY, Soner (2009), *The AKP's Foreign Policy: The Misnomer of "Neo-Ottomanism"*, The Washington Institute for Near East Policy, Abril.
- CAGAPTAY, Soner (2010), Before the House Committee on Foreign Affairs, U.S. House of Representatives Hearing on "Turkey's New Foreign Policy Direction: Implications for U.S.-Turkish Relations" July 28, 2010.

<http://foreignaffairs.house.gov/111/cag072810.pdf> .

- CAGAPTAY, Soner (2011), “When Islamist Foreign Policies Hurt Muslims”, <http://www.islamdaily.org/en/islam/7998.when-islamist-foreign-policies-hurt-muslims.htm/> .
- CAMYAR, Isa e TAGMA, H.M. (2010), “Why Does Turkey Seek European Union Membership? A Historical Institutional Approach”, *Turkish Studies*, Vol. 11 N: 3, September, pp. 371-386.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (2010), *The World Fact Book 2010, Azerbaijan*, <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/aj.html> .
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (2010), *The World Fact Book 2010, Turkey*, <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/tu.html> .
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (2010), *The World Fact Book 2010, Turkmenistan*, <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/tx.html> .
- CICEK, Cuma (2011), “ Elimination or Integration of Pro Kurdish Politics: Limits of the AKP’s Democratic Initiative, *Turkish Studies*, Vol. 12 N: 1, pp.15-26.
- CLEUTINX, Christian e PIPER Jeffery (2008), “The EU-Russia Energy Dialogue”, in Katinka Barysch (ed), *Pipelines, Politics and Power the Future of EU-Russia Energy Relations*, Center for European Reform, pp.25-34.
- COHEN, Ariel (2010), “Turkey’s New Threat Assessment: A Challenge For Washington”, Ammon News, Jordan – 3/11/2010.
- COHEN, Ariel (2009), “Russia: the Flawed Energy Superpower”, in G.Luft e A. Korin (eds), *Energy Security Challenges for the 21st Century*, Santa Barbara, CA, Praeger Security International, pp. 91-108.
- COMISSÃO Europeia, *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Um Orçamento para a Europa2020 Bruxelas 29.06.2011, COM (2011) 500, Parte I*, <https://infoeuropa.euocid.pt/registo/000046913/documento/0001> .
- CORNOT-GANDOLPHE, Sylvie *et al.* (2003), “The Challenges of Further Cost Reductions for New Supply Options”, 22nd World Gas Conference 1-5 June 2003, Tokyo, Japan.
- DATAMONITOR (2009), *LNG as a Price Driver: Development of Europe’s LNG market and impact on retail prices*, DMNE 0433, August.
- DATAMONITOR (2010), *Oil and Gas Supply, Europe and the Former Soviet Union, A 10-year Projection and Review of Oil and Gas Production and Consumption*, DMEN0527, March.
- DATAMONITOR (2010), *South Stream vs Nabucco*, BFEN0587, August.
- DATAMONITOR (2010), *The Shale Gas Industry Outlook*, DMEN0531, September.
- DATAMONITOR (2010), *The Structural Changes in Natural Gas Market*, EN0012-001, October.
- DATAMONITOR (2010), *Oil and Gas Supply – Africa and the Middle East*, DMEN 0524, August.

- DATAMONITOR (2011), *European Gas Asset Database.xls*, January.
- DAVUTOGLU, Ahmet (2008), "Turkey's Foreign Policy Vision: An Assessment of 2007", *Insight Turkey*, Vol. 10 N: 1, pp .77-96.
- DENK, Erdem (2004), *Two Tiny Rocks two Modest Suggestions*, National Symposium on the Aegean Islands, June.
- DERINGIL, Selim (2004), *Turkish Foreign Policy during the Second World War*, Cambridge, Cambridge University Press.
- EDIGER, Volkan S. e BAGDADI, Itir (2010), "Turkey-Russia Energy Relations: Same Old Story, New Actors", *Insight Turkey*, Summer, [http://findarticles.com/p/articles/mi\\_7057/is\\_3\\_12/ai\\_n56882930/](http://findarticles.com/p/articles/mi_7057/is_3_12/ai_n56882930/) .
- EDISON, Edison, <http://www.edison.it/media/ITGIpipeline.pdf> .
- EFEĞİL, Ertan (2011), "Analysis of the AKP Government's Policy Toward the Kurdish Issue", *Turkish Studies*, Vol. 12 N: 1, pp. 27-40.
- EMERSON, Michael e TOCCI, Nathalie (2004), *Turkey as a Bridgehead and Spearhead*, Center for European Policy Studies, EU-Turkey Working Paper N: 1, August.
- ENDICOTT, Neil (2009), *The Nabucco Gas Pipeline: A chance for the EU to Push for Change in Turkmenistan*, The Quaker Council for European Affairs, December.
- ERDOĞAN, RECEP T. (2004), "Why the EU Needs Turkey", <http://www.sant.ox.ac.uk/esc/esc-lectures/Erdogan1.pdf> .
- EURACTIV.com (2007), "Geopolitics of EU Energy Supply" in <http://www.euractiv.com/energy/geopolitics-eu-energy-supply/article-142665> .
- EURACTIV.com (2008), "EU, Africa Unveil 'Ambitious' Energy Partnership" in <http://www.euractiv.com/en/energy/eu-africa-unveil-ambitious-energy-partnership/article-175193> .
- EURACTIV.com (2010, 2011), "Europe Switches to Gas" in <http://www.euractiv.com/energy/europe-switches-gas-links dossier-259905> .
- EURACTIV.com (2010), "Turkey Brokers Key Gas Supply Deals for Nabucco", in <http://www.euractiv.com/energy/turkey-brokers-key-gas-supply-deals-nabucco-news-494988> .
- EURACTIV.com (2010). "Nabucco in 'David vs. Goliath' Battle for Azeri Gas" in <http://www.euractiv.com/en/energy/nabucco-david-vs-goliath-battle-azeri-gas-news-500465#> .
- EURACTIV.com (2010, 2011), "Europe's Southern Gas Corridor: The Great Pipeline Race", in <http://www.euractiv.com/energy/europes-southern-gas-corridor-great-pipeline-race-links dossier-498558>, <http://www.edison.it/media/ITGIpipeline.pdf> .
- EURACTIV.com (2011), "Barroso Tops Azeri Gas Deal with Visa Facilitation" in <http://www.euractiv.com/en/energy/barroso-tops-azeri-gas-deal-visa-facilitation-news-501255> .
- EURACTIV.com (2011) "Offshore Drilling Spat Sours EU-Turkey Relations", in <http://www.euractiv.com/energy/offshore-drilling-spat-sours-eu-turkey-relations-news-507717> .

- EURASIA Daily Monitor (2008), "Relief but no Victory for AKP in Closure Case", Eurasia Daily Monitor, Vol: 5 Issue: 14, [http://www.jamestown.org/single/?no\\_cache=1&tx\\_ttnews%5Btt\\_news%5D=33851](http://www.jamestown.org/single/?no_cache=1&tx_ttnews%5Btt_news%5D=33851) .
- EUROGAS (2009), *Long Term Outlook for Gas Demand and Supply, 2007-2030*.
- EUROPEAN Commission (1989), *Commission Opinion on Turkey's Request for Accession to the Community SEC(89)2290 final/2*, 20 December, <http://aei.pitt.edu/4475/> .
- EUROPEAN Commission (1996), *Directive 96/92/EC of the European Parliament and of the Council*, <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:1997:027:0020:0029:EN:PDF> .
- EUROPEAN Commission (1998), *Energy Charter Treaty*, [http://europa.eu/legislation\\_summaries/energy/external\\_dimension\\_enlargement/l27028\\_en.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/energy/external_dimension_enlargement/l27028_en.htm) .
- EUROPEAN Commission (2000), *Green Paper on the Security of Energy Supply – Towards a European Strategy for the Security of Energy Supply, COM(2000)769 final*, 29 November, Not published in the Official Journal - <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:52000DC0769:EN:HTML> .
- EUROPEAN Commission (2004), *Recommendations of the European Commission on Turkey's Progress Towards Accession, Report COM(2004)656 final – SEC(2004)1201*. Not published in the Official Journal, [http://ec.europa.eu/enlargement/archives/pdf/key\\_documents/2004/rr\\_tr\\_2004\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/enlargement/archives/pdf/key_documents/2004/rr_tr_2004_en.pdf) .
- EUROPEAN Commission (2004), *Issues Arising from Turkey's Membership Perspective, Brussels, COM(2004) 656 final*, 6.10.2004 *SEC(2004)1202*, [http://ec.europa.eu/enlargement/archives/pdf/key\\_documents/2004/issues\\_paper\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/enlargement/archives/pdf/key_documents/2004/issues_paper_en.pdf) .
- EUROPEAN Commission (2006), *Green Paper - A European Strategy for Sustainable, Competitive and Secure Energy COM(2006)105 final*, March 8 - [http://europa.eu/documents/comm/green\\_papers/pdf/com2006\\_105\\_en.pdf](http://europa.eu/documents/comm/green_papers/pdf/com2006_105_en.pdf) .
- EUROPEAN Commission (2007), *Cohesion Policy, 2007-2013*, European Union Regional Policy, [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docoffic/official/regulation/pdf/2007/publications/guide2007\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/regulation/pdf/2007/publications/guide2007_en.pdf) .
- EUROPEAN Commission (2008), *An EU Energy Security and Solidarity Action Plan, COM(2008)781final*, <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2008:0781:FIN:EN:PDF> .
- EUROPEAN Commission (2009), *Five years of an Enlarged EU Economic Achievements and Challenges, European Economy 1*, [http://ec.europa.eu/economy\\_finance/publications/publication14078\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/publication14078_en.pdf) .
- EUROPEAN Commission (2009), *The January 2009 Gas Supply Disruption to the EU: an Assessment, COM(2009)633 final, SEC(2009)977 final*, <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=SEC:2009:0977:FIN:EN:PDF> .
- EUROPEAN Commission (2010), *Energy infrastructure Priorities for 2020 and beyond - A Blueprint for an integrated European Energy Network, COM (2010) 677*, [http://www.eurosfair.pr.fr/7pc/doc/1304685970\\_energy\\_infrastructure\\_2011\\_en.pdf](http://www.eurosfair.pr.fr/7pc/doc/1304685970_energy_infrastructure_2011_en.pdf) .
- EUROPEAN Commission (2010), *EU Budget 2010, Financial Report*, [http://ec.europa.eu/budget/library/biblio/publications/2010/fin\\_report/fin\\_report](http://ec.europa.eu/budget/library/biblio/publications/2010/fin_report/fin_report) .

[10\\_en.pdf](#) .

EUROPEAN Commission (2010), *Caspian Development Corporation, Final Implementation Report 2010*, [http://ec.europa.eu/energy/infrastructure/studies/doc/2010\\_12\\_report\\_cdc\\_finalimplementation.pdf](http://ec.europa.eu/energy/infrastructure/studies/doc/2010_12_report_cdc_finalimplementation.pdf) .

EUROPEAN Commission (2010), *Turkey 2010 Progress Report, COM(2010)660, SEC(2010)1327*, [http://ec.europa.eu/enlargement/pdf/key\\_documents/2010/package/tr\\_rapport\\_2010\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/enlargement/pdf/key_documents/2010/package/tr_rapport_2010_en.pdf) .

EUROPEAN Commission (2010), *Extract from the Communication from the Commission to the Council and the European Parliament "Enlargement Strategy and Main Challenges 2010-2011, COM (2010) 660 final-* [http://ec.europa.eu/enlargement/pdf/key\\_documents/2010/package/strategy\\_paper\\_2010\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/enlargement/pdf/key_documents/2010/package/strategy_paper_2010_en.pdf) .

EUROPEAN Commission (2010), *MOU between the Government of Iraq and the EU on Strategic Partnership in Energy*, [http://ec.europa.eu/energy/international/bilateral\\_cooperation/doc/iraq/2010\\_01\\_18\\_iraq\\_mou\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/energy/international/bilateral_cooperation/doc/iraq/2010_01_18_iraq_mou_en.pdf) .

EUROPEAN Commission (2010), *Europe 2020 – A European Strategy for Smart, Sustainable and Inclusive Growth COM(2010) 2020 final, 8 March -* [http://europa.eu/press\\_room/pdf/complet\\_en\\_barroso\\_007\\_-\\_europe\\_2020\\_-\\_en\\_version.pdf](http://europa.eu/press_room/pdf/complet_en_barroso_007_-_europe_2020_-_en_version.pdf) .

EUROPEAN Commission (2010), "Trade: Iran (Bilateral Relations)", [http://ec.europa.eu/trade/creating-opportunities/bilateral\\_relations/countries/iran/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/trade/creating-opportunities/bilateral_relations/countries/iran/index_en.htm) .

EUROPEAN Commission (2011), "EU Turkey Relations", [http://ec.europa.eu/enlargement/candidatecountries/turkey/relation/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/enlargement/candidatecountries/turkey/relation/index_en.htm) .

EUROPEAN Commission (2011), *A Budget for Europe 2020, Brussels, 29.6.2011, SEC(2011)868 final*, [http://ec.europa.eu/budget/library/biblio/documents/fin\\_fw1420/SEC-868\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/budget/library/biblio/documents/fin_fw1420/SEC-868_en.pdf) .

EUROPEAN Commission (2011), *A Budget for Europe 2020 - Part II: Policy Fiches*, [http://europa.eu/press\\_room/pdf/a\\_budget\\_for\\_europe\\_2020\\_part\\_ii\\_policy\\_fiches\\_en.pdf](http://europa.eu/press_room/pdf/a_budget_for_europe_2020_part_ii_policy_fiches_en.pdf) .

EUROPEAN Economic Community, *Ankara Agreement (1963) - Agreement Establishing an Association Between the European Economic Community and Turkey*(Signed at Ankara, 1 September), <http://www.abgs.gov.tr/index.php?p=117&l=2> .

EUROPEAN Union External Action (2011), "EU Political Support for the Middle East Process", [http://www.eeas.europa.eu/mepp/political/political\\_en.htm](http://www.eeas.europa.eu/mepp/political/political_en.htm) .

EUROSTAT (2009), *Agriculture and Rural Development Turkey - Agriculture and Enlargement*, [http://ec.europa.eu/agriculture/enlargement/countries/turkey/profile\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/agriculture/enlargement/countries/turkey/profile_en.pdf) .

EUROSTAT (2010), *Eurostat Regional Yearbook, 2010*, [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY\\_OFFPUB/KS-HA-10-001/EN/KS-HA-10-001-EN.PDF](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-HA-10-001/EN/KS-HA-10-001-EN.PDF) .

EUROSTAT (2010), *Key Figures on Europe 2010*, [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY\\_OFFPUB/KS-EI-10-001/EN/KS-EI-10-001-EN.PDF](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-EI-10-001/EN/KS-EI-10-001-EN.PDF) .

- FORBES (2008), "EGL, Iran's NIGEC Sign Long-term Gas Delivery Contract", <http://www.forbes.com/feeds/afx/2008/03/17/afx4780265.html> .
- FEATHERSTONE, Kevin (2003), " In the Name of Europe", in Kevin Featherstone e Cláudio Radaelli (eds), *In the Politics of Europeanization*, Oxford, Oxford University Press.
- FAHRETTIN, Sumer (2009), *Turkey, a Special EU Neighbour Patiently Awaiting a Promised Marriage*, EuroTimes, Institute for Euroregional studies Oradea Debrecen.
- FINK, Daniel (2006), *Assessing Turkey's Future as an Energy Transit Country*, Research Notes, The Washington Institute for Near East Policy, N: 11, July.
- FULLER, Graham E. (2008), *The New Turkish Republic, Turkey as Pivotal State in the Muslim World*, Washington DC, Endowment of the United States Institute of Peace.
- GAZPROM (2011), "Blue Stream", <http://www.gazprom.com/production/projects/pipelines/blue-stream/> .
- GERMAN MARSHALL FUND (2011), *Transatlantic Trends: Leaders 2011*.
- GRABBE, Heather (2003), "Europeanization goes West: Power and Uncertainty on The EU Accession Process", in Kevin Featherstone e Cláudio Radaelli (eds), *In the Politics of Europeanization*, Oxford, Oxford University Press.
- GRETHE, Harald (2005), "Turkey's Accession to the EU: What will the Common Agricultural Policy Cost?", Humboldt University of Berlin, *Agrarwirtschaft* 54, pp.128-137.
- GOTZ, Roland (2008), "A Pipeline Race between the EU and Russia?" in Katinka Barysch (ed), *Pipelines, Politics and Power the Future of EU-Russia Energy Relations*, Center for European Reform, pp. 93-102.
- HABIBI, Nader e WALKER, Joshua (2011), *What is driving Turkey's Reengagement with the Arab World*, Crown Center for Middle East Studies, Brandeis University, N: 49, April.
- HALE, William (2009), *Turkish Foreign Policy*, London, Frank Cass Publishers.
- HEINRICH, Andreas (2008), "Under the Kremlin's Thumb: Does Increased State Control in the Russian Gas Sector Endanger European Energy Security?", *Europe-Asia Studies*, Vol. 60 N: 9, November, pp.1539-1574.
- HOSGOR, Evren (2011), "Islamic Capital/Anatolian Tigers: Past and Present," *Middle Eastern Studies*, Vol. 47 N: 2, pp. 343-360.
- HUGHES, Kirsty (2004), *The Political Dynamics of Turkish Accession to the EU*, Swedish Institute for European Political Studies, Report N: 9, December. Disponível em [www.sieps.se](http://www.sieps.se).
- HUGHES, Kirsty (2004), *Turkey and European Union: just another Enlargement?* Friends of Europe Working Paper, On the occasion of the "Turkey's EU end-game?" European Policy Summit of June 17.
- HUNTINGTON, Samuel (1996), *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, Lisboa, Edições Gradiva.

- HURRYET DAILY News (2010), "New Editions of Turkish Red Book Shapes New Security Spheres", <http://www.hurriyetdailynews.com/n.php?n=red-book8217s-new-edition-shapes-new-security-spheres-2010-10-28> .
- HURST, Cindy (2008), *The terrorist threat to LNG: Fact or Fiction?*, Institute for the Analysis Global Security, February.
- HURST, Cindy (2009), "LNG: The next prize?", in G.Luft e A. Korin (eds), *Energy Security Challenges for the 21st Century*, Santa Barbara, CA, Praeger Security International, pp. 271-281.
- IKENBERRY, John (2001), *After Victory*, Princeton-New Jersey, Princeton University Press.
- INAN, Y. e ACER, Yucel (2004), *The Aegean Disputes*, Foreign Policy Institute, [www.foreignpolicy.org.tr/documents/251202.pfd](http://www.foreignpolicy.org.tr/documents/251202.pfd) .
- INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (2010), *Key Statistics 2010*.
- INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (2010), *World Energy Outlook 2010*.
- INTERNATIONAL Maritime Organization (2010), *ICC-IMB Piracy and Armed Robbery against Ships Reports – Annual Report 2010*.
- KAGAN, Robert (2003), *O Paraíso e o Poder*, Lisboa, Edições Gradiva.
- KARACASULU, Nilufer e KARAKIR, Irem (2011), "Iran Turkey Relations in the 2000s: Pragmatic Rapprochement", *Ege Academic Review*, Vol.11 N: 1, January, pp. 111-119.
- KARAKAS, Cemal (2010), *Can Turkey Be an "Inspiration" for Other Muslim Countries? The "Kemalist Trinity" of Republicanism, Nationalism, and Secularism, and the Prospects of Turkish EU Membership*, 7th Pan-European International Relations Conference of the Standing Group on International Relations (SGIR) of the ECPR, 09-11/09/, Stockholm.
- KARBUZ, Sohbet (2010), "The Caspian's Unsettled Legal Framework: Energy Security Implications", *Journal of Energy Security*, May. [http://www.ensec.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=244:the-caspian-unsettled-legal-framework-energy-security-implications&catid=106:energysecuritycontent0510&Itemid=361](http://www.ensec.org/index.php?option=com_content&view=article&id=244:the-caspian-unsettled-legal-framework-energy-security-implications&catid=106:energysecuritycontent0510&Itemid=361) .
- KARDAS, Saban (2010), "Turkey Redrawing the Middle East Map or Building Sand Castles?", *Middle East Policy Council*, Vol. XVII N: 1, Spring, pp. 115-136.
- KAVALOV, B., PETRIC, H. e GEORGAKAKI, A. (2009), *Liquefied Natural Gas for Europe – Some Important Issues for Consideration*, European Commission, [http://ec.europa.eu/dgs/jrc/downloads/jrc\\_reference\\_report\\_200907\\_liquefied\\_natural\\_gas.pdf](http://ec.europa.eu/dgs/jrc/downloads/jrc_reference_report_200907_liquefied_natural_gas.pdf) .
- KENNEDY, Paul (1989), *The Rise and Fall of the Great Powers*, London, Fontana Press.
- KINROSS, Lord (2002), *The Ottoman Centuries: The Rise and Fall of the Turkish Empire*, New York, Perennial.
- KINANDER, Elin (2010), *The Turkish-Iranian Gas Relationship: Politically Successful, Commercially Problematic*, Oxford Institute for Energy Studies, NG38, January.
- KINIKLIOGLU, Suat (2006), "The Anatomy of Turkish Russian Relations", The

BrookingsInstitution, [http://www.brookings.edu/comm/events/20060523\\_sabanci\\_3a.pdf](http://www.brookings.edu/comm/events/20060523_sabanci_3a.pdf).

KIRISCI, Kemal (2006), *Turkish Foreign Policy in Turbulent Times*, Institute for Security Studies, Chaillot Paper N: 92.

KIRISCI, Kemal (2009), "The transformation of Turkish Foreign Policy: The Rise of the Trading State" *New Perspectives on Turkey*, N: 40, pp. 29-56.

KISSINGER, Henry (2009), Discurso de Henry Kissinger nas Comemorações dos 35 anos de Criação da International Energy Agency (IEA), <http://www.henrykissinger.com/speeches/101409.html>.

KISSINGER, Henry (1994), *Diplomacy*, New York, Simon & Schuster.

KOPRULU, Kemal (2009), "Paradigm Shift in Turkey's Foreign Policy", *The Brown Journal of World Affairs*, Fall/Winter, Vol. XVI N: 1, pp. 185-201.

KORKMAZ, Dicle (2010), *Internal and External Dynamics of European Energy Security*, Fifth Pan-European Conference on EU Politics organized by the ECPR SAIS (23-26 June, Porto-Portugal).

KRASTEV, Ivan e LEONARD, Mark (2010), *The Spectre of a Multipolar Europe*, European Council Foreign Relations.

KURKCUOGLU, Omer (2004), "The Adoption and Use of Permanent Diplomacy", in Yuri Yurdusev (ed), *Ottoman Diplomacy, Conventional or Unconventional?*, Houndmills-Hampshire, Palgrave Macmillan, pp. 131-150.

KURAN, Timur (2005), "Islam and Economic Underdevelopment Legal Roots of Organizational Stagnation in the Middle East", *The Logic of the Ottoman Capitulations*, Chapter 10, May.

KUTLAY, Mustafa (2009), "A Political Economy Approach to the Expansion of Turkish-Greek Relations: Interdependence or Not?", *Perceptions*, Spring/Summer, pp. 91-121.

LACOSTE, Yves (2006), *A Geopolítica do Mediterrâneo*, Lisboa, Edições 70.

LANDMAN, Nico (1997), "Sustaining Turkish-Islamic Loyalties: The Diyanet", in Hugh Poulton e Suha Taji-Farouki (eds), *Muslim Identity and the Balkan State*, Oxford, Hurst & Company.

LARRABEE Stephen e LESSER Ian (2003), *Turkey Foreign Policy in an Age of Uncertainty*, Santa Monica, CA, RAND Corporation.

LARRABEE, Stephen (2010), "Turkey's New Geopolitics", *Survival*, Vol. 52 N: 2, pp. 157-180.

LESSER, Ian (2007), *Beyond Suspicion: Rethinking US-Turkish Relationship*, Woodrow Wilson International Center for Scholars.

LEVINE, Steve (2007), *The Oil and the Glory: The Pursuit of Empire and Fortune on the Caspian Sea*, New York, Random House.

LEWIS, Bernard (2002), *The Emergence of Modern Turkey*, Oxford, Oxford University Press.

LEWIS, Bernard (2001), *A Linguagem Política do Islão*, Lisboa, Edições Colibri.

- MCNAMARA S., COHEN e Ariel, PHILLIPS J. (2010), "Countering Turkey Strategic Drift", *The Heritage Foundation*, <http://www.insideronline.org/summary.cfm?id=13266>
- MIDDLE EAST Bridges (2005), *Private Sector Initiative The Erez and Gaza Industrial Estates: Catalysts for Development*, EastWest Institute, April.
- MITROVA, Tatiana (2008), "Dynamic Development in Russia's Gas Sector", in Katinka Barysch (ed), *Pipelines, Politics and Power the Future of EU-Russia Energy Relations*, Center for European Reform, pp. 71-81.
- MUSTAFA, Muhannad (2011), *Turkish-Israeli Relations form Israel's Perspective*, Al-Jazeera Centre for Studies, 14 July.
- NAFF, T. (1963) "Ottoman Diplomacy in the Reign of Selim III", *Journal of the American Oriental Society*, Vol. 83 N: 3, Aug./Sep., pp.295-315.
- NUGENT, Neill (2004), "Unfolding of the 10+2 Enlargement Round" in Nugent, Neill (ed) *European Union Enlargement*, Houndmills-Hampshire, Palgrave Macmillan, pp. 39-41.
- NUGENT, Neill (2005), *Turkey's Membership Application. Implications for the EU*, Jean Monnet/Robert Schuman Paper Series, Vol. 5 N: 26, August.
- NYTimes (2009), "Hero's Welcome for Turkish Leader After Davos Walkout", <http://www.nytimes.com/2009/01/31/world/europe/31turkey.html> .
- OFFICIAL Journal of the European Communities (1977), No L 361/1, 31/12/77, [http://www.abgs.gov.tr/files/AB\\_liskileri/tur\\_en\\_realitons/protocol\\_1977.pdf](http://www.abgs.gov.tr/files/AB_liskileri/tur_en_realitons/protocol_1977.pdf) .
- OGUZLU, Tarik (2008), "Middle Easternization of Turkey Foreign Policy: Does Turkey Dissociate from the West?", *Turkish Studies*, Vol. 9 N: 1, pp .3–20.
- OIL PRICE.COM (2011), "Turkey and Russia Spar Over Natural Gas Prices", <http://oilprice.com/Geo-Politics/International/Turkey-and-Russia-Spar-Over-Natural-Gas-Prices.html> .
- ONEAL, Bradley *et al.* (2011), *National Security & Caspian Basin Hydrocarbons*, International Association for Energy Economics, [ww.iaee.org/en/ publications/ newsletterdl.aspx?id=129](http://www.iaee.org/en/publications/newsletterdl.aspx?id=129) .
- ONI, Ziya e YILMAZ, Uhnaz (2009), 'Between Europeanization and Euro-Asianism: Foreign Policy Activism in Turkey during the AKP Era', *Turkish Studies*, Vol. 10 N: 1, pp. 7-24.
- ORMECI, Ozan (2011)," A Turkish Social Democrat: İsmail Cem", *Turkish Studies*, Vol. 12 N: 1, pp. 101-114.
- OZCAN, Mesut (2008), *Harmonizing Foreign Policy: Turkey, the EU and the Middle East*, Aldershot, Ashgate.
- PAGDEN, Anthony (2008), *Worlds at War*, Oxford, Oxford University Press.
- PARLAMENTO Europeu, <https://www.europarl.europa.eu/> .
- PICCOLI, Wolfgango e JUNG, Dietrich (2001), *Turkey at the Crossroads: Ottoman Legacies and a Greater Middle East*, London, Zed Books.
- PIEBALGS, Andris (2008), "Win-win Co-operation is Possible in Energy" in Katinka

- Barysch (ed), *Pipelines, Politics and Power the Future of EU-Russia Energy Relations*, Center for European Reform, pp. 53-61.
- PINTO, Maria do Céu [coord.] (2006), *O Islão na Europa*, Lisboa, Prefácio.
- PRITCHIN, Stanislav (2010), "Azerbaijan New Gas Strategy", *Turkish Policy Quarterly*, Vol. 9 N: 2, pp. 123-127.
- QUATAERT, Donald (2000), *O Império Otomano das Origens ao Século XX*, Lisboa, Edições 70.
- RABASSA, Ângela e LARRABEE, Stephen (2008), *The Rise of Political Islam in Turkey*, RAND Corporation, National Defense Research Institute.
- REHN, Olli (2006), "Turkey's Accession Process to the EU" - Speech by EU Commissioner Rehn, [http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article\\_6514\\_en.htm](http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_6514_en.htm).
- ROBERTS, John (2004), *The Turkish Gate: Energy Transit and Security Issues*, Centre for European Policy Studies, EU-Turkey Working Papers N: 11, October.
- ROBBINS, Philip (2003), *Suits and Uniforms*, London, Hurst&Co.
- ROBBINS, Philip (2007), "Turkish Foreign Policy since 2002", *International Affairs*, Vol. 83 N: 1, pp. 289-304.
- ROSECRANCE, Richard (1999), *The Rise of the Virtual State: Wealth and Power in the Coming State*, New York, Basic Books.
- ROY, Olivier (2004), *La Turquie Aujourd'hui Un Pays Europeen?*, Paris, Universalis.
- SIERRA, Óscar (2010), "A corridor Through Thorns: EU Energy Security and the Southern Energy Corridor", *European Security*, Vol. 19 N: 4, pp. 643-660.
- SOCOR, Vladimir (2008), "Gazprom, the Prospects of a Gas Cartel, and Europe's Energy Security" in Svante E. Cornell e Niklas Nilsson (eds), *Europe's Energy Security Gazprom's Dominance and Caspian Supply Alternatives*, Central Asia, Caucasus Institute Silk Road Studies Program, pp. 71-84.
- SOLANA, Javier (2003), "A secure Europe in a Better World" European Council, Thessaloniki, [http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/en/reports/76255.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/reports/76255.pdf).
- SOLANA, Javier (2006), "Towards an EU External Energy Policy", [http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressdata/EN/discours/91788.pdf](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/discours/91788.pdf).
- SOVACOO, Benjamim (2009), "Reassessing Energy Security and the Trans Asean Natural Gas Pipeline Network in Southeast Asia" *Pacific Affairs*, Vol. 82 N: 3, Fall, pp. 469-473.
- SOVACOO, Benjamim & BROWN, Marilyn (2009), *Competing Dimensions on Energy Security: an International Perspective*, Georgia Institute of Technology, Working Paper 45, January 13.
- SPIEGEL Online International (2006), "Europeans Have Stopped Defending their Values", interview by Bassam Tibi, <http://www.spiegel.de/international/spiegel/0,1518,440340,00.html>.

- STANFORD Daily (2010), "Morningstar Makes Case for Eurasian Energy Stance", <http://www.stanforddaily.com/2010/04/morningstar-makes-case-for-eurasian-energy-stance/>.
- STERN, Jonathan (2006), *The Russian-Ukrainian Gas Crisis of January 2006*, Oxford Institute for Energy Studies, 16th January.
- STONAKER, Mary (2010), "Energy Infrastructure As A Diplomatic Tool: The Arab Gas Pipeline", *Journal of Energy Security*, December, [http://www.ensec.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=270:energy-infrastructure-as-a-diplomatic-tool-the-arab-gas-pipeline-in-perspective&catid=112:energysecuritycontent&Itemid=367](http://www.ensec.org/index.php?option=com_content&view=article&id=270:energy-infrastructure-as-a-diplomatic-tool-the-arab-gas-pipeline-in-perspective&catid=112:energysecuritycontent&Itemid=367) .
- TASPINAR, Omer (2008), *Turkey's Middle East Policies: Between Neo-Ottomanism and Kemalism*, Carnegie Endowment, N: 10.
- TASSINARI, Fabrizio (2006), *A Synergy for Black Sea Regional Cooperation – Guidelines for an E.U. initiative*, CEPS Policy Brief, N: 105.
- TEIXEIRA Fernandes, J. P. (2005), *Turquia: Metamorfoses de Identidade*, Lisboa, Instituto Ciências Sociais/Imprensa de Ciências Sociais.
- TEIXEIRA Fernandes, J. P. (2008), *A Questão de Chipre. Implicações para a União Europeia e a Adesão da Turquia*, Coimbra, Edições Almedina.
- TEIXEIRA Fernandes, J. P. (2010), "A Política Externa da Turquia face a Israel: O Regresso da Ambição Otomana", *Nação & Defesa* nº 127, Instituto Defesa Nacional, pp. 1-21.
- TODAYS Zaman (2010), "Israel-caused Instability Makes its Way to Turkey's Security Document", <http://www.todayszaman.com/news-225712-israeli-caused-instability-makes-its-way-to-turkeys-security-document.html> .
- TRATADO DE LISBOA Versão Consolidada (2008), Comissão dos Assuntos Europeus da Assembleia da República.
- TRIANTAPHYLLOU, Dimitrios (2010) "The EU and Turkey in Energy Diplomacy", *Insight Turkey*, Summer, [http://findarticles.com/p/articles/mi\\_7057/is\\_3\\_12/ai\\_n56882922/](http://findarticles.com/p/articles/mi_7057/is_3_12/ai_n56882922/).
- THE Economist (2010), *A Special Report on Turkey*, October 23rd.
- THE Economist (2011), "Fracking here, Fracking there", November 26, pp. 75-76.
- TOFT, Peter *et al.* (2010) "Terrorist Targeting and Energy Security", *Energy Policy*, 38, pp. 4411-4421.
- TURKS.US (2004), "Cyprus Efforts surprises the EU", <http://www.turks.us/article.php?story=20040114143102906> .
- UNIÃO Europeia, [http://europa.eu/legislation\\_summaries/institutional\\_affairs/treaties/lisbon\\_treaty/ai0008\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/lisbon_treaty/ai0008_pt.htm) .
- UNIÃO Europeia, [http://europa.eu/legislation\\_summaries/institutional\\_affairs/treaties/lisbon\\_treaty/ai0010\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/lisbon_treaty/ai0010_pt.htm) .
- U.S. DEPT. of State (2010), "Background note on Turkmenistan", <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/35884.htm> .

- U.S. Energy Information Administration (2011), *World Shale Gas Resources: An Initial Assessment of 14 Regions Outside the United States*, EIA, April.
- VALLE, Alexandre Del (2004), *La Turquie dans L'Europe, um Cheval de Troie Islamiste?*, Paris, Édition des Sytes.
- WILSON, Woodrow, President Woodrow Wilson's 14 Points (1918), <http://www.ourdocuments.gov/doc.php?doc=62> .
- WINROW, Gareth (2009), *Problems and Prospects for the 4th Corridor: the Positions and Role of Turkey in Gas transit in Europe*, Oxford Institute for Energy Studies, NG30, June.
- WINROW, Gareth (2009), *Turkey, Russia and the Caucasus: Common and Diverging Interests*, Chatam House, Russia and Eurasia Programme/Europe Programme | November 2009 | REP/EP BP 2009/01.
- WORLD BANK (2008), *Turkey Country Economic Memorandum, Report No. 39194-TR* World Bank, April, [http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2008/05/08/000334955\\_20080508053547/Rend ered/PDF/391941TR0vol1010Box327369B01public1.pdf](http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2008/05/08/000334955_20080508053547/Rend ered/PDF/391941TR0vol1010Box327369B01public1.pdf) .
- WORLD BANK (2010), GNI Atlas Method, <http://data.worldbank.org /indicator/NY.GNP.ATLS.CD> .
- YALMAZ, Bahri (2008), *The Relations of Turkey with the European Union: Candidate Forever?*, Center for European Studies, Working Paper N: 167.
- YASTRZHEMSKY, Sergey (2008), "Trust, not Double Standards: What Russia Expects from the EU" in Katinka Barysch (ed), *Pipelines, Politics and Power the Future of EU-Russia Energy Relations*, Center for European Reform, pp. 35-44.
- YERGIN, Daniel (2006), "Ensuring Energy Security", *Foreign Affairs*, Vol. 85 N: 2, pp. 69-82.
- YILDIZ, Kerim e MULLER, Mark (2008), *The European Union and Turkish Accession*, London, Pluto Press, Kurdish Human Rights Project.
- YURDUSEV, Yuri (2004), *Ottoman Diplomacy, Conventional or Unconventional?*, Houndmills-Hampshire, Palgrave Macmillan.
- YURDUSEV, Yuri (2004) "The Ottoman Attitude Toward Diplomacy", in Yuri Yurdusev (ed.), *Ottoman Diplomacy, Conventional or Unconventional?*, Houndmills-Hampshire, Palgrave Macmillan, pp. 5-35.
- ZURCHER, Erik J. (2009), *Turkey, a Modern History*, London, I.B.Tauris & Co.